

A SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PARQUES URBANOS EM CURITIBA – PR UMA QUESTÃO PARADIGMÁTICA?

Alexandre Maurício Matiello

... de reciclagem e ...
... do à coleta seletiva ...
... - 71 coletadas por ...
... tores - o que equivale ...
... 2. A média de reciclagem ...
... damente à da Alemanha ...
... 5%. A separação do lixo ...
... registrada no primeiro a ...
... 5,2 mil toneladas e no ...
... toneladas.
... Desde 16 de j...

... esta ...
... celulares. As cidades paranaenses ...
... instalados, entre convenionais e ...
... um milhão de terminais ...
... arana possui mais de ...
... os e não recicláveis podem ser ...
... to de empresas da Região ...
... turísticas ...
... como as Cataratas do Iguaçu, o ...
... Oeste com o aproveitamento ...
... do Lago de ...
... Complexo Esportivo da Costa ...
... e a Argentina. ...
... que Estadual ...
... s municípios h ...
... ra colonial, e ...
... Capital com as cidades hist ...
... ria Ferrovia Curitiba-Param ...
... atações

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

A SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DE PARQUES URBANOS EM CURITIBA – PR
UMA QUESTÃO PARADIGMÁTICA?

ALEXANDRE MAURÍCIO MATIELLO

Florianópolis, março de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

A SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E GESTÃO
DE PARQUES URBANOS EM CURITIBA – PR
UMA QUESTÃO PARADIGMÁTICA?

ALEXANDRE MAURÍCIO MATIELLO

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia Política da Universidade
Federal de Santa Catarina, inserida na
Área de concentração de *Meio ambiente
e desenvolvimento urbano e rural* como
um dos requisitos para obtenção do
grau de mestre em Sociologia Política.

Prof^a orientadora: Dra. Cécile H. J. Raud Mattedi

Florianópolis, março de 2001.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

A SUSTENTABILIDADE NO PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PARQUES URBANOS EM CURITIBA – PR: UMA QUESTÃO PARADIGMÁTICA?

ALEXANDRE MAURICIO MATIELLO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Prof^a. Dr^a. Cécile Hélène Jeanne Raud Mattedi
Orientadora

Prof. Dr. Klaus Frey
Membro

Prof^a. Dr^a. Allna Gonçalves Santiago
Membro

Prof^a. Dr^a. Ilse Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Março de 2001.

Agradecimentos

A Deus que tudo providencia.

À Professora Dra. Cécile H. J. R. Mattedi orientadora desta dissertação, pela disposição, interesse e incentivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) pelo apoio financeiro prestado nas viagens à Curitiba.

À CAPES, pela bolsa de estudo.

A todos os professores do PPGSP, de um modo especial ao Prof. Dr. Paulo Freire Vieira pelas indicações bibliográficas.

À colega Jussara Mingori pelas importantes trocas.

À funcionária do PPGSP, Albertina, sempre solícita.

À funcionária do PPGSP, Fátima, pelo seu carinho e amizade.

Aos professores Alina G. Santiago, Klaus Frey e Elson Manoel Pereira, pela disposição em participar da banca de avaliação desta dissertação.

À funcionária Kátia da biblioteca da UNILIVRE.

A todos os entrevistados, pela disponibilidade.

À minha família, por tudo!

À Noelcy Santin pela estada em Curitiba.

Aos amigos Jairo, Ruy, Nice e Marga pelo incentivo e paciência. Valeu!

A todos os amigos, e especialmente aos do GOU – Grupo de Oração Universitário, pela emoção da convivência mais fraterna que já vivi e por vivermos juntos este “sonho de amor para o mundo” a partir das UNIVERSIDADES RENOVADAS.

SUMÁRIO

Agradecimentos	v
Lista de Quadros	x
Lista de Figuras	xi
Lista de Fotos	xii
Lista de Siglas e Abreviações	xiv
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xvii
RIASSUNTO	xviii
CONSIDERAÇÕES INICIAIS - Planejamento e gestão de parques urbanos: Uma questão paradigmática?	2
<hr/>	
PROBLEMÁTICA:	
• A gênese do problema: Degradação ambiental como o processo que revela a crise paradigmática da ciência, do desenvolvimento e do planejamento urbano	6
• O fato-problema: A obsolescência do modelo de planejamento e gestão de parques urbanos	15
• O planejamento e a gestão de espaços verdes de lazer conforme o paradigma racionalista-cartesiano de planejamento urbano	15
• Verificando a insustentabilidade do modelo vigente: A contribuição do Ecodesenvolvimento	20
• O objeto de estudo: Os parques urbanos e a sustentabilidade na “Curitiba ecológica”: Um novo paradigma de planejamento e gestão?	27
QUESTÕES NORTEADORAS E HIPÓTESES	33
OBJETIVOS	34
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	35
CAPÍTULO 1 - Paradigmas emergentes em planejamento e gestão da cidade: Que novidades nos trazem?	39
<hr/>	
1.1 Cidade e ambiente: Um novo foco, novos valores	41

1.1.1 Um marco importante: A CNUMAD-92 e a Agenda 21 – Pela viabilidade de uma gestão urbana sustentável	42
1.2 Sustentabilidade urbana: Em busca de “teorias que se sustentem”	46
1.2.1 Sociólogos e ecologistas e o debate sobre a cidade: Da Escola de Chicago à Sociologia Urbana Contemporânea	46
1.2.1.1 Ecologia urbana: Nem tudo é “novidade”	47
1.2.2 A noção de cidade como ecossistema: Abordagem para um paradigma de gestão urbana sustentável	54
1.2.2.1 A cidade que consome: A complexidade de um modelo de urbanidade insustentável	56
1.2.2.2 Das barreiras à abordagem ecossistêmica da cidade à viabilidade de uma gestão sustentável: A contribuição das áreas verdes urbanas	64
1.3 Planejamento e gestão de parques urbanos: Por um modelo mais sustentável	70
1.3.1 “Revisitando o parque”: Da degradação do ecossistema urbano à novas funções para estes espaços	70
1.3.2 Concepção, planejamento, implantação e gestão de parques urbanos: Caracterizando um modelo	85
1.3.2.1 Sustentabilidade e lazer: <i>Concebendo</i> parques para um novo conteúdo	96
1.3.2.2 Sustentabilidade e desenho: <i>Planejando</i> os parques com um novo traço	103
1.3.2.3 Sustentabilidade e participação: <i>Gerindo</i> parques urbanos para todos	110
CAPÍTULO 2 - Meio ambiente e a evolução do planejamento urbano em Curitiba: Rastreando um possível novo paradigma	121
2.1 Uma breve história da planificação urbana em Curitiba	122
2.1.1 A “pré-história” curitibana: Evolução em “ciclos”	122
2.1.2 O Plano Agache: Um plano funcionalista	124
2.1.3 O Plano Preliminar de Urbanismo	126
	129

2.1.4 Uma nova era: Áreas verdes e o início da institucionalização das questões ambientais	
2.2 Uma plataforma teórica para as áreas de lazer da cidade: Os Planos de Recreação	137
2.2.1 O Plano estrutural de recreação de 1968: Lazer para o “reequilíbrio” do homem	138
2.2.2 O Plano de recreação de 1973: Que lucro traz o lazer?	140
2.2.3 O Plano de recreação de 1974: Validando as áreas verdes para o lazer	143
2.3 Curitiba, “capital ecológica”: A emergência de um propagandeado modelo	145
2.3.1 Década de 90: Meio ambiente e a projeção de Curitiba no cenário global	145
2.3.1.1 Em destaque: As experiências curitibanas em meio ambiente	146
2.3.1.1.1 O “lixo que não é lixo”	147
2.3.1.1.2 A Legislação	148
2.3.1.1.3 A Educação ambiental	150
2.3.1.1.4 O Transporte	153
2.3.1.1.5 A UNILIVRE	153
CAPÍTULO 3 - Parques urbanos de Curitiba: Que sustentabilidade?	156
3.1 Curitiba-modelo: A cidade como uma imagem construída	159
3.1.1 O marketing urbano dando a alma (depois) do negócio: Instrumento para a identidade e “participação” da população .	161
3.1.2 O modelo de planejamento urbano em Curitiba: Uma teoria que se escreve na prática	171
3.1.3 <i>Escola de Urbanismo Ecológica</i> : Uma base paradigmática para a gestão urbana em Curitiba ...	176
3.2 Do mito construído ao reflexo real: A face visível do modelo de planejamento e gestão de parques urbanos	182
3.2.1 Áreas verdes urbanas de Curitiba: O “verde nem tão verde” na cidade ecológica	183
3.2.2 Os bosques e as praças (do mundo) em Curitiba	189

3.2.3 Simplicidade e “tecnologia tupiniquim”: O desempenho do Departamento de Parques e Praças da SMMA	192
3.3 Dos limites e impasses às propostas para um novo modelo mais sustentável de planejamento e gestão de parques urbanos	217
3.3.1 Ecossistemismo urbano: A assimilação de um paradigma ecológico no planejamento e gestão de áreas verdes em Curitiba	218
3.3.2 As dimensões da sustentabilidade: Das deficiências as potencialidades de um modelo	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	244
OUTRAS REFERÊNCIAS	252
ANEXOS	249
ANEXO A	256
ANEXO B - Parques urbanos de Curitiba: Um pequeno dossiê	274

Lista de Quadros

QUADRO 01 – Comparação entre o paradigma dominante e o alternativo	14
QUADRO 02 – Evolução da área e da área em m ² por habitante de parques e bosques no período	30
QUADRO 03 – Área e área quadrada por habitante de parques e bosques até 1996 em Curitiba.	31
QUADRO 04 – Questões norteadoras e hipóteses de pesquisa	33
QUADRO 05 – Evolução percentual da população urbana no Brasil	59
QUADRO 06 – Diferenças entre os Ecossistemas Naturais e o Humano	63
QUADRO 07 – Níveis de participação popular na gestão de áreas verdes	118
QUADRO 08 – Parques e bosques públicos em Curitiba de 1972 à 1992	185
QUADRO 09 – Função oficial dos parques criados até 1992	186
QUADRO 10 – Área de lago nos parques em Curitiba	187
QUADRO 11 – Bosques segundo função oficial	192
QUADRO 12 – Análise da Sustentabilidade Social no planejamento e gestão de parques em Curitiba	227
QUADRO 13 – Análise da Sustentabilidade Econômica no planejamento e gestão de parques em Curitiba	228
QUADRO 14 – Análise da Sustentabilidade Ecológica/Ambiental no planejamento e gestão de parques em Curitiba	229
QUADRO 15 – Análise da Sustentabilidade Espacial no planejamento e gestão de parques em Curitiba	230
QUADRO 16 – Análise da Sustentabilidade Cultural no planejamento e gestão de parques em Curitiba	231
QUADRO 17 – Área de Parques e Bosques em Curitiba até 1996	275

Lista de Figuras

FIGURA 01 – Croquis de Le Corbusier expressando sua concepção acerca do relacionamento do espaço aberto com o construído	12
FIGURA 02 – Exemplo de ciclo fechado no Sistema Natural	60
FIGURA 03 – Processos no ciclo fechado do Sistema Natural	60
FIGURA 04 – O metabolismo dos ecossistemas urbanos – <i>inputs</i> e <i>outputs</i>	61
FIGURA 05 – Caracterização dos sistemas ecológicos urbanos, e principais formas de degradação	68
FIGURA 06 – Função das áreas verdes urbanas frente aos desequilíbrios apresentados na interação dos sistemas naturais e antrópicos	73
FIGURA 07 – Organograma de tipos e exemplos de recuperação ambiental à nível específico	75
FIGURA 08 – Organograma de tipos e exemplos de recuperação ambiental à nível geral	76
FIGURA 09 – A vegetação pode fazer o controle dos odores, através da absorção de gases e liberação de fragrâncias agradáveis	77
FIGURA 10 – A vegetação pode fazer a filtragem do ar através da retenção de impurezas	78
FIGURA 11 – A vegetação protege da radiação solar direta	79
FIGURA 12 – A vegetação protege as edificações no verão, e se for caducifólia, permite o aquecimento no inverno	79
FIGURA 13 – A mata ciliar ajuda a impedir o assoreamento dos cursos d' água	80
FIGURA 14 – A vegetação absorve os efeitos urbanos nocivos, e os ameniza com os sons que ela produz pelo movimentos de suas folhas e galhos e pela população faunística	81
FIGURA 15 – A vegetação diminui a erosão dos solos ao interceptar a chuva, amenizando seu impacto	82
FIGURA 16 – A vegetação atrai e dá condições à vida da fauna silvestre	83
FIGURA 17 – Os três sistemas intervenientes no planejamento	91
FIGURA 18 – Organograma dos níveis do processo proposto para o planejamento de sistemas de áreas verdes urbanas	92
FIGURA 19 – Incentivos para preservação de áreas verdes – Esquema de funcionamento do incentivo	150
FIGURA 20 – Sistema Trinário de vias – Canaleta exclusiva para transporte coletivo	153

Lista de Fotos

FOTO 01 – Painel digital do Programa “Lixo que não é lixo”	147
FOTO 02 – Arcos metálicos na Ópera de Arame	164
FOTO 03 – Arcos metálicos na estufa do Jardim botânico	164
FOTO 04 – Toras de madeira no mobiliário de parques	164
FOTO 05 – Lojinha “Leve Curitiba”	164
FOTO 06 – Ópera de Arame	165
FOTO 07 – Caminhadas no parque	165
FOTO 08 – Memorial de Curitiba	175
FOTO 09 – Lago artificial (Parque São Lourenço)	186
FOTO 10 – Praça do Japão	190
FOTO 11 – Estufa do Jardim Botânico	194
FOTO 12 – Pedreira no Bosque Zaninelli	194
FOTO 13 – Parque das Pedreiras	198
FOTO 14 – Túnel no Parque Tanguá	198
FOTO 15 – Cascata artificial no Parque Tanguá	198
FOTO 16 – Pista de caminhada (Parque Barigüi)	199
FOTO 17 – Quiosques com churrasqueira (Parque Barigüi)	199
FOTO 18 – Canchas esportivas (Parque Barigüi)	199
FOTO 19 – Centro de Criatividade (Parque São Lourenço)	200
FOTO 20 – Biblioteca comunitária (Centro de Criatividade -Parque São Lourenço)	200

Lista de Fotos (continuação)

FOTO 21 – Oficina de marchetaria (Centro de Criatividade -Parque São Lourenço)	200
FOTO 22 – Oficina de artesanato em palha (Centro de Criatividade -Parque São Lourenço)	200
FOTO 23 – Oficina de litogravura (Centro de Criatividade -Parque São Lourenço)	200
FOTO 24 – Museu Botânico Estadual (Jardim Botânico)	200
FOTO 25 – Memorial <i>Brasil 500 anos</i> (Parque Tingüi)	200
FOTO 26 – Casa do escultor Erbo Stenzel (Parque São Lourenço)	201
FOTO 27 – Museu do automóvel (Parque Barigüi)	201
FOTO 28 – Mini-Zôo no Passeio Público	201
FOTO 29 – UNILIVRE (Bosque Zaninelli) (Parque São Lourenço)	201
FOTO 30 – Painel informativo no Parque Barigüi	204
FOTO 31 – Equipamentos para exercício de alongamento (Parque Barigüi)	205
FOTO 32 – Painel explicativo para atividades de alongamento (Parque Barigüi)	205
FOTO 33 – Palco para apresentação de aulas de exercício ao ar livre (Parque Barigüi)	205
FOTO 34 – Grupo escoteiro (Parque Barigüi)	206
FOTO 35 – Meninos do programa PIÁ ambiental em manutenção de mudas (Jardim Botânico) ...	207
FOTO 36 – Academia de Ginástica (Parque Barigüi)	208
FOTO 37 – Restaurante (Parque Barigüi)	208
FOTO 38 – Ovelhas pastando no Parque São Lourenço	218
FOTO 39 – “Jardineiras”	219
FOTO 40 – Idosos em atividade ao ar livre (Jardim Botânico)	224

Siglas e abreviações

- APPUC – Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- CNUMAD – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
- CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná
- EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
- EUE – Escola de Urbanismo Ecológico
- FCC – Fundação Cultural de Curitiba
- FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio ambiente e Recursos naturais renováveis
- IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- ONGs – Organizações Não-Governamentais
- PARANATUR – Secretaria Estadual de Turismo do Paraná
- PMC – Prefeitura Municipal de Curitiba
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- PPU – Plano Preliminar de Urbanismo
- RIT – Rede Integrada de Transporte
- RMC – Região Metropolitana de Curitiba
- SMCS – Secretaria Municipal de Comunicação Social
- SMEL – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
- SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza

UNCED – United Nations Conference for Environment and Development

UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente

URBS – Companhia de Urbanização de Curitiba.

RESUMO

A forma com a qual a ciência e o desenvolvimento têm focado o meio ambiente se evidenciou nas últimas décadas através de uma crise globalizada. A degradação da natureza comparece de maneira contundente acusando a obsolescência do paradigma racionalista-cartesiano adotado, inclusive, no planejamento e gestão das cidades, os quais têm repetido até hoje este racionalismo na aplicação dos conceitos do Modernismo, como o zoneamento funcional do espaço urbano. O lazer é mais uma destas funções, de caráter meramente contemplativo, relegado a espaços distantes da habitação, sujeitos ao descaso das Municipalidades, sem incentivos de utilização, e expresso em projetos que negligenciam a interação com o meio ambiente existente. Dentro deste contexto, os parques urbanos são mais uma das faces visíveis de um modelo insustentável de urbanidade. *Partindo desta problemática*, retomamos as contribuições da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, a partir da qual têm ficado mais explícita a tentativa das cidades de se organizarem na busca por uma alternativa viável de desenvolvimento, mais sustentável. O Ecodesenvolvimento emerge como uma importante abordagem, e dá o sentido claro de que “sustentabilidade” engloba além da dimensão ambiental, as dimensões econômica, social, cultural, entre outras. O atendimento destas dimensões numa nova abordagem para a cidade encontra na noção ecossistêmica um notável refinamento teórico, que permite-nos entender os processos de interação dos sistemas natural e antrópico no meio urbano, e, a partir daí, revela-nos um destacado papel para as áreas verdes neste meio, para a manutenção e resgate do equilíbrio ecossistêmico, além do tradicional lazer. Além de assimilar outras funções, um paradigma inovador em planejamento e gestão de áreas verdes, particularmente os parques urbanos, passa pela revisão de valores tais como os seus métodos e práticas, critérios de locação, forma, distribuição e tamanho. Igualmente, num novo modelo, o *lazer* é manifestado de uma maneira mais ampla que o seu caráter contemplativo; o *desenho*, como ferramenta de projeto, aparece para renovar a prática desintegrada de ação sobre o meio ambiente urbano; e novas formas de *participação* para o planejamento e gestão de áreas verdes dão um novo perfil à *praxis* política da cidade. *Com base nestas referências teóricas nos propomos a analisar o caso de Curitiba – PR*, que com seus numerosos parques e bosques, vem surgindo como uma tentativa dita inovadora e sustentável e que conta com a “participação da população” para o êxito de seus programas. Sob o título de “Cidade Ecológica” vem se difundindo como modelo a ser seguido. Contudo, que teorias esse propagandeado modelo tem assimilado dentro do debate sobre a crise ecológica e das propostas alternativas? Até que ponto os valores assimilados verificam realmente um novo paradigma de planejamento e gestão de parques? Apesar do reconhecimento internacional, a “sustentabilidade”, tanto do discurso quanto da prática nas políticas de criação de áreas verdes da cidade, revelou-se frágil, amplamente apoiada nas estratégias de *marketing* que divulgam uma imagem positiva da cidade, fazendo das áreas verdes uma das principais ilustrações de um modelo forjado que não tem bases teóricas explícitas ou comprovações científicas de sucesso; um modelo que não só não se consolidou, como repete valores intrínsecos ao paradigma anterior, em ações de caráter monodisciplinar, desintegradas entre si, em uma *praxis* política autocrática onde a população é persuadida a participar graças às estratégias publicitárias criadas, aderindo aos parques, mas não intervindo de forma deliberada nas decisões.

ABSTRACT

The form with which the science and the development have been focusing the environment was evidenced in the last decades through a global crisis. The degradation of the nature comes in a contusing way show us the obsolescence of the adopted rationalist-Cartesian paradigm, besides, in the planning and administration of the cities, which have been repeating until today this rationalism, in the application of the concepts of the Modernism, as the functional zoning of the urban space. The leisure is more one of these functions, planned for a contemplative character, far away from the residences, subjects to the negligence of the Municipalities, without use incentives, and expresses in projects that neglect the interaction with the existent environment. Inside of this context, the urban parks are more one of the visible faces of an unsustainable model of urbanity. *Leaving from this problem*, we retook the contributions of the of the United Nations Conference for the Environment and Development, happened in 1992 in Rio de Janeiro, starting from which was more explicit the attempt of the cities of they be organized in the search by a viable alternative of development, more sustainable. Ecodevelopment emerges as an important approach, and it gives the exact sense of "sustainability", which includes besides the environmental dimension, the economical, social, cultural dimensions among others. The attendance of these dimensions, in a new approach for the city, finds, in the ecosystemic notion, a notable theoretical refinement, that allows us to understand the processes of interaction between the natural and human systems in the urban way, and, since then, it reveals us an outstanding paper for the green areas in this space, for the maintenance and ransom of the ecosystemic balance, besides the traditional leisure function. Besides assimilating other functions, an innovative paradigm in planning and administration of green areas, particularly the urban parks, it goes by the revision of such values as methods and practices, localization criteria, form, distribution and size. In the same way, in a new model, the *leisure* is manifested in a wider way than its contemplative character. The *drawing*, as project tool, appears to renew the disintegrated practice of action on the urban environment; and new forms of *participation* for the planning and administration of green areas give a new profile to the political *praxis* of the city. *With base in these theoretical references we intend to analyze the case of Curitiba - PR*, that with its numerous parks and forests, it is appearing as a innovative and sustainable attempt and that counts with the "participation of the population" for the success of its programs. Under the title of "Ecological" City it is diffusing as a model to be proceeded. However, what theories has that propagandistic model been assimilating inside of the debate on the ecological crisis and of the alternative proposals? To what extent do the assimilated values really verify a new planning paradigm and administration of parks? In spite of the international recognition, the "sustainability" in the politics of creation of green areas of the city, in speech and in practice, it was revealed fragile, thoroughly leaning in the marketing strategies that publish a positive image of the city, doing of the green areas one of the main illustrations of a produced model that doesn't have explicit theoretical bases or scientific proofs of success; a model that didn't consolidate, but, that repeats intrinsic values to the old paradigm, in actions of *monodisciplinar* character, disintegrated to each other, in an autocratic political praxis, where people is *persuaded* to participate thanks to the creation of advertising strategies, where they use the parks, but not intervening in deliberate way in the decisions.

RIASSUNTO

La forma con cui la scienza e lo sviluppo ha focalizzato l'ambiente fu attestato nelle ultime decadi attraverso una crisi globale. La degradazione della natura compare in un modo contundente, accusando l'invecchiamento del paradigma razionalista-cartesiano ed adottato, inoltre, nella pianificazione ed amministrazione delle città che stanno ripetendo fino ora questo razionalismo attraverso l'applicazione dei concetti del Modernismo, come la zonizzazione funzionale dello spazio urbano. L'ozio è una di queste funzioni, di carattere contemplativo, relegato soltanto a spazi distanti della casa, soggetti alla negligenza dei Municipi, senza incentivi dell'uso, ed espresso in progetti che trascurano l'interazione con l'ambiente esistente. In questo contesto, i parchi urbani sono una delle facce visibili di un modello insostenibile dell'urbanità. Partendo di questo punto, riprendiamo i contributi della Conferenza delle Nazioni Unite per l'Ambiente e lo Sviluppo accaduta nel 1992 a Rio de Janeiro (Brasile), a partire della quale si vede un esplicito tentativo delle città nella loro organizzazione cercando un'alternativa più viabile di sviluppo, più sostenibile. Lo Sviluppo Ecologico emerge come un importante approccio, e chiarisce che "sostenibilità" include inoltre la dimensione ambientale, le dimensioni economiche, sociale, culturale, fra altre. La presenza di queste dimensioni in un nuovo approccio per le città scopre nella "ecosistemica" una notevole raffinatezza teorica, che permette di capire i processi di interazione dei sistemi naturali ed antropico nelle città, e, fin da poi, ci rivela un ruolo notevole per le aree verdi in questo mezzo, per la manutenzione e riscatto dell'equilibrio "ecosistemico", inoltre l'ozio tradizionale. Oltre ad assimilare altre funzioni, un paradigma innovativo nella pianificazione ed amministrazione di aree verdi, particolarmente i parchi urbani, passa alla revisione di valori come i suoi metodi e pratiche, criteri del contratto d'affitto, forme, distribuzione e la dimensione. In un modello nuovo, l'ozio è manifestato, in un modo più ampio che il suo carattere contemplativo; il disegno come attrezzo del progetto, sembra rinnovare la pratica disintegrata di azione sull'ambiente urbano; e nuove forme di partecipazione per la pianificazione ed amministrazione di aree verdi dia un profilo nuovo alla prassi politica della città. Con base in queste referenze teoretiche si propone ad analizzare il caso di Curitiba – PR, che coi suoi numerosi parchi e boschi, sta apparendo come un tentativo detto innovativo e sostenibile e che conta con la "partecipazione della popolazione" per il successo dei suoi programmi. Sotto il titolo di "Città Ecologica" se sta diffondendo come modello per essere proceduto. *Comunque*, che teorie questo "modello pubblicitario" sta assimilando nel dibattito sulla crisi ecologica e delle proposte alternative? Fino a che punto i valori assimilati verificano realmente un nuovo paradigma della pianificazione ed amministrazione di parchi? Nonostante il riconoscimento internazionale, la "sostenibilità", sia come nel discorso sia come nella pratica politica della creazione di aree verdi della città, fu rivelato fragile, ampiamente appoggiata sulle strategie del marketing che pubblicano un'immagine positiva della città, facendo delle aree verdi illustrazioni principali di un modello forgiato che non hanno basi teoretiche ed esplicite o prove scientifiche che comprovano il successo; un modello che non è stato consolidato, e che ripete valori intrinseci al paradigma precedente, in azioni di carattere monodisciplinari, disintegrate tra di loro, in una prassi politica ed autocratica dove la popolazione è persuasa a partecipare grazie alle strategie pubblicitarie create, aderendo ai parchi ma nonché s'interponendo in modo intenzionale nelle decisioni.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Planejamento e gestão

de parques urbanos:

Uma questão paradigmática?



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Planejamento e gestão de parques urbanos: Uma questão paradigmática?

Domar a natureza é o primeiro entendimento que temos de um processo de urbanização. O próprio visual de uma ocupação urbanística do ambiente natural lembra metáforas guerreiras: os tratores, as britadeiras e a dinamite são os tanques, morteiros e metralhadoras dos exércitos da construção civil. (SIRKIS, 1999 p.17).

O relacionamento Homem e Natureza: este tem sido o grande desafio e ao mesmo tempo, pela forma dominante com que o ser humano tem imprimido sua marca no meio ambiente, a grande ameaça para sua própria sobrevivência. Refletindo uma visão de mundo cuja origem é controversa, e que teve seu auge a partir da era industrial, instrumentalizando o homem com o mais feroz aporte tecnológico e permitindo-lhe uma intensa e descontrolada ação sobre o meio ambiente, esta forma de relacionamento com a natureza têm repercutido mais amplamente só nas últimas décadas. Por um lado, devido a fenômenos como o crescimento populacional, especialmente nas cidades, e a escassez de recursos, por outro, graças à conscientização acerca do efeito maléfico das ações antrópicas, agora mais transparente à luz de novas descobertas. Dentro de um contexto internacional onde a qualidade de vida urbana é a pauta do dia, a reflexão sobre novas formas de relacionamento do homem com a natureza é o mais polêmico debate que tem tomado conta da academia, do senso comum, das instâncias governamentais, da sociedade civil e dos detentores de capital financeiro. Neste sentido, têm emergido novas propostas que procuram ser alternativas à teoria e à prática vigentes.

A dissertação que aqui apresentamos pretende contribuir para esta reflexão, uma vez que se insere no macro-campo das Ciências Ambientais, e na sub-área de Sociologia do Meio Ambiente, em uma perspectiva de avaliação de políticas, programas e projetos setoriais de desenvolvimento regional e urbano. O *tema de pesquisa* — áreas verdes urbanas — será enfocado, para tanto, sob a ótica da Gestão Ambiental Urbana, subsidiado por um referencial teórico relativamente recente e em construção que inclui, principalmente, o Ecodesenvolvimento e a noção ecossistêmica de cidade.

A *problemática* a ser estudada configura-se na reflexão acerca de como os processos de concepção, planejamento, implementação e gestão¹ de áreas verdes públicas, particularmente os parques urbanos, têm atualmente agregado valores distintos a partir destes novos referenciais teóricos de gestão urbana.

Os parques urbanos vêm sendo planejados e geridos dentro de um modelo que não só ignora o importante problema da carência de espaços públicos integrados à natureza, como se manifesta de uma maneira extremamente ofensiva na lida com o meio ambiente. A relevância da pesquisa está em que os parques urbanos constituem, então, uma das faces visíveis do “*iceberg*”: a crise ambiental urbana, que tem sua gênese no modelo vigente de desenvolvimento ambientalmente degradante, levando igualmente a ciência e o planejamento e gestão da cidade a questionarem-se acerca de seus paradigmas.

O atual estado-da-arte da gestão urbana demonstra que, no seguimento quase canônico dos princípios modernistas, ela esteve muito alinhada com o paradigma racionalista-cartesiano que tem predominantemente norteado a ciência e o desenvolvimento. O reflexo deste paradigma na gestão urbana revela-se na insustentabilidade com a qual os processos de planejamento e gestão de parques têm sido levados a cabo, desconsiderando aspectos como a necessidade: de inter-relação harmônica do ambiente construído com o ambiente natural; de adaptação dos projetos à cultura das populações; e de acessibilidade ao patrimônio ambiental urbano pelos mais diversos segmentos da população. Também, caracteriza-se por se manifestar na forma de um planejamento autocrático, monodisciplinar e linear e pela negligência da participação ampliada dos cidadãos no processo de planejamento da cidade, inclusive, dos parques urbanos.

O lazer, como conteúdo destes espaços, aparece como uma prioridade dentre as últimas nas políticas públicas e no planejamento urbano tradicional. A monofuncionalidade, que predomina neste modelo, relega o lazer a lugares distantes do espaço de habitação, bem como impõe um único uso para os espaços verdes – o contemplativo – incapaz de gerar atratividade, não considerando as demandas específicas dos usuários a que se destinam os parques.

¹ Durante todo o trabalho nos referiremos, por motivo de síntese, aos processos de concepção, planejamento e implementação e gestão como *planejamento e gestão*, mencionando-os separadamente, se necessário, para uma compreensão mais clara.

Curitiba - PR (ver Mapas 01 e 02 em Anexo A), que vem aparecendo neste contexto como expoente muito comentado, seja na mídia seja por autores estudiosos do tema urbano, desponta como referência em termos de sustentabilidade em gestão urbana, apresentando alguns índices de qualidade de vida superior à média brasileira. A atenção à questão ambiental na cidade tem um histórico conjunto com o planejamento da cidade, onde se evidencia a política de planejamento e gestão de áreas verdes, entre elas os parques e bosques (atualmente são mais de 25, totalizando quase 20 milhões de metros quadrados)². Propagandeados como frutos de um novo modelo, os parques e bosques de Curitiba colaboram em muito para a sustentação da imagem positiva acerca da cidade, que lhe dá entre outros títulos, o de "cidade ecológica". Tanto pelo fato de já contar com uma política ambiental consolidada e um conjunto de parques urbanos não só expressivo, como recente, Curitiba representa um interessante *caso de estudo* para avaliar de que forma os paradigmas emergentes de sustentabilidade urbana têm fomentado as ações municipais e, até que ponto, fazem surgir um novo modelo de gestão de parques urbanos.

Partindo das repercussões da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD-92 -, que trouxeram sérias indicações da realidade quanto à negligência da questão ambiental, levando a uma ampla revisão dos padrões de desenvolvimento, apresentaremos no CAPÍTULO 1 a *contribuição teórica* que foi por nós selecionada e que apresentou maior coerência com as dimensões da sustentabilidade contempladas pelo Ecodesenvolvimento. Do debate dos sociólogos e ecologistas sobre a cidade no início do século XX, à renovação da abordagem sobre a cidade dada pela Sociologia Urbana Contemporânea, passamos a uma crítica ao modelo de gestão urbana vigente, baseado na entropia (com grande quantidade de energia requerida para o funcionamento do sistema que acaba resultando em produtos não assimilados dentro deste: é a cidade como consumidora). Da crítica ao modelo de cidade dependente à proposta por uma cidade mais auto-suficiente, apontamos os impedimentos a uma abordagem ecossistêmica da cidade, especialmente a monodisciplinariedade das ações e a desconsideração dos ciclos de funcionamento da cidade e

² Ver em Anexo B um breve Dossiê de caracterização dos parques, bosques e memoriais da cidade inaugurados até 1996.

da interação entre os meios natural e antrópico. A reversão deste quadro aponta uma renovada importância para os parques urbanos, que além do lazer podem servir a um vasto rol de benefícios para a qualidade de vida. Um modelo mais sustentável de parques, contudo, transcende a oferta destes benefícios e deve implicar em novos métodos e novas técnicas, que reconsiderem critérios de locação, acessibilidade, forma e disposição destas áreas no meio urbano. Como aprimoramento de um modelo, contribuem ainda: as reflexões sobre o lazer, dentro de uma perspectiva mais holística; as novas formas de desenho urbano a partir da variável ambiental; e o debate sobre a ampliação do grau de participação da sociedade nos processos de criação de parques urbanos.

A investigação do caso curitibano de planejamento e gestão de parques urbanos não prescinde de uma necessária análise acerca do processo histórico de evolução do planejamento urbano, cujo recorte de estudo nos é dado pelo foco do meio ambiente. Assim, o *CAPÍTULO 2 pretende descrever as principais contribuições do planejamento e gestão urbana na cidade* e a forma com a qual a questão ambiental ganhou notoriedade nestes processos, implicando tanto na conformação atual da cidade como na de suas áreas verdes. Especial contribuição para nossa análise têm os Planos de Recreação da década de 70, que, derivando do Plano Diretor, lançavam diretrizes de ação a partir de um diagnóstico realista acerca das áreas verdes e de lazer na cidade. A consolidação do “modelo” de cidade ecológica ocorre apenas na década de 90, quando os feitos da cidade em planejamento urbano e meio ambiente ganham menções e prêmios internacionais, e quando Curitiba começa a se difundir como um exemplo a ser seguido.

Partindo disto, o *CAPÍTULO 3* procura mostrar *quais artifícios têm sido usados para a difusão desta imagem positiva associada ao meio ambiente*, procurando nos trabalhos de alguns autores que pesquisam o caso curitibano de planejamento urbano, que teorias, se é que há alguma, vêm norteando as ações públicas do município, atribuindo-lhe um caráter inovador e de êxito em suas políticas, particularmente as de criação de áreas verdes. A “desconstrução” do mito criado decorre da evidência demonstrada sobre as causas de criação destas áreas e dos contatos com os agentes principais deste processo, que através de entrevistas nos tornaram mais claros os procedimentos de planejamento e gestão de parques. Finalizando este capítulo,

resgatamos as contribuições do Capítulo 2, bem como as dimensões da sustentabilidade que nos deram o contraponto da Problemática, a fim de apontar os limites do propalado modelo curitibano de parques e então, apontar algumas propostas para um modelo mais sustentável de planejamento e gestão de suas áreas verdes.

PROBLEMÁTICA

A gênese do problema:

Degradação ambiental como o processo que revela a crise paradigmática da ciência, do desenvolvimento e do planejamento urbano

A revelação mais aparente da crise na ciência e no modo de desenvolvimento tem se refletido no meio ambiente. Na década de 70, auge do modelo economicista, em texto pioneiro, SACHS (1970) já discutia a abrangência do conceito de desenvolvimento, até então muito restrito apenas à dimensão do crescimento econômico, negligenciando as dimensões social e cultural. Sachs relevava então a contribuição de alguns relatórios na denúncia da situação da degradação do meio ambiente (*environmental disruption*), resultado de uma ênfase no progresso material, em detrimento dos âmbitos político e social, dando origem a tentativas fragmentadas de solução do problema, que, por sua vez, acabavam por gerar mais problemas. Também criticava a visão predominantemente economicista da relação homem-meio, sugerindo uma visão histórica que considerasse tanto a tecnologia como a psicologia e a estética. Sua intenção foi de expor que as teorias do planejamento são mal preparadas para lidar com esta problemática, além de serem centradas na análise das implicações de curto e médio prazo, em detrimento das de longo prazo.

Mais recentemente, porém, sob a mesma inspiração, SACHS (1990) traz esta reflexão para o contexto brasileiro, comentando o “mau desenvolvimento”, caracterizado por altos custos sociais e ecológicos, demonstrando que um crescimento econômico rápido não pode ser considerado condição suficiente de desenvolvimento.

A crítica ao desenvolvimento predatório tem se intensificado desde a década de 70, e não cabe aqui uma revisão histórica pormenorizada da evolução do tratamento da questão

“degradação ambiental”.³ Destacamos, sobretudo, desde então, a influência das conferências de Estocolmo, e, principalmente, do Rio de Janeiro (CNUMAD-92), organizadas pela ONU, sendo que esta última já demonstrou um avanço na mudança de entendimento do meio ambiente, especialmente no que tange à “globalidade” da questão, uma vez que por muito tempo predominou a idéia de que o problema era só dos países industrializados.

A gestão dos recursos renováveis e não-renováveis é o tema central que deriva da última conferência, e faz refletir muito sobre a forma com a qual a humanidade tem feito uso dos bens de livre acesso. De acordo com BERKES (1989) predomina até agora, no que se refere à gestão destes bens, uma exploração massiva que ignora a capacidade de renovação do sistema e a necessidade de se pensar nos recursos que darão a condição de sobrevivência das gerações futuras. Retomando a análise de Hardin que caracteriza esta situação como “*tragedy of the commons*”⁴, BERKES tem se envolvido com pesquisas sobre comunidades que têm altos graus de sustentabilidade na lida com os bens desta categoria. Dentro da ótica da *gestão patrimonial dos recursos* (VIERIA & WEBER, 1997), entendendo os “*commons*” como propriedades comuns (ou seja, como “algo de todos” e não como “algo de ninguém”), estas comunidades mostram-se bem-sucedidas justamente pela relevância que dão aos fatores culturais e às técnicas autóctones, por vezes resquícios de tradições seculares, em contraposição à imposição de métodos de origem externa, carregados de preconceitos e dissociados da realidade cultural.

A “tragédia dos bens de livre acesso” expressa-se, ao nosso ver, também no meio urbano, na forma exploratória e degradante de gestão dos recursos naturais, cujo rebatimento se dá: nas práticas desequilibradas de promoção dos assentamentos humanos – através de desmatamentos, ocupação de fundos de vale, encostas, mangues –; na negligência para com aspectos como abastecimento de água potável, energia, destinação de resíduos; na apropriação particular de áreas naturais como praias, dunas bem como no descaso para com as áreas naturais, que no meio urbano acabam virando lixões, esconderijo de marginais, ao invés de estarem sendo preservadas e potencialmente utilizadas como opções baratas de lazer.

³ A degradação ambiental será abordada do ponto de vista da cidade no Capítulo 1.

⁴ “*Commons*” são bens de patrimônio natural, entre os quais as florestas, áreas de pesca e de culturas aquáticas, pastos, águas subterrâneas, a atmosfera (ventos, luz solar).

Tem grande importância, neste processo de degradação do meio ambiente urbano e da reserva de recursos, o encaminhamento que foi tomando a sociedade industrial, assunto que vem merecendo a atenção de alguns autores dentro do debate sociológico. Para GUIVANT (1998), esta questão não é de modo algum marginal, pois na sociedade altamente industrializada, riscos ambientais e tecnológicos são mais que efeitos colaterais do progresso, sendo intrínsecos a ela. BECK (1995) acredita mesmo que a emergência da questão dos riscos denuncia a autolimitação do modelo de desenvolvimento da sociedade industrial, exigindo revisão dos padrões. Para GIDDENS (1991), a emergência da questão dos riscos sócio-ambientais também teve fundamental contribuição para a discussão acerca do modelo predatório de desenvolvimento, refletindo em última instância na relativa descrença na ciência e na confiabilidade de seus paradigmas.

A crise no paradigma de desenvolvimento é repercussão da crise que tem atingido tantos outros campos na contemporaneidade e que tem raízes no âmbito da ciência moderna, envolta na dicotomia entre natureza e sociedade. *O conflito entre as ciências naturais e as humanas*, que perpassa todo o período, não resultou numa tomada de mesmo rumo após o choque. Antes disso, implicou num isolamento maior das ciências humanas, e os questionamentos que esta traria para as ciências naturais – verdadeira contribuição epistemológica – foram negligenciados por estas como não sendo pertinentes (SANTOS, 1989).

A questão ambiental deve, portanto, se transformar numa questão ideológica, freqüentada pela ciência, pela política, pela filosofia e pela cultura. É preciso considerar que as modificações naturais agora ocorram de forma acelerada pelo forte impacto das modernas tecnologias (ALMEIDA et al., 1999).

A mudança de paradigma na ciência, especialmente no que se refere à gestão do meio ambiente, tem feito com que alguns autores busquem apoio na teoria de Thomas S. Kuhn, contida em *A estrutura das revoluções científicas*. Da questão da “mudança de paradigmas” de Kuhn, surgem indagações mais atuais como as de F. Capra em *O Ponto de Mutação* apontando uma “crise de percepção” que leva a questionar a visão já obsoleta de mundo e o método fragmentado utilizado para sua interpretação frente a questões tão eminentes como desemprego

estrutural, em virtude das novas tecnologias, e a escassez de energia e recursos (MIOTTO, 1996).

O pensamento de Kuhn também é referenciado por BRÜSEKE (1997), para quem vivemos uma fase pré-paradigmática, que pressupõe o surgimento de novos paradigmas. Nesta fase, há propostas para substituir as velhas teorias do desenvolvimento social, dentre elas a *teoria e prática do desenvolvimento sustentável*.⁵

Para MONTIBELLER (1999), o desenvolvimento sustentável é a referência comum entre os autores que se dedicam ao estudo da inter-relação sociedade e meio ambiente. Este conceito surge na ciência e na política social como o paradigma, na concepção kuhniana de padrão normativo, capaz de dar conta da essência dos complexos fenômenos sociais da atualidade, em resposta à crise paradigmática instaurada da ciência, cujas teorias não correspondem à complexidade referida. Por isso, o princípio da sustentabilidade do novo paradigma é elemento chave para todas as versões do pensamento ambientalista (e não apenas no campo econômico).

Embora a reconhecida complexidade dos fenômenos exija uma abordagem que rompa com os limites disciplinares até então predominantes, as emergentes teorias que propõem a inter e transdisciplinariedade não oferecem segurança de que a capacidade persuasiva de certos agentes e de determinados profissionais mais bem formados não faça da tentativa de um trabalho interdisciplinar uma indefinição ainda maior acerca do valor dos termos. VIEIRA (1995) é radical neste sentido, indicando que muito se deve avançar na tentativa de um trabalho de pesquisa bem como no campo da ação: "Em termos mais concretos, sem uma referência sistêmica explícita, a própria noção da integração inter e transdisciplinar comparece de forma vaga e operacionalmente inócua na maior parte dos textos consultados". (VIEIRA, 1995, p. 75).

Portanto, um dos aspectos a se avançar é no próprio campo epistemológico, da

⁵ De acordo com FRANCO (2000): "O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu da Estratégia Mundial para a Conservação (*World Conservation Strategy*) lançada pela União Mundial para a Conservação (UICN) e pelo Fundo Mundial para a Conservação (WWF), apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), embora já tivesse aparecido com o nome de "ecodesenvolvimento" na Reunião de Founex em 1971 [...]. A Estratégia mundial propunha uma harmonização entre o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação do meio ambiente, com ênfase na preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para a utilização racional dos recursos naturais." (p. 26).

definição de conceitos e terminologias ou “do que se entende pelo que”. Kuhn também advertia com relação a isto, ao passo que reconhecia que estamos numa fase de transição dos paradigmas então vigentes para os novos paradigmas que os desconstróem, há que se relevar a questão da linguagem que vem passando por uma conversão, o que implica em difícil obra (CUPANI, 1985), e fica bem nítida, ao nosso ver, na indefinição de tantos conceitos, como o do próprio desenvolvimento sustentável, ora feito sinônimo de desenvolvimento sustentado, ora adjetivando turismo, agricultura, planejamento, parques, etc.

Enfim, os passos seguintes da ciência estão inevitavelmente marcados por esta crise. Novos encaminhamentos não se resumem a uma dupla vigilância epistemológica, por parte de cada uma das ciências, como quer Giddens. É necessário mais que isto. É necessário estabelecer critérios, limites e possibilidades de fertilização cruzada entre os dois campos científicos, que permitam distinguir entre o que há de futuro e passado de modo a rentabilizar seletivamente as dinâmicas futuras (SANTOS, 1989).

Neste sentido, podemos apontar as investigações e propostas que vêm consolidando a tentativa de formação de um campo integrador das ciências, na forma das *Ciências Ambientais*, introduzindo uma *abordagem sistêmica e transdisciplinar*, muito em contraste com a estanqueidade da abordagem analítica da ciência tradicional. A contribuição dos avanços neste campo das ciências ambientais tem repercussão garantida sobre a teoria e prática do planejamento urbano, igualmente imbuído até então dos valores da ciência tradicional.

O modelo modernista de planejamento urbano, perfeitamente associado ao antigo paradigma, fez persistir um modelo de análise e planejamento extremamente linear, que, na opinião de FRANCO (1997), *traduzia-se no caso de projeto de áreas verdes* através de levantamentos estanques que, inter-cruzados, geravam propostas que ignoravam a dimensão ecossistêmica da paisagem⁶. Além disso, a vinculação aos métodos tradicionais “emperrava” as tentativas de um trabalho mais interdisciplinar, mantendo cada profissional em sua área de

⁶ A crise do Planejamento Urbano frente a novos paradigmas é perpassada pelo debate também acerca da Paisagem, que conta com a participação de áreas como a Geografia e o próprio *Landscape Design*. Dentro deste trabalho, optamos por trabalhar na interface das novas teorias de planejamento urbano e planejamento de parques urbanos, embora as discussões emergentes acerca da paisagem sejam um notável apoio teórico que vem se firmando. Para aprofundamento sugerimos os autores: na área da Geografia, CORREA & ROSENDAHL (1998) e COSGROVE (1998) e do Paisagismo, LEITE (1994).

especialização.

Em acréscimo, CARVALHO & SCOTTO (1995) colocam que a orientação marcadamente mecanicista do planejamento urbano resistiu até mesmo à evolução do pensamento científico (passando pela teoria dos sistemas, a cibernética, o estruturalismo, a termodinâmica), *fazendo subsistir o instrumento do zoneamento funcional*, usado ainda até mesmo com falsas pretensões de conservação do meio ambiente, mas extremamente ineficaz na potencialização do uso destes recursos no meio urbano.

Para SILVA & MAGALHÃES (1993), "O urbanismo modernista representado pelos princípios expressos na Carta de Atenas⁷ previa a possibilidade de um controle total sobre a cidade. A utopia funcionalista da época desenvolveu a idéia de cidade como 'máquina' passível de controle técnico, o que garantiria um funcionamento perfeito. A cidade aparecia, então, como uma estrutura com crescimento linear, fixo". (p.34)..

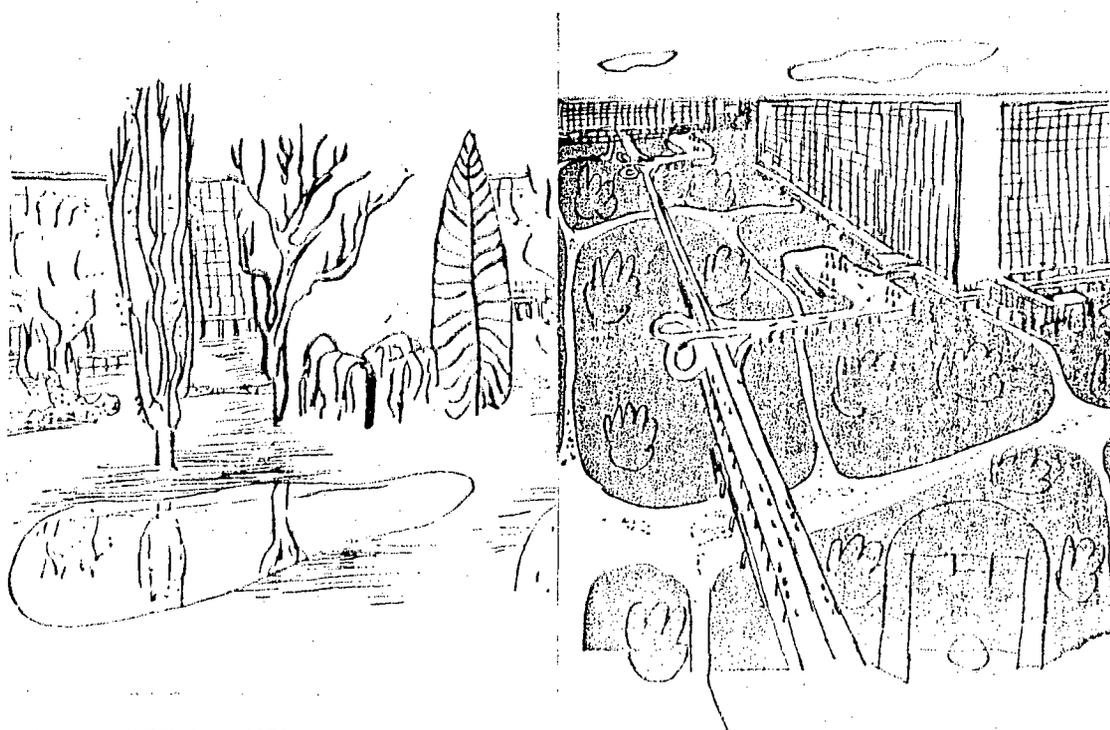
De instrumento de controle jurídico, o zoneamento passa a ser instrumento técnico-projetual interferindo implicitamente no modo de se conceber as cidades e repercutindo na forma de viver de seus cidadãos. Em 1961, a jornalista Jane Jacobs em *Death and life of great american cities* tece uma repercutida crítica acerca das conseqüências do urbanismo modernista sobre o modo de viver urbano. Ataca principalmente a monofuncionalidade dos bairros e a desarticulação e distância entre espaço público e privado (relação da casa com a rua). James Holston em sua crítica à cidade de Brasília acaba sintetizando algumas conseqüências do zoneamento modernista que se aplicam a outras cidades sob o mesmo auspício: concentração do espaço de trabalho e dispersão do espaço da habitação, uso do solo urbano baseado em movimento

⁷ A *Carta de Atenas* consiste numa deliberação do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1933, que definiu como funções da cidade moderna: habitar, trabalhar, circular, e recrear-se; e que norteou profundamente as práticas da arquitetura e do urbanismo modernos, funções estas que se serviam do instrumento legal do *zoneamento funcional* para sua implementação. Para RUEDA (apud FRANCO, 2000), a atual planificação urbana continua refletindo, em muitos casos, os princípios do funcionalismo expostos na Carta de Atenas, baseada em uma rígida compartimentação e na localização das atividades segundo a função. Moradia, indústria, zonas comerciais, espaços verdes, universidades etc., se separam, fisicamente, conectando-se mediante uma rede extensa de ruas e transportes horizontais. Esta precisão funcional anula a flexibilidade da cidade e de seus edifícios, e estes, concebidos como objetos arquitetônicos, são incapazes de adaptarem-se às condições mutáveis e impedem, por conseguinte, que a cidade funcione como uma unidade orgânica e dinâmica.

pendular casa-serviço-casa, alto custo do transporte devido aos grandes deslocamentos, modelo centrífugo de separação das classes sociais, entre outros. A vida oscila entre trabalho e residência, e o espaço público é pobre em relações de encontro, ritual e movimento. É como que decretada a morte da rua (PEREIRA, 1999).

Percebidos distintamente, tamanha a separação entre estes dois espaços, o construído em meio ao aberto, a habitação “dentro” do espaço verde, viram a marca registrada e o ideal da cidade moderna, onde a rua é só para automóveis, como expressam estes croquis de Le Corbusier, cujas idéias se difundiram através dos CIAMs.

FIGURA 01 — Croquis de Le Corbusier expressando sua concepção acerca do relacionamento do espaço aberto com o construído.



FONTE: LE CORBUSIER (1979)

A obsolescência deste paradigma começa a ficar clara com a emergência da questão ambiental urbana que leva à necessidade de se pensar a cidade de maneira integrada, e não mais separada em funções como no modernismo. A visão da cidade como uma máquina deveria dar lugar à cidade cibernética como *locus* de circulação de informações; a cidade como sistema

interativo com o seu contexto; a cidade como complexidade, onde a previsibilidade se submete a interações caóticas, a cidade como sistema termodinâmico que consome, transforma e destrói energia; *a cidade como ecossistema* (CARVALHO & SCOTTO, 1995).

Há 30 anos, SACHS (1970) já sugeria que *o paradigma para o planejamento a longo prazo fosse o urbanismo*, pelo fato de que ele estimula uma abordagem sócio-ambiental. Outros autores da Arquitetura e Urbanismo têm encontrado subsídio para seu trabalho em áreas mais relacionadas ao meio ambiente, como a ecologia, a ecologia humana, a geografia humana e a própria biologia (de onde deriva inclusive a idéia de sistemas), e amparam-se na bibliografia que vem surgindo com força acerca do paradigma do desenvolvimento sustentável, saindo de uma abordagem reducionista dos problemas para uma abordagem totalizante, holística. Neste tipo de abordagem se abre margem para o diálogo e o trabalho inter e transdisciplinar, que representa uma inovação, contrastando com a prática de planejamento urbano vigente (dos técnicos de gabinete limitados as suas áreas de conhecimento). ALVA indica que “sem uma visão holística da cidade e de seu desenvolvimento sustentável, pouco poderá ser feito para resgatar a arquitetura, a engenharia e todas as outras profissões que intervêm diretamente no habitat humano do ‘especialismo’ que as domina” (1998, p.215), possibilitando uma integração entre as esferas de planejamento.

Para FORTES (2000), a interdisciplinariedade também se reflete na integração e parceria entre as diversas esferas de governo e na capacidade mobilizadora da comunidade. RIBEIRO (1998) comenta ainda que o trabalho transdisciplinar, a prática conjunta com outros profissionais - do engenheiro florestal ao agrônomo - podem ajudar o arquiteto na revisão de seu papel de planejador e de sua formação.

Outra referência recorrente dos autores tem sido o Ecodesenvolvimento, cujas idéias ficaram conhecidas através dos trabalhos de Ignacy Sachs. Este conceito, para VIEIRA (1995), encontra impulso nos trabalhos da moderna teoria ecológica, da *integração interdisciplinar* e do conhecimento científico acerca de estrutura e dinâmica evolutiva dos sistemas sócio-culturais, que na visão deste estudioso, tem necessário aporte teórico-metodológico no paradigma sistêmico.

Em termos de síntese, nos serve o quadro dado em ALMEIDA et al (1999), que compara

as características do paradigma anterior com o(s) emergente(s) em termos de valores.

QUADRO 01 – Comparação entre o paradigma dominante e o alternativo

VALORES	PARADIGMA DOMINANTE	PARADIGMA ALTERNATIVO
Essência	Material (crescimento econômico) Sistema natural valorizado como recurso Dominação sobre a natureza	Não material/autovalorização Sistema natural valorizado intrinsecamente Harmonia com a natureza
Economia	Forças do mercado Riscos e distribuições Desigualdades Individualidade	Interesse Segurança Igualdade Suprimento coletivo/social
Política	Estruturas autoritárias Hierarquia Lei e ordem	Estruturas participativas Não-hierárquico Libertação
Sociedade	Centralizada Larga escala Associativa Ordenada	Descentralizada Pequena escala Comunitária Flexível
Natureza	Amplas reservas Hostil/neutra Controlável	Recursos limitados Benigna Delicadamente balanceada
Conhecimento	Confiança na ciência e tecnologia Separação de valor (pensamento & sentimento) Racionalidade de meios	Limites para a ciência Interação de valor (pensamento & sentimento) Racionalidade de fins

FONTE: ALMEIDA et al. (1999)

Através destas considerações procuramos situar, dentro de um cenário mais geral, nosso tema de pesquisa. A degradação ambiental tem se acentuado no meio urbano levando também a cidade a uma crise na forma com a qual vem sendo planejada e gerida e, a partir disto, procurar alternativas viáveis de desenvolvimento. As áreas verdes urbanas, e no caso, os parques, mesmo sendo apenas um dos elementos da cidade, passam também pela revisão de seu paradigma de planejamento e gestão.

O fato-problema:

A obsolescência do modelo de planejamento e gestão de parques urbanos

Partindo da caracterização do paradigma vigente e de suas contradições que levaram a uma crise generalizada, passamos agora a contextualizar esta discussão na realidade de nosso tema de pesquisa. As áreas verdes urbanas não têm fugido a este polêmico processo de se repensar o modelo de planejamento e gestão. Encontramos ainda a predominância de muitos valores prejudiciais que impedem o incremento destas áreas em nossas cidades, seja num nível quantitativo ou qualitativo. A busca por um modelo mais sustentável requer a rejeição das práticas ultrapassadas, que ignoram a importância do lazer e de outros benefícios que estas áreas oferecem. Reconhecer estes valores e práticas limitantes é fundamental para que se possa mudar de paradigma.

O planejamento e a gestão de espaços verdes de lazer
conforme o paradigma racionalista-cartesiano de planejamento urbano

Tem se verificado uma certa insatisfação em relação à forma com a qual os espaços abertos urbanos vêm sendo oferecidos ao longo dos últimos 10 anos, e tem se aprimorado o debate acerca da viabilidade da forma tradicional destes espaços frente às necessidades de uma abordagem mais inovadora que seja efetivamente mais precisa no atendimento das novas demandas (WILLIAMS, 1995).

Desde a Segunda Guerra Mundial, a oferta de lazer no meio urbano vem aumentando significativamente devido aos processos de reestruturação e renovação urbana nos aspectos de tráfego (por exemplo). Por outro lado, a pobreza, o desemprego, o *stress*, as tensões raciais, crimes e outros motivos têm dificultado a disseminação das atividades de lazer (WILLIAMS, 1995).

Alguns autores reconhecem a ainda prevalência do ideal vitoriano de oferta desses espaços no sentido de aliviar os problemas da vida urbana, bem como para reagir tanto à monotonia como às tendências ao crime, especialmente entre os jovens. O meio filosófico no qual emergiram os parques era de uma reação intelectual a muitos dos dogmas da economia liberal e ao crescente desencantamento com os produtos da industrialização urbana. Neste

sentido, os parques originalmente eram concebidos para oportunizar uma experiência do campo dentro da cidade. De fato, tratavam-se de uma versão domada e saneada do campo. Há diversas críticas à forma estandardizada de oferta dos espaços públicos, vistos de forma quantitativa, deixando-se de valorizar e apreciar valores como seus atributos visuais-paisagísticos, suas condições naturais, sua capacidade de suporte da vida silvestre, ou seu potencial para acomodar usos recreativos⁸ (WILLIAMS, 1995).

RIZZARDO (1996) comenta que, com o advento do trabalho em indústrias, a relação que se tinha com a natureza, que determinava desde os laços de família até o ritmo natural do trabalho e repouso, se perdeu. Se, por um lado, via-se nesta era industrial uma jornada de trabalho intensa e desgastante que exauria as forças dos indivíduos, nos poucos momentos que tinham de convivência familiar; por outro lado, os avanços tecnológicos têm nos permitido vislumbrar que, num futuro próximo, o tempo de jornada de trabalho seja bastante reduzido, aumentando as horas de tempo livre das pessoas. DANIELSKI (2000) também concorda: “[...] a tendência para o século XXI é cumprir tarefas e não horários fixos de trabalho, o que deve liberar mais tempo para o lazer e, conseqüentemente, práticas esportivas, que tendem a se firmar como os grandes focos de relações sociais, inclusive para as grandes massas.” (p. 26).

E os habitantes da urbe, sobretudo, têm procurado o que fazer no seu tempo livre, bem como resgatar o vínculo perdido com a natureza, no que o Estado tem deixado a desejar. TAKAHASHI (1994), referindo-se à recreação no Brasil, comenta: “Existe aqui, uma falta de interesse dos órgãos públicos e privados, em avaliar os benefícios gerados pela atividade recreativa. Na verdade, a maior parte das áreas recreativas é criada sem qualquer planejamento e os objetivos variam de acordo com a situação política e econômica dos órgãos ou proprietários, não havendo uma verdadeira política de recreação ao ar livre”. (p. 67).

O fenômeno de ocupação intensa das cidades levou a uma demanda crescente de bens

⁸ Para este trabalho, detivemo-nos na crítica ao planejamento e gestão de parques urbanos norteados pelo paradigma racionalista *a partir do Modernismo*, onde em nossa análise, a postura negativa com relação ao meio ambiente ficou mais evidente. Contudo, algumas características dos processos de criação de áreas verdes até hoje trazem influências de um passado mais remoto. Para uma visão mais histórica sobre a forma com a qual os parques e demais áreas verdes urbanas vêm sendo tratados sugerimos o trabalho de JELICOE & JELICOE (1995).

e serviços nas diversas áreas em que o Estado age, de forma que, muitas vezes, por falta de políticas específicas, e pelo imediatismo da necessidade de implantação, algumas dessas áreas são prejudicadas ou preteridas em favor de outras, como é o caso das áreas para o lazer (RIZZARDO, 1996).

Neste sentido, os espaços que deveriam estar sendo alocados para este uso ficam em detrimento de outros conteúdos, sem que se valorize sua contribuição para o bem estar da população, para a integração social, para o restabelecimento da paz e quietude que cada vez mais as tensões da vida urbana exigem. A extrema velocidade do crescimento e desenvolvimento de nossas cidades nos dias de hoje, suas tensões e a insegurança do mundo moderno, somada à diminuição da jornada de trabalho permitida pelo progresso tecnológico, vem gerando um desequilíbrio principalmente de ordem ambiental e espiritual, isolando as pessoas em suas casas. Uma estrutura adequada de espaços verdes de lazer é fundamental para contribuir na retomada desse equilíbrio essencial para a sobrevivência da cidade. (RIZZARDO, 1996).

O que se verifica de um modo geral é que, em nossa sociedade contemporânea, tem se costumado negar o direito ao lazer, considerando-o supérfluo e elevando-o ao *status* de privilégio, e, portanto, acessível a poucos. Nesse cotidiano atual, no qual o trabalho na cidade é a atividade principal do homem moderno, o *stress* e a fadiga causados pela rotina (jornada de trabalho em gabinete, longos deslocamentos casa-trabalho, congestionamentos no trânsito) prejudicam a qualidade de vida da população da cidade (MATIELLO, 1998).

Para SANTINI (1993), o cidadão necessita de áreas próximas a sua moradia para exercer atividades de lazer e recreação e evitar assim, principalmente, os deslocamentos – fator de grande importância nos nossos dias – pelo consumo de tempo solicitado por esta atividade.

Justamente as pessoas que não podem contar com as mínimas condições para a prática do lazer em suas residências, e para quem o custo de um transporte adicional é inviável, é que se encontram mais longe dos equipamentos específicos. O *stress* urbano pode ser ainda conseqüência da desvinculação do indivíduo do meio em que vive, especialmente dos elementos naturais (MARCELLINO, 1996).

Segundo SANTINI (1993), a busca de áreas abertas (praças, parques, etc.) revela a necessidade do cidadão de usufruir um meio ambiente, que, até certo ponto, esteja destituído de tecnologia.

Para SACHS et al. (1981), o fenômeno da necessidade de deslocamentos demorados decorre, sobretudo, da monofuncionalidade do planejamento modernista que impõe restrições de tipos de uso dentro da cidade, e estes exclusivismos – separação espacial entre trabalho, habitação e lazer – geram dependências entre os diversos espaços. No caso das áreas verdes, requer-se grandes dimensões, cada vez mais raras dentro da cidade, que, se somadas, representam índices notáveis, mas no geral, encontram-se dispostas sem critérios qualitativos na cidade, negligenciando as demandas.

Em geral, os espaços livres são tratados como “sobras” no processo de planejamento, destinando apenas o uso de lazer a espaços como os jardins, as praças e os parques, que, por si só, já se constituem elementos básicos de configuração e estruturação espacial urbana (MACEDO apud MILANO, 1992).

Para KELLERMAN (apud RIZZARDO, 1996), um planejamento baseado somente em normas quantitativas é insuficiente para oferecer, do ponto de vista dos usuários, qualidade em áreas verdes. As normas quantitativas para estas áreas devem ser complementadas com critérios qualitativos no tocante a equipamento e distância das moradias. Além disso, as condições gerais dos diferentes bairros devem ser levadas em conta, por exemplo, em áreas centrais, densamente povoadas, as áreas verdes devem cumprir outras exigências do que em bairros periféricos.

Mesmo quando são alocadas para o lazer, as áreas verdes refletem uma concepção profundamente arraigada no paradigma de planejamento anterior: na falta de relação com a natureza e com o homem enquanto usuário. Além dos aspectos de concepção, as poucas opções que se oferecem são: relegadas à “manutenção de acaso”; ausentes de valores estéticos que levem à formação de uma identidade coletiva (técnica da “reprodução” de praças com parquinhos infantis, introdução de elementos artísticos desvinculados do contexto cultural local); e pobres na promoção de relações de associativismo (não oferecendo oportunidade e condições

de reunião no espaço público, devido à monofuncionalidade que não exerce atração) (MATIELLO, 1998).

Outras vezes, prevalece o caráter ornamental, que implica em onerosa manutenção, com difícil reprodução destes espaços, bem como restrita utilidade por parte da população, carente de outros usos diversos que poderiam estar sendo oferecidos nestes espaços (SACHS et al., 1981). BITTENCOURT (apud RIZZARDO, 1996) coloca que a qualidade do espaço não vem de sua sofisticação ou luxo, mas é resultado de um projeto feito por profissionais de diversas áreas que utilizem técnicas, materiais e espécies da região, bem como de elementos artísticos adequados à cultura local.

Algumas vezes, o projeto de parques prioriza a magnitude dos espaços em detrimento da usabilidade por parte do homem, o que os tornam não-convidativos, e até hostis, como é o caso de grandes empreendimentos ao ar livre, com elementos arquitetônicos fora da escala humana e com atrações que implicam em ônus financeiro. Ao invés de ser um espaço personalizado, como o qual o usuário se identifique, os parques acabam sendo um espaço de ninguém, dissociado de elementos sócio-culturais, onde as idiossincrasias dos usuários são ignoradas sob pretextos até mesmo politicamente e paternalistas, como é o caso de parques cujos equipamentos instalados só favorecem seu fabricante. O resultado é um espaço que poderia estar em qualquer outro lugar⁹.

Além dos problemas e obstáculos acima discutidos, RIZZARDO (1996) ainda acrescenta outros com os quais nos deparamos para a implantação de áreas verdes de lazer:

- Falta de políticas municipais de meio ambiente que sejam implementadas independentemente da gestão do governante do momento;
- Falta de recursos para gestão de programas em meio ambiente e lazer;

⁹ Para este debate colabora a noção de "não-lugar" de AUGÉ (1994). Se um *lugar* pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um *não-lugar*. A hipótese defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não- lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos, que não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a "lugares de memória".

- Falta de uma estrutura de cadastramento de áreas verdes em potencial, para implementação de projetos;
- Insuficiência do critério quantitativo para denotar atendimento da demanda das populações periferizadas, mais carentes de tempo livre para o deslocamento até as áreas de lazer;
- Falta de controle e participação da população para evitar o desuso e degradação das áreas verdes.

Em seguida, através da contribuição do Ecodesenvolvimento e das dimensões de sustentabilidade dele derivadas, pretendemos aprimorar a crítica ao modelo vigente de planejamento e gestão de parques urbanos, destacando mais ainda sua notória “insustentabilidade”.

Verificando a insustentabilidade do modelo vigente:

A contribuição do Ecodesenvolvimento

A exigência por um novo paradigma, como nos alerta Kuhn, necessariamente implica numa mudança de mentalidade por parte daqueles que o conduzem. Portanto, *a entrada da questão ambiental na discussão sobre o modelo de desenvolvimento atua como elemento de ignição* para o processo que deve culminar com uma interiorização pessoal e coletiva da dimensão ambiental nos padrões de vida, que não só faça renunciar ao padrão degradante anterior, mas também se abrir para a formação de uma nova consciência.

As idéias do Ecodesenvolvimento têm contribuído, neste sentido, para um processo lento de formação de consciência, e, portanto, pode ser entendido como ideologia, no sentido de que agrega novos valores no campo ético. Além de se inserir no nível da pesquisa básica – na forma de uma Teoria do Desenvolvimento –, também se encontra no nível da pesquisa aplicada, como *gerador de políticas ambientais de caráter preventivo-proativo*, estabelecendo metas para um novo projeto de civilização, que inclui, obviamente, um projeto de desenvolvimento que não pode deixar de ser sustentável. Apóia-se, principalmente, nas seguintes premissas: *prudência ecológica*, entendida com a consciência na gerência dos recursos com vista à disponibilidade

destes para as gerações futuras (solidariedade diacrônica); *viabilidade econômica*, contrapondo-se a projetos utópicos e às teorias da estagnação econômica, bem como sustentando a inversão das prioridades de investimentos para os níveis básicos na busca do pleno emprego; a *autonomia das comunidades (self-reliance)*, relevando sua participação ativa nas decisões e gerência de recursos; e a *equidade social*, expressa na luta contra a pobreza e na busca pela satisfação das necessidades básicas de todos (SACHS, 1986). Sendo assim, *o Ecodesenvolvimento aparece como sinalizador de um novo paradigma de desenvolvimento e gestão da cidade.*

No que se refere à contribuição mais específica do Ecodesenvolvimento para o escopo teórico que interfere no planejamento e gestão de áreas verdes, a inversão de prioridades em benefício do atendimento das necessidades básicas inclui um requisito: a própria inserção ou sentimento de pertença do homem ao meio em que vive, processo para o qual podem contribuir as áreas verdes públicas associadas ao patrimônio ambiental urbano.

Dentro desta perspectiva, o lazer pode ser entendido como uma necessidade básica a ser atendida, não só por ser um conteúdo instrumentalizante no processo de harmonização das relações homem/natureza, mas por contribuir para a *satisfação plena do ponto de vista sócio-antropológico*, como comenta SACHS (1986).

Para a internalização das premissas do Ecodesenvolvimento, há necessidade de se pensar o desenvolvimento de um estilo tecnológico particular que implica tanto numa *educação preparatória para a gestão mais participativa*, como em um novo arranjo institucional, pontos estes importantes para a constituição de um novo modo de planejar a cidade¹⁰. A prática dos planejadores passaria assim por uma “auto-avaliação” retro-alimentada pelas aplicações de modelização da realidade – *construção de cenários* – instrumento que contribuiria inclusive para um processo mais participativo de gestão:

A elaboração de cenários de Ecodesenvolvimento permitiria, num primeiro passo, que se avaliassem os conhecimentos concretos – e as lacunas – nesta matéria, que se testasse a

¹⁰ SACHS alerta, sobretudo, para as potencialidades geradas ao se combinar o saber tradicional das comunidades com as inovações tecnológicas, o que ele chama de “pluralismo tecnológico”.

abordagem participativa e unificada do planejamento e se formassem implementadores de ecodesenvolvimento. Numa segunda fase, poder-se-ia imaginar que o conceito de desenvolvimento seria simplesmente assimilado pelos planejadores regionais e assim se tornaria conhecido, contribuindo para a identificação dos estilos de desenvolvimento apropriados a cada caso preciso. (SACHS, 1986, p. 27).

Num refinamento das premissas já apresentadas, as dimensões da sustentabilidade apontadas pelo Ecodesenvolvimento (SACHS, 1993 e 2000) nos permitem analisar criticamente a realidade dos processos de planejamento e gestão de parques urbanos. Mais tarde, estas dimensões serão retomadas para o confronto com a realidade do caso curitibano de planejamento e gestão de parques.

- Sustentabilidade social:

Resulta da criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão da “sociedade boa”. A meta é construir uma civilização com *maior equidade na distribuição de renda e de bens*, fomentando a oferta do emprego digno e a igualdade no acesso aos recursos e aos serviços, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

No caso dos parques urbanos, a dimensão social de sua insustentabilidade ficaria expressa, por exemplo:

- Na falta de socialização do conhecimento dos técnicos do poder estatal, bem como de participação de outras instâncias (população usuária, setor privado, ONGs), no planejamento e gestão destes espaços.
- Na prevalência dos critérios quantitativos para o estabelecimento de áreas verdes de lazer, que desconsideram as demandas específicas, especialmente das populações periféricas.
- Na monofuncionalidade dos parques, que, em sua feição ornamental – para o lazer contemplativo –, mais isolam do que integram o homem à natureza, deixando de promover atividades fomentadoras das relações de troca entre os sujeitos e o meio.

- No ônus imposto para o exercício de atividades que excluem os segmentos mais empobrecidos da população.

- Sustentabilidade Econômica:

Deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

No caso dos parques urbanos, a dimensão econômica de sua insustentabilidade ficaria expressa, por exemplo:

- Na preponderância do papel do Estado na implantação e manutenção das áreas, bem como na falta de parcerias com outros setores, o que em geral, aliado às grandes dimensões destes espaços, se não leva ao descaso e omissão deste ator, faz com que outras demandas fiquem em detrimento.
- Na concepção paisagística meramente ornamental destes espaços, que negligenciam elementos já existentes de patrimônio ambiental em meio urbano¹¹, optando pela construção artificializada de eventos de vegetação (ex.: importação de espécies exóticas) e de equipamentos requintados, fatores que, somados, oneram a implantação.
- Na concepção gerencial de dependência com que se planejam estes espaços, que não são capazes de custear autonomamente sua manutenção e funcionamento sem a injeção de recursos exteriores.

- Sustentabilidade ecológica/ambiental

Pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas:

- a) Ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto

¹¹ Aqui alinhamos a definição de “commons”, já mencionada em nota anterior, com a denominação de patrimônio ambiental urbano, que seriam os eventos em termos de recursos naturais disponíveis já existentes em meio urbano, como: florestas, bosques, cursos d’água, eventos rochosos, manguezais, belvederes e morros, etc.

- é, intensificando-se o uso do potencial de recursos dos diversos sistemas, como um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- b) Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressiva ao meio ambiente;
 - c) Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
 - d) Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;
 - e) Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso dos recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;
 - f) Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

No caso dos parques urbanos, a dimensão ecológica de sua insustentabilidade ficaria expressa, por exemplo:

- Na negligência do patrimônio ambiental urbano existente como espaço potencial para os parques, optando-se pelo radicalismo conservacionista de isolamento da natureza em meio urbano, pouco educativa.
- Na artificialidade dos projetos e na subutilização do potencial oferecido pelo patrimônio ambiental urbano demonstrando falta de conhecimento para a intervenção criativa e harmoniosa na natureza.
- Na desvinculação entre as políticas de preservação de recursos naturais urbanos,

qualidade de vida (ar, clima, saúde urbana) e as de lazer.

- No emprego de materiais cujas fontes energéticas não são renováveis para a construção de equipamentos e mobiliário dos parques, bem como de equipamentos e usos incompatíveis com as exigências de preservação das áreas silvestres urbanas.
- Nas distâncias a serem percorridas para se chegar aos parques, implicando na dependência de meios poluentes de transporte.
- Na falta de integração de programas de educação ambiental com o espaço dos parques.
- Na monodisciplinariedade do corpo técnico que projeta estes espaços, fechando-se para as variáveis interdisciplinares que a dimensão ecológica aponta.
- Na falta de legislação específica de proteção e manejo de áreas silvestres em meio urbano, que viabilizasse a utilização destas para atividades de lazer sem conflitos com a necessária preservação da biodiversidade urbana.
- Na falta de um planejamento regional que compreendesse as áreas verdes enquanto sistemas para regulação cíclica dos sistemas naturais.

- Sustentabilidade espacial ou territorial:

Deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

No caso dos parques urbanos, a dimensão espacial de sua insustentabilidade espacial ficaria expressa, por exemplo:

- Na manutenção do padrão de planejamento que utiliza o zoneamento funcional como instrumento de regulação, isolando os espaços de moradia, trabalho e lazer, dificultando o deslocamento intra-urbano.

- Na distribuição sem critérios qualitativos (ex.: demanda, aproveitamento de potenciais naturais) destes espaços na cidade.
- Na concepção desintegrada destes espaços que acabam por não gerar atratividades/usos diversos e complementares, resultando em espaços monótonos, de pouca utilidade ou de usos semelhantes a uma distância muito próxima.

- Sustentabilidade cultural:

Incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados e de processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

No caso dos parques urbanos, a dimensão cultural de sua insustentabilidade ficaria expressa, por exemplo:

- Na exclusão da opinião e demanda das populações usuárias no que se refere aos usos nestes espaços.
- Na dissociação entre as políticas de promoção cultural, esportiva, educacional e ambiental, já que o espaço dos parques seria potencial para realização de ações integradas. (ex.: aulas escolares extraordinárias, escolinhas de esporte, oficinas de artes e reciclagem, etc.).
- Na concepção artística do projeto alheia à realidade cultural da população do entorno, gerando abandono e repúdio, além de promover uma imagem equivocada das tradições para os visitantes exteriores.

Todas estas dimensões elencadas são categorias que não podem ser tomadas individualmente, pois uma interfere na outra. A sustentabilidade, em geral, e dentro de um paradigma de desenvolvimento e planejamento urbano, precisa estar a caminho de alcançar a contemplação plena de cada uma delas. Assim, estas dimensões introduzem e balizam nossa

análise, cujo modelo está dentro da concepção ecossistêmica de cidade, derivada da Ecologia urbana e que estaremos apresentando a seguir.

O objeto de estudo:

Os parques urbanos e a sustentabilidade na “Curitiba ecológica” -
Um novo paradigma de planejamento e gestão?

[...], não se pode deixar de notar que as representações oficiais da cidade são extraordinariamente parciais, enfocando em demasia alguns aspectos, desconsiderando outros e praticamente ignorando manifestações que contradigam a positividade do cenário. Se estas representações não são as mais fidedignas nem as mais completas, nem por isso pode-se afirmar que elas sejam meras falsificações grosseiras. Se assim fosse, dificilmente poderiam se sustentar – como, aliás, o fazem – por um período apreciável de tempo. Muito pelo contrário, a imagem de Curitiba como “Capital ecológica”, “Capital de Primeiro Mundo”, “Laboratório de Experiências Urbanísticas”, etc. seria insustentável se não se aludisse a certos aspectos da realidade. Contudo, cabe insistir, essa mesma visão edulcorada da cidade oculta outros aspectos tão ou mais relevantes para o entendimento da especificidade de sua experiência histórica quanto aqueles que o discurso oficial insiste em veicular. (OLIVEIRA, 2000, p. 16).

A motivação para o estudo do caso curitibano de planejamento e gestão de parques urbanos¹² vem no bojo da discussão que apresentávamos anteriormente. Dentro de um contexto de crise paradigmática generalizada a partir do intenso processo de degradação ambiental global, algumas tentativas têm emergido na busca por uma nova base que sustente seus processos de desenvolvimento, e, no caso da cidade, a teoria e prática do planejamento urbano. A partir de determinações como as da CNUMAD-92, algumas cidades têm buscado um modelo mais sustentável de se desenvolverem e garantirem a qualidade de vida destas gerações e das próximas.

Desde a década de 90, Curitiba têm despontado no cenário nacional e internacional como uma das cidades que têm se esforçado neste processo de busca por um novo paradigma.

¹² Invariavelmente usados como sinônimos neste trabalho, os *parques urbanos* são um tipo de *área verde urbana*, a qual engloba bosques, praças com vegetação, canteiros e jardins. Por sua vez, áreas livres compreendem outros espaços não-arborizados como praças, largos, calçadas. Para um maior detalhamento, ver LIMA (1994) que desenvolveu pesquisa acerca desta conceituação. De acordo com MARCELLINO (1996), os espaços para o lazer podem ainda ser divididos em Específicos e Não-específicos. *Específicos*: os que são construídos com o fim particular para o lazer, como ginásios, piscinas, estádios; *Não-específicos* os que, além de outro fim, acabam servindo ao lazer, como a rua, o bar e a própria moradia. STUCCHI (1997) classifica os equipamentos específicos de acordo com o porte. Segundo esta classificação, um *parque urbano* seria exemplo de um *Equipamento Polivalente Grande*. MARCELLINO (1996) fala dos parques como *macro-equipamentos*, e dos equipamentos que se encontram em parques como *micro-equipamentos*, que é o caso de parques infantis, quadras esportivas, mobiliários.

Difundiu-se amplamente que muitas das políticas urbanas nesta cidade, a partir do processo de institucionalização de seu planejamento, foram responsáveis pelo alcance do *status* atual, que dá à Curitiba o título de “cidade ecológica”. Do transporte coletivo à gestão de seus resíduos, da educação ambiental aos diversos equipamentos urbanos, passando por uma aprimorada legislação acerca do meio ambiente e de suas áreas verdes preservadas, Curitiba tem figurado na imprensa como *um padrão a ser seguido, um modelo que se mostra alternativo e sustentável*, e a partir daí, uma ótima opção de investimentos¹³.

Esta difusão não ocorre somente pela iniciativa da mídia, mas é uma política do governo da cidade, que, utilizando-se de recursos publicitários, tem promovido seus programas e logrado intensa adesão da população, a qual apóia e aprova este “projeto de modernidade”, num processo onde se tenta criar uma identificação das pessoas com a imagem acerca da cidade. Para LERNER (1992), prefeito que evidenciou a questão ambiental e que foi o mentor desta filosofia de “formação de identidade curitibana”: “O maior patrimônio de uma cidade é a identidade de seus moradores com ela. Respeitada e informada, sabendo-se co-responsável, responderá mais prontamente aos apelos em favor da parceria e da participação. A cidade do futuro será o cenário da solidariedade”.(p. 20).

Afirmando seu sucesso, seguem diversos indicadores de qualidade de vida¹⁴ que inclusive têm dado à cidade prêmios e menções internacionais, tornando-a referência em escala mundial em sustentabilidade urbana. Uma das conferências em preparação à CNUMAD-92 foi sediada em Curitiba e, a partir daí, muitos outros eventos acerca da gestão urbana tem buscado na cidade sua realização, quase sempre passando pelo estudo, mesmo que breve, da experiência curitibana, seja em cursos e palestras, seja em visitas *in loco* a suas atrações mais difundidas.

Este novo modelo propalado – denominado ecológico – tem demonstrado assimilar

¹³ Uma pesquisa desenvolvida pela Revista Exame e pela Simonsen Associados em cem grandes cidades brasileiras apontou Curitiba como a melhor cidade brasileira em qualidade de vida e oportunidade de negócios. Para Nely Caixeta, redatora da matéria, Curitiba se destaca pela eficiência de seu planejamento, que dá um sentido ao crescimento da cidade. (CURITIBA, 2000a).

¹⁴ O nível de escolaridade em Curitiba é de 8,6 anos contra 6,6 anos no resto do país; tem um potencial de consumo de US\$ 4.768 por capita, superior à média nacional e maior que a de São Paulo, com US\$ 4.293. (CURITIBA, 2000a).

diversas contribuições teóricas que vêm emergindo a partir da crise paradigmática, como as noções de desenvolvimento sustentável, ecologia urbana, ecossistemismo urbano, entre outras. As ações em Curitiba são ditas integradas¹⁵, visando à conservação de energia e o equilíbrio dos ecossistemas, como explica TRINDADE (1997):

[...] a política de preservação ambiental é parte conexas e integrada ao processo global de planejamento urbano em Curitiba, pelo princípio de que no desenvolvimento de uma cidade não existem ações isoladas. Aqui, temos o princípio da unicidade dos ecossistemas aplicado ao planejamento [...]. Assim, a política de preservação dos espaços construídos e naturais está associada diretamente aos objetivos dos planos de recreação, saneamento e equipamentação da cidade, a cujos programas interage a soma. (p. 94)

Contudo, apesar de constantemente fazer referência à importância do processo de planejamento para o estágio alcançado, Curitiba vem sugerindo que outras cidades possam aplicar, a partir do seu exemplo, as mesmas ações e conquistar um êxito semelhante sem passar pelo mesmo processo.

As áreas verdes urbanas, dentro deste cenário, são justificadas como um dos mais destacados atributos da “cidade ecológica”, que, pensando na qualidade de vida dos moradores, preserva suas áreas de vegetação e ainda dá opções de lazer à população.

Em apenas vinte anos a cidade incrementou suas áreas verdes de aproximadamente 0,50 m² por habitante na década de 60 (IPPUC, 1968) para aproximadamente 54 m² em 1996 (IPPUC, 1992), quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o mínimo de 16 m². O incremento nas áreas verdes *públicas* também foi notável e ainda supera o recomendado pela OMS (3 m² de praças e 9 m² de parques e reservas), conforme demonstra o quadro abaixo¹⁶:

¹⁵ Para LERNER (1992), “A cidade ambientalmente correta evita a segregação de funções urbanas e classes sociais. A integração das funções urbanas ajuda a cidade a economizar o máximo, porque reduz o número de deslocamentos”. (p.20).

¹⁶ Até 1984, por exemplo, São Paulo tinha apenas 1,46 m² de área verde por habitante. (OLIVEIRA, 1996).

QUADRO 02: Evolução da área e da área em m² por habitante de parques e bosques no período

INTERVALO	ÁREA (m ²)	ÁREA (m ²) POR HAB*
1886-1971	344.665	0,58
1972-1982	9.946.916	8,24
1983-1996	7.911.773	5,63
Total	18.203.354	12,96

* Calculado para a população em cada período

FONTE: OLIVEIRA (1996)

O propagandeado índice quantitativo, contudo, não é, como afirmam alguns autores, o único parâmetro de qualificação das áreas verdes, que depende também de outras condições, como o acesso a elas e sua localização. RIZZARDO (1996), em estudo sobre as áreas verdes na cidade de Curitiba, chega a afirmar que em diversos de seus bairros, principalmente os mais adensados e de baixo poder aquisitivo, ainda é pequeno o número de espaços verdes específicos de lazer próximos das moradias. No entanto, para este autor, “um dos aspectos fundamentais da política de áreas verdes urbanas de Curitiba foi justamente a afirmação da recreação e do lazer contemplativo como fatores indispensáveis ao equilíbrio físico e mental do ser humano, elementos básicos à sua satisfação e a seu desenvolvimento.” (p. 72). Esta preocupação já aparece em um documento do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba da década de 70 que se propôs a um diagnóstico do tema recreação na cidade com fins de subsidiar propostas específicas de planejamento urbano, o *Plano Estrutural de Recreação de Curitiba* (IPPUC, 1968) e demonstra um certo avanço do entendimento da função do lazer.

MENEZES (1994) comenta que foi na primeira gestão do prefeito Jaime Lerner (1971-74) que se institucionalizou a tradição curitibana na preservação de áreas verdes, com a implantação de grandes parques como o São Lourenço (203.918 m²) e o Barigüi (1.400.000 m²). A consolidação da política de criação de parques aconteceria na década de 90, com experiências que demonstram uma arquitetura equilibrada e integrada ao meio ambiente, adequando-se a espaços degradados e revalorizando-os, como o Parque das Pedreiras, que virou lugar para *shows* e abrigou uma ópera. Os bosques, particularmente, além de lazer e preservação, vêm para dar mais um sentido de identificação da população, através das homenagens que prestam às etnias que imigraram para a cidade (ver quadro abaixo) (ver

também Mapa 03 em Anexo A com localização de parques e bosques de Curitiba, além de Dossiê resumido das características destas áreas em Anexo B).

QUADRO 03 – Área e área quadrada por habitante de parques e bosques até 1996 em Curitiba

PARQUE OU BOSQUE	ANO	ÁREA (m ²)	ÁREA VERDE (m ²) POR HAB*	BAIRRO
Passeio Público	1886**	69.285	0,0493	Centro
Parque da Barreirinha	1959***	275.380	0,1960	Barreirinha
Parque São Lourenço	1972	203.918	0,1451	São Lourenço
Parque Barigüi	1972	1.400.000	0,9965	Mercês
Bosque Boa Vista	1974	11.682	0,0083	Boa Vista
Bosque João Paulo II	1980****	48.000	0,0341	Centro Cívico
Bosque Capão da Imbuia	1981	19.000	0,0135	Capão da Imbuia
Parque Iguaçú	1982*****	8.264.316	5,8825	Uberaba/Boqueirão
Bosque Gutierrez	1986*****	18.000	0,0128	Vista Alegre
Parque Bacacheri	1988	152.033	0,1082	Bacacheri
Parque das Pedreiras	1989	103.500	0,0643	Abranches
Bosque Reinhard Maack	1989	78.000	0,0736	Hauer
Jardim Botânico	1991	178.000	0,1267	Jardim Botânico
Parque do Passaúna	1991	6.500.000	4,6267	CIC
Bosque Zaninelli	1992	37.065	0,0263	Pilarzinho
Bosque Italiano	1993	23.540	0,0167	Santa Felicidade
Parque dos Tropeiros	1994	173.474	0,1234	CIC
Bosque de Portugal	1994	20.850	0,0148	Jardim Social
Parque Tingüi	1994	380.000	0,2704	Pilarzinho
Bosque da Fazendinha	1994	72.851	0,0518	Fazendinha
Parque Caiuá	1994	46.000	0,0327	CIC
Parque Diadema	1994	112.000	0,0797	CIC
Bosque Alemão	1996	40.000	0,0284	Jardim Schaffer
Parque Tanguá	1996	450.000	0,3203	Pilarzinho
TOTAL		18.676.894	13,3021	

FONTE: adaptado de OLIVEIRA (1996b) e SMMA

* Contabilidade feita de acordo com a população em cada período.

** Única área verde criada até o final do século XIX (considerada parque atualmente).

*** Criado em 1959, entregue à população em 1966 e transformado em parque municipal em 1972.

**** Houve uma segunda inauguração em julho de 1981 por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Curitiba.

***** A primeira inauguração se deu em 1978. Contudo, a área em questão só foi alcançada em 1982. Foi finalmente instituído oficialmente em 22/07/91.

***** Implantado e entregue ao público em 1987. Foi reinaugurado em 1989 por ocasião do lançamento do MEMORIAL CHICO MENDES.

As áreas verdes urbanas de Curitiba, pelo menos atualmente, têm sido incluídas no rol de ações integradas do município, associando-as a sua política urbanística e ambiental, que

inclui ações em áreas como saneamento e salubridade urbana. Em IPPUC (1992), relata-se que os parques foram criados num primeiro momento utilizando-se de fundo de vales, evitando assentamentos irregulares e enchentes, enfim, atuando na recuperação de áreas degradadas. Paralelamente, foi avançando a legislação municipal na eficácia da preservação e incentivo à manutenção de áreas verdes. Os usos nos parques também foram se diversificando: zoológico, esporte-lazer, cultural, gastronômico e, até mesmo, universidade, a UNILIVRE.

Neste mesmo documento, do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba, o Volume 8 da coleção *Memória de Curitiba Urbana*, consta que a cidade foi a primeira a desenvolver uma *escola de urbanismo ecológico*, constituindo-se em diretrizes que vão do físico-estrutural ao cultural e ao psicossocial. Seu principal postulado é a oferta de qualidade de vida ao homem, entendido como parte da natureza a ser integrada ao todo. Também se coloca que a população tem papel relevante pelo próprio uso de áreas como os parques, pois ao se apropriar deles, legitima-os e se conscientiza de sua preservação.

Diante deste cenário, nossa pesquisa se propõe a refletir e buscar respostas no sentido de descobrir se o propalado modelo ecológico de planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba realmente existe, o quanto traz de inovador, e que novos valores assimila a partir das teorias acerca de sustentabilidade urbana. Também importa-nos saber até que ponto a assimilação destes novos valores não se dá de forma equivocada e fragmentada, especialmente no entendimento das dimensões da sustentabilidade. Para tanto, serve-nos o aporte teórico que trabalharemos no Capítulo 1. A partir desta análise, pretendemos contribuir não somente para a revisão e melhoramento dos processos de planejamento e gestão da cidade e dos parques urbanos em Curitiba, mas também dar subsídio através da teoria selecionada e do exemplo analisado em Curitiba para outros envolvidos com a discussão teórica e o âmbito prático da gestão de cidades e suas áreas verdes frente aos desafios de um novo paradigma mais sustentável.

QUESTÕES NORTEADORAS E HIPÓTESES ASSOCIADAS

São três as questões norteadoras embutidas em nossa pesquisa: as duas primeiras de caráter mais analítico, e a terceira mais normativa, cada qual associada a uma hipótese, que nos disporemos a testar, e cuja metodologia para tal exporemos a seguir:

QUADRO 04 – Questões norteadoras e hipóteses de pesquisa

QUESTÕES NORTEADORAS	1) Em que medida a experiência curitibana de planejamento e gestão de parques urbanos tem assimilado as diversas dimensões da sustentabilidade?	2) A experiência curitibana de planejamento e gestão de parques urbanos tem refletido um modelo, assimilando nitidamente alguma concepção teórica inovadora em gestão urbana?	Se confirmada a segunda hipótese, o que falta para que Curitiba tenha um modelo mais sustentável de planejamento e gestão de parques urbanos?
HIPÓTESES	O planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba consideram preponderantemente a dimensão ambiental, em detrimento das outras dimensões.	<i>A atual gestão destes espaços não configura um modelo, pois não recorre claramente a nenhuma teoria de embasamento para suas ações, senão em noções fragmentadas e equivocadas de sustentabilidade, o que implica em práticas de gestão propaladas como inovadoras, mas que continuam permitindo a reprodução e permanência do antigo paradigma.</i>	O recurso a abordagens como o Ecodesenvolvimento e a noção ecossistêmica de cidade pode fornecer subsídios para que Curitiba evolua para um modelo mais sustentável de planejamento e gestão de parques urbanos.

OBJETIVOS

- Geral:

Avaliar a sustentabilidade das práticas de planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba - PR, à luz das contribuições teóricas do Ecodesenvolvimento e da Ecologia Urbana/Noção ecossistêmica de cidade.

- Específicos:

1) Mapear as novas teorias de planejamento e gestão das cidades alinhadas com as idéias de sustentabilidade urbana, e dentro destas, as novas concepções para parques urbanos, bem como avaliar a emergência eventual de um novo paradigma.

2) Verificar que base teórica dá sustentação aos processos de planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba, buscando revelar as limitações encontradas nestes processos frente à contribuição teórica mapeada e avaliada.

3) Subsidiar uma revisão das práticas de planejamento e gestão dos parques urbanos em Curitiba, bem como em outras cidades, de maneira que se encaminhem para um modelo mais sustentável.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A presente dissertação não teve pretensões de inovar na metodologia de trabalho e nem como objetivo a elaboração de um novo modelo de planejamento e gestão de parques que se esgotasse com as contribuições selecionadas em nosso referencial teórico. Antes de tudo, esta dissertação foi um empenho de mapeamento e análise. Um mapeamento de teorias emergentes em sustentabilidade urbana, e uma análise do caso curitibano de parques urbanos com base nestas teorias.

Para o mapeamento destas teorias contribuíram, sobretudo, levantamentos a partir de fontes bibliográficas (livros, artigos e teses) que foram realizados nas bibliotecas de órgãos como o IPPUC e a UNILIVRE, na Biblioteca Pública Estadual do Paraná e em bibliotecas universitárias – Biblioteca Central da UFSC, na Biblioteca Central da PUC-PR, nas bibliotecas dos Setores de Ciências Florestais, de Ciências Exatas e de Ciências Humanas da UFPR, revelando inclusive um caráter multidisciplinar da pesquisa ao apoiar-se em fontes de diferentes áreas do conhecimento.

Para a descrição e análise do caso curitibano, além das fontes bibliográficas¹⁷ serviram-nos ainda jornais e revistas (referências hemerográficas); planos, mapas e legislações (documentos impressos); e textos, vídeo e informações em disquetes e via Internet (referências eletrônicas). Sobretudo para o capítulo 3, contribuíram os levantamentos realizados *in loco* em alguns parques e bosques de Curitiba, confirmados em registro fotográfico, percepções e verificações. A escolha de alguns parques para visita não foi motivada por nenhum critério quantitativo, que quisesse estabelecer uma amostra pré-determinada. A escolha foi sendo definida à medida que o estudo dos diversos levantamentos despertava um interesse maior pela averiguação de algum caso particular. Também influenciou nesta escolha a menção mais freqüente feita pelas pessoas contactadas acerca de alguns parques. Invariavelmente, os

¹⁷ Aqui fazemos uma ressalva ao leitor de que particularmente as publicações utilizadas no capítulo 2 e 3 que forem de autoria da Prefeitura Municipal (PMC), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUC), ou encomendados por estes a organizadores como TRINDADE (1997), obra editada pela UNILIVRE, trarão idéias geralmente coniventes com o discurso que se quer divulgado, e, portanto, contribuem nem tanto para o ponto de vista crítico em nosso trabalho, mas como base para a crítica.

motivos que nos levaram a visitar os parques eram a sua causa de criação, a relação que estabelecem com o meio e os usos peculiares que oferecem. Os parques e bosques visitados foram:

- *Parque Barigüi e Parque São Lourenço*. Ambos criados devido a uma mesma causa – o controle de cheias –, contendo um lago de represamento. Estão entre os mais antigos e maiores, e são os que apresentam maior frequência de visitantes¹⁸. Contam com uma diversidade de usos que vai do lazer e esporte ao cultural/artístico.
- *Parque Tanguá*. Um dos mais recentes e que foi concebido na tentativa de recuperar uma área degradada que se consolidaria como depósito de entulho.
- *Parque Tingüi*. Um dos mais recentes e oficialmente criado para o controle de cheias.
- *Bosque Zanineili*. Apresenta um dos usos mais inusitados dentro de uma área verde, a UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente).
- *Jardim Botânica*. Um parque com um caráter distinto - além de preservação serve para a pesquisa -, e também pela forma mais restrita com a qual o lazer é nele oferecido.
- *Passeio Pública*. O mais antigo, mais central e que atende à função de mini-zoológico na cidade.
- *Parque das Pedreiras*. Pela apropriação de uma área degradada (pedreiras) para a realização de *shows* e apresentações ao ar livre e em um prédio especialmente construído (Ópera de Arame).

Contudo, outros espaços não visitados foram mencionados ao longo da dissertação, pois não se teve como objetivo neste trabalho fazer o estudo específico de alguns espaços, mas o de se verificar que valores se percebem nos processos de planejamento e gestão destas áreas em geral. Assim, sempre que foi necessário ilustrar, remetíamos às características de determinado

¹⁸ Conforme notícias de periódicos e alguns informantes.

parque.

Ainda na elaboração do capítulo 3 foram utilizadas informações a partir de *entrevistas* realizadas por nós com os envolvidos no planejamento e gestão das áreas verdes, bem como entrevistas já realizadas por terceiros e publicadas. Os depoentes foram dos setores da prefeitura que lidam com cultura, esporte, lazer, meio ambiente e planejamento urbano e de parques¹⁹. Para as entrevistas realizadas não nos baseamos em um questionário igual e comum a todos, uma vez que as informações desejadas diferiam para cada envolvido a ser entrevistado. O mais conveniente neste caso se mostrou o *roteiro de perguntas*, elaborado a partir de um conhecimento prévio sobre o cargo e função do entrevistado que permitia que o processo de conversação com a pessoa se iniciasse a partir de determinados temas e com isso ela sentisse liberdade de descrever o processo de acordo com sua visão.

Entre as pessoas entrevistadas e setores visitados que abaixo citamos, algumas contribuições não são mencionadas novamente no desenvolvimento da dissertação, por terem mais um sentido de contato e verificação.

- Denise Tosin: Gerente de Educação para o Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) [01/11/2000].
- Leni Toniolo: Gerente de Educação ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) [20/12/2000].
- Mario Küster: Arquiteto do Departamento de Parques e Praças (SMMA) [24/03/2000 e 20/12/2000].
- Dâmaris da Silva Seraphim: Engenheira florestal, Chefe de Administração e Controle de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) [20/12/2000].

¹⁹ Outros agentes que inicialmente prevíamos entrevistar não se mostraram tão relevantes para o entendimento do processo, como grupos de usuários dos parques. As nossas hipóteses puderam assim ser confirmadas sem passar por estes atores sociais, cuja importância para o atual estágio de planejamento e gestão de parques é muito pequena.

- Maria Alice E. P. Bello: Chefe do Serviço de Educação Ambiental Comunitário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) [24/03/2000].
- Carlos Alberto de Oliveira: Pedagogo e Coordenador de Programas em Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) [30/09/2000].
- Guilherme Pupo: Jornalista responsável pela pasta de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Comunicação Social (SMCS) [30/09/2000].
- Célia Hosoume: Jornalista e Diretora de Relações Públicas da Secretaria Municipal de Comunicação Social (SMCS) [30/09/2000].
- Célia Bin: Arquiteta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) [contato por telefone]
- Yuri Fukuda: Arquiteta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) [contato por telefone]
- Jaderson L. Holsbach: Chefe Sênior do Grupo Escoteiro Tapejara, localizado no Parque Barigüi [contato por *e-mail*].
- Fundação Cultural de Curitiba (FCC): Visita à Assessoria de Imprensa

Outro elemento que contribui para a nossa interação acerca do novo estado-da-arte da legislação urbana foi um curso que participamos na UNILIVRE de 15 a 17/08/2000 sobre Política Urbana de Zoneamento e Ocupação do Solo.

Uma vez encerrados os levantamentos, a análise se deteve na comparação das diversas contribuições teóricas, especialmente o Ecodesenvolvimento e a noção ecossistêmica de cidade, com o caso descrito acerca do planejamento e gestão de Curitiba.

CAPÍTULO 1

Paradigmas emergentes em planejamento
e gestão da cidade:
Que novidades nos trazem?



CAPÍTULO 1

Paradigmas emergentes em planejamento e gestão da cidade: Que novidades nos trazem?

A emergência dos problemas ambientais detonou a crise generalizada na crença de que o progresso humano alicerçado sobre uma base paradigmática linear duraria para sempre. Como que “acordando do choque”, a humanidade ainda não teve tempo suficiente para se recuperar. As iniciativas que mencionamos, entre elas as que supõem um desenvolvimento sustentável global, ainda encontram muitos obstáculos no paradigma vigente e predominante, que continua degradando os recursos em uma escala colossal, apesar das já notáveis alterações na *superfície* dos jogos de poder planetário manifestadas em relatórios e conferências de cúpula.

Mapear as contribuições que estejam atentas a este novo estado-da-arte na cidade requer uma filtragem das inúmeras e controvertidas “teorias” que têm emergido arrogando-se da qualificação de “sustentáveis”. Se por um lado elas sugerem, opinam, propõem; por outro lado, pouco experimentaram de suas próprias idéias que as assegurem, correndo o risco inclusive de estarem, sob o rótulo do novo, perpetuando ainda os mais arcaicos e “insustentáveis” valores do paradigma anterior.

A justificativa em se trabalhar o âmbito da urbanidade é mais que plausível frente à realidade mundial de megacidades e crescente aumento do número de aglomerações urbanas. Mas, sua relevância se deve ao fato de *no ambiente urbano estarem os que tomam decisões*, os que intensamente interferem sobre a estrutura, que numa visão dialética, tem sido ela própria a lhes exigir uma nova configuração de desenvolvimento. Das noções de *ecologia urbana* do início do séc. XX passamos então para os apontamentos da *Sociologia Urbana Contemporânea*, que conta com a “parceria” das ciências ambientais na retomada do debate sobre a cidade – e sobre a *sociedade*.

A noção de ecossistemismo urbano emerge não só como um razoável refinamento das dimensões de sustentabilidade do Ecodesenvolvimento, mas como uma das mais habilidosas abordagens para a análise da complexidade urbana, e também de proposição para o incremento

da qualidade de vida. Dentro desta ótica, os parques urbanos do antigo paradigma denunciavam-se insustentáveis e ultrapassados, contrastando nitidamente com as propostas multifuncionais de áreas verdes que atendem a uma gama de problemas urbanos em conjunto, justificando-se *per se*.

Definitivamente, a crise e renascimento da planificação urbana passam pela discussão acerca destes espaços, tomando-os quiçá, como estandartes de um novo “fazer urbano”, e aprendendo com seu planejamento e gestão a ver diferentemente a cidade. Da concepção ao conteúdo, da forma de desenhar à de gerir, os parques têm a mostrar o que de “novo” nos trazem, e se, na transição paradigmática, “sustentam-se” ou não.

1.1 Cidade e meio ambiente: Um novo foco, novos valores

Perante a crise paradigmática da ciência, do desenvolvimento e do planejamento urbano, são inúmeros os levantes teóricos que procuram, na lacuna da falta de um modelo mais coerente e inovador, “enxertar-se na cena” em meio a um “caldo” de contribuições que beira, por vezes, o caos. Concordando com a idéia que foi a degradação ambiental o detonador desta crise global generalizada, acreditamos que uma alternativa paradigmática tenha que obrigatoriamente passar pela atenção especial a esta questão. Assim, um novo olhar sobre a cidade, sobre o urbano, inevitavelmente precisa focar o meio ambiente, sob uma perspectiva verdadeiramente nova, integrada, não-instrumental, que se importe com a variável econômica, sem, contudo, relevá-la a qualquer custo.

Com este recorte, acentuamos que dentre as contribuições teóricas que elencaremos nos interessam tão somente as que se alinham a esta perspectiva de agregar de um modo intrínseco o meio-ambiente como condicionante primeira dos processos de desenvolvimento e planejamento urbano. Ao nível global, têm servido como balizador para “filtragem destas teorias” as determinações que derivam da Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente e o Desenvolvimento, que vêm nos dando uma direção para uma sociedade mais sustentável.

1.1.1 Um importante marco: A CNUMAD-92 e a Agenda 21 – Pela viabilidade de uma gestão urbana sustentável.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, concluiu sobre o esgotamento do modelo vigente de desenvolvimento: um modelo segregador, distanciando cada vez mais ricos e pobres, agindo perniciosamente sobre o meio ambiente e comprometendo a vida futura dos habitantes da terra. Resultou na Declaração do Rio, que comprometeu mais de 170 países na implementação de uma série de medidas para o desenvolvimento sustentável.

Foi também no cerne desta conferência no Rio que foi concebida a idéia daquilo que em todo o mundo poderá ser o instrumento catalisador para a elaboração e execução de políticas sob a dimensão ambiental: a *Agenda 21*. No Brasil, sua divulgação e acontecimento têm se dado nos níveis estadual e municipal, e mesmo que de forma rara e incipiente, tem resultado em alguns efeitos positivos, dentre os quais o estímulo a outros implementarem também sua Agenda 21. Independente da iniciativa do poder público, a Agenda 21 vem demonstrando que a transição para um novo padrão de desenvolvimento não pode ser alcançada somente pelos governos ou pelo Estado. *Ela reclama a parceria com a sociedade civil* – e inclui aí o setor empresarial e as organizações e movimentos sem fins lucrativos, o chamado Terceiro Setor²⁰.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA –, através de sua Secretaria Executiva – SECEX –, tem sido responsável por uma grande sistematização de documentos e experiências, sendo um ponto de convergência das informações. Em um dos seus documentos, a *Agenda 21 – metodologia e roteiro de trabalho* (MMA/SECEX, 2000b), define a Agenda 21 Brasileira como expressão de um projeto de desenvolvimento sustentável, que viabilize, simultaneamente, a conservação e a qualidade ambiental, o tratamento equânime e justo na distribuição da riqueza nacional e a busca permanente do crescimento e da eficiência econômica e da participação democrática. Esta última deve resultar na definição das prioridades nacionais e locais a serem executadas em parceria, constituindo-se num roteiro para a ação, com o qual os interesses sociais envolvidos sintam-se comprometidos.

²⁰ Na concepção de Ignacy Sachs, a sociedade civil, o estado e o capital privado representam três esferas distintas.

A Agenda 21 Brasileira tem como prerrogativa a visão prospectiva, uma abordagem intersetorial e *sistêmica* entre as dimensões econômica, social, ambiental e institucional. A transição para o novo modelo de desenvolvimento implica a compreensão integrada das suas principais dimensões, que têm de ser consideradas na busca do progresso humano: a eficiência econômica, a equidade social, a conservação e qualidade ambiental e a democracia política e institucional, focalizando-se a interdependência entre essas dimensões. Trata-se de *substituir os atuais efeitos negativos que decorrem da influência de uma dimensão sobre a outra, tomadas isoladamente, por sinergias positivas derivadas de uma influência sistêmica dessas mesmas dimensões*, cada uma atuando positivamente sobre a outra²¹ (MMA/SECEX, 2000b).

De outra parte, é necessário o reconhecimento da heterogeneidade do ambiente natural, cultural, social, político e econômico do País. Por essa razão, este documento coloca que a metodologia da Agenda 21 Brasileira deverá privilegiar uma abordagem multisetorial e integrada da realidade brasileira, constituindo-se em um instrumento que privilegie uma linguagem de fácil entendimento por toda a sociedade (MMA/SECEX, 2000b).

As Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil destacaram como impedimentos existentes à viabilização mais rápida fatores como: necessidade de uma reforma institucional, com a participação da sociedade civil e através de uma política de favorecimento das organizações e formalização de suas parcerias (MMA/SECEX, 2000b).

Cidades Sustentáveis é um dos temas da Agenda 21 brasileira que têm pertinência para a nossa pesquisa de dissertação. Trata-se do resultado de um exaustivo trabalho, que deu origem a um documento específico (MMA, 2000a). Neste, consta que, enquanto aumenta a legitimidade do paradigma da sustentabilidade e sua pertinência para lidar com a especificidade do urbano, cresce a necessidade de selecionar critérios, estratégias e indicadores para ancorar a formulação, monitorar a implementação e avaliar os resultados das políticas urbanas em *bases sustentáveis*. Neste aspecto, estabelece como marco teórico a busca por:

²¹ Neste sentido, os valores que norteiam a Agenda 21 em muito se alinham com os valores presentes nas dimensões da sustentabilidade apontadas pelo Ecodesenvolvimento bem como nos referenciais teóricos que apresentaremos adiante acerca da concepção ecossistêmica de gestão do meio urbano. Assim, podemos antecipadamente perceber que o conteúdo deste material que pretende orientar a implementação da Agenda 21 encontra-se imbuído de muitas contribuições teóricas trazidas pelos avanços no conhecimento acerca do meio ambiente.

- 1) *Sustentabilidade ampliada* (que implica na sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento).
- 2) *Sustentabilidade progressiva* (processo pragmático de desenvolvimento sustentável).

A formulação de políticas passa por questões predominantemente inseridas no contexto urbano-regional, referentes a sub-temas como:

- 01) desenvolvimento equilibrado da rede de cidades;
- 02) normas de respeito ao meio ambiente e à comunidade;
- 03) ordenamento do solo urbano,
- 04) violência, segurança e cidadania,
- 05) qualidade ambiental das cidades (gestão de serviços e resíduos sólidos, drenagem; prevenção, controle e mitigação dos impactos ambientais);
- 06) relação economia X meio ambiente urbano;
- 07) conservação e reabilitação do patrimônio histórico;
- 08) transporte e rede urbana;
- 09) desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos;
- 10) planejamento e orçamento participativos;
- 11) modelos para atender as carências em habitação, saneamento e transporte urbano; migração campo/cidade;
- 12) impactos da industrialização e dos serviços, tais como o turismo, lazer, cultura e serviços modernos derivados das novas tecnologias.

Neste último aspecto, o documento demonstra lucidez ao perceber a *necessidade de avaliação das formas de lazer e seus impactos*. Como ilustramos na *Problemática*, esta discussão

tem pertinência, uma vez que a modernidade trouxe o tempo livre e com a tecnologia têm abundado novas opções, que implicam geralmente em manifestações de lazer profundamente degradantes do ponto de vista ambiental e social, expressas em parques temáticos segregadores, em apropriações indevidas de praias e margens de cursos d'água, em incentivos a práticas de lazer dissociadas da cultura local, etc.

O mesmo documento elenca ainda premissas sobre as quais se apóiam as idéias das cidades sustentáveis, muito emparelhadas com as do Ecodesenvolvimento, como: “crescer sem destruir”, associação entre as problemáticas social e ambiental, incentivo às práticas participativas de gestão e ênfase na ação local. Destacam ainda como uma de suas estratégias o aperfeiçoamento da regulação do uso do solo promovendo o ordenamento do território, de forma a propiciar equidade, eficiência e qualidade ambiental. Esta última associa-se às obras de abastecimento, de saneamento e de ampliação das áreas verdes e das áreas públicas em geral da cidade.

Em *A caminho da agenda 21 brasileira – princípios e ações 1992/97* (MMA/SECEX, 2000c), há uma proposta de contraste no que se refere à prática do planejamento urbano, onde predominava, como vimos, o *zoneamento funcional*, e que se constitui num primeiro passo para a consolidação das áreas verdes, as quais poderiam ser utilizadas para fins de lazer. Propõe-se o *zoneamento econômico-ecológico* que é, por definição, peça fundamental do desenvolvimento sustentável. Trata-se de um instrumento que permite o enfoque integrado para o planejamento e para a gestão dos recursos distribuídos no espaço territorial. Abrange o *levantamento dos recursos*, desde os passíveis de uso sustentável, até os recursos da biodiversidade que devem constituir-se em unidades de conservação e preservação, *mapeando assim as áreas verdes viáveis para a Implantação de parques*, bem como definindo o *nível de apropriação, uso e acesso* dentro destas áreas²².

Ao nosso ver, a internalização da dimensão ambiental no planejamento urbano pode ocasionar diversos resultados que transcendem as expectativas. O campo das políticas urbanas poderá ser amplamente recriado a partir desta nova dimensão valorizando os férteis inter-

²² Neste aspecto contribui a noção de gestão patrimonial de recursos, que mencionávamos na *Problemática*, que define critérios de administração de áreas públicas.

cruzamentos entre os vários campos da gestão urbana: habitação, transporte, saneamento, lazer, emprego. E neste sentido, o parque urbano pode ser um elemento da urbanidade a ilustrar a integração de diversas políticas urbanas, e enquanto espaço público da cidade, servir de modelo em sustentabilidade urbana.

1.2 Sustentabilidade urbana: Em busca de “teorias que se sustentem”

A cidade reclama hoje um atendimento plural. Nem só por cientistas sociais, nem só por ecologistas, nem só por técnicos. As teorias acerca da urbanidade que também procuram esgotar-se sobre a variável ecológica/ambiental, a menos quando agreguem outras dimensões sob este título, tomado abrangentemente, também não merecem ser mencionadas. Numa tentativa de purificação das contribuições teóricas acerca de sustentabilidade na cidade, partimos de um dos referenciais históricos mais relevantes da sociologia urbana, a Escola de Chicago, que dará passagem para a moderna abordagem de cidade (e da sociedade urbana). A busca que se segue dentro da noção ecossistêmica de cidade é por indícios de um emergente e coerente paradigma de planejamento e gestão, que relevem o papel das áreas verdes urbanas e nos dêem sustentação para a análise do objeto de estudo – os parques urbanos de Curitiba – à luz das mais recentes contribuições acerca de sustentabilidade urbana.

1.2.1 Sociólogos e ecologistas e o debate sobre a cidade: Da Escola de Chicago à Sociologia Urbana Contemporânea

Expusemos na *Problemática* a inserção contextual do tema desta pesquisa no debate global acerca da crise paradigmática na ciência, no desenvolvimento e no planejamento urbano. Lá mencionávamos a contribuição do pensamento social contemporâneo para o debate sobre os riscos e limites do paradigma vigente; contudo, não encerramos a demonstração da contribuição sociológica para fins desta pesquisa. O debate no que se refere à cidade, desempenhado pela sociologia urbana contemporânea – que vemos hoje *vestida com novos trajes* – é campo de abordagem prioritário sugerido inclusive por expoentes da teoria social atual, como Anthony Giddens. Não é de hoje, contudo, que as questões urbanas têm ocupado as ciências sociais, como veremos a seguir mais profundamente.

Se hoje a crise paradigmática tem fertilizado a emergência de novas propostas, especialmente uma nova noção de *ecologia urbana*, são muitas as remissões feitas à tradição sociológica estabelecida pela Escola de Chicago, que pioneiramente cunhou esta denominação. No período entre-guerras, esta escola norte-americana despontou com teorias que, embora logo tenham sido refutadas, ainda hoje são mencionadas pelas influências que sofreram em sua gênese por parte das descobertas científicas da época, especialmente da Ecologia. No entanto, hoje, a Ecologia contribui com uma distinta abordagem, fomentando hibridamente em conjunto com a sociologia o debate acerca da cidade e seu desenvolvimento, culminando com a noção de ecossistemismo urbano.

1.2.1.1 Ecologia urbana: Nem tudo é “novidade”

Conforme FERRARI (1982), a ecologia urbana teve início como ciência biológica que estuda as relações entre os animais e plantas com seu meio ambiente ou “habitat”. Depois, a Sociologia passou também a aplicá-la ao estudo dos agrupamentos humanos, tomando a cidade como “habitat”, e denominando isto de Ecologia Social Urbana. Esta, por sua vez, seria o estudo sociológico da distribuição dos homens e suas instituições no espaço urbano, bem como das formas de interação causadoras desta distribuição espacial.

Sendo derivada da *ecologia humana*²³, a ecologia urbana²⁴ também abarcava a partir de então as mesmas assertivas e pressupostos desta, de acordo com GIST & HALBERT (1961):

- localização de grupos ou do lugar onde desempenham suas funções;
- relações entre indivíduos e grupos e a maneira como estas relações influenciam determinados processos e tendências ou sofrem sua influência;

²³ BOYDEN et al. (apud DIAS, 1989) consideram a ecologia humana o estudo das interações dinâmicas entre o homem e os aspectos físicos, bióticos, sociais e culturais de seu ambiente. Para MACHADO (apud DIAS, 1989) trata-se do estudo interdisciplinar das interações entre o homem e o meio ambiente, realizado sob inspiração sistêmica e com objetivos prospectivos.

²⁴ A ecologia urbana, sub-área da ecologia humana, é matéria de estudo de geógrafos, etnólogos, sociólogos e economistas. Analogamente à Ecologia, que estuda a localização e distribuição das plantas e animais determinadas por processos de concorrência e cooperação conforme leis de rigor definível, também o homem, em seus grupos sociais, se ocupa da cidade dentro destes princípios. (GOITIA, 1996).

- diferenças culturais, raciais, econômicas e outras que implicam na separação dos moradores;
- organização social, e organização das atividades humanas e sua repercussão sobre a distribuição espacial de grupos e instituições;
- dinâmica da ordem social e sua influência na ecologia e vice-versa.

GOITIA (1996) explica o entendimento da ecologia urbana desta forma: se, por um lado, a área da cidade é exígua e não permite que dentro dela se verifiquem diferenças naturais, climáticas, de altitude, de ambiente, que dividam os homens por razões biológicas, por outro lado, percebe-se um campo de viva concorrência que agrupa homens de diversas maneiras, conforme as suas condições sociais, econômicas e culturais. É, então, no espaço restrito da cidade, que os matizes ecológico-sociais são mais diferenciados do que em qualquer lugar, e daí o interesse de que se reveste a cidade sob este ponto de vista.

Para este mesmo autor, o que motivava o estudo da cidade pela sociologia, especialmente pela ecologia urbana, eram as transformações sociais, como a mobilidade social e os processos de auge e degeneração de áreas urbanas que vinham se evidenciando.

As cidades, mesmo aquelas que parecem mais estáticas e imóveis, são organismos em constante transformação. Embora esta seja mais rápida nas cidades cujo pulsar é mais agitado [...], ou mais lenta nas que ficaram marginalizadas, o fato é que a transformação existe sempre. Isso devido à mobilidade dos seres humanos e das suas instituições, em busca de melhores resultados para seus objetivos. Esta mobilidade provoca modificações constantes nas estruturas sociais, com, naturalmente, as suas repercussões em termos de espaço. Por conseguinte, a *explicação de todas as alterações* que se produzem na estrutura física da cidade – que é, na realidade, o que uma cidade nos pode dizer de mais interessante e sugestivo – reside nestes processos ecológicos. (GOITIA, 1996, p. 208) [destaque nosso].

Vemos aqui a *insistência da sociologia em atribuir à configuração espacial urbana uma causa unicamente ecológica*, detendo-se, pois, sob uma análise prioritariamente da *estrutura física* da cidade, que conforme comentaremos a seguir torna-se seu principal alvo de críticas.

Neste sentido, papel preponderante desempenhou a elaboração de modelos teóricos desenvolvidos na Escola Sociológica de Chicago, tentando explicar sob que moldes acontecia o

desenvolvimento urbano espacial²⁵. Destacaram-se os modelos da *Zona concêntrica* de E. W. Burgess²⁶ e do *Setor de crescimento urbano* de H. Hoyt²⁷.

FLANAGAN (1993) busca na herança durkheimiana outra influência notável da ecologia urbana desenvolvida pela Escola de Chicago:

Se fossemos procurar por um mentor teórico para a sociologia urbana, Durkheim e o seu *The Division of Labor in Society* (1893) é provavelmente a mais útil referência. Seu argumento de que a agregação de grande número de pessoas em assentamentos concentrados requeria uma divisão complexa do trabalho, sua observação de que a sociedade requeria a integração de urbanitas especializados dentro de um todo orgânico complementar, providenciou os elementos para uma teoria da interdependência ecológica das populações humanas. Se nós acrescentamos a isto certos entendimentos sociais darwinistas de como a competição produziu modelos de dominação e subordinação entre os elementos da sociedade, nós temos o pano de fundo das concepções da escola de sociologia urbana, a Escola de Chicago, em sua abordagem da evolução da estrutura do espaço urbano. (p. 47) [destaque no original] [tradução nossa].

²⁵ Os conceitos básicos da Ecologia Urbana de acordo com GIST & HALBERT (1961) são:

- Centralização: Tendência das pessoas buscarem em certos pontos centrais da cidade a satisfação de seus interesses – é a zona central de negócios.
- Nucleação: Aglomeração espacial de instituições econômicas ou de outro gênero. Centro de convergência. Naigumas cidades há polinucleação, noutras, mononucleação.
- Descentralização: Pode ocorrer simultaneamente à centralização, e supõe afastamento do centro.
- Segregação: Manifestação espacial de preferências de ordem diversa que levam a indivíduos a estarem próximos.
- Invasão e sucessão: quando por vontade própria, indivíduos abandonam uma área para morar em outra, tem-se invasão ecológica. A sucessão ocorre quando há deslocamento.

²⁶ De acordo com GIST & HALBERT (1961), neste modelo de Burgess, a cidade tem zonas como conceitos ideais e cresce em zonas concêntricas:

- a) Zona central de negócios
 - é a mais interna,
 - concentra o comércio a varejo, divertimentos, e pequenas manufaturas.
- b) Zona de transição
 - caminho de expansão comercial/industrial,
 - ao contrário da zona central é uma zona mais residencial (classe baixa).
- c) Zonas de residências operárias
 - sem o requinte das áreas residenciais burguesas, mas com certo conforto, é povoada por operários.
- d) Zona da classe média
 - onde há também hotéis, casas com jardim,
 - ocupada por profissionais liberais, pequenos proprietários.
- e) Zona suburbana
 - servem de dormitório a trabalhadores da cidade, ficam, portanto, vazias durante o dia.

²⁷ Para GIST & HALBERT (1961) a teoria de Hoyt aponta para o crescimento em função do aumento dos aluguéis na direção da periferia e o abandono dos distritos mais centrais leva a sua ocupação por uma clientela inferior. São suas características:

- a) Três padrões de crescimento:
 - vertical,
 - ocupação dos interstícios livres dos distritos,
 - expansão lateral/centrífuga (ocorre axialmente, ao longo dos eixos de transporte, em forma de estrela).
- b) Fixação em áreas de aluguel alto
 - Acredita que é ao longo das vias de transporte que se situam os aluguéis mais altos.

De acordo com GUIDUCCI (1980), contudo, embora inovassem na forma interacionista de abordagem (homem/espço), os modelos difundidos pela Escola de Chicago pecaram pela pouca aplicabilidade, e não abarcavam o todo da complexidade urbana, sequer dando conta do aspecto estrutural, a que se propunham. GOITIA (1996) pondera sobre o valor destes modelos, que embora sejam ultrapassados, interessam pelo seu caráter heurístico, dignos de serem conhecidos porque se trata de saber qual contribui mais ou menos para esclarecer um problema, o que é uma questão complexa e lábil.

Para MARTINOTTI (apud GUIDUCCI, 1980), a tentativa da Escola de Chicago de explicar mediante a análise estrutural da cidade a estrutura social a ela subordinada negligenciava que *certos fatores sociais fogem a dedução das estruturas espaciais urbanas*. Ou seja, nem Sociologia, nem Urbanismo dão conta de explicar a cidade se não relevarem as estruturas urbanas como produtos sociais e políticos.

De acordo com REDCLIFT & WOODGATE (1997) este posicionamento perdurou até bem pouco tempo: "Para os 'papas' da moderna sociologia, o ambiente natural foi em seu todo definido negativamente como não sendo 'social'. Como resultado disto, possivelmente, até pouco tempo os sociólogos não se tinham alertado para a relação entre pessoas e natureza". (p. 53) [tradução nossa].

Influências externas e posteriores é que começaram lentamente a reverter o enfoque da sociologia urbana até então *voltado para o espaço*. "O mais influente desenvolvimento teórico na ecologia no último meio século tem vindo de Amos Hawley . [...] em 1944 Hawley argumentou que o espaço não era a preocupação central da ecologia. Ao contrário, o foco apropriado era a diferenciação funcional e a adaptação das populações humanas". (FLANAGAN, 1993, p. 57) [tradução nossa].

FLANAGAN (1993) comenta ainda que não são poucos os autores que prefaciam seus trabalhos com críticas acerca da *inadequação da abordagem ecológica ao urbano*, embora paralelamente os ecologistas mais comprometidos têm revisado e revivido a teoria recente, de modo a incorporar evidências das mudanças urbanas contemporâneas dentro de modelos de evolução dos padrões de assentamentos humanos mais dinâmicos e menos lineares. Mesmo que tenha sido o caso da ecologia urbana ser uma linguagem morta na ciência social, a sua

importância como referência de princípios na condução dos estudos urbanos ainda argumentaria para sua inclusão no tratamento da sociologia urbana contemporânea. De tal forma, que há muitos ecologistas que chamam a si mesmos de ecologistas urbanos e continuam a se voltar para análises ecológicas, as quais têm sido historicamente o objetivo da sociologia urbana.

Mas, se por um lado os sociólogos da Escola de Chicago desprestigiavam o enfoque sobre a interação social – preferindo a análise espacial –, eles contribuíram para que os ecólogos voltassem seu olhar sobre as interações também em meio artificial, no caso, meio urbano, no que para BRUNET (1999) reside a grande contribuição desta escola, embora ainda se vislumbre uma grande lacuna de pesquisa, que nos dá caminhos para uma nova abordagem da cidade:

Os ecólogos, por exemplo, restringiram durante muito tempo seu domínio de pesquisa ao meio “natural”, negligenciando a gravidade das questões suscitadas pelo agravamento dos problemas ambientais urbanos. De fato, vale a pena ressaltar que devemos aos sociólogos, e não aos ecólogos, o trabalho de fundamentação da ecologia urbana. Se, por um lado, a cidade chegou a ser considerada – particularmente pela Escola de Chicago – como um laboratório natural da ciência social, por outro lado são ainda muito escassas as sugestões de analisá-la como um *laboratório social da ciência ambiental*. (p. 604) [destaque no original].

Para FLANAGAN (1993), é dupla a obrigação da ciência social urbana. Não basta entender só os efeitos produzidos pelo ambiente urbano na organização social, na experiência, e no comportamento, mas também a produção do próprio ambiente urbano. Em síntese, além de ser um estudo da vida social no espaço urbano, a sociologia urbana é o estudo da criação do espaço urbano. Para isto, aponta que o foco da sociologia urbana contemporânea reside em assuntos de poder político e econômico.

Portanto, embora a entrada no tema acerca de ecossistemismo urbano, derivado da ecologia urbana, venha nos remeter à tradição da Escola de Chicago, a abordagem contemporânea sobre a cidade é completamente distinta, preferindo, ao contrário de sua gênese, o foco sobre a sociedade do que sobre o espaço:

As principais teorias de ecologia hoje não são baseadas na arena urbana que fascinou os membros da Escola de Chicago. Em lugar disto, *a sociedade tem se tornado a unidade de análise dos ecologistas*, e o espaço físico, apenas uma das diversas dimensões da sociedade humana. Atualmente, há apenas um relacionamento tangente entre teoria ecológica e a sociologia urbana, embora o desenvolvimento teórico esteja enraizado na tradição urbana.

(FLANAGAN, p. 56, 1993) [destaque nosso] [tradução nossa].

Mesmo tendo começado sob tratamento de sociólogos, influenciados pela Ecologia, a cidade tem predominado atualmente como tema dos ecologistas, e sob um enfoque mais abrangente do que o aspecto espacial. Neste sentido, a teoria social contemporânea vem reivindicar da sociologia urbana uma abordagem renovada para o tema, no que contribui a abordagem de Anthony Giddens:

A exploração de Giddens da interseção da estrutura e agência tem tido particularmente poderoso impacto na sociologia urbana. [...] Giddens destaca atenção para as cidades e os amplos efeitos do urbanismo, e argumenta que a sociologia urbana merece um espaço central nos esforços da sociologia para compreender o mundo moderno. Historicamente, as cidades têm sido os principais "power containers" no processo de industrialização. As cidades e seu raio de influência têm produzido um ambiente criado que oferece um contexto bastante diferenciado de espaço-tempo no que se refere às relações sociais, bem mais do que um meio não-urbano. Embora o urbanismo esteja por toda parte, e não contenha as vagas fronteiras urbanas que caracterizam as cidades contemporâneas, as cidades constituem ainda uma arena especial para o estudo no qual elas mediam o local e o global, [...]. (FLANAGAN, 1993, p. 57) [tradução nossa].

FLANAGAN diz ainda que, para Giddens, os estudos urbanos modernos em sociologia têm sido referentes às *questões estruturais no nível mais macrológico*, que este propõe *substituir por uma análise estrutural com uma abordagem interacionista*. Vê-se em Giddens a tentativa de se estabelecer uma ponte conceitual entre a *ação social* e a *estrutura social*, defendendo mais atenção para a base do que tem sido tradicionalmente dada. Ou seja, a atenção deve voltar-se das teorias globais do sistema mundial – dependência e reestruturação – para um nível local onde acontecem as escolhas, individuais ou coletivas, dos agentes que estão através delas reconstituindo a sociedade.

REDCLIFT & WOODGATE (1997) completam, comentando que, para Giddens, a reprodução da sociedade sempre e em qualquer lugar é uma realização habilidosa de seus membros e nos alerta para a necessária reconciliação entre este fato com a noção de que se as pessoas fazem a sociedade, a fazem sob condições que não são de sua própria escolha, expressando uma mútua dependência entre estrutura e agência. Assim sendo, em comparação com a tradição estruturalista de onde surgiram os ecologistas humanos e urbanos – *para quem as pessoas eram produtos de seus ambientes* – abre-se agora para uma perspectiva de interações homem/natureza. Giddens em sua teoria de estruturação acaba "casando" as duas

abordagens, embora não necessariamente destaque a preocupação ecológica. Outros autores consideram que a teoria da estruturação de Giddens permite considerar o meio ambiente como uma estrutura capaz tanto de obrigar como de capacitar a agência humana enquanto, ao mesmo tempo, faz reconhecer que ela pode transformar seu próprio meio. Ou seja, permite-nos tomar uma visão muito ampla da relação sociedade e natureza.

Esta “abordagem mesclada” que REDCLIFT & WOODGATE (1997) vêem em Giddens se relaciona, ao nosso ver, com o escopo da presente pesquisa, e dá relevância ao tema dentro da abordagem sociológica. Embora os parques urbanos sejam apenas mais um elemento de interação homem e natureza na cidade, podem ser identificadas nas relações que se processam com estes espaços – desde sua concepção até seu uso – as novas configurações *estrutura* (parques) e *agência* (governo, usuários, sociedade civil), fomentadas por novas contingências, as quais exigem escolhas que repercutem, em última instância, na imagem da cidade.

As contingências emergentes para estes espaços, novos ou existentes, exigem deles adequações para demandas diversas do tradicional (o lazer contemplativo). Requerem que sirvam ao saneamento, à cultura, à saúde, ao lazer diversificado, à preservação ambiental, etc. Algumas demandas surgem pelo próprio avanço da tecnologia e o conhecimento acerca da natureza (como é o caso de imagens de satélite para o monitoramento das transformações ambientais), até noções científicas renovadas do entendimento do ecossistema urbano (como o funcionamento de bacias hidrográficas, drenagem, impactos da urbanização sobre a vida silvestre) que geram informações, exigindo, mas, ao mesmo tempo, capacitando os diversos agentes para a mudança do estado-da-arte das áreas verdes públicas municipais.

Estes poderosos *insights* e *inputs* são fundamentais para um rearranjo da estrutura de planejamento e gestão que acaba, nesta interdependência, influenciando a ação dos indivíduos. Exemplificando: se por um lado induz-se a um incremento da adesão ao lazer proporcionado nestes espaços, por outro lado, a população se desperta reivindicando novos usos; se for alcançada a participação nos programas propostos, há uma maior exigência por participação ampliada nos processos de planejamento e gestão. Este rearranjo vai inclusive reconstituindo a sociedade como um todo – na transposição dos mesmos métodos e abordagens para outras áreas como políticas públicas de saúde, esporte – e acaba influenciando a esfera global uma vez

que experiências exitosas passam a ser divulgadas amplamente através dos recursos midiáticos disponíveis, permitindo a experimentação do mesmo arranjo numa realidade além-fronteiras, onde a partir dos *inputs* inovadores que lhes chegam um outro rearranjo acontece: um verdadeiro ciclo planetário de interdependência.

1.2.2 A noção de cidade como ecossistema:

Abordagem para um paradigma de gestão urbana sustentável

Como vimos, não é de hoje que a questão urbana tem, mesmo que sob enfoques diferentes, interessado aos ecologistas e sociólogos. Conforme BRANCO (apud MOTA, 1999), o *Ecossistema urbano* é muito mais um tema de competência da Sociologia do que da Ecologia. Isso porque a Ecologia clássica, voltada especificamente à ciência do modo de vida dos organismos, não inclui em sua metodologia de estudo, o homem social, seu impacto sobre o meio ambiente e, evidentemente, o ambiente criado para o exercício específico de sua ação social e transformadora, que é a cidade.

Neste sentido, fica patente o papel que a sociedade – seus agentes – têm na reconfiguração do estado atual: de uma mudança que interfira não só sobre os efeitos, mas sobre a causa, no caso, sobre o próprio modelo de desenvolvimento. Sem pretender esgotar aqui as soluções, nosso trabalho de pesquisa selecionou aqueles autores mais importantes no debate acerca da gestão urbana sustentável, encontrando sob o *enfoque ecossistêmico da cidade* o conteúdo mais contundente de abordagem dos problemas e de configuração de um novo paradigma, mesmo que possa parecer de difícil viabilidade quando são medidas as proporções requeridas de mudança.

Atentos às dimensões da sustentabilidade elencadas pelo Ecodesenvolvimento – mencionadas na Problemática – e a partir daí, buscando uma “filtragem” dos equívocos estabelecidos em torno do tema da sustentabilidade, especialmente na simplificação que se lhe atribui ao âmbito ecológico/ambiental, acreditamos que uma abordagem ecossistêmica da cidade que se importe com a inserção dos parques neste meio seja uma aproximação mais que razoável da sinergia almejada entre as diversas dimensões da sustentabilidade.

Partindo da lacuna nos estudos urbanos deixada pelos sociólogos e agora requisitada

pela Sociologia Urbana Contemporânea, devemos rejeitar o tratamento unilateral dado nos primórdios dos estudos urbanos como fomos alertados anteriormente. Se na época, na relevância prioritária do aspecto espacial, ignoravam-se as dimensões sociais, não podemos hoje, por outro lado, ter uma abordagem por demasiado “ecologizante”, ignorando outras dimensões, caindo num determinismo biológico que negligencie o atendimento das necessidades humanas em função de uma busca cega por um equilíbrio natural conservacionista, a ponto de acontecer, como nos alerta SOUZA (1998), que *sustentabilidade* seja confundida com *ecocentrismo*. BEER (1993) ratifica esta idéia:

É fundamental para o desenvolvimento destas idéias, determinar o que deve acontecer ao nível local, e que desenvolver cidades mais sustentáveis ambientalmente não é apenas melhorar as condições abióticas e bióticas da vida urbana, é também relevar os aspectos econômico e social da vida na cidade e de *como as pessoas reagem e se comportam neste meio*. Como as pessoas experienciam a vida urbana, particularmente nos locais onde residem e trabalham, e como a cidade sustenta os diversos estilos de vida seguidos por seus cidadãos, então, avaliar de forma mais crítica estes aspectos na composição de estratégias regenerativas de decisão para cidades mais sustentáveis tanto ambientalmente como economicamente. (p. 71) [tradução nossa] [destaque nosso].

Para RUANO (1999), a ecologia está mudando de papel. De mera acusadora de consciências, repercutindo no panorama recente do desenho e planejamento urbano em projetos muito mal denominados “verdes” – puramente cosméticos –, com aproximações intuitivas, a *ecologia atual passa a proporcionar aos planejadores um apoio científico* para que neste baseiem suas decisões. Além disso, as cidades começam a ser “construídas” como *complexos ecossistemas artificiais*, para satisfazer necessidades humanas, mas também com capacidade para proporcionar um habitat a outras espécies, e cujo impacto sobre o entorno natural deve ser rigorosamente gerido.

A busca por um novo modelo de planejamento e gestão não significa em momento algum uma teoria acabada, hermeticamente fechada a novos *inputs*! O que buscamos aqui é uma direção que pareça mais coerente e livre dos traços negativos do paradigma anterior. A busca de “teorias que se sustentem” traduz uma necessidade por objetividade: que da crítica, passe à proposição. Que desfaça ainda a discriminação à idéia de conciliação meio ambiente/desenvolvimento, apresentando propostas viáveis, sem ingenuidade.

Neste sentido, a noção de cidade como ecossistema, como exporemos melhor a seguir,

pretende, a partir de uma embasada crítica do modelo vigente de desenvolvimento urbano, mudar a ótica do homem e sua forma de intervenção na cidade, administrando as entradas e saídas do sistema de forma a regular as trocas deste meio com seu entorno em busca de um habitat mais sustentável.

1.2.2.1 A cidade que consome:

A complexidade de um modelo de urbanidade insustentável

O *Homo sapiens* tem apenas 2.500 gerações, mas só ao longo das últimas duzentas desenvolveu aglomerados urbanos". (DIAS, 1989, p. 18).

A cultura urbana, embora ricamente expressiva, é algo relativamente recente no tempo da história humana. Contudo, é ao longo do período de desenvolvimento urbano que se deu o grande progresso científico e tecnológico da sociedade, o que em muito nos faz assimilar positivamente a idéia de cidade – o meio urbano como o sustentáculo para este progresso – quando não uma panacéia fruto do gênio humano. Percebendo desta forma, podemos entender a repercussão gerada com a crítica ao modelo de desenvolvimento urbano – que vigora desde antes das cidades modernas – particularmente no que se refere à exploração dos recursos naturais (mesmo que sob uma escala distinta da atual). Enxergando desta maneira, desmistificam-se nossas noções equivocadas de sustentabilidade, associadas um bom número de vezes a uma idéia mitificada de natureza, que fora intocada por nossos ancestrais mais remotos, e que tão somente a partir do homem da era industrial se tenha começado o processo de degradação ambiental em meio urbano.

Não entrando aqui no mérito das discussões teóricas quanto à apropriação histórica dos recursos naturais por parte do homem, apenas alertamos para uma necessária “purificação” de noções romantizadas do passado no que se refere à relação homem/meio nas aglomerações urbanas, que nos façam entender que *uma verdadeira reviravolta nesta relação é muito mais que remediar ou amenizar os efeitos da ação antrópica, é transformar a essência deste relacionamento,*

Ninguém sabe que aspecto tem um assentamento humano sustentável, nem tão pouco como funciona. Há quem diga que as pequenas cidades européias da idade média e as aldeias pré-históricas eram sustentáveis. No entanto, *ambos modelos se baseavam no mesmo paradigma não sustentável:* os recursos se extraíam do entorno e ali mesmo eram depositados os dejetos.

O fato de que estes assentamentos eram pequenos é o que os fazia aparentemente sustentáveis, já que os prejuízos causados ao meio eram mínimos. No entanto, a melhor prova de que estes assentamentos humanos não eram realmente sustentáveis é que, através de um inexorável e cada vez mais acelerado processo de crescimento, acabaram por produzir a civilização urbana atual, que, certamente, não é sustentável. (RUANO, 1999, p. 7) [tradução nossa] [destaque nosso].

RUANO (1999) relata brevemente a relação homem/meio ambiente sob o viés do urbanismo. Comenta que a preocupação com a relação entre entorno natural e artificial no âmbito da civilização ocidental começou com Vitruvius (ano 100 d.C.), que recomendou atenção aos aspectos de locação e orientação das edificações quanto à luz natural. No séc. XIX, em função da insalubridade urbana provocada pela emergente industrialização, começou a tendência do verde para a saúde que se refletiu nas “cidades-jardins” de Ebenezer Howard, seguido pelos movimentos “*city beautiful*” e “*new towns for America*”. Embora trouxessem o germe da preservação da natureza, *ainda a encaravam como bem de usufruto e apropriação do homem*. Esta visão permanece ainda com o Modernismo, que embora tivesse um discurso social, ainda via a natureza como tela de fundo para a urbanização. Suas preocupações com a oferta de luz e ventilação para a vida saudável *não incluíam a idéia de esgotamento de recursos*. A crença na ciência se intensifica no pós-Segunda Guerra Mundial, com a investigação e descoberta de novas fontes de energia e de soluções na medicina. A perda de confiança na ciência e no progresso tecnológico só se evidencia nos anos 60, com a participação de fatores como a revolução da contracultura dos *hippies*, pelas novas configurações geo-políticas e pela crise do petróleo.

É justamente a crise de um dos recursos mais amplamente utilizados na civilização moderna que faz atentar para a necessidade de se pensar a gestão dos recursos como um todo, e dá a consciência da esgotabilidade das fontes que sustentam tantos processos na cidade: circulação, produção, consumo. Contudo, apesar da consciência dos impactos, ainda hoje permanecem raros e deficientes os estudos que quantifiquem os prejuízos das ações humanas na extração de recursos, o que ainda tem feito a sociedade caminhar numa inércia frente à complexidade do tratamento do tema.

A cidade, por muitas vezes, foi evitada nos estudos porque era compreendida como demasiado complexa para análise (DIAS, 1989). Mesmo quando houve boa vontade para se

resolver os problemas, não só havia uma visão equivocada quanto às causas dos problemas ambientais, bem como os métodos de abordagem não davam conta da complexidade do ecossistema urbano, ignorando-se muitas vezes a interface com o ecossistema social, como comenta SPIRN (1995):

A complexidade do ecossistema urbano é desconcertante e, paralelo ao ecossistema natural, há o ecossistema social, que é dirigido pelos processos econômicos, políticos e culturais. Este sistema social exibe as mesmas inter-relações que caracterizam o sistema natural. Não basta compreender os processos do sistema social ou os processos do sistema natural isoladamente. Ambos moldam o ambiente físico da cidade, que forma o terreno comum entre eles. (p. 263)

Esta mesma autora compara a cidade a uma “máquina infernal” *que consome e desperdiça enormes quantidades de energia e matéria-prima*, produz montanhas de lixo, expele e derrama venenos. Para ela, o ar, o solo e os organismos vivos da cidade absorvem os efeitos desta atividade caótica, manifestando-se em perturbação na estrutura, na população e no fluxo dos recursos e energia. Cada mudança no ecossistema urbano produz dúzias de repercussões, a maioria delas imprevistas e incompreendidas. Embora a complexidade do ecossistema urbano desafie a compreensão, a ameaça da não-compreensão lhe parece mais assustadora.

Para BRUNET (1999), a complexidade de gestão dos ecossistemas urbanos se deve não só à magnitude do consumo de matéria e energia que neles se verifica, mas também à atração exercida sobre as pessoas, que uma vez neste meio, lutam em condições desiguais pela sobrevivência. Esta situação leva a uma destruição gradativa do meio ambiente e social, agravada pelo consumo de supérfluos de uma pequena, mas poderosa porção da sociedade, o que gera um círculo vicioso.

BATTY (1995) acredita que muitas de nossas análises e teorias urbanas são deficientes por ignorar o fato de que as cidades se adaptam contínua e rapidamente e revelam um nível de balanço e diversidade que indica uma profunda e sutil, mas organizada, e compreensível complexidade. Concordamos com este autor, e, ao nosso ver, a dinamicidade intrínseca dos processos urbanos é desconsiderada ao costumeiramente ser tratada com métodos de medição estática, conforme exporemos adiante quando falarmos dos obstáculos à gestão de ecossistemas urbanos.

Outro elemento importante é que a inversão nas configurações rural-urbano, implicando

numa maior concentração populacional na cidade, trouxe conseqüências que se expressam no aumento do grau de dependência do campo. Como vimos, a tendência, desde os primórdios da Ecologia, tem sido não só de separar os domínios natural e artificial – o que dificultou e ainda dificulta a gestão dos ecossistemas na interface cidade/campo –, bem como de tratar prioritária e predominantemente o meio natural em seus estudos.

MORAN (1994) também comenta que os ecologistas detiveram-se por muito tempo sobre os “sistemas naturais”, mas que *a superação da complexidade* neste tipo de abordagem pode estar acontecendo na forma de *modelos de simulação*, como vimos, já apontados pelo Ecodesenvolvimento (com a construção de cenários).

Embora atualmente já mais no foco dos questionamentos sobre o meio ambiente, a cidade esteve muitas vezes marginalizada enquanto *locus* destas questões, refletindo desta forma a ótica fragmentada de toda a problemática. RIBEIRO (1998) comenta que, apesar de em 1990 a maior parte da população brasileira viver em cidades (ver quadro abaixo), os desequilíbrios ambientais em áreas urbanas recebiam proporcionalmente pouca atenção dos governantes ou da opinião pública, porque eram menos aparentes. Somente com a emergência de graves problemas em meio urbano, sobretudo com o processo bastante intenso de aumento demográfico, é que a cidade começa a se atentar acerca dos impactos de seu modo de desenvolvimento.

QUADRO 5 - Evolução percentual da população urbana no Brasil

ANO	1950	1960	1970	1980	1990	2000
%	36	44	55	67,5	74	80

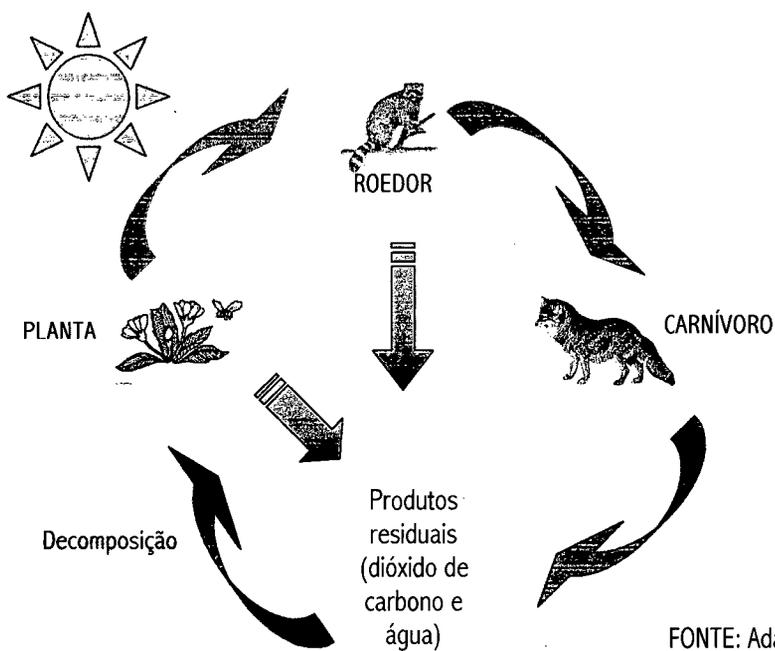
FONTE: RIBEIRO (1998, p. 221).

Como é colocado por BOYDEN et al. (1981), a cidade atual caracteriza-se pelo fato da população residente não estar envolvida em atividades de subsistência: esta população é “sustentada” pela produção agrícola fora das fronteiras da cidade. SACHS (1991) denomina a cidade como “consumidora”. MORAN (1994) assim também a define, alertando que a importação de energias diversas pela cidade implica na não-percepção por parte dos habitantes da cidade de seu nível de dependência, pois é uma demanda que vai repercutir longe, o que de

certa forma, justifica a tardia assimilação da questão ambiental no meio urbano.

De acordo com MÄNSSON (1992), num relato das iniciativas rumo à sustentabilidade urbana na Suécia, *a cidade é vista enquanto sistema* na perspectiva de que tenta dar conta de sobreviver através da capacidade de importar a maior parte de suas necessidades. A partir disto, demonstra que *o modo de desenvolvimento urbano contrasta com os ciclos naturais* (ver Figuras 02 e 03) onde a *degradação implica em regeneração* (e não em importação).

FIGURA 02 – Exemplo de Ciclo fechado no Sistema Natural



FONTE: Adaptado de MÄNSSON (1992)

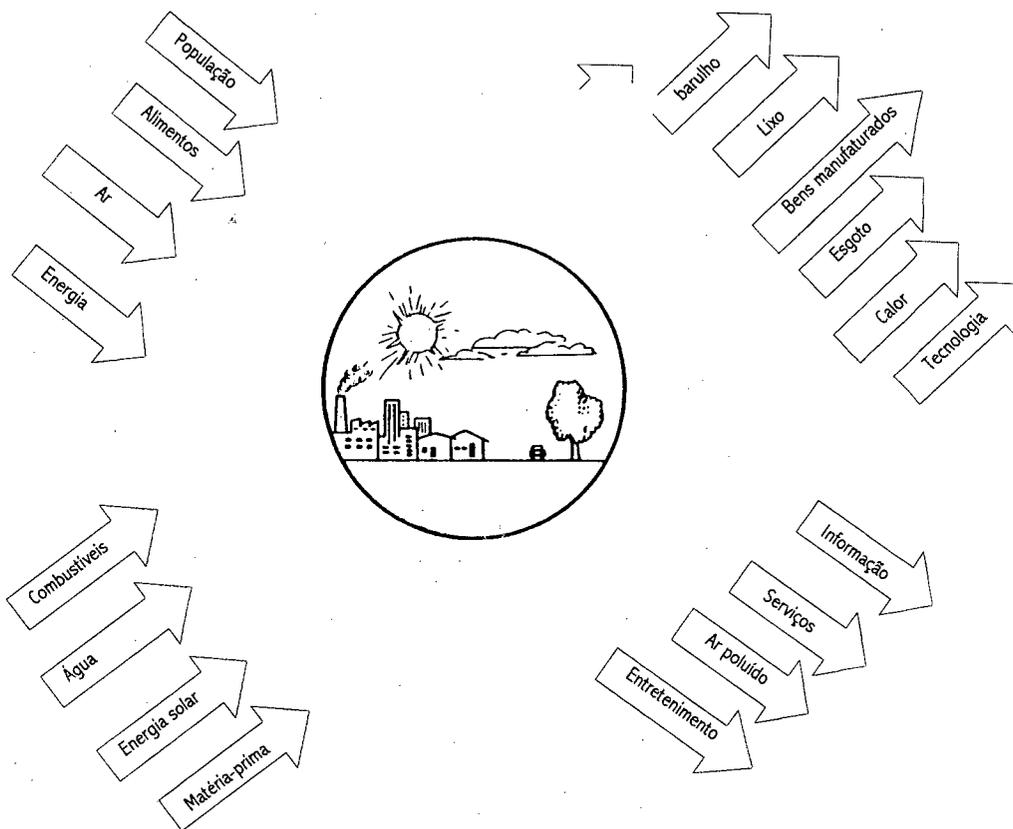
FIGURA 03 – Processos no ciclo fechado do Sistema Natural



FONTE: Adaptado de MÄNSSON (1992)

Nas cidades, interrompe-se o ciclo integral/fechado (*full cycle*), devidos às importações, implicando em perdas que não são assimiladas novamente no ecossistema, revelando-se assim um sistema de grande entropia (onde a energia importada é pouco otimizada, e ocasiona muitos rejeitos não-reassimilados – ver Figura 04).

FIGURA 04 - O metabolismo dos ecossistemas urbanos – *inputs e outputs*



FONTE: adaptado de DIAS (1992) e MOTA (1999)

SILVA & MAGALHÃES (1993) acrescentam que, enquanto os ciclos naturais ocorrem em regime de fluxo fechado com caráter disperso e baseados na utilização de recursos renováveis, a grande maioria das atividades do homem se exerce em regime de fluxo aberto, com caráter centralizado e baseada no uso de recursos não-renováveis. Para MOTA (1981) um meio urbano não pode funcionar como um ambiente fechado, onde o homem possa encontrar tudo que necessita. Assim, deve-se entender o funcionamento da cidade como um sistema aberto, que depende de outras partes do meio ambiente geral.

De acordo com DIAS (1992), os ecossistemas urbanos afetam e são afetados pela biosfera como um todo, e o seu funcionamento depende não apenas de ecossistemas locais, mas da biosfera inteira. A ilusão da auto-suficiência se desfaz quando algo interrompe o fluxo energético – material de uma cidade – a falta de energia elétrica, por exemplo, produzindo transtornos.

Diante disto, parece limitado aplicar-se o conceito de ecossistema para a cidade. Para BOYDEN et al. (1981):

Muitos ecologistas hoje, possivelmente a maioria, restringem o termo ecossistema a um sistema mais ou mesmo fechado e auto-suficiente de componentes bióticos e não-bióticos, que apenas significam entrada e saída de energia. Os assentamentos humanos estão muito longe de serem auto-suficientes, não podendo sobreviver a mais de dois dias sem uma intensa entrada de recursos atuais, renováveis e não-renováveis, vindos das áreas rurais. De fato, do ponto de vista ecológico, a cidade mais parece um animal gigante e imóvel. (p.18) [tradução nossa].

Para MESQUITA (apud HARDT, 1994), os centros urbanos são *ecossistemas singulares*, onde a ação antrópica causa profundas modificações nas condições naturais do sítio, como por exemplo, a substituição da comunidade biótica primitiva diversificada por uma outra com a predominância humana, que leva a modificações substanciais do relacionamento inter-organismos e destes com o ambiente. Neste sentido, a capacidade autoreguladora dos ciclos bio-geoquímicos se perde, anulando a auto-suficiência do ecossistema. Portanto, o sistema urbano não pode ter um limite em si mesmo, pois carece de suficiente autonomia. MOTA (1981) também acredita que a cidade pode ser entendida como um ecossistema, no conceito amplo do termo – uma unidade ambiental – dentro da qual todos os elementos e processos do ambiente se interrelacionam, de modo que uma mudança em um deles resultará em alterações em outros componentes.

Da Teoria dos Sistemas tem-se que um sistema tende sempre para uma posição de equilíbrio, que garante seu funcionamento e reprodução. E quanto maior é a complexidade de um sistema, mais ele é capaz de responder a estímulos externos, aumentando sua complexidade em decorrência desta estimulação e encontrando novos pontos de equilíbrio. (MONTIBELLER, 1999). Contudo, esta lei não vale para a cidade, que é um sistema aberto. Enquanto a capacidade de regeneração e rearranjo rumo à estabilidade, vista nos sistemas naturais de ciclo fechado, aumenta com sua complexidade, no sistema artificial/antrópico, à medida que este se

complexifica, seu nível de equilíbrio tende a decrescer, indo da fragilidade à ruptura. (DIAS, 1992). Essa instabilidade do sistema antrópico ou humano fica clara quando comparamo-lo com o sistema natural no quadro a seguir:

QUADRO 06 – Diferenças entre os Ecossistemas Naturais e o Humano

	ECOSSISTEMAS NATURAIS	ECOSSISTEMAS HUMANOS
ENERGIA	São sustentados por uma fonte ilimitada de energia: radiação solar.	Atualmente sustentados por uma fonte finita de energia: combustíveis fósseis.
	Não acumulam energia em excesso.	O consumo excessivo de combustíveis fósseis libera muito calor para a biosfera e altera a temperatura. A energia nuclear e a concentração artificial da energia solar produzem efeito similar.
	Nas cadeias alimentares, cerca de dez calorias de um organismo são necessárias para produzir uma caloria de outro (10:1).	Nas cadeias alimentares são necessárias cem calorias de combustível fóssil para produzir dez calorias de alimentos que produzem uma caloria no homem (100:1).
EVOLUÇÃO	A evolução biológica adapta todos os organismos e o seu sistema de suporte aos processos que sustentam a vida.	A evolução cultural atualmente subordina os organismos e os sistemas de suporte da Terra aos processos que sustentam a tecnologia.
POPULAÇÃO	Mantém os níveis de população de cada espécie dentro dos limites estabelecidos pelos controles e balanços naturais, incluindo fatores como alimento, abrigo, doenças e presença de inimigos naturais.	Permite que as populações cresçam tão rapidamente quanto pode aumentar a disponibilidade de alimentos e abrigo, e elimina inimigos naturais e doenças via biocidas e medicamentos.
COMUNIDADE	Apresenta uma grande diversidade de espécies que vive nos limites do local dos recursos naturais.	Tende a excluir a maioria das espécies e é sustentada por recursos provenientes de áreas além das áreas locais.
	Tende a ser mais regularmente dispersa no ecossistema.	Tende a se concentrar em locais determinados pela proximidade de grandes corpos d'água ou pela conveniência da rede de serviços. Em certos países 95% da população habita em 5% da área.
INTERAÇÃO	As comunidades são organizadas em torno das interações de funções biológicas e processos. A maioria dos organismos interage com uma grande variedade de outros organismos.	As comunidades são organizadas, de modo crescente, em torno de interações de funções e processos tecnológicos.
EQUILÍBRIO	São imediatamente governados por processos comuns, naturais, de controle e equilíbrio, incluindo a disponibilidade de luz, alimentos, água, oxigênio, habitat e a presença de inimigos naturais e doenças.	São imediatamente governados por um conjunto de competições de controle cultural e equilíbrio, inclusive de ideologia, costumes, religião, leis, políticas e economias. Esse acordo considera um pouco, ou não considera, os requerimentos para a sustentação da vida, que não seja humana.

FONTE: DIAS (1992), adaptado de UNESCO/UNEP/IEEP, EES18 (1986).

A superação desta abordagem dicotômica passa por um necessário entendimento da complexidade do ecossistema urbano, localizando as barreiras para uma abordagem proativa, otimizando as interações entre os sistemas antrópico e natural, e inclusive, vislumbrando as possibilidades que as áreas verdes urbanas oferecem para o reequilíbrio do ecossistema.

1.2.2.2 Das barreiras à abordagem ecossistêmica da cidade à viabilidade de uma gestão sustentável: A contribuição das áreas verdes urbanas

Como já expúnhamos na *Problemática*, a predominância do enfoque monodisciplinar é uma das características do antigo e ainda vigente paradigma que mais interferiu para o agravamento da crise, tanto da ciência e do desenvolvimento como do planejamento urbano e, portanto, da qualidade de vida na cidade. De acordo com FRANCO (1997): “O enfoque moderno disciplinar demonstrou grande eficiência na esfera científico-tecnológica nos últimos dois séculos, dentro do paradigma cartesiano-newtoniano, revelando, também, por outro lado, sua face escura como instrumento de mutilação do conhecimento e segmentação da ação humana, que fez detonar a crise sócio-cultural atual” (p.91). A exigência feita pela complexidade urbana e a entrada da abordagem ecossistêmica para análise e gestão urbana encontram novamente obstáculo para avanço na ainda proeminente monodisciplinariedade que, como nos fala DIAS (1989), na sua compartimentação acadêmica, ignora as influências recíprocas entre homem, cultura e meio ambiente. Urge uma abordagem mais global, integrada e dinâmica que rompa com esta visão fragmentada.

Além da já comentada complexidade do ecossistema urbano, outros fatores, dos quais a “monodisciplinariedade paradigmática” é apenas um, contribuem para obstaculizar a viabilidade de uma gestão ecossistêmica da cidade. SPIRN (1995) acredita que a cidade encontra poderosos *interesses pessoais* que impedem que ela seja gerida como um sistema: industriais negligentes com relação aos resíduos de suas fábricas, burocratas centralizadores, profissionais limitados à estanqueidade de suas áreas acadêmicas. “A cidade parece uma máquina infernal, construída por decisões simultâneas em muitas escalas”. (p. 264).

Para esta autora, embora alguma especialização seja necessária, a *ausência de um único órgão coordenador* é que impede o manejo efetivo dos recursos e riscos e desencoraja o

saneamento de muitos problemas com uma única solução, numa forma fragmentada de intervenção sobre a realidade que se perpetua há tempos. O valor da natureza na cidade só pode ser plenamente apreciado quando todo o ambiente natural urbano é visto como um único sistema interativo. Ao nosso ver, a ignorância da condição dinâmica dos processos na cidade vem de uma visão linear, que se reflete na análise e na instrumentação para o diagnóstico, que tem dificuldades em medir fenômenos em trânsito e assim estabelecer as leis de interação entre as mais diversas variáveis.

De acordo com BEER (1993), o tratamento dos problemas ambientais na maioria das cidades tem acontecido separadamente no processo de planejamento. Qualidade do ar, da água, conservação da natureza, qualidade da paisagem, oferta de espaços abertos são todos descritos como assuntos separados nos documentos de planejamento, cada qual precisando de políticas separadas para o melhoramento ou conservação. A idéia de que todos estes aspectos do meio ambiente interagem entre si e com a paisagem pré-existente é ignorada na maior parte dos enunciados dos planos.

Concordamos ainda com BEER (1993), para quem o sucesso dos planos no sentido de alcançar uma maior sustentabilidade ambiental no desenvolvimento urbano depende da "gerência da interação"²⁸ entre todos estes fatores, e acrescentamos que não só a sustentabilidade ambiental, mas todas as dimensões da sustentabilidade!

ALVA (1998) também critica o sistema burocrático de gestão urbana, que, embora no nível operacional articule diferentes sistemas de gestão com atividades profissionais como a

²⁸ Conforme aprofundaremos mais adiante, nesta "gerência da interação", pode-se otimizar as ações sobre os problemas, de modo que uma solução, pensada integradamente, dê conta de mais de um problema, com facilidades operacionais, financeiras e com incremento do resultado final. Seria o que MÅNSSON (1992) no relato do programa de gestão urbana sustentável na Suécia chama de combater os "*problems multipliers*", problemas cujos efeitos se refletem sobre diversas áreas, multiplicando suas conseqüências, para os quais deve-se recorrer à "*solutions multipliers*", ações cujos efeitos não só refletem-se sobre o aspecto essencial, mas cuja implicância contribui para o desenvolvimento e desencadeamento de outros fatores positivos, e, portanto, refletindo a internalização da perspectiva ecossistêmica na gestão urbana. Conforme SACHS & BOYDEN (apud VIEIRA, 1995), diversos outros estudos focalizam os desafios ligados à gestão de ecossistemas urbanos vistos não só do ângulo do controle de poluição, da recuperação de áreas degradadas e da criação ou expansão das áreas verdes, mas como fonte de recursos potencialmente aproveitáveis do ponto de vista econômico (o que podemos vislumbrar da ótica da *gestão patrimonial de recursos*).

arquitetura, o urbanismo, a engenharia, a economia, a administração e o governo, ainda é interceptado pela falta de uma prática interdisciplinar. A seu ver, grande influência tem, neste sentido, o *papel desempenhado até então pelas escolas de arquitetura*, completamente indiferentes às ciências ambientais. Esse fenômeno pode ser explicado pelo domínio da especialização em detrimento de uma visão que permita abordar a cidade partindo de uma perspectiva ecológica. Insiste para uma visão mais holística da cidade e de seu desenvolvimento sustentável. Do contrário, crê que é impossível “resgatar” a arquitetura, a engenharia e todas as outras profissões que intervêm diretamente no habitat humano do “especialismo” que as domina.

SOUZA (1998) vai mais longe, dizendo que o arquiteto tem se furtado ao papel de cientista do urbano, insistindo em intervir sobre bases empíricas:

Os urbanistas não foram ou são, ao menos em sua esmagadora maioria, cientistas do urbano, mas sim *estrategistas de transformação do urbano*. Normalmente arquitetos de formação, os urbanistas são socializados em um ambiente acadêmico que não lhes incute ou cobra perfil de “cientistas”, mas sim de técnicos (aproximando-os das engenharias) e artistas (identificando-os com as artes plásticas). Assim, enquanto o debate ao redor do desenvolvimento econômico ou social *latu sensu* tem mobilizado os mais diferentes tipos de cientistas sociais, de economistas a antropólogos, passando por sociólogos, cientistas políticos e geógrafos [...]. Quanto aos arquitetos-urbanistas, não faz tanto tempo assim que começaram, claudicamente, a adquirir o costume de abeberar-se nas fontes das ciências sociais, antes não o fazendo fosse por vício profissional (e pretensa auto-suficiência), fosse por isolamento voluntário. (p. 9) [destaque no original].

Neste seu papel de estrategista de transformação do urbano, o arquiteto e demais planejadores têm se servido do instrumento do *zoneamento funcional*, como vimos na *Problemática*. Embora buscasse em sua gênese uma integração entre as zonas com usos distintos – integração esta baseada na circulação por veículos particulares –, o zoneamento acabou acentuando os problemas urbanos, gerando enclaves monofuncionais na cidade e uma dependência exclusiva do automóvel. Neste sentido, FRANCO (2000) comenta que, embora haja complexificação da estrutura urbana, esta diminui quando se focam as zonas funcionais tal como são atualmente: homogêneas em seus usos. Esta autora cita RUEDA que prega a partir daí a conversão do *zoneamento funcional em um modelo com diversidade de usos*²⁹, aonde haja

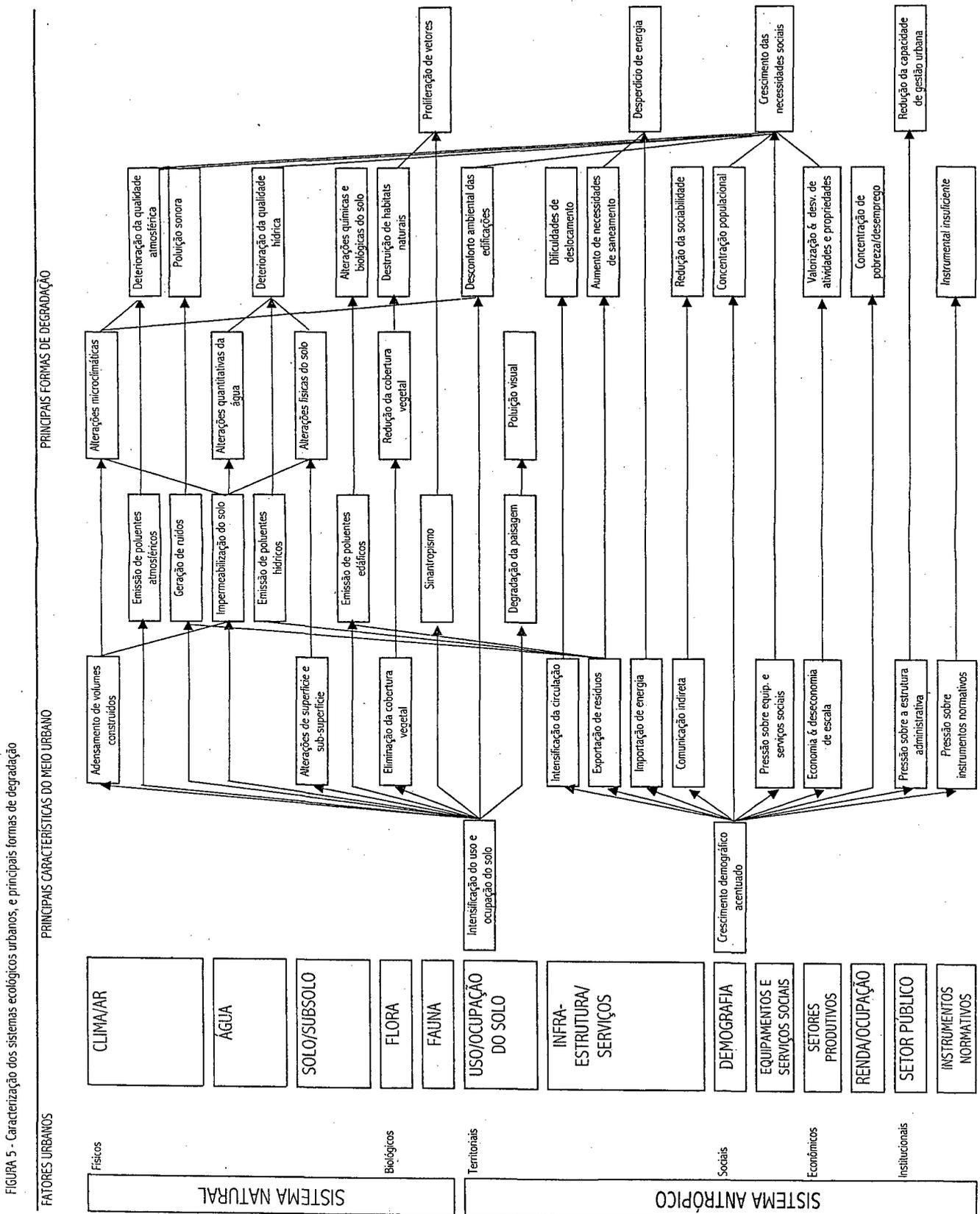
²⁹ No item onde discorreremos sobre o lazer (1.3.2.1) abordaremos novamente a questão do zoneamento.

aumento de complexidade em espaços relativamente reduzidos, com diminuição da ocupação de solo, redução de tempo de deslocamentos resultando em economia de energia. Assim, ao nosso ver, o ecossistema urbano se aproximaria do funcionamento do ecossistema natural, uma vez que mais complexidade representaria incremento de qualidade do ecossistema como um todo.

Dentro desta perspectiva de remodelação dos processos na cidade, SIRKIS (1999) insiste em que se deve “encarar” os problemas urbanos tratando as cidades como ecossistemas doentes, “esverdeando-as”³⁰, e nos processos seja de urbanização ou de reurbanização, buscar uma integração do espaço construído com o natural.

MOTA (1981) distingue no ecossistema urbano dois sistemas: o *natural*, composto do meio físico e biológico, e o *cultural*, onde está o homem e suas atividades. Sintetizando as idéias de Mota, HARDT (1994a) caracteriza na Figura 05 os sistemas ecológicos urbanos, dividindo-os em *sistema natural/sistema antrópico* e acrescentando as principais formas de degradação destes sistemas. Dentro de seus limites de simplificação, entendendo-a como um recurso heurístico, a figura procura ilustrar que cada elemento não pode ser tomado individualmente, mas em interação com os demais, em seus diversos níveis de complexidade. A qualidade ambiental urbana, ao ver de HARDT, passa pela consideração destas inter-relações que facilitam a continuidade dos ciclos.

³⁰ A noção para SIRKIS (1999) embutida nesta expressão de “esverdear” não se resume a arborização da cidade, mas traz consigo um conteúdo que inclui dar uma versão mais ecológica e sustentável no âmbito das interações homem e natureza.



FONTE : (HARDT, 1994a)

Neste sentido retomamos a referência em nota de rodapé 28 na página 65 onde comentávamos que a “gerência da interação” no ecossistema urbano passa pelo necessário tratamento conjunto dos problemas, de forma que uma ação positiva possa agir de maneira diversa sobre vários problemas, otimizando seu impacto. Para nós, o parque atua como uma *solution multiplier*, ou “solução multiplicadora”, que concebido, planejado, implantado e gerido dentro de uma perspectiva sistêmica da paisagem, poderia servir a diversas funções além da tradicional oferta para o lazer. Além de ser unidade de conservação, poderia atuar na proteção de cursos d’água, servindo de abrigo à fauna urbana e de espaço para absorção de águas pluviais, ser elemento espacial integrador de bairros e comunidades, espaço público para a alocação de equipamentos comunitários de saúde, lazer e educação, revitalização de assentamentos insalubres, etc.

Pelo contrário, a falta de integração entre as políticas pode inclusive comprometer o caráter social deste tipo de espaço público. Por exemplo, se a oferta deste tipo de espaço não estiver relacionada a um programa acessível de transporte, ou a distâncias razoáveis de serem percorridas a pé por seus usuários potenciais, pode implicar em desuso. Este também pode ser gerado se não houver complementaridade entre os parques na cidade, com a sobreposição de funções ou ausência de usos necessários em outros.

Neste contexto, o programa *Ecocycles*, implementado na Suécia, de acordo com MÅNSSON (1992), concebe os parques como “infra-estrutura verde”, configurando “uma rede”, distribuídos em faixas e cinturões entre as cidades e nos interstícios dentro delas, permitindo o acontecimento do ciclo integral/fechado (*full cycle*) nestas áreas de transição.

A importância das áreas verdes pode ser vista, portanto, do foco analítico da concepção ecossistêmica da paisagem urbana, ao incluir fins tão pertinentes à sustentabilidade urbana, como o de preservação de mananciais e fundos de vale (evitando cheias), servir de reduto para aves urbanas, revitalizar terras vagas que poderiam se tornar depósito de lixo, etc.

A seguir apresentaremos mais detalhadamente a perspectiva de HARDT no que se refere à ampla gama de funções do parque frente aos mais diversos níveis e fatores de degradação dos ecossistemas urbanos, e que juntamente com a contribuição de outros autores, apontam inovações paradigmáticas de planejamento e gestão destes espaços que interrelacionam os

sistemas natural e antrópico do meio urbano.

1.3 Planejamento e gestão de parques urbanos: Por um modelo mais sustentável

A contribuição de HARDT (1994a e 1994b), dentro da perspectiva ecossistêmica, é fundamental para nortear nossa posterior avaliação de como o planejamento e a gestão dos parques urbanos em Curitiba vem se alterando, agregando novos valores, tanto em contraste com o paradigma antigo quanto à luz de novos paradigmas, sendo inclusive um coerente refinamento das contribuições que o Ecodesenvolvimento já nos dava ao denunciarmos a “insustentabilidade” do paradigma vigente de planejamento e gestão de parques urbanos na *Problemática* da dissertação. Em conjunto com as contribuições de HARDT e de outros autores que apresentaremos a seguir acerca da função dos parques urbanos para o sucesso de uma gestão urbana mais sustentável, buscaremos num esboço, mesmo que simplificado, apontar as características de um novo paradigma de planejamento e gestão de parques urbanos.

1.3.1 “Revisitando” o parque: Da degradação do ecossistema urbano às novas funções para estes espaços

Recreação e amenidade são vistas como exclusivas prioridades dos parques urbanos. A memória de velhas tradições culturais e jardinística, e não a ecologia, determinam [sic] sua elaboração e manutenção. [...] Por outro lado, quando os determinantes biológicos estão sendo reconhecidos como primordiais para o planejamento rural e de recursos, eles são virtualmente ignorados nas cidades. Fica claro, assim, que a estrutura do desenho para os espaços livres urbanos precisa ser reexaminada. *É importante perguntar-se se não haverão [sic] outras funções alternativas para os parques*, que papel desempenham vastas áreas não-parques da cidade; ou, ainda, qual a base relevante para uma estética do desenho urbano. (FRANCO, 1997 p. 208) [destaque nosso].

Se por um lado o lazer tem sido a função mais predominante para as áreas verdes urbanas, também os critérios que definem desde sua locação, tamanho, proximidade e equipamentos que irão conter derivam desta função. Dentro da perspectiva de ecossistema urbano, contudo, o leque de funções e vantagens para estas áreas se abre de forma diversificada. Para HARDT (1994a): “Como as áreas verdes têm funções ecológicas importantes, então o seu tratamento mais direto, efetivo e integrado no planejamento urbano trará resultados mais significativos no conjunto de soluções para a melhoria das condições ambientais das

idades”.(p. 3). Não se trata, contudo, de fazer dos espaços verdes de lazer “tábua de salvação” para os problemas urbanos, pois não vão resolver nem os problemas materiais e nem existenciais do homem, o que transcende o limite de ação do planejador. Mas, sua implementação constitui um passo importante para tornar as cidades estruturas compatíveis com a dignidade humana (BOUGESTOHS apud RIZZARDO, 1996).

Chamamos a atenção para que as soluções dos problemas da cidade e de sua região não devem acontecer de forma isolada. No entanto, a contribuição dos parques urbanos será apenas mais uma iniciativa que deve envolver um plano mais global. Para SPIRN (1995), é necessário um *plano de manejo urbano*, que parta do conhecimento de cada cidade de seus pontos críticos e recursos, que lhes permita identificar as ligações potenciais entre eles e assim, lançar metas e prioridades para sua solução e proteção respectivamente.

De um modo mais preciso esta autora aponta os seguintes caminhos para um plano global de gerenciamento do ecossistema urbano:

- Tratar dos problemas ambientais mais críticos da cidade e da região, explorando as *oportunidades de resolver mais de um problema com uma única solução*, e melhorar as condições nas áreas mais contaminadas ou nas áreas de risco da cidade (o que se alinha com a perspectiva que já apresentamos acerca das *solution multipliers* - MÂNSON, 1992).
- *Investigar medidas de conservação de energia e dos recursos* e a viabilidade de recuperação de recursos minerais e energéticos a partir de resíduos e explorar padrões de assentamento, redes de transporte e sistemas de água e esgotos que facilitem a implementação de tais medidas.
- Encorajar a indústria a desenvolver planos para *o armazenamento seguro dos resíduos tóxicos* até que possam ser reciclados de maneira econômica ou assimilados com segurança.
- *Ligar processos e características naturais à saúde, segurança e bem-estar*, de modo que os custos e benefícios sociais relacionados com o ambiente natural possam ser ponderados contra outros interesses políticos, econômicos e sociais.

Por sua vez, o ecossistema urbano contém muitos sistemas menores: parques, lagos, bosques; alguns podem ser administrados como sistemas mais “fechados”, requerendo poucas entradas de energia e produzindo menos resíduos. Se partes individuais do ecossistema urbano forem projetadas para atenderem mais de uma função, a energia pode ser conservada. Por isso, um parque para canalizar ar fresco para a cidade, reter as águas das chuvas das ruas vizinhas e proteger um bairro residencial contra o barulho e a poluição das vias expressas próximas pode ser, do ponto de vista energético, mais eficaz do que tratar separadamente cada problema. (SPIRN, 1995).

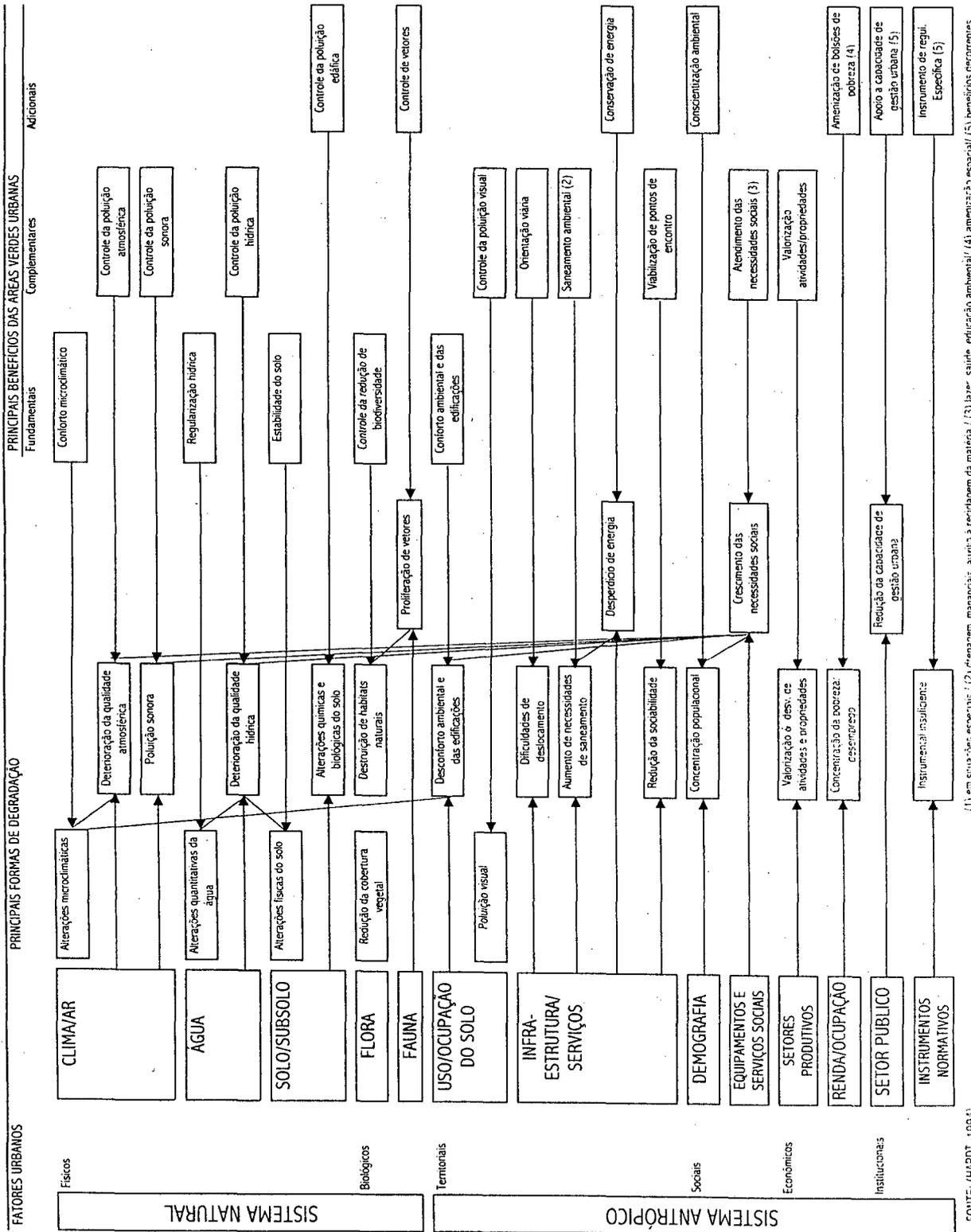
Portanto, além de uma integração completa entre as diversas políticas urbanas, a abordagem ecossistêmica urbana requer, no caso específico dos parques, que eles não sejam apenas espaços isolados, propalados como soluções eficazes. Mesmo que com implantação a longo prazo, *a concepção de parques urbanos deve envolver a idéia de rede* (com complementariedade de funções), ainda porque, a grande e não-atendida demanda em centros urbanos por espaços de lazer com qualificação acabaria gerando um fluxo muito intenso para um único parque existente.

De acordo com SPIRN (1995):

[...] a integração de toda a área livre urbana num plano unificado promete estender o tradicionalmente aceito valor estético e recreacional dos espaços livres a um papel crucial na saúde, segurança e bem-estar. Parques e praças, corpos d'água e correntezas, várzeas e baixios pantanosos, encostas íngremes e afloramentos rochosos e até estacionamentos e corredores de rodovias podem ser incluídos num sistema coeso de espaços abertos, para melhorar a qualidade do ar e do clima, reduzir as enchentes e melhorar a qualidade da água, diminuir o impacto de riscos geológicos, como terremotos, afundamentos e deslizamentos, criar na cidade uma comunidade de plantas e animais diversificada, conservar a energia, a água e os recursos minerais e promover uma assimilação mais segura dos resíduos da cidade. (p. 287).

Dentro desta noção de *sistema ou rede de áreas verdes*, que retomaremos adiante ao falarmos sobre o modelo de planejamento e gestão de parques, a Figura 06, elaborada por HARDT (1994b), mostra a função destes espaços frente aos desequilíbrios apresentados na interação dos sistemas natural e antrópico (comparar com Figura 05), hierarquizando o nível de contribuição destes espaços para o restabelecimento do equilíbrio, ou, como chamamos, rumo a uma sustentabilidade urbana.

FIGURA 6 - Função das áreas verdes urbanas frente aos desequilíbrios apresentados na interação dos sistemas naturais e antrópicos

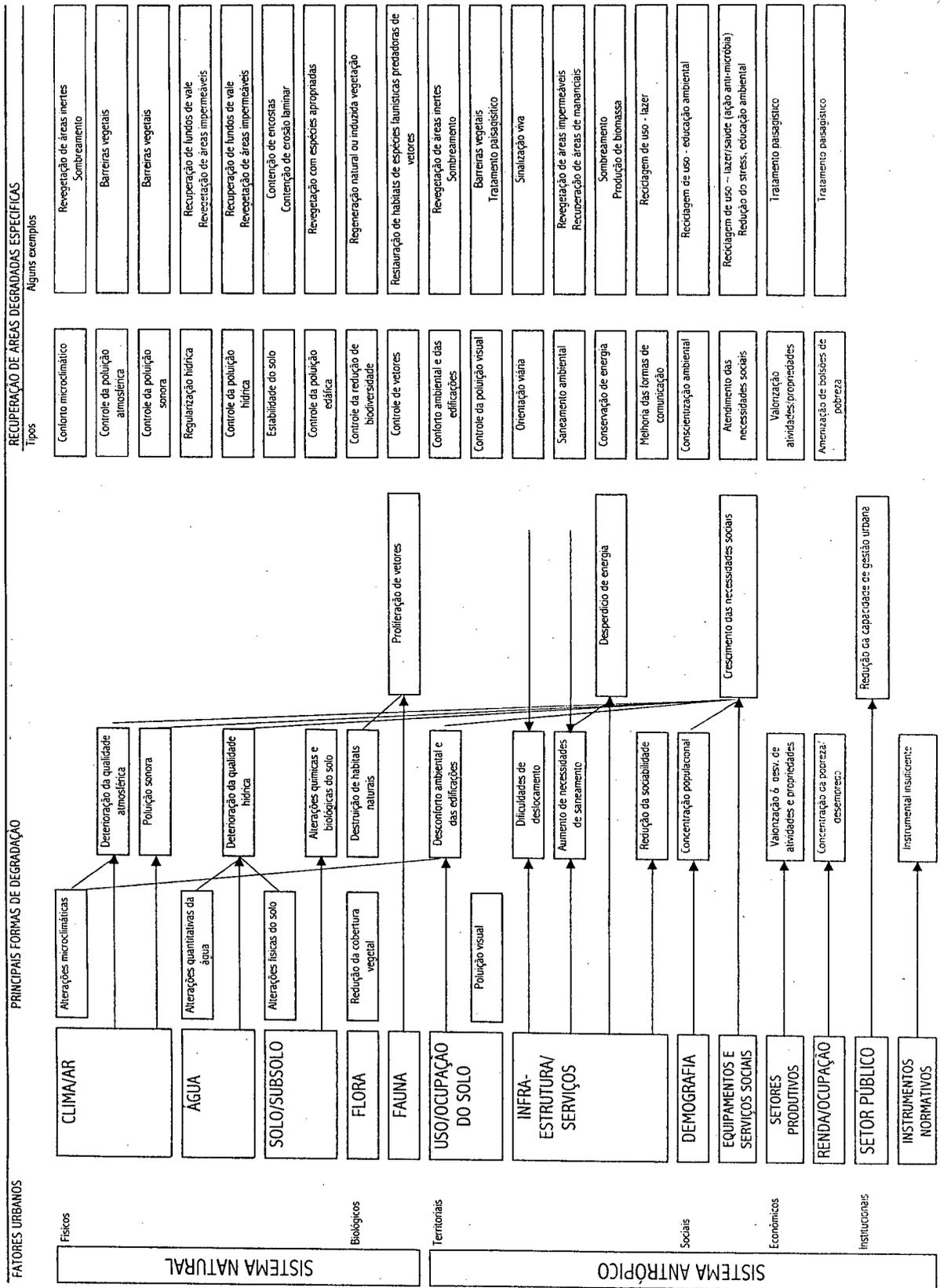


Para HARDT as funções ecológicas das áreas verdes urbanas auxiliam na prevenção, minimização ou reversão da degradação do ambiente, e, a partir da observação das possibilidades de uso direto ou indireto das áreas reabilitadas no processo de recomposição do ambiente, pode-se definir dois tipos de tratamento:

- 1) O *tratamento específico* (ver figura 07), *que envolve* várias soluções, desde as tradicionais, normalmente voltadas à correção de processos já instalados, até outras mais inovadoras no sentido de atendimento das novas tendências no processo de recomposição ambiental urbana. Inclui-se aí o tratamento dos espaços marginais das cidades, locais situados às margens de elementos urbanos (ex.: rodovias, ferrovias, obras de artes especiais, portos, aeroportos, estações de tratamento de esgoto, lixões ou aterros sanitários) e os espaços urbanos em estado de abandono, tanto pela atividade social e econômica (ex.: vazios urbanos, locais de extração de recursos naturais) quanto pela organização espacial (ex.: miolos de quadra, favelas)³¹.
- 2) O *tratamento geral* (ver figura 08) deve englobar um *sistema de áreas verdes* com funções de melhoria de qualidade do meio e de recuperação de áreas degradadas, através de um conjunto de soluções integradas para a cidade, ajustadas a diretrizes gerais de gestão ambiental urbana.

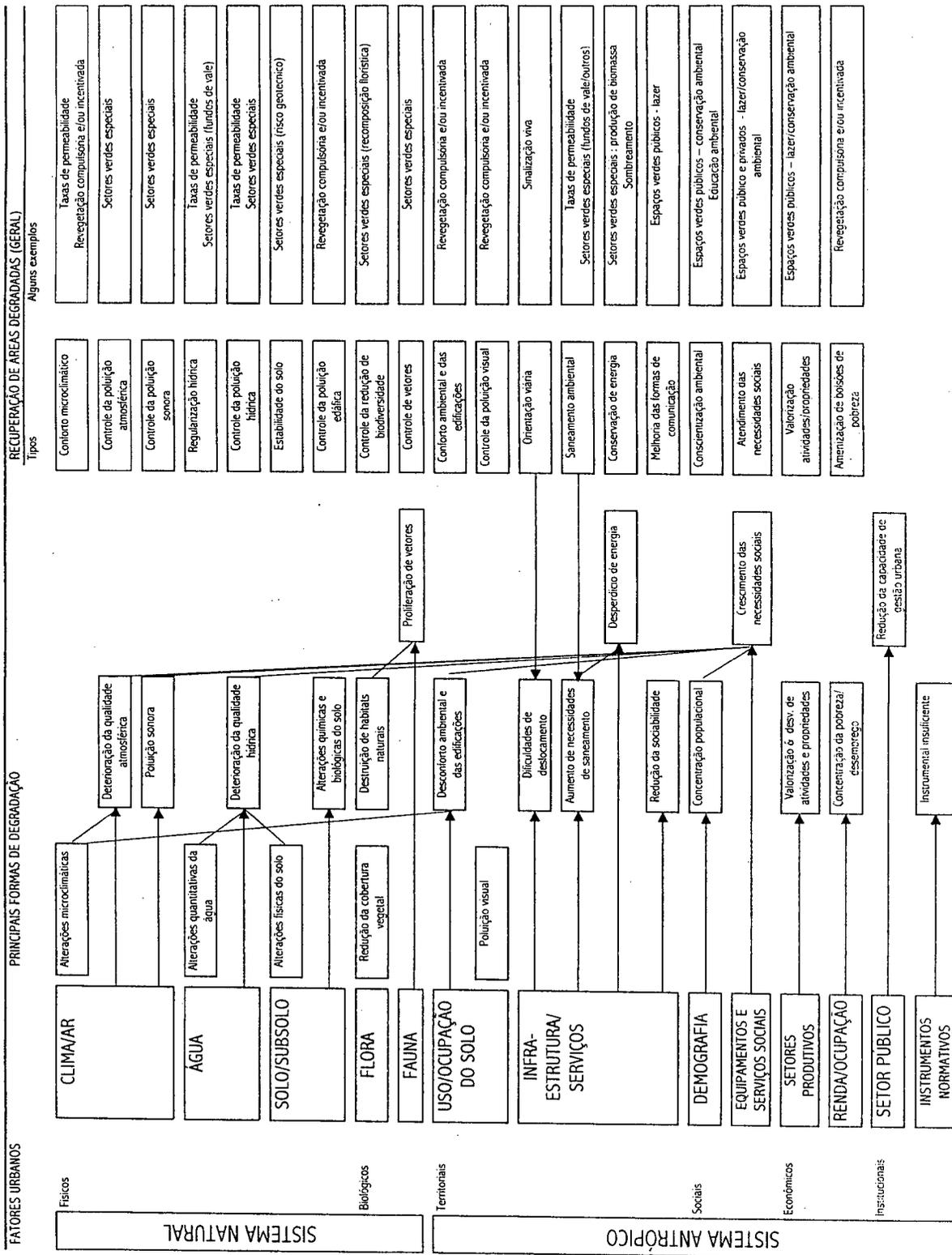
³¹ Uma série de intervenções deste caráter tem tido lugar na cidade, algumas foram destacadas em RUANO (1999) que traz material ilustrativo acerca destas experiências de revitalização, que para ele, estão incluídas dentre as iniciativas de Ecurbanismo.

FIGURA 7 – Organograma de tipos e exemplos de recuperação ambiental à nível específico



FONTE: (HARDT, 1994a)

FIGURA 8 -- Organograma de tipos e exemplos de recuperação ambiental à nível geral



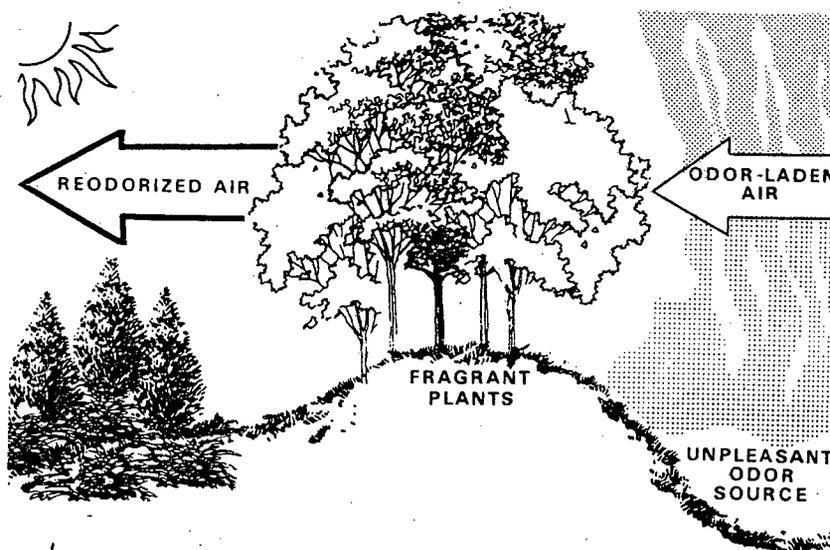
FONTE: IHA&DT, 1994).

Alguns outros autores nos ajudam a perceber as mais diversas contribuições da presença de áreas verdes para a qualidade de vida urbana, atuando ou não diretamente sobre a degradação do ecossistema; bem como de sua gestão integrada com outras ações, algumas das quais podemos alinhar dentro das dimensões da sustentabilidade elencadas pelo Ecodesenvolvimento. Destacaremos agora os mais importantes benefícios das áreas verdes urbanas, a partir da divisão de IDB (1997) mencionando, se convier, outros autores que compartilham de suas idéias³².

1) Benefícios ambientais:

- a) *Melhoramento da qualidade do ar*: De acordo com GREY & DENEKE (1978) a vegetação pode atuar na reodorização (Figura 9) e filtragem do ar poluído da cidade (figura 10). HODGE (1995) chama a vegetação de “papa-poeira”, podendo filtrar 75% da poluição de partículas.

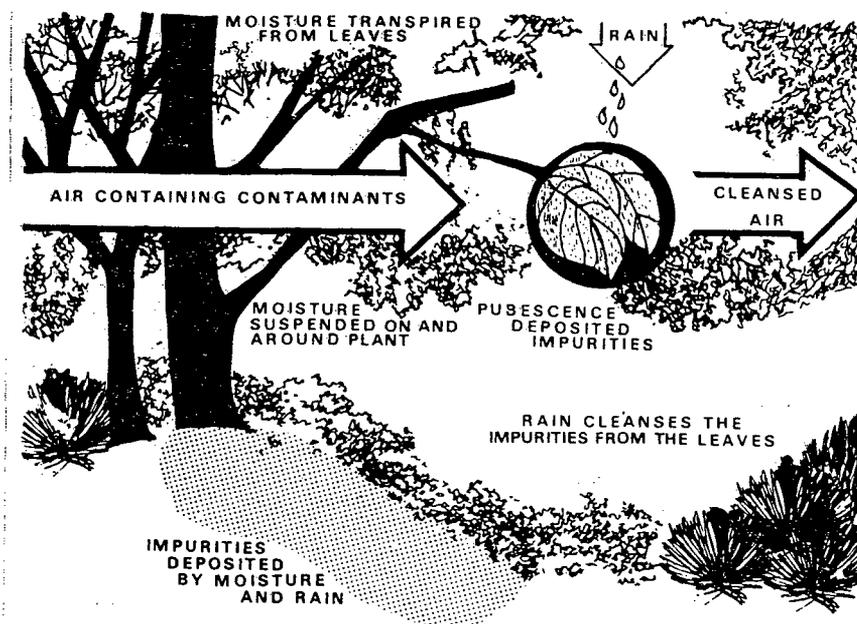
FIGURA 09 – A vegetação pode fazer o controle dos odores, através da absorção de gases e liberação de fragrâncias agradáveis



FONTE: GREY & DENEKE (1978)

³² A utilização desta publicação tem importância dupla. Primeiro, por ser uma das mais abrangentes no elenco das vantagens do “urban green”. Segundo, por ter um perfil institucional e singular: IDB é a abreviatura de *Inter-American Development Bank*, que nesta publicação intitulada “*Good practices for urban greening*” dá como que um roteiro para o programa de arborização urbana nas cidades, incluindo inclusive formas de se buscar financiamentos para os programas. Convém mencionar aqui o papel salutar de fomento desta instituição para diversos programas e que seguir seu roteiro dá maior chance de se conseguir o financiamento. Outra menção notável que convém aqui é que este banco é o fomentador desde longa data dos projetos urbanos de Curitiba, e em diversas passagens a publicação remete ao caso curitibano como boa ilustração. Esta publicação foi fichada a partir do acervo da UNILVRE em Curitiba, banco de dados recorrente dos técnicos da cidade.

FIGURA 10 – A vegetação pode fazer a filtragem do ar através da retenção de impurezas.

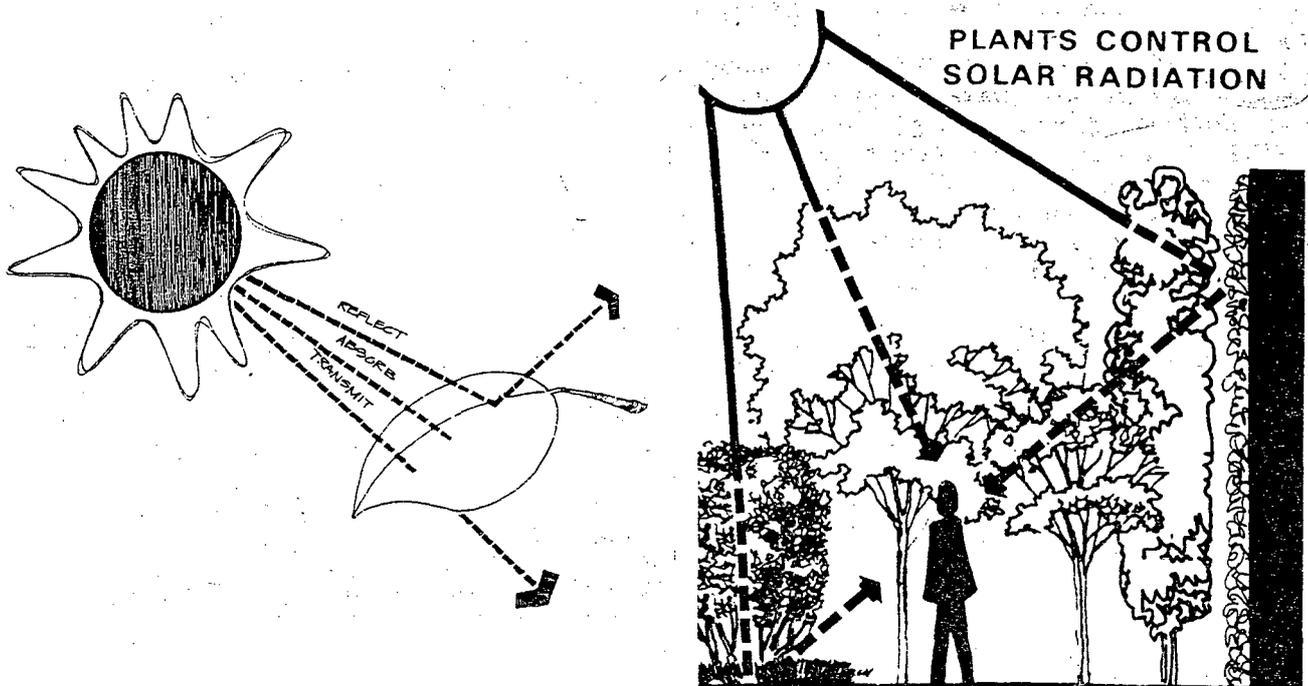


FONTE: GREY & DENEKE (1978)

- b) *Amenização do clima:* HODGE (1995) fala que a vegetação pode refrescar o ambiente urbano³³, pois usa energia para evaporar água além de proteger da luz solar direta (Figura 11). (Aqui, acrescentamos, pode ser tanto a sombra para transeuntes e usuários de áreas abertas, como a que protege da radiação direta as edificações). Também regula a umidade e a velocidade dos ventos (Figura 12).

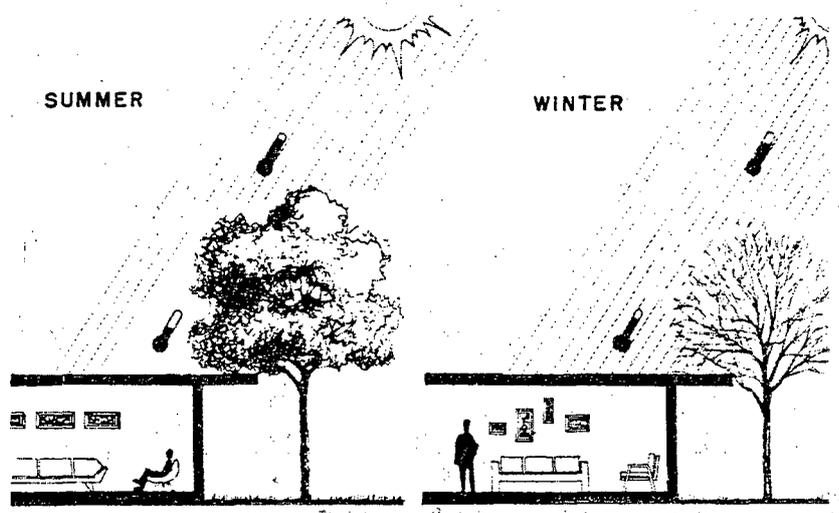
³³ Conforme SIRKIS (1999), estudos desenvolvidos em países de clima temperado demonstram que as diferenças de temperatura de áreas bem arborizadas para outras em localização próximas mais sem arborização pode variar entre 3 e 5 graus centígrados.

FIGURA 11 – A vegetação protege da radiação solar direta.



FONTE: GREY & DENEKE (1978)

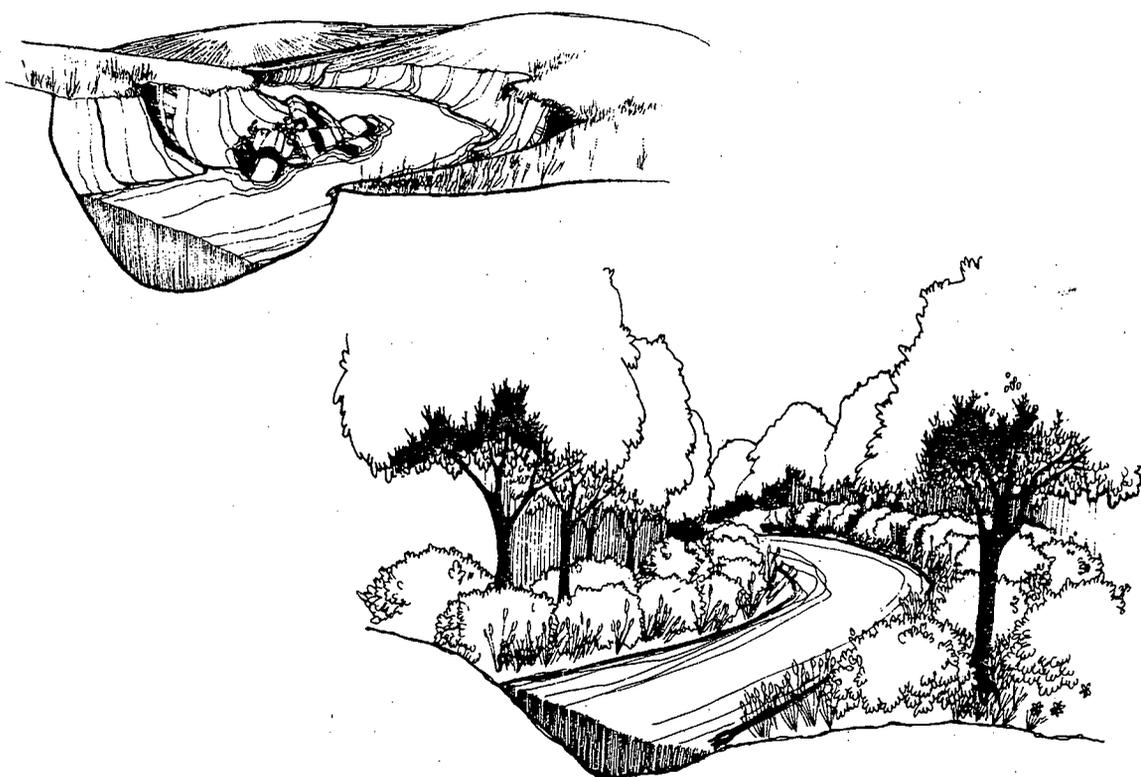
FIGURA 12 – A vegetação protege as edificações no verão, e se for caducifólia, permite o aquecimento no inverno.



FONTE: GREY & DENEKE (1978)

- c) *Economia energética*: Associação com projeto paisagístico que amenize o microclima das edificações, evitando o uso de recursos artificiais e utilização de áreas verdes para aeração natural de esgotos sem utilização de métodos mecânicos.
- d) *Proteção de mananciais hídricos de abastecimento*: Em considerando a emergência do problema da gestão de água potável, as áreas verdes urbanas preservadas protegem da erosão e do uso incompatível as terras vizinhas a cursos d'água (figura 13).

FIGURA 13— A mata ciliar ajuda a impedir o assoreamento dos cursos d'água



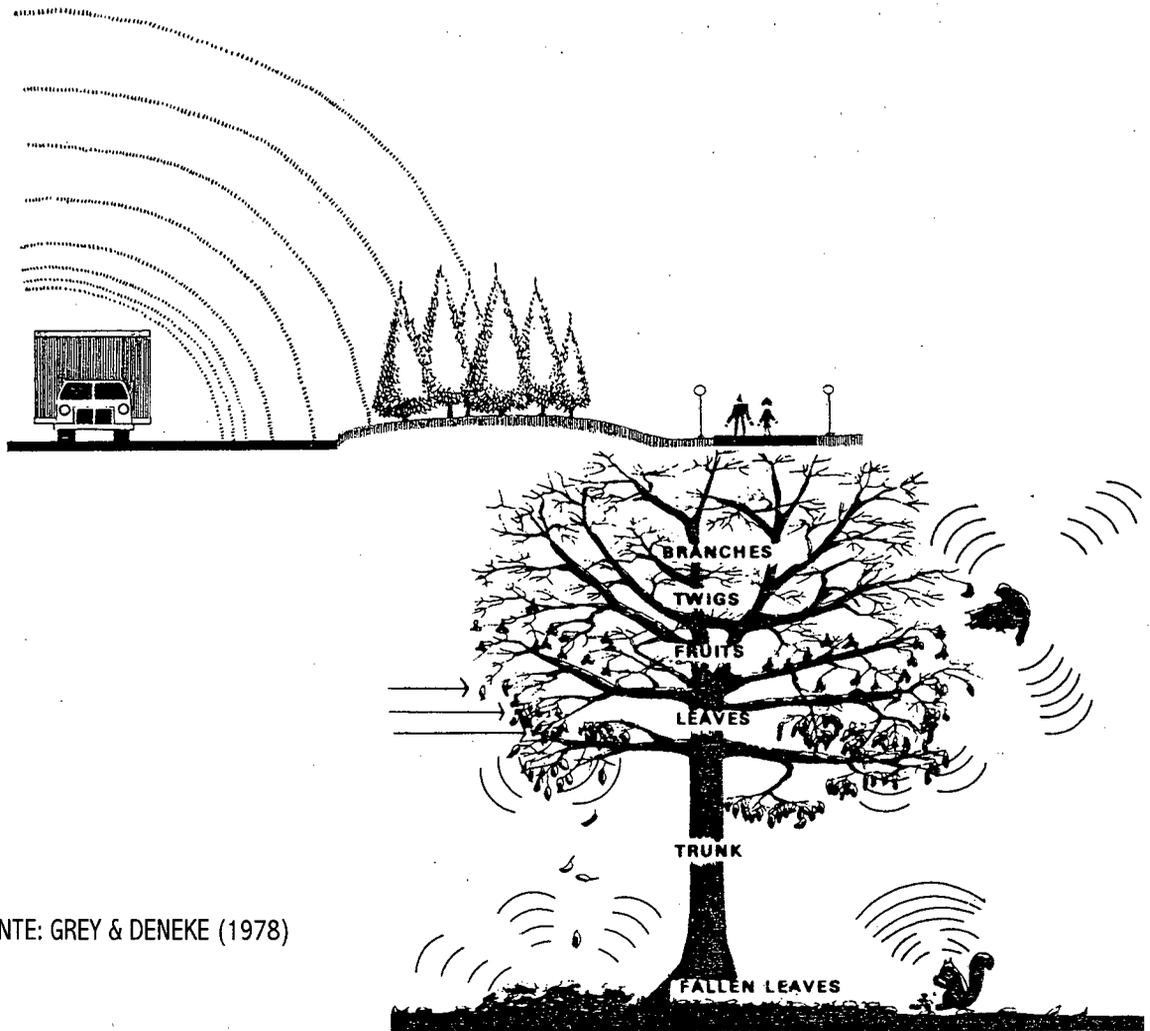
FONTE: GREY & DENEKE (1978)

- e) *Controle de cheias*: A preservação da vegetação ao longo dos cursos d'água também conserva a capacidade de impermeabilização do solo, que fica por vezes prejudicada com a ocupação urbana que exige também canalizações e desvios destes cursos,

que não implicam em maior eficácia no controle das cheias³⁴.

- f) *Bloqueio de barulhos urbanos*: Conforme HODGE (1995), a vegetação pode absorver as ondas sonoras. GREY & DENEKE (1978) também mencionam esta vantagem, alertando para a escolha correta das árvores para este fim. Também citam a amenização do barulho urbano proporcionada pela gama de sons típicos das áreas naturais (cantos de pássaros, ruídos do movimento das árvores) que, embora pequenos, dão uma sensação psicológica de amenidade (Figura 14).

FIGURA 14 – A vegetação absorve os efeitos urbanos nocivos, e os ameniza com os sons que ela produz pelo movimento de suas folhas e galhos e pela população faunística.

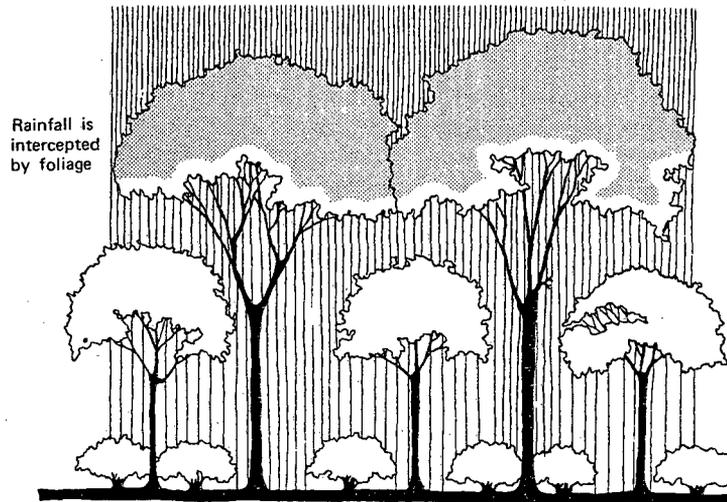


FONTE: GREY & DENEKE (1978)

³⁴ Neste aspecto, IDB (1997) menciona o caso de Curitiba, que sofreu com cheias difíceis de se conter. Comenta que a solução técnica encontrada foi criar áreas verdes com grandes lagos para convenção das cheias, que encontrava amparo na legislação de coibição do uso residencial. Por fim, lucrou a cidade com novas áreas de recreação.

- g) *Controle de erosão do solo*: Especialmente as encostas que podem sofrer deslizamentos são beneficiadas pela preservação da vegetação (figura 15)

FIGURA 15 – A vegetação diminui a erosão dos solos ao interceptar a chuva, amenizando seu impacto

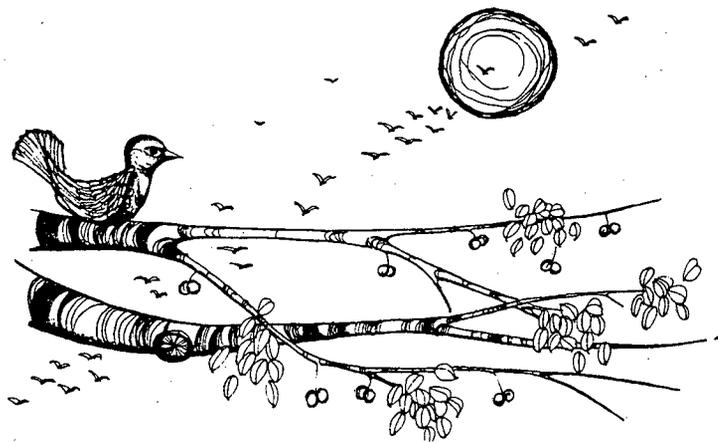


FONTE: GREY & DENEKE (1978)

- h) *Reintrodução de dejetos orgânicos na natureza*: Associando-se a programas de coleta específica, as áreas verdes podem servir diretamente a este fim como biodecompositores de matéria orgânica, como o caso de alguns estágios de lagoas de decantação³⁵, ou com a utilização de adubação reciclada a partir de rejeitos previamente selecionados.
- i) *Manutenção do habitat silvestre e da biodiversidade*: As áreas verdes oferecem oportunidades de reprodução e sobrevivência de espécies em meio urbano (HODGE, 1995) e até mesmo o retorno de espécies já afastadas deste ecossistema (Figura 16). SILVA (1992) fala ainda da importância de preservação do banco genético das espécies.

³⁵ Há que ser observada, contudo, a salubridade da área. O envoltório das lagoas de decantação pode ser verde, sem, contudo, ter acesso público, sendo uma forma de amenizar seu impacto visual e mesmo seus possíveis odores.

FIGURA 16 – A vegetação atrai e dá condições à vida da fauna silvestre



FONTE: GREY & DENEKE (1978)

2) Benefícios materiais:

- a) *Produtos vegetais acessíveis à população de baixos recursos:* Em casos de associação do uso dos parques com instituições comunitárias para a manutenção de hortas coletivas. HODGE (1995) também cita a possibilidade de gestão da floresta urbana para utilização racional de madeira para construção de equipamentos de recreação, para combustíveis e até para móveis.

3) Benefícios sociais:

- a) *Saúde:* Através dos benefícios ambientais de controle da temperatura e do ar e da salubridade da água, bem como dos efeitos estéticos da vegetação sobre a saúde psíquica. De acordo com HODGE (1995), contribui para o alívio do stress e melhoria de doenças: como afirmam algumas pesquisas, tanto estágios pós-operatórios como pacientes submetidos a drogas tranqüilizantes encontram no contato com florestas urbanas o alívio para suas doenças e apressam-se suas recuperações.
- b) *Emprego:* Diretamente, com a criação e manutenção das áreas.
- c) *Recreação:* (aprofundaremos particularmente este aspecto adiante).

- d) *Educação ambiental*: Promove contato das pessoas com a natureza e as estações do ano. Num mundo tão modificado pelo homem, as áreas verdes urbanas contribuem para que se tenha uma visão mais abrangente da natureza, bem como da noção do tempo, experienciado através das nuances da vegetação ao longo das estações do ano (HODGE, 1995).
- e) *Estética da cidade*: (i) As áreas verdes promovem o resgate da paz e da tranqüilidade: oferecem oportunidade para o relaxamento e a apreciação de valores estéticos naturais. (ii) Renovação espiritual e emocional: verdadeira “recarga de baterias”, as áreas verdes urbanas fazem o papel que as áreas rurais com seu bucolismo proporcionam na redução da tristeza e do medo. (iii) Melhoram a capacidade de atração do meio urbano e qualidade cotidiana de vida: pesquisas apontam a importância das áreas verdes para a população e a reação positiva ao embelezamento da cidade com arborização. (iv) Aprimoramento da paisagem – a arborização quebra a monotonia visual da paisagem, dando beleza e diversidade através de cores e texturas e volumes diversos.

HODGE (1995) e SILVA (1992) elencam ainda outros fatores de benefício das áreas verdes urbanas:

- 1) *Complementação da arquitetura urbana*: Atenuando o impacto da massa construída.
- 2) *Barreira espacial*: A locação de arborização pode propiciar privacidade para espaços, separação e fechamento.
- 3) *Abrigo*: Especialmente em áreas para recreação infantil.
- 4) *Atração de investimentos*: Pela valorização das áreas próximas às florestas urbanas.
- 5) *Pesquisa científica*: As unidades de conservação urbanas representam mais uma alternativa de campo de pesquisa da biodiversidade.

São, portanto, diversas as contribuições que as áreas verdes, de um ponto de vista

integrado, trazem a partir da perspectiva ecossistêmica, não só revelando a insustentabilidade, como a falta de otimização de seu potencial pelo antigo paradigma. Contudo, *não basta que os parques sejam a única expressão de sustentabilidade* dentro de um programa de políticas municipais. As áreas verdes concebidas, planejadas e geridas dentro desta perspectiva passam por uma revisão no modelo de gestão urbana como um todo, incluindo a definição de prioridades municipais e a mudança de paradigma dos agentes. Como veremos mais tarde, a implantação de parques diante desta “refuncionalização” agrega-lhes importância, justificando-os nas prioridades das ações municipais, dando-lhes inclusive um embasamento científico que os confirme como elementos contribuintes para o incremento da qualidade de vida global na cidade.

1.3.2 Concepção, planejamento, implantação e gestão de parques urbanos: Caracterizando um modelo

A contribuição da abordagem ecossistêmica para a cidade abriu caminhos para uma *revisão do papel/função das áreas verdes*, e no caso, dos parques urbanos. Contudo, outros fatores que por vezes não se dissociam de suas funções têm implicação para um modelo sustentável de planejamento e gestão destes espaços. Em outras palavras, não são apenas as funções dos parques que os tornam mais ou menos sustentáveis. Outros critérios são importantes, entre os quais já citamos brevemente o da necessidade de conceber as áreas verdes numa visão de *rede*. Outras variáveis devem ser levadas em conta, e exigem um desapego dos traços paradigmáticos tradicionais de lida com este tema: localização, distribuição, caráter, acessibilidade, bem como métodos e técnicas nos processos de planejamento e gestão, incluindo aí desde o diagnóstico das áreas até a viabilização financeira do empreendimento.

A partir de HARDT (1994a) e GRIFFITH & SILVA (1987) podemos destacar as seguintes premissas para o planejamento ecossistêmico das áreas verdes urbanas:

- 1) *Prioridade para áreas verdes nas áreas onde há falta delas*, em geral devem ser menos periféricas, contrariando a idéia de cinturões verdes nas áreas de transição do rural-urbano: Perdurou muito tempo a idéia de que uma política de criação de áreas verdes exige a aquisição de áreas periféricas entre a cidade e o campo, antes que se urbanizem. Estes autores questionam a viabilidade desta ação, uma vez que

por mais que haja leis dando prioridade de aquisição ao Estado, a pressão imobiliária, a demora do mesmo Estado e as invasões são obstáculos muito grandes. Prefere-se, ao contrário, que haja uma política de aquisição de áreas dentro da cidade, mesmo que pequenas, particularmente as preteridas em função de serem brejos, pedreiras, encostas íngremes, leitos de córregos. Embora mais caras, estarão mais perto da população, além de, como vimos, serem mais justificáveis sob uma ótica de regeneração/reurbanização, são também mais apreciáveis do ponto de vista ecossistêmico, ao incorporarem a noção de recuperação ambiental³⁶.

- 2) *Prevalência do caráter de ambiente natural para vivência urbana, em oposição a uma imagem de refúgio para fuga da cidade.* Se no início os parques urbanos foram criados com função de recriar o ambiente silvestre, tão distante da realidade urbana industrial, hoje não faz mais sentido esta tentativa, uma vez que as pessoas buscam a cidade por causa das características próprias dela, e neste sentido, as áreas verdes não podem ser apenas recriações do bucolismo silvestre, mas devem oferecer, além do contato com a própria natureza, um lugar de vivência urbana. O planejador deve tentar estabelecer áreas verdes acessíveis ao morador para que em seus momentos de lazer, não apenas desfrute a natureza, mas sua vivência urbana, em contato com outras pessoas, num ambiente descontraído³⁷. Brinquedos, bancos e calçadas, efeitos paisagísticos, devem ser oportunidades para uma convivência humana e não para o isolamento físico e social das pessoas.
- 3) *Não-necessidade de um plano diretor estruturador do sistema de áreas verdes.* Os autores criticam o método compreensivo de planejamento de sistemas de áreas verdes que exige sua previsão precisa dentro do plano da cidade, recorrendo a disposições matemáticas destas áreas no espaço (cinturões, corredores verdes,

³⁶ Lembramos aqui de um necessário aporte técnico-gestivo para definição de critérios de apropriação destas áreas, como a *gestão patrimonial de recursos* que já citamos, e o *zoneamento ecológico para estas áreas*, pois a oferta de acesso irrestrito a áreas verdes que se constituam em unidades de conservação, pode implicar numa maior degradação por uso do que peio desuso.

³⁷ Aqui lembramos da abordagem feita na *Problemática* da dissertação quando expúnhamos a crítica ao Modernismo que ignorava a dimensão do encontro no espaço público, ao dissociá-lo dos elementos de vida urbana, ou seja, dos eixos de circulação. Mais tarde ao abordarmos sobre as novas noções de desenho dentro do paradigma ambiental retomaremos este debate (item 1.3.2.2).

quadrículas), pecando por exageros de escala e longe da realidade da demanda da população, além de ignorar a ineficácia institucional para implementação real do plano (que esbarra, por exemplo, no interesse do proprietário do lote). Preferem o método do planejamento orgânico, que se dá em etapas, de acordo com o surgimento das demandas, contando com a participação tanto dos planejadores como do público no processo. “Muitas vezes, o planejamento de sistema prossegue de forma imprevisível. É sempre orientado, porém, por objetivos específicos, prevendo o aproveitamento destas áreas, sem necessidade de amarrar sua implantação a um grande plano para a cidade, o que, possivelmente, seria inoperante”. (GRIFFITH & SILVA, 1987, p. 37). Recorrer à criatividade com sensibilidade ecológica e social para o planejamento do sistema de áreas verdes pode ser mais rápido e efetivo do que a espera por uma integração mais perfeita, num grande plano compreensivo para a cidade. Seguindo o próprio esquema da natureza, refletindo, principalmente, a rede de drenagem, lucra-se mais do que aplicando uma geometria plana de círculos, triângulos ou retângulos verdes.

- 4) *Otimização e racionalização da gestão do espaço para contornar escassez de recursos*: Diante da dificuldade de se angariar recursos para o estabelecimento e manejo de um sistema de áreas verdes, deve-se sanear, racionalizar as operações, preferindo a regionalização à centralização, controlando os estoques (seja de mudas, insumos) valorizando-se a mão-de-obra eficaz, além de evitar movimentos de terra nas obras e de optar por materiais resistentes e simples. O resultado será uma maior credibilidade junto à prefeitura que poderá atrair inclusive investimentos externos. (O aspecto da redução de custos via co-gestão – parcerias governo e outras modalidades – será abordado adiante quando falarmos sobre sustentabilidade e participação – item 1.3.2.3).

- 5) *Consideração da capacidade de uso e anseio dos habitantes*, no que se refere a condicionantes sociais, econômicos e etários (este aspecto aprofundaremos no item 1.3.2.3).

- 6) *No que se refere à quantidade de espaço, devem ser levados em consideração a distribuição, forma e qualidade, e de preferência optar por áreas marginais da cidade, como fundos de vale: Os autores também chamam a atenção para a irrelevância do critério de metragem quadrada de área verde por habitante, uma vez que o que importa é a forma e distribuição destas áreas. Devem representar em sua maioria, ao invés de maciços de vegetação, faixas estreitas que aumentem a borda de contato com a cidade, dando uma impressão mais penetrável ao olhar do observador. Devem, se possível, interligar-se³⁸, usando-se da própria natureza, como a faixa de drenagem³⁹ (GRIFFITH & SILVA, 1987).*

Dentro deste aspecto da distribuição e forma das áreas verdes, e da sugestão de interligá-los em um sistema, GRIFFITH & SILVA (1987) comentam que, embora os planejadores e demais técnicos envolvidos com o manejo de áreas verdes reconheçam a necessidade da noção de sistema, ignoram como fazê-lo. Na ausência de princípios norteadores, recorrem a respostas “intuitivas” e “tradicionais” que embora demonstrem um raciocínio lógico, apresentam-se infrutíferas na prática. Para estes autores um sistema é um conjunto onde a disposição das partes ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, *funcionam como uma estrutura organizada, para atingir um efeito maior.*

Assim, integradas entre si, estarão também integradas ao meio urbano, e de certa forma, abandonando aquele caráter de “refúgio na urbanidade”. Para SIRKIS (1999):

Salvo as reservas biológicas, que não costumam se situar em perímetro urbano e que, mesmo assim, demandam uma infra-estrutura de proteção e administração específicas, as áreas verdes da cidade não constituem território alheio à dinâmica urbana. A ilusão de mantê-las intactas pode ser, paradoxalmente, estímulo involuntário a sua devastação. Na verdade, a presença do verde urbano está intimamente relacionada ao seu uso, à sua criteriosa integração na dinâmica da cidade, na sua funcionalidade em relação a demandas geradas pela população local. (p. 148).

Dando uma dimensão mais concreta para esta noção de rede ou sistema, HODGE

³⁸ WILLIAMS (1995) também sugere uma mudança tipológica na forma dos parques, que se forem lineares, permitem certas atividades como as cavalgadas, os passeios ciclísticos, e caminhadas mais longas.

³⁹ Para WILLIAMS (1995), não só a tipologia dos parques, como os usos e atrações que oferecem, podem também tomar partido dos recursos hídricos, por exemplo, ocupando-se da potencialidade de represas para atividades que vão da pesca à canoagem.

(1995) assim a ilustra:

Áreas verdes urbanas serão mais valiosas quando elas forem parte de uma rede interligada de *caminhos, ciclovias e atrações recreativas*. [...] O ideal é *trabalhar um esqueleto de vias verdes – caminhos e trilhas* que vão desde o coração das cidades e municípios até suas periferias, ladeados por florestas e espaços verdes desenhados para propiciar oportunidades de recreação e amenidades e para aumentar o âmbito de visão da paisagem. Canais, rios e ferrovias desativadas oferecem boas possibilidades para a formação básica desta rede. (p. 9) [tradução nossa] [destaque nosso].

SPIRN (1995), dentro da perspectiva ecossistêmica que trabalhávamos, diz que áreas pouco valorizadas – encostas, várzeas e terrenos baldios – podem funcionar como sistemas auto-regeneradores e auto-sustentáveis, que além de controle das águas pluviais, firmam solos instáveis, e conservam recursos naturais para futura exploração. *Se interligados por corredores vegetais* de tamanho suficiente, criam um sistema que sustentará uma diversidade maior de vida silvestre.

Para KLIASS (apud RIZZARDO, 1996), outro critério considerável para a alocação e a quantidade de áreas verdes é a condição geomorfológica e do planejamento urbanístico adotado na cidade, o que varia de lugar para lugar. Porém, deve-se definir critérios locais para áreas específicas, e reservar para os parques as áreas de fundos de vale, as sujeitas a enchentes ao longo dos rios, as de preservação e de cobertura vegetal significativa, e as de interesse histórico e cultural. O ponto de partida para a distribuição dos parques em uma cidade, portanto, deverá ser planejado de acordo com os seus critérios físicos, paisagísticos, econômicos e sócio-culturais.

Conforme IDB (1997), os projetos de áreas verdes podem ser classificados quanto à escala: *individuais*, para cidades grandes e regiões metropolitanas; *projetos múltiplos* para uma série de pequenos centros urbanos e *projetos integrados* que prevêm uma articulação integrada entre cidades. Dentro de uma perspectiva ecossistêmica alertamos, contudo, que algumas funções dos parques ou são trabalhadas numa escala metropolitana ou regional ou correm o risco de serem neutralizadas como é o caso da intenção de preservar mananciais, que em geral, tem seus cursos em bacias hidrográficas que transcendem os limites municipais.

LORUSSO (1992) rejeita a idéia de um tratamento universalizante que copie experiências

já estabelecidas em gestão de áreas verdes na cidade. A política para implantação destas áreas deve levar em conta as especificidades de cada cidade, referentes à paisagem urbana. No entanto, alguns aspectos gerais devem ser relevados.

- Necessidade de um serviço municipal especializado na gestão do patrimônio verde.
- Padronização de conceitos acerca de áreas verdes urbanas.
- Desenvolvimento e aplicação de métodos.
- Conscientização da população.
- Desenvolvimento de legislação específica.
- Incentivo à pesquisa científica aplicada⁴⁰.

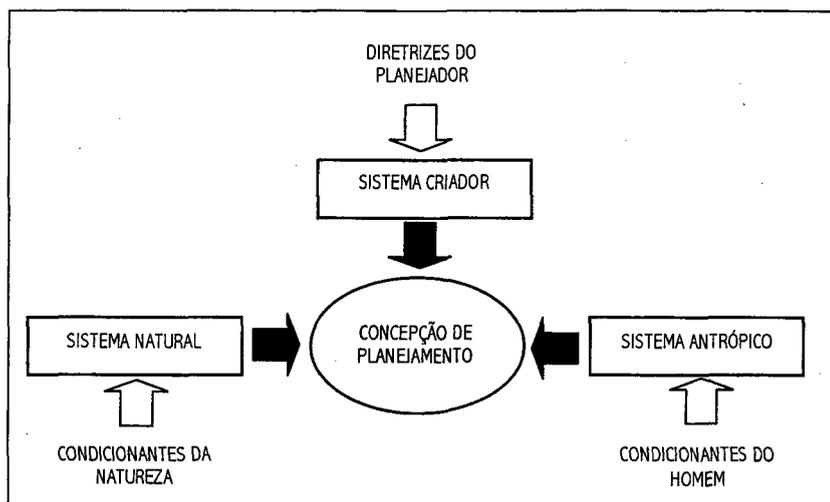
Alguns desses aspectos estão embutidos no modelo que HARDT (1994a) nos traz de planejamento, que ao seu ver, envolve três sistemas intervenientes (Figura 17):

- a) natural, que abrange o suporte de elementos originais do sítio;
- b) antrópico, que corresponde aos elementos culturais introduzidos pelo homem;
- c) interventor, que compreende as diretrizes do planejador.

⁴⁰ Neste sentido, GREY & DENEKE (1978) sugerem pesquisa sobre:

- Ar: investigações das formas com as quais se remover os poluentes do ar através de árvores, bem como de perceber como estes poluentes as afetam;
- Água: investigações de como o solo e a vegetação contribuem para remoção de efluentes para a renovação das fontes de água;
- Uso do solo: estudos para manter e preservar as florestas urbanas, através de avaliações econômicas, sociais e ambientais;
- Vida selvagem: acerca dos efeitos da urbanização sobre a vida selvagem e dos benefícios desta para os habitantes da cidade;
- Amenidades físicas: estudos de como as árvores afetam o clima, o consumo de energia e a redução de barulho urbano;
- Solos: efeitos da urbanização nos solos e destes sobre as árvores;
- Genética: estudos genéticos para espécies resistentes aos rigores da urbanização.

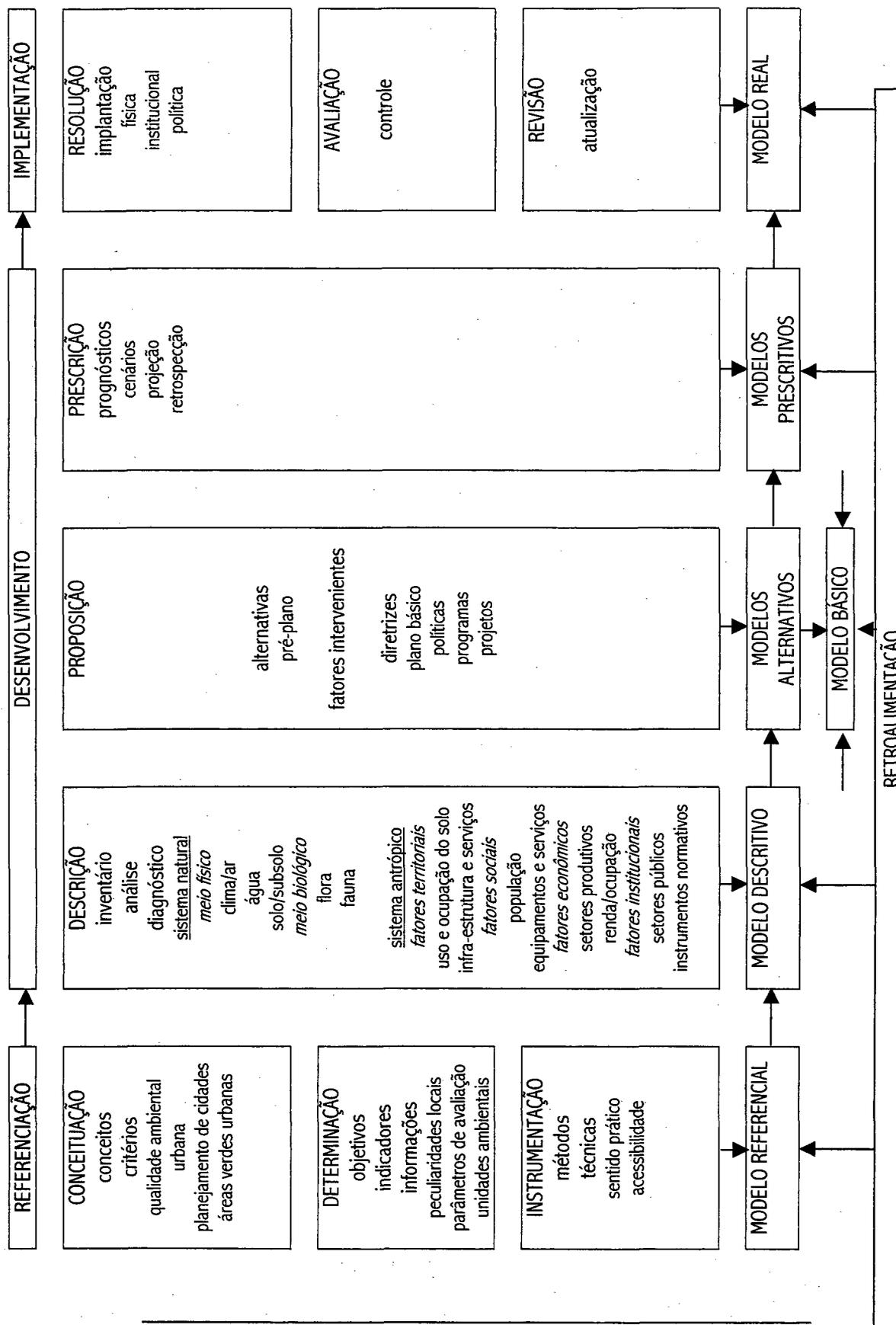
FIGURA 17 – Os três sistemas intervenientes no planejamento



FONTE: (HARDT, 1994a).

De acordo com alguns autores consultados, HARDT (1994a) conclui que são três os níveis usuais de planejamento, que podem ser adaptados para o *planejamento de áreas verdes urbanas* dentro de uma perspectiva ecossistêmica: referência, desenvolvimento e implementação (Figura 18).

FIGURA 18 - Organograma dos níveis do processo proposto para o planejamento de sistemas de áreas verdes urbanas



FONTE: HARDT (1994a)

- a) *Referenciação*: Consiste no estabelecimento das referências de base para os estudos, quais sejam: *conceituação* (conceitos e critérios fundamentais dentro do tema ecologia urbana e benefícios das áreas verdes urbanas), *determinação* (objetivos e indicadores de análise das informações, como distribuição “qualiquantitativa”, hierarquizada e funcional das áreas verdes), e *instrumentação* (técnicas e métodos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos).
- b) *Desenvolvimento*: Comporta a elaboração do conteúdo específico, a partir da *descrição* (inventário, análise e diagnóstico da situação atual), da *proposição* (alternativas e diretrizes de solução para os problemas e de valorização das potencialidades diagnosticadas, considerando-se aqui os anseios dos usuários e os custos) e da *prescrição* (prognósticos da situação futura através dos recursos de cenários com base em monitoramento ambiental).
- c) *Implementação*: Corresponde à viabilização das propostas, através da *resolução* (implantação física – incluindo desapropriações necessárias –, institucional – regulamentação específica –, política, e de manutenção), da *avaliação* (controle e monitoramento do processo) e da *revisão* (atualização constante do plano), sendo esta uma característica do dinamismo do planejamento e do tratamento sistêmico que admite retroalimentações constantes.

De uma forma um pouco menos embasada, mas bastante alinhada com as premissas e critérios diversos que vimos trabalhando nos últimos pontos, apresentamos agora a fundamentação que nos permitiu distinguir em quatro fases o processo de consecução de parques urbanos. Não querendo contrapor aos três níveis elencados acima por HARDT, com os quais guarda-se muita semelhança, identificamos aqui detalhadamente também o que se prevê em cada uma destas fases. Até então, como já havíamos desde o início advertido, as quatro fases – concepção, implantação, planejamento e gestão –, por questões sintéticas, vêm sendo mencionadas apenas como “planejamento e gestão”.

A metodologia que descreve estas quatro fases ganhou forma através de um roteiro que desenvolvemos para o Programa “Beira-mangue” de parques para a cidade de Joinville - SC. (MATIELLO, 1998). Partia-se da premissa estabelecida pelo instituto de planejamento urbano da

cidade de que os parques seriam áreas de lazer relacionadas a lugares de paisagem singular (manguezal) e com necessidade urgente de preservação, ao longo de uma avenida a ser criada, que percorreria um canal vizinho ao mangue. Esta avenida não só contribuiria em termos de acessibilidade para a cidade e inter-parques, como também abrigaria em seu leito galerias de esgoto, o qual seria tratado em pequenas estações, evitando-se seu despejo no mangue de forma bruta. A avenida e o canal ainda funcionariam como limitante físico à expansão da periferia sobre a área de mangue. O teor deste projeto reflete assim uma “solução multiplicadora”, ou seja, uma solução pensada integradamente com outras medidas, como habitação, transporte, lazer e saneamento.

O roteiro partiu de uma definição dos conceitos de lazer e de parque urbano que subsidiaram uma revisão da concepção de usos para este espaço. Para começar, como se tratava de uma rede de parques, pode-se concebê-los de forma complementar em usos e atrações, usando de recursos como o transporte público terrestre e fluvial para a integração. O roteiro deteve-se sobre um dos parques para fins ilustrativos, descrevendo as distintas fases a partir da pergunta: *como se planeja um parque?* Optando pelo tipo *com participação*, contrastante com o modo autocrático de planejamento (sem participação), elencamos:

- Fase 1: *Lançamento da idéia e concepção*

Através de um *evento cultural deflagrador*, lançar a idéia do(s) parque(s) a fim de estabelecer articulações que levarão à formação de um *Grupo de planejamento*, que convocará reuniões preliminares. Seria composto por três sub-grupos: população (associações de moradores, agremiações esportivas de bairros, etc.), governo (secretaria municipal de meio ambiente, instituto de planejamento urbano, fundação de esporte e de cultura, e profissionais liberais contratados) e demais parceiros (universidades, escoteiros, iniciativa privada). Este grupo em fase posterior se transformaria no *Conselho do parque*.

- Fase 2: *Projetação (planejamento) e captação de recursos*

De grande importância, pois parte de uma *análise rigorosa do sítio*, bem como de uma pesquisa de opinião junto aos futuros usuários, e verificação de apoios institucional,

legal e financeiro para a viabilização. É a fase de estabelecer os parceiros gestores, que entrarão com subsídios financeiros e aparato técnico-científico. É também quando se dá o estabelecimento de modalidades isoladas de arrecadação, como marketing verde na propaganda em mobiliário do parque; criação de uma grife para produtos produzidos em oficinas no local; além da exploração de atividades inevitavelmente onerosas, como aluguel de bicicletas, taxas para uso noturno de quadras e aluguéis para boxes de comércio. O projeto final conta com a contribuição de todos seus parceiros, devidamente aparelhados para a discussão através de técnicas de simulação da realidade (elaboração de cenários).

- Fase 3: *Implementação*

Intimamente relacionada à disponibilidade de recursos, a implementação pode estar sendo definida em etapas, cuja prioridade de execução deve ser deliberada pelo Grupo de Planejamento. A partir do trabalho desta equipe, que conta com a participação de outros setores em articulação interdisciplinar, considerando principalmente a entrada da dimensão ambiental, garante-se a intervenção mais integrada possível sobre o sítio. Um micro-zoneamento ambiental – já feito na fase anterior –, deverá ter definido as áreas de acesso pleno ou restrito, usos e dimensões compatíveis com o equilíbrio que o sítio exigir, resultado de um projeto que contaria com a contribuição de todos os seus parceiros, devidamente aparelhados para a discussão através de técnicas de simulação da realidade (elaboração de cenários).

- Fase 4: *Gestão*

Tendo-se garantido a participação popular em todas as etapas até aqui, sua continuidade no trabalho de gestão torna-se mais fácil, pois ajudará a gerir um espaço do qual participou desde a concepção. Não se excluem novas necessidades que venham a surgir, por isso, na fase de projeto, deve-se abrir possibilidades para alterações futuras, em função da dinamicidade das demandas, bem como da entrada de novos agentes. Todos terão participação parietária junto ao conselho que definirá um estatuto do parque. Neste ficarão claras as responsabilidades gerenciais específicas de cada um dos membros do Conselho do parque. Destacamos:

- Gerência de atividades lúdico-culturais (ex.: oficinas de arte, *shows*), esportivas (ex.: escolinhas de esporte), programas de educação ambiental com escolares, formação de lideranças locais, (*escola de agentes de cidadania*), prestação de serviços comunitários e institucionais descentralizados (ex.: consultoria jurídica, assistência médico-esportiva para usuários do parque);
- Gerência de serviços e manutenção (jardinagem, reparos);
- Gerência administrativa (gestão dos recursos, definição de convênios e novas parcerias);
- Gerência de equipamentos específicos (museus, bibliotecas, palcos e arenas e programa de guias, recepcionistas, etc.).

Todas as contribuições que procuramos estar trazendo aqui neste capítulo são algo que pretende compor *um modelo que está ainda sendo construído*. As idéias centrais que norteiam este paradigma em construção nos parecem bastante presentes nas contribuições dos diversos autores até aqui trabalhados, mas não esgotam novas contribuições por uma coerência com o ideal sistêmico, sempre aberto a novos *inputs*.

Ainda como referência teórica antes de finalizarmos as diversas contribuições que vêm gerando nosso modelo para análise do caso curitibano, destacaremos três aspectos de importância singular para um modelo mais sustentável de parques urbanos. O *lazer* sob uma perspectiva mais holística, o *desenho* como instrumento do planejador sob a influência de uma nova variável – a ambiental –, e a *participação* ampliada a vários agentes qualificando a gestão das áreas verdes urbanas.

1.3.2.1 Sustentabilidade e Lazer: *Concebendo* parques para um novo conteúdo

Um novo paradigma de planejamento e gestão de parques urbanos começa a ser melhor entendido a partir das diversas contribuições que temos trabalhado até aqui. Da abordagem ecossistêmica derivam idéias como a da disposição dos parques em rede/sistema na cidade e de sua refuncionalização a partir de uma ótica de resolução integrada dos problemas urbanos,

implicando não só numa nova configuração espacial de locação, forma e distribuição dos parques na cidade, como em um novo caráter para estes espaços. Justificar um parque urbano dentro do paradigma ecossistêmico fica, desta forma, mais fácil, ainda mais quando seu uso tradicionalmente aceito – o lazer –, em sua versão contemplativa e ativa tradicional, for redimensionado e expandido dentro de uma ótica holística e, entendendo o parque como um “recipiente urbano”, dermos a ele um novo conteúdo.

Uma nova conceituação de lazer começa a surgir a partir de influências de emergentes tecnologias e também diante de uma *nova configuração das relações de trabalho e tempo* em nossa sociedade (como foi visto na *Problemática* da dissertação), sendo um tema em reconstrução conceitual. No que tange ao lazer urbano, WILLIAMS (1995) salienta que os estudos acerca de modelos espaciais de recreação em áreas urbanas são comumente submetidos aos modelos de estrutura urbana existente que, embora eficazes, não permitiram uma conceituação específica, o que tem feito perpetuar a sobreposição de modelos recreativos aos modelos estandardizados de estrutura urbana. Em termos práticos, este autor critica a disposição das áreas de recreação em acordo com a estrutura de cidade (centro, subúrbios, franjas periféricas), como já polemizavam HARDT (1994a) e GRIFFITH & SILVA (1987) quando expúnhamos os requisitos para uma revisão dos critérios locacionais, formais e de distribuição das áreas verdes urbanas (item 1.3.2). WILLIAMS (1995) faz ainda uma ressalva: a recreação, utilizada inadvertidamente como sinônimo de lazer, é na verdade uma sub-área deste:

[...] lazer pode ser associado com atividade, e é neste contexto que emerge mais claramente o conceito de recreação. Esta pode ter uma série de funções: oferecer relaxamento ou energização; estimular o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais, intelectuais e criativas para indivíduos e grupos, ser recuperativa, pode revitalizar e re-criar o participante, e enfim, servir simultaneamente a todas essas funções. Mas, principalmente, a recreação é a atividade na qual seus participantes escolhem participar. (p.04) [tradução nossa].

Sua definição se aproxima da de DUMAZEDIER, sociólogo que dedicou sua vida intelectual a estes estudos. Para ele, assim como para WILLIAMS, o lazer tem um caráter de deliberada escolha e de retorno em desenvolvimento para o indivíduo:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares

e sociais. (DUMAZEDIER apud ROLIM, 1989, p. 53).

Apesar da sua reiterada importância, o lazer, especialmente na sua forma urbana, tem sido, como problematizávamos, uma das prioridades últimas dentro das políticas urbanas, apesar de ser um direito legalmente garantido:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988) (Constituição Brasileira, Art. 6º, parágrafo único) [destaque nosso].

O nível de igualdade com outros direitos tão fundamentais com que é colocado o direito ao lazer em nossa Constituição nos remete a sua importância para o completo atendimento das condições necessárias à dignidade humana. Assim, de acordo com PINTO (1996), o parque urbano enquanto espaço público para este conteúdo oferece a *oportunidade de concretização dos atos cidadãos*, sendo espaço de produção de contexto e de constituição dos sujeitos, podendo transformar-se em instrumento de libertação social. Esta libertação social é incrementada se acrescentarmos a possibilidade dos cidadãos co-gerirem os espaços de lazer.

Promovendo-se o lazer, e incentivando-se a oferta de tempo para seu usufruto, possibilita-se às pessoas a reflexão: “O lazer possui algo mesmo de ‘revolucionário’, pois é no tempo de lazer, onde se procura a vivência de alguma coisa pela escolha e satisfação, o encontro com pessoas ou com o ‘novo’ e o ‘diferente’, que se encontram possibilidades de questionamentos dos valores da estrutura social e, inclusive, das relações entre sociedade e espaço”. (PELLEGRIN, 1996, p. 33).

Democratizar o lazer é democratizar o espaço, e em se falando em termos do cotidiano das pessoas, tem-se que “o espaço para o lazer é o espaço urbano”. Portanto, mais que alienar os cidadãos do direito ao lazer, sua não-oferta no espaço público – palco dos acontecimentos urbanos –, diminui a possibilidade de encontro, de trocas, de discussões. É na prática do lazer que se fortalecem os laços de vizinhança, estimulando-se a solidariedade e a mobilização, no que se caracterizaria um “associativismo informal”. (MARCELLINO, 1996).

Enquanto espaço para todos, o projeto do espaço público não pode ignorar o *aspecto da acessibilidade irrestrita*, como premissa para sua democratização, seja em termos macro-

sociais, como no projeto para espaços públicos. MARCELLINO (1996) aponta a costumeira inadaptação de algumas atividades nestes espaços aos que não “se enquadram dentro do padrão de normalidade”, que seriam os deficientes físicos e cognitivos, bem como os doentes; e a restrição aos idosos e adultos na falta de adaptação dos equipamentos e nas longas distâncias a serem percorridas até o espaço de lazer. Comenta ainda sobre outras barreiras da cidade, como diferença de classes econômicas e a violência urbana. Ampliar o acesso, para WILLIAMS(1995), passa também por oportunizar algumas facilidades como trilhas para ciclistas, oferta de estrutura adequada (com banheiros, sombra e informação, projeto de iluminação satisfatório, além de remoção de obstáculos) bem como pela disposição de usos que independam das estações do ano, como é o caso de espaços cobertos para práticas esportivas.

O espaço público é como se fosse um *fomentador da percepção individual e coletiva*, uma galeria onde se vê e se opina. A intensidade de ocorrência das coisas nestes espaços é maior, pela quantidade e diversidade de pessoas que ali passam. A configuração deste espaço de lazer não precisa ser como o queriam os modernistas – ausência do construído. A riqueza de relações humanas entre o edificado e o aberto já eram abordadas no final do séc. XIX⁴¹ (MATIELLO, 1998).

Para FERRARA (1996) a cidade é formada por uma estrutura de informação e comunicação. Assim, as representações da cidade (que acontecem através de signos) configuram-se em desafios perceptivos às pessoas, que ao responderem, exercitam sua cidadania. A autora fala disto como capacidade de “percepção ambiental”, sendo o exercício da cidadania tanto necessário para a percepção, como consequência do próprio exercício da capacidade receptiva. É o processo que PINTO (1996) denomina “re-construção permanente”.

O estudo da percepção ambiental permite entender como o patrimônio ambiental urbano faz os cidadãos reagirem, patrimônio este que pode ser potencializado no espaço de lazer. É um conceito que tem evoluído, pois antes considerava representativo tão somente o que era excepcional, singular e monumental, e que agora vem se ampliando a ponto de considerar até elementos afetivos da população para a preservação. *Assim, a conservação de determinados*

⁴¹ Neste sentido, teve grande contribuição o trabalho de Camillo Sitte. Ver SITTE (1992).

sítios e sua adequação ao uso do lazer pode colaborar para uma vivência mais rica da cidade, quebrando a monotonia dos conjuntos e estabelecendo pontos de referência (MARCELLINO, 1996).

Contudo, se a *natureza for usada para recreação de massa, isto deve acontecer sem detrimento de suas características*. Para tanto, proteção à natureza e recreação representam um todo indivisível, e necessário alvo de políticas estatais (YURGEL, 1983).

A associação de natureza e lazer, ou seja, a disposição deste uso em áreas verdes e livres é vista como fomentadora de alguns outros benefícios, conforme DRIVER & HARRIS (apud TAKAHASHI, 1992):

- *Benefícios psicológicos*: Compreendem a melhoria do bem-estar mental das pessoas, após exercerem uma atividade de lazer ou recreação. Eles são identificados através da percepção de tranquilidade ou solidão, da aproximação com a natureza – pela apreciação da beleza cênica –, da autoconfiança adquirida, do relaxamento físico e mental, da convivência com amigos e de qualquer outra experiência satisfatória que use um dos sentidos.
- *Benefícios na mudança comportamental*: Consistem na melhoria do comportamento ou aumento do desempenho das pessoas em suas atividades, a partir do qual através da atividade de lazer, as pessoas conseguem dominar o *stress*. Também desperta maior interesse na proteção dos recursos naturais.
- *Benefícios sociais*: A participação em atividades de lazer através de seus benefícios psicológicos resulta num cidadão mais saudável e produtivo⁴². Os benefícios de mudança comportamental não somente afetam o cidadão envolvido, mas também se estendem para a sociedade em geral. Por exemplo, se um usuário é mais saudável,

⁴² Embora limitando as contribuições teóricas acerca de lazer as que estivessem mais alinhadas com as premissas até agora trabalhadas, achamos um considerável ponto para debate nesta visão de que o lazer possa trazer benefícios no âmbito da produtividade do trabalho dos indivíduos. Não excluimos a contribuição destes autores por demonstrar um viés no qual o lazer enquanto política pública pode atuar de forma manipuladora e reprodutora da doutrina capitalista. Rejeitamos esta “abordagem produtivista” por diferir profundamente das premissas do Ecodesenvolvimento no qual nos apoiamos, o qual embora destaque o necessário desenvolvimento econômico, baliza este desenvolvimento pela oferta equitativa de recursos, sem exploração do trabalho humano que aqui apareceria disfarçado pela oferta do lazer.

mais descontraído, mas produtivo, terá um relacionamento mais solidário, sendo a favor de um uso sensato dos recursos naturais e culturais. Conseqüentemente, são gerados benefícios a todo o restante da população.

Dentre todas estas contribuições procuramos trazer aquelas que mais se alinham com as diversas dimensões da sustentabilidade. *Falamos de um lazer que combine com as premissas do Ecodesenvolvimento*, as quais já destacamos anteriormente, ou seja: oferecido de maneira plena – sem ônus financeiros – e acessível aos mais diversos segmentos da população⁴³; que não reflita um modelo predatório em relação à natureza, isto é, impactante em seus equipamentos e apoiando-se intensamente em energias de fontes esgotáveis; mas que, pelo contrário, esteja associado aos aspectos naturais do sítio onde se instala. Este “novo lazer” contribui assim para a assimilação da natureza enquanto patrimônio ambiental urbano, colaborando com a formação de uma consciência holística e de pertença à natureza, ao invés de dicotômica e antagonizante para com esta.

Neste sentido, a oposição entre funções, presente nos exclusivismos espaciais gerados pelo zoneamento funcional, se põe como obstáculo para uma nova concepção de parques. Em contraposição ao zoneamento funcional do modernismo, o Ecodesenvolvimento aborda a questão de uma forma diferente, lançando a hipótese de um *uso múltiplo e flexível*, porém, não em termos de adaptação às necessidades momentâneas e repentinas, como o que acontece com a manipulação do poder público por parte do interesse privado nas pressões pela alteração da lei de zoneamento.

Além do critério da multifuncionalidade no espaço urbano, o Ecodesenvolvimento propõe também a *prioridade do espaço público ao privado* – ao contrário do que se privilegia atualmente nas políticas urbanas – de maneira a permitir o desenvolvimento de áreas como o social, o educacional, o da saúde e dos meios de transporte, visando juntos melhorar a qualidade de vida para o maior número de habitantes (SCHNEINER & VINAVER, 1980 e SACHS et al, 1981).

⁴³ Ao nos referirmos aos “mais diversos segmentos da população”, queremos significar duas dimensões: 1) que o parque urbano enquanto resgate do espaço do público – a praça de outrora – sirva de ponto democrático de encontro e convívio, 2) bem como o atendimento das parcelas esquecidas nas concepções costumeiras destes espaços. Elencamos, neste caso, os segmentos carentes, os idosos, os deficientes, os doentes e as mulheres.

A multiplicidade de usos reflete uma nova concepção na gerência do tempo, uma vez que a monofuncionalidade gerava relações de dependência inter-espacial da cidade que levava à perda de tempo nos deslocamentos e à dissociação entre trabalho e lazer. A gerência do tempo nas decisões referentes à ocupação do espaço implica, sobretudo, em uma grande flexibilidade no zoneamento e no conceito multi-uso de serviços oferecidos. Tem preponderante papel a participação da população nestas decisões, pois são os principais interessados. (SCHNEINER & VINAVER, 1980 e SACHS et al., 1981). RIZZARDO (1996), no entanto, alerta: “Os hábitos de lazer da comunidade, bem como o tempo de lazer, devem ser atendidos, porém, deve-se, quando possível, procurar um avanço no desenvolvimento da comunidade, através da implementação de novos hábitos considerados salutarés, pois não se deseja aquilo que não se conhece”. (p. 19).

O princípio da multiplicidade de usos aplica-se ao caso de espaços verdes urbanos, especialmente na contraposição ao modelo que tem vigorado: grandes áreas, que são cada vez mais raras em meio urbano, de difícil acesso, planejadas para uma vegetação de caráter ornamental, com custos de manutenção que acabam tornando inviável financeiramente sua reprodução. Sugere-se que os espaços verdes sejam alocados no nível do espaço da habitação, ou ainda, em escala regional dentro da cidade, onde indivíduos e grupos possam arcar com as responsabilidades de sua manutenção, aliando-se a um programa de vegetação economicamente viável, que pode incluir pomares e hortas para o próprio consumo de seus habitantes (SCHNEINER & VINAVER, 1980 e SACHS et al., 1981).

A noção de diversidade de usos também pode ser aplicada ao espaço dentro das áreas verdes. Em roteiro de planejamento e gestão de parques para a cidade de Joinville - SC, já mencionado (MATIELLO, 1998), apontávamos entre as atividades possíveis em um parque urbano, algumas inclusive tidas tradicionalmente opostas ao lazer e associadas ao trabalho, como: serviços comunitários (mutirão de limpeza e jardinagem); de formação cultural (instrução em música, artes), profissional (aprendizado de ofícios manuais, artesanato, paisagismo); atividade social (administração coletiva de equipamentos, promoção de eventos); educacional (formação de cidadãos conscientes da interação homem/meio ambiente: vetores da formação de novos agentes); científico (estação experimental de pesquisa para a universidade), bem como usos fomentadores de centralidade de bairro (comércio e serviços vicinais).

Cabe ainda ressaltar que a ênfase e prioridade para o lazer que aqui queremos sugerir em termos de políticas públicas não quer em momento algum referir-se aos modelos expressos em parques temáticos de acesso pago, *resorts* turísticos de clientela selecionada que privatizam recursos comuns como praias, ou mesmo parques com o predomínio do objeto construído. Aqui, apresentamos o lazer dentro de uma *perspectiva holística que rejeita sua oferta de maneira socialmente excludente ou ambientalmente degradante* e que, como comenta FRANCO (1997), não se limite à idéia de oferta de atividade para o tempo livre do homem ou que negligencie o potencial do uso de áreas verdes urbanas como reguladores bioclimáticos e provedores de qualidade ambiental para a cidade.

Sendo assim, o lazer não pode ser alvo de políticas isoladas ou parciais (que privilegiem a poucos), mas pelo contrário, o parque urbano, enquanto espaço para o exercício deste conteúdo, deve ser um *elemento de experimentação das práticas integradoras de políticas* de cultura, desenvolvimento social, educação, e meio ambiente. Assim, portanto, o parque associa-se ao que é ao nosso ver o *cerne do paradigma* para uma gestão urbana mais sustentável. A *assimilação das diversas dimensões da sustentabilidade traduzida em ações de caráter integrado e sistêmico* faz destes espaços mais justificáveis do ponto de vista gerencial-financeiro, potencializando as soluções que, se por algum motivo não atingirem todos os objetivos almejados, não terão naufragado num insucesso total.

1.3.2.2 Sustentabilidade e Desenho: *Planejando* parques com um novo traço

Ao discorrermos sobre os obstáculos a uma abordagem ecossistêmica da cidade mencionamos a importância da “monodisciplinariedade paradigmática” vigente, que impede — devido a anos de inércia —, até mesmo tentativas atuais bem intencionadas de inter e transdisciplinariedade no trato para com a complexidade urbana. A forma traduzida desta linearidade e estanqueidade acadêmica dos técnicos envolvidos com a gestão urbana aparece no seu projeto, ou seja, no traço. Verdadeiramente, a abstração não está mais no desenho, que já transplanta a abstração das idéias para o mundo real da prancheta: uma vez no papel, já é real. Assim, a forma de desenho, de projeto, incluindo aí as fases preliminares ao trabalho de prancheta, também devem estar imbuídas de novos valores para comporem um modelo mais sustentável de parques, assimilando um “novo fazer”.

Neste aspecto apoiamo-nos no trabalho de autores da área de Arquitetura e Urbanismo que vêm tentando, em sua perspectiva profissional e docente, difundir uma nova visão do planejamento e desenho urbano no que se refere às *questões ambientais e à relação homem-natureza, ao resgate do papel da arquitetura frente aos problemas de ordem ambiental, bem como à consideração da população como agente potencial no processo de planejamento.*

ALVA (1998), autor declaradamente simpatizante do Ecodesenvolvimento, aposta na socialização dos conhecimentos como atitude para um “desenho ecológico urbano” ou “ecodesenho urbano”, conjugado ao desenvolvimento sustentável – no qual não se detém mais o conhecimento dentro dos gabinetes –; bem como na contribuição do desenho ambiental urbano para a qualificação da vida na cidade, que transcenderia a simples manutenção e restituição do equilíbrio perdido entre sociedade e natureza, para criar, de forma deliberada, um entorno harmonioso, de qualidade ambiental superior à oferecida pelas condições naturais do lugar.

Contudo, o ecodesenho não é um paradigma em si, é uma consequência do Ecodesenvolvimento, é um instrumento dentro de uma concepção de desenvolvimento não-predatório que leva em conta fatores ambientais, sociais e econômicos próprios de cada cultura, que faz da criatividade seu melhor recurso. Nesse sentido, o ecodesenho é, basicamente, o “software tecnológico do Ecodesenvolvimento” (ALVA, 1998).

Do domínio do ecodesenho, assimilando fatores sociais, econômicos e culturais para o meio ambiente construído, saem propostas de desenho urbano para o espaço público (ruas, praças e outras áreas de uso comum) e para a paisagem urbana, de infra-estrutura e serviços públicos e de condições que assegurem o conforto térmico, acústico e visual. Tudo isto em escalas macro (a cidade) e micro (edificações), que são ambos campos da arquitetura (ALVA, 1998).

Para este autor, o urbanismo deveria pressupor um embasamento adequado para o esforço de introdução de variáveis ambientais – o que não sucede na realidade, por estar o urbanismo dominado por interpretações parciais ou limitadamente historicistas, que não chegam a constituir uma teoria do meio ambiente construído.

FRANCO (1997) comenta que, no período modernista, os arquitetos nunca se sentiram seguros diante da paisagem. O seu maior interesse estava ligado ao progresso, à geometria, à técnica, à ordem e à imagem da máquina. Com esses marcos de referência, era muito difícil incorporar a natureza orgânica da paisagem.

SIRKIS (1999) aponta que um dos grandes desafios do ecourbanismo é assumir que a rua, a calçada, são a base potencialmente geradora de urbanidade, a molécula do ecossistema urbano, justamente elementos banidos da teoria modernista em troca das vias de circulação exclusiva.

Contudo, a crise instalada na arquitetura moderna e pós-moderna, fruto de um desenho segregador, encontra chances de superação através da interpenetração meio ambiente/desenho. O desenho espacial (arquitetônico e urbanístico) deve ser entendido como segregação parcial do meio ambiente, com finalidade de proteger e organizar atividades humanas específicas. O espaço arquitetônico pode ser isolado ou integrado em relação ao seu contexto, protegendo-o dos agentes adversos e aproveitando as energias naturais para enriquecer o ambiente e melhorar a qualidade ambiental do meio. O que não deve ser feito é ignorar o meio ambiente (ALVA, 1998).

Para RUANO (1999), o “Ecourbanismo” é uma nova disciplina que articula as múltiplas e complexas variáveis que intervêm em uma aproximação sistemática do desenho urbano que supera a compartimentação clássica do urbanismo convencional e está se convertendo rapidamente em um conceito básico, essencial para todo o planejamento urbano realmente preocupado com os problemas sociais e ambientais do mundo neste limiar de século. No entanto, o Ecourbanismo vai além dos critérios oferecidos por certas linhas de pensamento do desenho recente, em sua maior parte, formais e fundamentalmente estilísticas, propiciando, em substituição, uma visão integrada e unificada do urbanismo.

Em publicação recente, 1999, este autor destaca as experiências em Ecourbanismo pelo mundo, dividindo-as em alguns grupos:

- *mobilidade*: que apresentam alternativas de substituição do carro particular por alternativas de transporte coletivo (citando, inclusive, o caso da Rede Integrada de

Transporte de Curitiba);

- *recursos*: intervenções urbanísticas e arquitetônicas que demonstram novas formas de apropriação de bens como a água, a energia e de gestão de resíduos;
- *participação*: dentro de visão ecológica, as experiências que contam com a consideração do interesse e dos anseios dos usuários;
- *comunidade*: por um novo urbanismo que tenta reforçar laços comunitários e a interação humana, como através de comunicações – espaços públicos, ciclovias – escala humana, bairros compactos, diversidade de usos;
- *ecoturismo*: lazer, turismo e natureza conservada;
- *revitalização*: em caso de ausência de áreas novas, recorre-se à renovação/reurbanização de áreas, o que é mais ecológico do que novas construções;
- *teleidades*: inovações tecnocomunicativas que interferem na cidade uma vez que diminuem a necessidade da tradicional mobilidade, como a Internet e o *fax-modem*.

FRANCO (1997) apresenta o conceito de “Desenho Ambiental Urbano”, num sentido que transcende o projeto de paisagismo, encarando-o como um processo:

[...] o Desenho Ambiental pressupõe o conceito ecossistêmico em que a ação antrópica esteja incluída, bem como a idéia de nega-entropia⁴⁴ inserida na reciclagem dos recursos, na preservação e na conservação ambientais. Isso, no plano sócio-cultural se traduz pela otimização dos recursos energéticos e *participação comunitária, tanto no processo da criação das propostas para o ambiente quanto no monitoramento e na gestão destas na fase posterior, ou pós-projeto.* (p. 11) [destaque nosso].

A ressalva de FRANCO (1997) é de que, embora o Desenho Ambiental seja uma expressão metafórica, porque “não se desenha o ambiente”, a semântica da palavra “ambiente” carrega o sentido de complexidade infinita, logo, Desenho ambiental refere-se a desenho para o ambiente, no qual se supõe que o projeto seja o elemento formulador e indutor de um processo.

⁴⁴ Nega-entropia entende-se como a tentativa de *reversão da entropia*, portanto, de se perder menos energia no funcionamento do sistema.

A diferença para com o Desenho Paisagístico e Arquitetônico tradicional fica expressa através dos seguintes conceitos:

- *Conceito ecossistêmico*: pressupõe equilíbrio entre os processos naturais, com respeito aos fluxos de energia.
- *Conceito de conservação ambiental*: ênfase na autonomia e auto-suficiência das estruturas a serem projetadas, com o mínimo de impacto e que não comprometam os recursos para as gerações futuras.
- A urbanização vista como um ecossistema humano interligado aos ecossistemas naturais dos quais depende e com os quais interage.

Para FRANCO (1997), os valores tradicionais que moldaram a paisagem de nossas cidades pouco contribuíram para a saúde ambiental destas ou mesmo para seu sucesso civilizatório. Uma nova base teórica para a forma urbana deve atender-se para as questões energéticas, o meio ambiente e a preservação e a conservação dos recursos naturais.

Esta mesma autora insere este conceito de Desenho Ambiental dentro de uma perspectiva que, para ela, contrasta com tais valores tradicionais que até então moldaram nossas cidades, pouco atentos à saúde ambiental, às questões energéticas (economia do meio) e de conservação dos recursos naturais e à educação ambiental, ignorando estas bases para a compreensão dos processos ecológicos, o que passa pela valorização do meio ambiente. Para ela, o Desenho Ambiental precisa integrar os recursos naturais, arquitetônicos e culturais da cidade no sentido de: produção de alimento e energia; reciclagem dos materiais e do lixo; moderador climático; conservação dos recursos hídricos; valorização das plantas e animais, e criação de amenidade e recreação.

A noção de Desenho Ambiental alinha-se também com as idéias do Ecodesenvolvimento quando propõe a *criação de cenários*, que na opinião de Franco contribui para uma redução dos percursos de projeto, simulando situações de espaço-tempo em qualquer escala, evitando assim, análises dispersivas inúteis. No entanto, a montagem de cenários ambientais vai exigir o conhecimento aprofundado do problema levantado, da cultura do local, e da velocidade da resposta requerida e, acima de tudo, uma mudança de mentalidade da relação homem-natureza

e conseqüentemente das relações humanas entre si (FRANCO, 1997).

Oferecendo formas de visualização de ações de planejamento, o Desenho Ambiental passa a constituir-se num instrumento eficaz para as intervenções antrópicas no território, não como um fim em si, mas como um processo realizado em escalas integradas, numa visão ecossistêmica.

A montagem de cenários para *o caso de projeto de áreas verdes públicas* pode também integrar a prática interdisciplinar em todas as etapas de projeto, permitindo chances de diálogo e trocas a todos os envolvidos. Neste âmbito, prevê, além da ação das instâncias governamentais, a participação efetiva de membros da população envolvida, de universidades e do setor privado, através de *workshops*.⁴⁵

A criação de cenários permite inclusive, por exemplo, a implantação da proposta ao longo do tempo, graças ao estabelecimento de uma escala temporal para as intervenções, além de uma avaliação aproximada das interações entre os usos determinados coerentes com os determinantes do *locus* para o parque.

De qualquer forma, a convergência destas idéias em novas práticas de planejamento só é possível a partir de uma rejeição veemente ao modelo anterior de desenho urbano, já apresentado, e de uma determinação eficaz por parte dos *policy-makers* e planejadores, bem como por parte dos demais setores da sociedade, em promover formas inovadoras de desenho urbano associadas às premissas do Ecodesenvolvimento.

Seja como for, as contribuições teórico-práticas em termos de desenho devem estar inseridas no campo maior de um planejamento ambiental, que releve as diversas dimensões das sustentabilidade, bem como a noção ecossistêmica de cidade, que não significa só a assimilação do aspecto ambiental. Para ALMEIDA et al. (1999),

Incorporar o ambiente ao planejamento não significa apenas agregá-lo, ao plano do desenvolvimento, na forma de um capítulo especial, nem organizar uma nova hierarquia de valores que tenha em primeiro lugar os valores ambientais. Na realidade, consiste na análise sistemática, no decorrer de todo o processo de planejamento, das oportunidades e potencialidades, bem como dos riscos e perigos inerentes à utilização dos recursos ambientais

⁴⁵ No item 1.3.2.3 este tema da participação será melhor debatido.

da sociedade para o seu desenvolvimento. (p.123).

ALMEIDA et al. (1999) acrescentam que o planejamento ambiental não pode ser desvinculado das políticas de desenvolvimento e da distribuição dos benefícios sociais por ele gerados, nem continuar norteando suas políticas pelos tradicionais modelos normativos e técnico-econômicos de planejamento (estratégia compreensiva racional) que *não relevam as especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais de uma dada realidade planejada*. Sugere que sejam fortalecidas, para tanto, metodologias interdisciplinares de planejamento, capazes de articular as especificidades das relações entre os ambientes naturais e humanos em dada realidade, como também de responder às exigências de viabilização política dos planos, programas e projetos ambientais.

O autor alerta ainda para que se considere o caráter dinâmico do contexto em que se intervém, carregado de incertezas, o que implica em uma contínua adaptabilidade do novo processo de planejamento que deve manter em aberto certas alternativas para compensar a irreversibilidade de certas decisões⁴⁶.

Embora tenhamos até aqui trazido através das contribuições teóricas uma visão otimista de mudança paradigmática ao nível do desenho urbano, nem todos os autores dão tanta credibilidade à entrada da variável ambiental, não por a considerarem irrelevante, mas por duvidarem dos métodos de sua internalização. Entre eles está SOUZA (1998), que numa versão até pessimista, mas que nos dá o contraponto da necessária seriedade, faz uma consideração por esta busca pela “saúde ecológica” das cidades: embora releve o nítido progresso alcançado se comparado ao urbanismo modernista, no que concerne à busca de justiça social na cidade, acredita que o avanço foi microscópico.

Acreditamos que a discussão embora já tenha logrado maior evidência, precisa ainda avançar mais, especialmente no âmbito acadêmico onde são formados os técnicos que imprimem um sentido ao desenho da cidade, “um traço carregado de intenções”. Estes profissionais arquitetos, mesmo arvorando-se de um perfil inovador, podem estar ainda perpetuando valores

⁴⁶ BITTENCOURT (apud RIZZARDO, 1996) afirma que no caso específico de áreas verdes de lazer, a *flexibilidade* do projeto com relação às funções novas a serem requeridas com o tempo deve ser levada em conta no processo de planejamento e gestão destas áreas.

muito arraigados no paradigma anterior que se refere à intervenção no meio ambiente. A academia pode ser o começo, ao nosso ver, para o fomento de ambientes propícios de intercâmbios que fertilizem a discussão acerca de novos métodos para o desenho da cidade.

1.3.2.3 Sustentabilidade e participação: *Gerindo* parques para todos

De um modo geral, uma nova gestão urbana precisa muito mais do que assimilar a dimensão ambiental. Um paradigma de planejamento e gestão de parques urbanos mais sustentável, igualmente, não se “decreta” de uma hora para a outra. Funções, usos, critérios de concepção e projeto passam por uma *necessária transformação de consciência*, tanto dos atuais agentes como dos futuros. A transformação implica em novos valores, pessoais e coletivos, do que se quer para a cidade.

Esta transformação paradigmática exige, no campo da gestão urbana, uma *mudança na práxis política*, com o surgimento de um ambiente fértil para novas articulações que relevem no processo de gestão a sociedade civil e outros setores (desde o empresariado até as ONGs) que até agora estavam à margem das decisões, pois, do contrário, pouco adiantam as outras iniciativas. Urge a confirmação de uma nova arena de decisões, transparente e cidadã. Conforme já apontaram alguns autores trabalhados, mesmo que de forma lenta, o modelo tradicional de instituições deve ser remodelado, de maneira capaz inclusive de antepor-se à única alternativa que se vem apresentando de encaminhamento das novas práticas políticas: o neoliberalismo.

Para que não se caia em um viés idêntico, há que se prevenir, pois não se pode correr o risco de se confundir estas práticas de participação com ideais neoliberais onde *descentralização* e *autonomia administrativa* são sinônimos de abandono e descaso do poder federal. SACHS (1991) assim alerta:

O significado de participação deve ser bem definido para que não haja os freqüentes abusos com o termo. A associação passiva e formal das organizações comunitárias com as políticas iniciadas pelas autoridades constitui no mínimo fracas imitações do que se quer, e pior, mascaram regimes autoritários [...]. Uma genuína participação deve ser medida pelo poder de iniciativa alcançado pela comunidade, o lugar para as experiências locais, o grau de simetria na relação entre cidadãos e diferentes níveis de governo, os mecanismos existentes para resolução de conflitos, a natureza do processo de planejamento, o acesso aos meios de comunicação, mas também pela capacidade das organizações comunitárias encontrar o equilíbrio entre os seus papéis de crítica da ordem existente e da solução construtiva dos componentes. (p.26) [tradução nossa].

A participação das populações constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários de gestão de recursos. O Ecodesenvolvimento recomenda a distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos de ação concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária. A participação autêntica começaria com um processo endógeno de identificação de problemas e necessidades (VIEIRA, 1995), ou seja, com a manifestação por parte dos próprios afetados em seus interesses. Portanto, há que se refletir sobre a validade de iniciativas onde outros setores, principalmente a população, são lembrados apenas para fins consultivos, sem qualquer determinação sobre o real encaminhamento das ações, mais validando práticas governamentais do que propriamente co-gerindo.

No Brasil, muitas iniciativas vêm surgindo sob a rubrica de planejamento participativo, mas que na verdade se referem mais a uma “participação restrita ou instrumental”, mascarando intenções ocultas do governo. Da parte do governo, este tipo de iniciativa busca alcançar diferentes objetivos: responder à crise do modelo compreensivo de planejamento, dividir responsabilidades com as comunidades carentes na aplicação de verbas escassas, ampliar os recursos disponíveis, através de substituição de parte do capital por mão-de-obra gratuita ou sub-remunerada, aumentar a eficácia na alocação de recursos; elevar o nível de legitimação do governo e/ou das burocracias públicas, entre outros (AZEVEDO & PRATES apud AZEVEDO, 1994, p. 254).

Se por um lado deve-se investir numa prática coerente de participação dos outros setores, deve-se, por outro lado, investir-se num arranjo intra-institucional, no caso, referente às próprias municipalidades, que as fortaleça para o exercício do *princípio de subsidiariedade*. Este princípio determina que tudo o quanto puder ser feito com economia e eficácia pela comunidade não deve ser assumido pelas prefeituras, tudo o que puder ser feito por estas não deve ser assumido pelo estado e tudo o que o estado puder fazer não deve ser feito pelo governo federal – princípio básico dessa gestão descentralizada (RIBEIRO, 1998).

Assim, evita-se um municipalismo exacerbado em reação ao centralismo, equilibrando com ações intra-governamentais, como no caso de municípios da mesma região metropolitana

(AZEVEDO, 1994). Trata-se da substituição de um modelo *top-down* por um modelo *bottom-up* de desenvolvimento, que, embora considere a inter-relação com as políticas em níveis superiores, tem autonomia para definir necessidades, as quais muitas vezes são definidas a partir “de cima”, ignorando as reais demandas.

Os novos arranjos institucionais podem resultar em inter-cruzamentos ricos em experiências a partir da contribuição de cada elemento participante. Podem ainda facilitar a formalização de novas instâncias de representação, fortalecendo inclusive a individualidade (e não individualismo) das instituições. Desta forma, evita-se também que a mudança de gestões políticas interfira no andamento exitoso de programas, que estariam intensamente relacionados ao papel das instituições que os levam a cabo, não dependendo de instâncias governamentais.

É necessário lembrar que as prefeituras precisam de um aporte financeiro suficiente, que não inviabilize a sustentação municipal dos programas, o que implica na busca por outras formas de arrecadação e financiamento, como por exemplo, a parceria e compartilhamento de responsabilidades com instituições civis e privadas na gestão de jardins e praças públicas, bem como o subsídio científico para novas práticas, alimentadas por informações confiáveis de instituições de pesquisa e universidades (AZEVEDO, 1994).

Estas novas práticas, no entanto, podem correr o risco da efemeridade se não estiverem apoiadas em sólidas políticas que não só norteiem as gestões governamentais, mas estabeleçam novos rumos de desenvolvimento da cidade em termos de sua economia. Além de políticas exclusivamente ambientais, contribuem os efeitos otimizados de políticas inter-relacionadas, por exemplo, de meio ambiente e cultura, que podem ter resultados mais proveitosos no campo da conscientização ecológica; ou meio ambiente e desenvolvimento social, com geração de oportunidades para segmentos sociais carentes. (RIBEIRO, 1998). Caracterizariam estas políticas, de forma sintética, o seu teor participativo, integrador e preventivo.

A gestão de parques urbanos não fugirá a toda esta discussão acerca de um novo gerir. *É inconcebível não adequar a implantação de parques a uma nova realidade institucional de gestão.* Um primeiro passo, depois de anos de procedimento centralizador e autocrático, é convencer os administradores da cidade, negociantes e a população dos benefícios das áreas verdes urbanas (IDB, 1997), personagens estes que serão parceiros nesta nova realidade

institucional. Este “convencimento” implica num processo demorado, mas que urge começar, através da educação ambiental, que transcende a ótica de *doutrinação para a preservação*, e chegue a um novo padrão, estilo de vida⁴⁷.

É importante lembrar que este novo gerir transcende a mera noção de participação na qual a população passa a se envolver com os processos. A noção que trabalhamos aqui, coerentemente alinhada com a visão ecossistêmica e com as dimensões da sustentabilidade, pressupõe uma *participação ampliada* – como já temos nos referido até então – que se caracteriza tanto pela entrada de novos agentes, e pela forma sinérgica de articulação entre eles, como por uma reforma intra-institucional da máquina estatal.

Um fator que já vem sensibilizando as municipalidades na busca de alternativas institucionais é a escassez de recursos, que tem possibilitado, de acordo com HONJO (1997), uma equação de co-responsabilidade entre o Estado, a iniciativa privada, a população e seus agentes para se pensar em alternativas de financiamento, no que também concorda OLÉIAS (1994) no que diz respeito à política pública de lazer:

A realidade atual indica que é comum a tendência de parceria entre o Estado e a iniciativa privada, no desenvolvimento de diversas atividades de lazer com amplitude social, onde a iniciativa privada atua no patrocínio financeiro (total ou parcial) do evento e o estado atua com organizador e promotor, colocando à disposição, especialmente os recursos humanos com qualificação, compreendendo desde a questão organizativa até a execução, além da estrutura material. (p.40).

Do ponto de vista financeiro, apresentam-se como alternativas:

- criação de taxas (licenças para empreendimentos, concessões do *tipo soio criado*) e multas (sobre o corte indevido de espécies⁴⁸, ocupações irregulares);
- acordos com o capital privado, como por exemplo, o que envolve a “*green image*” – publicidade sobre a imagem do parque a partir do pagamento de cotas ou oferta de

⁴⁷ Para ALVA (1998): “A educação ambiental é o caminho mais curto para alinhar o desenvolvimento tecnológico e a constituição deliberada de um habitat adequado às necessidades e expectativas da espécie humana e, portanto, deve ser considerada, acima de tudo, como processo de socialização de conhecimentos e atitudes para o desenvolvimento sustentável”. (p. 207).

⁴⁸ Em IDB (1997), onde também aparece esta sugestão de aplicação de multa, é citado o caso de Curitiba, que além de prever a sanção financeira da multa, ainda obriga a reposição em dobro ou mais da espécie indevidamente eliminada. Assim, o Estado economiza inclusive o custo operacional.

mobiliário para os espaços –, e negociações do tipo permuta de áreas que envolva ou não oferta de infra-estrutura por parte do Estado;

- convênios com ONGs.

As contribuições podem ser em dinheiro, materiais (mudas, madeira, lâmpadas e mobiliário em geral), instrumentos – doação ou empréstimo – (maquinário, ferramentas), e até trabalho voluntário. Algumas contribuições são inclusive no sentido de incremento e ampliação da utilização dos espaços, não necessariamente implicando nas demandas básicas do lugar (limpeza, manutenção). É o caso da oferta de oficinas artísticas e profissionalizantes por parte de associações, apresentações culturais e folclóricas de escolas e grupos étnicos, manejo florestal por parte de universidades e centros de pesquisa que acabam enriquecendo a qualidade dos parques.

A dimensão de participação também esta embutida na idéia já mencionada anteriormente acerca de políticas públicas e soluções integradas, que no âmbito intra-institucional requerem um rearranjo de funções e parceria entre secretarias, fundações, instituto de planejamento urbano. Assim, se otimiza a estrutura física e humana destes órgãos e se enriquece os espaços dos parques com ações integradas de esporte, lazer, cultura, saúde, educação e até emprego⁴⁹.

Ainda dentro do âmbito intra-institucional, a *prática interdisciplinar*, como já trabalhávamos anteriormente, também pode ser entendida como uma nova forma de participação. A elaboração de um programa de áreas verdes urbanas que conte com o envolvimento e a experiência de campos como a sociologia, a hidrologia, a psicologia, a geologia, a arquitetura, a horticultura, a engenharia florestal, a economia, o paisagismo, a administração pública, a engenharia de solos, entre outros, tem muito a ganhar em qualidade. Embora seja difícil contar com um corpo técnico tão capacitado, sugere-se recorrer ao serviço de consultores destes campos (IDB, 1997).

Todas estas parcerias revelam a “amplitude” do que declaramos *participação*, e resultam

⁴⁹ De acordo com SIRKIS (1999): “O poder público municipal deve atuar de forma significativa, fomentando, através de atividades remuneradas ou auto-remuneradas, a coleta comunitária e a reciclagem de lixo, o reflorestamento, o saneamento, a proteção de áreas verdes, a arborização pública, a conservação de energia, a educação ambiental, a animação cultural com conteúdo ecológico e outras formas de desencadear este ciclo virtuoso, em que se combate o desemprego com atividades geradoras de renda e, simultaneamente, de uma melhor qualidade de vida”. (p.30).

em efeitos potencializados. De acordo como IDB (1997), uma vez que há diversidade de fundos e envolvimento, cada parte participante tem maior segurança em deixar sua reputação associar-se na parceria, atraindo inclusive outras mais. Isto também reflete positivamente no caso dos financiamentos externos, sendo um fator que dá maior credibilidade junto às agências fomentadoras⁵⁰.

De um modo mais extremo, o Estado, no caso a municipalidade, pode ficar mesmo só com a função fiscalizadora (além do coerente aporte financeiro), repassando a gestão para outra instituição. De acordo com SIRKIS (1999), em outros países, é bastante difundida a prática de se entregar a administração direta de uma unidade de conservação a uma Organização Não-Governamental (ONG) de comprovada respeitabilidade e capacidade, dentro de um esquema de co-gestão. A prefeitura mantém assim suas formas de controle de co-gestão plural que envolve governo, ONGs, comunidade, usuários e iniciativa privada.

Ao nosso ver, a maior vantagem desta co-gestão está na dispensa de encargos operacionais da municipalidade, liberada agora para fiscalizar, bem como na independência gerencial das áreas, cujo sucesso de andamento não sofre influências políticas em trocas de mandatos. No entanto, não se pense num enfraquecimento institucional do Estado, que embora saneado de sua burocracia, fortalece-se com o amparo da tecnologia. Neste sentido, conforme IDB (1997) a tecnologia contemporânea dá importante aporte.

No caso da gestão de áreas verdes comparece de forma eficaz o mapeamento digital das áreas, tanto públicas como privadas, que possibilita desde um planejamento que estabeleça áreas de interesse até a aplicação precisa de multas conforme a legislação preveja. SPIRN (1995) aponta para a necessidade de informação atualizada sobre a cidade, para que se perceba o seu todo. Um *banco de dados* com informações coletadas pelo governo, organizações locais e universidades sobre o ambiente natural seria também fundamental para estabelecer prioridades de ação. Uma outra dimensão de participação, mais recente e ainda em construção é a idéia de *rede de cidades sustentáveis*, que intercambiam *know-how* técnico a partir de

⁵⁰ Muitas das sugestões aqui apresentadas acerca da diversidade de formas de contribuição de cada parceiro estão também presentes no documento do *Inter-American Development Bank* (IDB, 1997) que orienta o programa de arborização urbana no sentido do alcance de financiamentos de sua parte.

experiências bem-sucedidas.

Apesar das facilidades legais no país, que já permitem maior autonomia para os municípios definirem suas políticas ambientais, e do incremento tecnológico que trouxe inovações, ainda é intrigante que as áreas verdes de propriedade pública sejam tradicionalmente gerenciadas com tão pouca participação do próprio público. Para HODGE (1995), este tipo de paradoxo pode ser explicado pelo fato do envolvimento do próprio público no manejo destes espaços demandar tempo e de seus benefícios serem tão difíceis para se medir. Então – pergunta ele –, porque é tão incômodo o envolvimento da comunidade? A resposta a esta questão repousa, para HODGE, no coração do que significa a gestão das áreas verdes urbanas: beneficiar o cidadão, não apenas pelo melhoramento de seu ambiente, mas também lhe oferecendo o *poder do envolvimento* e encorajamento de sua atividade cidadã é uma atitude ousada. A participação na gerência das áreas verdes urbanas pode tornar-se *um foco para o desenvolvimento de comunidades e indivíduos*. O envolvimento pode ir desde a participação em programas de coleta de sementes para viveiro de árvores, plantio de árvores, participação no cuidado das plantas (irrigação, fertilização) até uma gestão efetiva por parte de associações populares.

Este autor cita os principais benefícios do envolvimento da comunidade com a gestão das áreas verdes urbanas:

- Permite que os conflitos sejam antecipados, definidos e resolvidos em estágio anterior.
- Aumenta a compreensão para as necessidades e desejos locais.
- Produz uma imagem positiva.
- Serve como celeiro de idéias e opiniões locais, de instância para alianças e compromissos.
- Constrói pontes entre autoridades e população.
- Ajuda a reduzir vandalismo nestes espaços.
- Dá credibilidade para convênios e patrocinadores.

- Cria uma ampla consciência, apreciação e senso de responsabilidade pelo meio.

Embora as vantagens sejam razoáveis, contudo, sensibilizar a população para seu envolvimento não é tarefa fácil. HODGE (1995) atenta para alguns passos no sentido de conquistar esta participação:

- Entender as necessidades das pessoas.
- Ser proativo, criar uma imagem equilibrada com a qual a população se identifique.
- Estender o senso de identidade para o de propriedade – despertando a noção de patrimônio comum.
- Responder à confiança das pessoas com uma visão de futuro, trabalhando os relacionamentos.

HODGE (1995) destaca a importância em se selecionar as comunidades, diferenciando-as em de *vizinhança* e de *interesse*. Neste último grupo estão os proprietários públicos e privados de terras de interesse, os negociantes locais, bem como as mais diversas organizações, como conselhos paroquiais, associações de moradores, clubes esportivos, sociedades de proteção da natureza, escolas e universidades, grupos étnicos e feministas, etc.

Também SIRKIS (1999) alerta para a necessidade de correspondência dos anseios da vizinhança do entorno-parque, e que é esta população que lhe dará vitalidade ao fazer daquele espaço seu ponto de encontro.

[...] parques e jardins não são simplesmente áreas onde a presença de vegetação e amenidades naturais é a única questão a ser colocada. Um belo gramado, caminhos arborizados, bancos, lagos com chafarizes podem constituir um espaço virtualmente morto se não for cultivada uma teia de relações daquele espaço com o seu entorno, com a aglomeração humana existente nas suas vizinhanças. (p. 147).

SIRKIS (1999) acredita que áreas verdes públicas precisam estar integradas ao seu entorno, ao seu bairro, caso contrário podem sofrer por baixa frequência, vandalismo e desuso. O sucesso ou o fracasso de uma área verde depende da relação que ela estabelece com o bairro que a abriga. Ela deve ser um reflexo deste, relevando a pluralidade e a diversidade da relação de seus moradores com o espaço público. Para tanto, sugere que sejam feitas as seguintes

perguntas antes de se planejar um parque: a) Qual é a dinâmica do bairro vizinho?; b) Qual a demanda da população?, c) Qual é o público do parque nos diferentes horários?, d) O que atrai e o que afasta as pessoas?, e) O entorno é suficientemente dinâmico e plural para criar uma frequência regular do espaço ao longo do dia?

Como já nos alertava SACHS (1991) anteriormente, em se considerando todos estas variáveis da participação, há que se ter claro e, se possível, legalmente estabelecido, o conjunto de regras que estabelecerá estas relações, sejam quais forem os agentes.

No caso específico da população, da necessidade em se agregar novos agentes, deve-se passar para a hierarquização e escolha do nível que se quer de interferência, tendo-se claro os limites e as vantagens de cada opção: “A escada da participação define o espectro do envolvimento comunitário desde a criação e gerenciamento das áreas verdes *para* as pessoas, passando pela criação e gerenciamento das áreas verdes *com* as pessoas, até ajudar as pessoas a criarem e gerenciarem suas áreas verdes *para elas mesmas*”. (HODGE, 1995, p.21) [tradução nossa] [destaque no original].

O quadro a seguir traz a partir de HODGE (1995) esta “escada de participação”:

QUADRO 07 – Níveis de participação popular na gestão de áreas verdes

Controle comunitário	A comunidade tem total controle do esquema e toma decisões observando a alocação de recursos, uso e gerenciamento. O envolvimento estatal é admitido, mas não dá a direção do grupo.
Participação comunitária	A comunidade tem responsabilidade substancial em alguns aspectos do programa comunitário de florestas sem significantes participações estatais. O Estado deixa com que a comunidade formalize seu envolvimento.
Envolvimento comunitário	Membros da comunidade que têm interesse, através de consulta, são encorajados pelo Estado a ser envolvidos com determinados aspectos do planejamento, implementação e gerenciamento.
Consulta	Alguns membros são ativamente encorajados a darem opiniões que podem ser incorporadas no esquema definitivo.
Informação	Comunicando a população o que será feito e oferecendo oportunidade de comentário.
Persuasão	Dentro da esfera estatal, a comunidade é chamada a comprometer seu envolvimento.
Controle estatal	Um esquema apenas entre proprietário de terra e Estado é estabelecido, sem participação alguma da população.

FONTE: HODGE (1995)

A sustentabilidade no âmbito de novas formas de gestão não se esgota nas sugestões acima trabalhadas. Abre-se, ao nosso ver, a partir daqui, para uma dialética entre a teoria e a prática, ambas bem recentes, que então vão dirimir novos caminhos. Os parques urbanos são uma oportunidade ímpar de se ilustrar a obsolescência do antigo paradigma de planejamento e gestão da cidade como um todo – já amplamente criticado neste trabalho – provando através das inúmeras inovações neste tipo de espaço que a sustentabilidade é viável também para outras realidades urbanas como o transporte, a educação, a saúde, a habitação, o abastecimento, o emprego, igualmente impregnadas de perniciosas implicações do paradigma insustentável.



No elenco das diversas contribuições que procuramos apresentar durante este capítulo, uma pergunta nos dirigiu: “Que novidades nos trazem?”. Diante do contexto de uma crise generalizada, onde o paradigma vigente tem sido amplamente criticado, novas teorias, estudos, abordagens têm sido trabalhadas na perspectiva de apresentar um encaminhamento para tal crise, que se revelem diferentes principalmente na forma de lidar com a Natureza. Apesar da relevante contribuição destes novos referenciais teóricos para o planejamento e gestão urbana – entre eles a abordagem trazida pelo Ecodesenvolvimento e pela noção de ecossistemismo urbano –, não vemos despontar um novo paradigma que possa ser homoganeamente aceito.

Longe de desconsiderar o valor destas e de outras contribuições, lembramos que uma mudança de paradigma requer uma ruptura total com o antigo, o que ainda não conseguimos facilmente visualizar. São muitos os valores a serem transformados a partir de uma essência totalmente nova, que conceba a relação Homem e Natureza por um “outro foco”, e não por um “foco reformado”. Além disto, um novo paradigma pode emergir de uma forma completamente distinta do antigo, que foi em sua origem essencialmente acadêmico, e em se considerando o lugar de topo da ciência no século XX, foi um paradigma que veio de cima para baixo. A partir destas novas formas de se valorizar o saber tradicional, os anseios das populações locais, abre-se margem para processos de construção de valores influenciados pela dialética entre ciência e senso comum, dando margem, talvez, não para paradigmas formalmente expressos, com instrumentos de ação e disseminação rígidos, mas para abordagens flexíveis, abertas a novas

reflexões, abordagens tão dinâmicas como os próprios processos com que lidam. Acostumados com a linearidade cartesiana, perpetuada por séculos, ainda estamos inertes a uma fuga decidida de seus valores mais arraigados, de tal forma que podemos estar inutilmente esperando por um modelo acabado, dentro dos moldes do antigo.

A relevância em se estudar estas contribuições recentes está em se dar conta do estado-da-arte desta transição paradigmática, que ainda deve passar por diversas etapas. Consideramos que, no aspecto do planejamento e gestão urbana, muita crítica e razoável teorização têm surgido. Cabe atualmente, portanto, avaliar as experiências que vêm buscando internalizar novos valores, e que, à medida que se consolidem como sustentáveis, contribuam num circuito de retroalimentação para fazer rever as teorias, que por sua vez levem a novas práticas. É nesta intenção que nos propusemos a analisar o planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba, estudo que será desenvolvido nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

Meio ambiente e a evolução do
planejamento urbano em Curitiba:
Rastreando um possível novo paradigma



CAPÍTULO 2

Meio ambiente e evolução do planejamento urbano em Curitiba: Rastreando um possível novo paradigma

O planejamento e gestão de parques urbanos não é algo que possa ser tomado independentemente do contexto de planejamento e gestão de uma cidade. Portanto, a análise do caso curitibano não se exime de uma breve, mas importante passagem por este processo histórico. Um foco é fundamental nesta descrição: a forma com a qual a evolução do *tratamento da questão ambiental* evoluiu com o planejamento urbano. Este foco nos dará o coerente contraponto para o posterior entendimento do propagandeado modelo curitibano de “urbanismo ecológico”. A forma com a qual o lazer, conteúdo relevante dos parques, vem sendo assimilado nas políticas urbanas também é importante. Mesmo as políticas urbanas que não tenham ligação direta com o tema planejamento e gestão de parques serão aqui revistas com o intuito de rastrear tanto o rebatimento de um possível novo paradigma na gestão urbana, como de perceber a influência que tais políticas exerceram para a conformação do estado atual dos parques na cidade.

2.1 Uma breve história da planificação urbana de Curitiba

2.1.1 A “pré-história” curitibana: Evolução em “ciclos”⁵¹

A história de Curitiba pode ser lembrada de forma a acompanhar os ciclos de desenvolvimento econômico relacionados com a oferta de bens da própria natureza, ciclos estes que impulsionaram Curitiba desde sua criação até os mais recentes tempos. A começar pelo *ciclo do ouro*, iniciado com a primeira expedição realizada rumo ao planalto curitibano por Eleodoro Ébano Pereira, em 1649. Daí, de povoado, ascendeu à vila em 1693, com a criação da Câmara, a qual teve um papel decisivo nos séculos XVII e XVIII no que se refere ao *controle do corte de*

árvores na vila e à manutenção da limpeza dos rios (TRINDADE, 1997), que era responsabilidade da população. Também desta época, datam as primeiras determinações no sentido de orientar o crescimento da vila, buscando uma continuidade e retilinearidade das ruas, além de uma compactação das construções dispendo-as contiguamente. Regulava-se ainda acerca das atividades em meio urbano – comércio, igreja, artesanato – reservando as atividades agrícolas à zona de rocio, separando-se nitidamente o campo da cidade.

A partir de 1730, passou a ser parada de tropeiros, que se dirigiam a São Paulo e faziam aí seu pousio, tendo sido, portanto, influenciada também pelo *ciclo do gado*. No séc. XIX é a vez do *ciclo da erva-mate* fomentar o desenvolvimento econômico, sendo alguns lugares da cidade destinados aos casarões dos barões do produto. É neste mesmo século, em 1812, que Curitiba passa a ser sede da comarca de Paranaguá/Curitiba, contabilizando em 1817, 10.500 habitantes. Em 1842, Curitiba é elevada a categoria de cidade. Um maior desenvolvimento é alavancado com sua independência da província de São Paulo. Em 1857, recebe recomendações do engenheiro francês Pierre Taulois, insistindo no rigor para com o traçado das ruas.

Ainda no século XIX, Curitiba tem um intenso incremento populacional, a partir da vinda de imigrantes europeus⁵², que vão se estabelecer principalmente na região norte da cidade, alguns constituindo colônias. TRINDADE (1997) destaca a *importância da cultura dos imigrantes no sentido da difusão de jardins e preservação de bosques para utilização da madeira para a indústria*.

A partir de 1880 se dá vigorosa expansão infra-estrutural, com a inauguração da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, da primeira linha de bondes, bem como do *Passeio Público*, em 1886, dado hoje como o mais antigo parque da cidade. Nesta época, também sob influência de engenheiros, bem como de médicos preocupados com questões de salubridade, o Código de Posturas do município investe-se de maior rigor, especialmente no que se refere à limpeza e à segurança urbana. *É esta mesma visão sanitária que influenciará o urbanismo do séc. XX*,

⁵¹ Para elaboração deste item nos apoiamos essencialmente na versão on-line acerca da história curitibana disponível em CASA DA MEMÓRIA (2001).

⁵² A começar pelos alemães reimigrados a partir de Santa Catarina desde 1830, Curitiba recebeu ainda levas de italianos, ucranianos, russos, franceses, austríacos, suíços e holandeses. Mas, a leva mais volumosa foi de poloneses.

*marcadamente em suas idéias de cidades amplas, verdes e de grandes avenidas*⁵³.

No séc. XIX também se acentua a hierarquização social na cidade, com a determinação legal de que construções na área central fossem de alvenaria, cujo material e mão-de-obra caros, por si só, exerciam seleção, e a nenhum outro objetivo cumpriam, uma vez que se estava no auge do *ciclo da madeira*.

Entre 1912 e 1916 o Passeio Público já sofre sua primeira reforma, sob a gestão do prefeito engenheiro Cândido de Abreu. Em 1920, sob o governo então de outro engenheiro, Moreira Garcez, amplas avenidas foram criadas para direcionar o crescimento da cidade, especialmente na direção sul, até então pouco habitada.

Nos anos 30, o declínio econômico e a falta de recursos para grandes obras fizeram com que se recorresse à tendência hierarquizadora dos planos urbanísticos do início do século, amplamente utilizados na Europa. Ao mesmo tempo, o regulamento geral da Prefeitura Municipal definia atribuições à Diretoria de Obras à qual se subordinaria o Serviço de Praças, Jardins e Arborização da cidade.

2.1.2 O Plano Agache: Um plano funcionalista

Com 127.000 habitantes em 1940 (ver Mapa 04 com evolução demográfica até hoje em Anexo A), e com forte influência do *ciclo cafeeiro*, a cidade começava a exigir uma transformação na sua estrutura. A prefeitura contrata, então, em 1941, uma firma carioca para fazer um plano urbanístico, que por sua vez ficou ao encargo de Alfred Agache, urbanista francês. Para TRINDADE (1997),

O urbanismo de Agache tinha suas bases no organicismo do século XIX. Entendia a cidade como um sistema complexo, dependente do perfeito funcionamento e inter-relação de "órgãos" e funções, requerendo, quando necessário, o estabelecimento de diagnósticos e de terapêuticas

⁵³ De acordo com FRANCO (1997), o movimento higienista desde suas origens (fins do séc. XVIII) valeu-se da "teoria dos meios". Esta insistia em que os males eram advindos da estagnação de todo o tipo – água, lixo e homens. Dessa forma a circulação transformou-se na palavra de ordem da engenharia sanitária. Logo, o uso da água, como elemento promotor da limpeza, explica o surgimento das redes de saneamento a partir do segundo quartel do séc. XIX. Posteriormente, com o modernismo em Le Corbusier, o sanitário se desdobra e dá um particular papel aos engenheiros. Le Corbusier não esconde sua admiração pela atuação destes profissionais de seu tempo, chegando a afirmar, na revista *L'Esprit Nouveau*, que a arquitetura naquele momento era produzida por engenheiros, não apenas porque eles dominavam as técnicas novas da construção, mas porque organizavam as funções úteis, o que resultava em formas simples de ideal platônico que alcançavam a beleza pura.

às suas disfunções. O desenho urbano deveria atender a determinadas atividades essenciais, ao mesmo tempo em que era identificada a principal função da cidade. (p. 44).

Para esta autora também, a contribuição de Agache foi, sobretudo, na introdução de uma metodologia (pesquisa e organização) para o urbanismo. “Primo-irmão” dos planos europeus, o *Plano Agache*, assim conhecido, apresentado em 1943, destacava-se por sua característica estrutural concêntrica e radial das vias, interligando zonas funcionalmente especializadas (ver Mapa 05 em Anexo A). Continha três aspectos propositivos:

- 1) *Saneamento*: a drenagem dos banhados, canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais, rede de abastecimento de água.
- 2) *Descongestionamento*: vias de acesso externo, circulação da produção, abastecimento urbano.
- 3) *Órgãos funcionais*: centralização dos edifícios apropriados para sede do governo do Estado (Centro Cívico) e usos esportivo (Tarumã), abastecimento (Mercado público), educacional (Centro Politécnico), industrial (Rebouças), militar (Bacacheri) e recreacional (Parque Barigüi) e vários centros de irradiação da vida comercial e social.

Algumas determinações do plano já estavam sendo implementadas, como a criação de algumas avenidas e o alargamento da Rua XV. Havia grande destaque para a arborização urbana na área central e preservação das áreas existentes, bem como *projetos de futuros parques*, fosse para contemplação ou recreação ativa – Parque Barigüi, Parque do Ahú, Parque do Capanema – também para a conservação de espécies de porte considerável (MENEZES, 1994 e TRINDADE, 1997).

Como desdobramento do Plano seguiu-se, a partir de 1948, pavimentação, saneamento e melhoria do tráfego. Foi uma fase em que o desenvolvimento vivido por Curitiba era expresso no “embelezamento” de praças e jardins (TRINDADE, 1997).

A partir de então, o aumento populacional na década de 50 levou à *necessidade de um*

maior controle ambiental – a partir de uma *visão abrangente de ecossistema urbano*⁵⁴ – expresso em medidas restritivas com relação a novos loteamentos, tratamento de resíduos hospitalares, propaganda, extração de areia e lixo (MENEZES, 1994).

Sendo assim, a obsolescência do Plano Agache veio antes mesmo de sua implementação integral. Em 1953, para contornar os mais graves problemas urbanos – déficit habitacional, deficiência da malha viária e inundações – surge a *Lei 699/53*, dispondo sobre o zoneamento na cidade. Esta por sua vez foi aprovada só em 1956, no governo de Ney Braga, marcado pela influência do movimento “Economia e Urbanismo” liderado por Padre Lebre⁵⁵. Este movimento defendia a *planificação urbana em unidades territoriais elementares*, articulando humanismo e progressismo para a promoção de um homem integral. Foi durante a gestão Ney Braga (1954-1958) que se deu a *criação do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo*, ocupando-se da revisão do Plano Agache e da implementação da lei aprovada, dividindo a cidade em áreas comercial, industrial, residencial, centro cívico, centro esportivo, rural e agrícola.

2.1.3 O Plano Preliminar de Urbanismo

A gestão seguinte, de Ivo Arzua Pereira, foi marcada pela presença de profissionais de “dupla formação” na prefeitura. Tratava-se dos engenheiros formados que haviam tirado também o diploma de arquitetura no recém-criado curso da Universidade Federal do Paraná. Este perfil profissional influenciou em muito os rumos do planejamento da cidade.

Há que se considerar que na década de 60 a população de Curitiba já chegava a 350.000 habitantes. Permanecia a inquietação quanto à necessidade de um novo plano urbanístico, tendo sido criada, em 1960, a Comissão de Planejamento de Curitiba (interdisciplinar). Para proceder a estudos quanto ao planejamento econômico, social e territorial para o futuro Plano Diretor da cidade, em 1963 foi criada a URBS – Companhia de Urbanização de Curitiba. De acordo com OLIVEIRA (2000), o que fez mesmo deslanchar o processo para a

⁵⁴ Embora esta noção de ecossistema urbano fique clara nas análises atuais, é ingênuo pensar que pertencesse ao ideário de planejamento da década de 50.

⁵⁵ Esta linha de pensamento, originária da França, privilegiava o homem e seu ambiente em detrimento da tecnologia e da máquina. Para Lebre, era necessário se estudar a cidade em unidades separadas, para melhor avaliar e planejar, pois suas organizações urbanas impediam seu desenvolvimento econômico e social. (TRINDADE, 1997).

elaboração de um plano foi a condição estabelecida pela CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) de que os financiamentos pleiteados para recuperação do centro da cidade e instalação do distrito industrial estariam na dependência da apresentação de um plano geral de urbanismo, que por sua vez seria financiado por esta mesma instituição. Para a elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo – PPU – foi aberta concorrência pública, algo até então inédito no Brasil⁵⁶. Foi vencedora uma empresa paulista, a Serete Engenharia, para descontentamento de muitos profissionais curitibanos.

Chefiado pelo arquiteto Jorge Wilhelm, o plano apresentado em 1965 contou com participação de técnicos de Curitiba, entre eles o engenheiro e arquiteto Jaime Lerner.

Através do depoimento de MONTEIRO (1989), que acompanhou todo o processo de elaboração e execução do plano, percebe-se que tipo de filosofia dava o diferencial para a proposta:

[...] encarávamos a cidade como um organismo vivo que tende ao crescimento e ao desenvolvimento, que se adapta ao crescimento e ao desenvolvimento e que se modifica quando qualquer fator estanho interfere em sua forma de vida. *Fugimos às concepções de projetos dentro de padrões formais* calcados em composições estéticas implantadas sobre bases de figuras geométricas abstratas. Acreditávamos na possibilidade de buscar um valor comum ao urbanismo e à democracia para que fosse merecedora de nosso respeito. Procurávamos o equilíbrio entre o indivíduo e a coletividade. *A cidade deve ser estudada como um fato social* e não simplesmente como um fenômeno geográfico ou meramente econômico ou político. Nossa concepção se baseava na cidade viva, no seu constante ir e vir a ser, objetivando a síntese equilibrada do mutável e do permanente. Em nosso plano disciplinamos o esquema dinâmico da cidade sem perturbar suas tendências e vocações, sem romper o seu aspecto físico e a sua personalidade própria. Obedecemos à tradição de vida da cidade e compreendemos que linha tradicional está implantada na sua histórica vocação. (p.73) [destaque nosso].

O perfil do plano ficava algo entre a Carta de Atenas e as críticas já incorporadas ao urbanismo moderno⁵⁷, como as de Jane Jacobs⁵⁸, e agregava ainda anseios já passados para o

⁵⁶ De acordo com FERNANDES (1979), a opção por um plano com caráter preliminar e não de um Plano Diretor foi decisiva, uma vez que assim se possibilitou a adoção de um processo de planejamento, o que talvez um plano a longo prazo ou de grande fôlego não pudesse permitir.

⁵⁷ O que o PPU conservava da abordagem modernista racionalista é a *especialização funcional das zonas na cidade*, ligadas por vias velozes de circulação. Com referência às críticas quanto à despersonalização e esvaziamento dos espaços públicos resultados desta ótica, o PPU propunha a *revitalização dos espaços públicos tradicionais*, bem como a criação de *novos pontos de encontro* – caso dos parques e praças urbanos –, além de uma ênfase ao transporte coletivo ao invés do transporte por automóvel particular (TRINDADE, 1997).

⁵⁸ Estas críticas já foram explicitadas na Problemática quando nos referíamos à crise do paradigma modernista de planejamento urbano.

papel anteriormente:

[...] os estudos e projetos para enfrentar os problemas existentes na cidade já estavam prontos desde os anos 60. Neles estava claro a necessidade de modificar as tendências que vinham definindo o seu crescimento e desenvolvimento. Para isso repensou-se a cidade como um todo, programando-se realizações naqueles setores que definiam essa totalidade: circulação, recreação, educação e industrialização. Ou seja, conforme o Plano Serete a cidade deveria passar por três transformações básicas: física, cultural e econômica. A lógica era integrar as funções da cidade, valorizando a presença do homem no seu meio ambiente, a cidade como “cenário do encontro”. (MENEZES, 1994, p.88).

Portanto, o *Plano Serete* poderia ser paradigmaticamente situado entre um modelo funcional, porém integrador das funções. Destacavam-se nele as seguintes determinações:

- Criação de eixos estruturais associados ao transporte coletivo: elementos lineares indutores de adensamento, em substituição ao modelo radial do Plano Agache, estes eixos incorporariam comércio, serviços, canaleta exclusiva para o transporte coletivo, além de servirem ao adensamento populacional (verticalização). São até hoje traços marcantes da feição da cidade.
- Preservação e revitalização de setores históricos tradicionais.
- Pedestrinização da área central e limitação de seu crescimento (incentivo à instalação apenas de atividades de animação cultural).

Com a definição dos eixos estruturais, os investimentos públicos foram direcionados e os da iniciativa privada disciplinados através do zoneamento. No aspecto da preservação, não só o patrimônio histórico arquitetônico foi relevado, bem como a vegetação, através da disposição de áreas verdes pelos eixos estruturais:

O mais importante, todavia, é perceber que a cidade estava sendo entendida como um todo, no qual suas diferentes partes se articulavam e concorriam para a sua produção: ruas, praças, moradias, prédios públicos, plantas comerciais e industriais, o edificado urbano em geral e as diferentes atividades, eram organizadas levando-se em consideração também os “espaços livres”, os cursos d’água e a vegetação presentes na cidade, bem como o ar que a sua população respirava. (TRINDADE, 1997, p. 60).

Conforme depoimento de RISCHBIETER (1990), até então achava-se que Curitiba era uma cidade verde, impressão desfeita por algumas simulações da paisagista Rosa Kliass, da

equipe da Serete Engenharia, que demonstrou que, o que na época as pessoas achavam uma cidade verde, era o verde dos jardins, apenas. À medida que fossem derrubadas as casas e construídos os prédios, desaparecia o verde.

O PPU também inovou por ser apresentado em seminário à população (especialmente associações, sindicatos), o que lhe deu suporte. Para FERNANDES (1979), nesta iniciativa, longe de ser uma negociação, mais se percebe uma busca por legitimação, no sentido de manipulação do público, ou mesmo um caráter pedagógico, uma vez que procurava esclarecer objetivos. A participação do público foi, portanto, mais simbólica que necessariamente efetiva.

Da assessoria que continuaria os trabalhos deste seminário (a APPUC) nasceria no mesmo ano o IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba: um órgão autárquico que pretendia fugir do modelo centralizador vigente no país. Uma “subversão” que caracterizava as intenções de se viabilizar um modelo próprio de gestão urbana tendo nas ações planejadas o seu viés impulsionador. Contudo, durante o período 1967-1970, o IPPUC apenas serviu ao prefeito nos aspectos formais da administração. As suas atribuições originais de realizar estudos e detalhar as diretrizes básicas do Plano Serete ficaram relegadas a um nível secundário. O PPU veio a ser aprovado na forma da *Lei 2828* no ano seguinte (MENEZES, 1994).

2.1.4 Uma nova era:

Áreas verdes e o início da institucionalização das questões ambientais

A indicação de Jaime Lerner no início dos anos 70 para a Prefeitura determina uma nova fase do planejamento urbano da cidade, marcada sem dúvida pelo desempenho singular deste administrador. Dentro de um contexto de centralização política, em pleno regime militar, com ênfase de investimentos no setor físico-estrutural, baseado na lógica racionalista-tecnicista, cuja expressão máxima é Brasília, surge uma Curitiba na contra-mão: em substituição a standartização, racionalidade e funcionalidade lá configurados, Curitiba baseará seu planejamento na heterogeneidade da ocupação do espaço, na diversidade de oferta de equipamentos urbanos, e na contrastante prioridade ao pedestre e ao transporte coletivo em detrimento das avenidas para o automóvel particular (MENEZES, 1994).

A era Lerner também se destaca pela chegada dos técnicos no poder, e da passagem de uma fase de obscuridade para uma fase de intensa produção do IPPUC, até então sob o comando de Lerner, que sabia dos projetos que haviam sido lá feitos e engavetados. Muitos dos membros do IPPUC foram nomeados para chefias de departamento em sua gestão.

A realidade curitibana era de um plano urbano obsoleto, quase ausência de áreas verdes, enchentes freqüentes, loteamentos clandestinos, transporte precário, defasagem nos sistemas de saúde e educação e falta de opções de lazer. Os problemas se estendiam para os municípios vizinhos, o que favoreceu a criação da RMC – Região Metropolitana de Curitiba – em 1974, totalizando então 14 municípios e quase 1 milhão de habitantes⁵⁹. Se até então Curitiba crescera “naturalmente”, a implementação das diretrizes do Plano Diretor, especialmente o desenvolvimento estimulado ao longo dos eixos estruturais, seria agora o contraponto de um novo crescimento (TRINDADE, 1997).

Numa fase onde os projetos de grande porte estrutural eram amplamente apoiados pelo viés desenvolvimentista do governo nacional – o “Milagre brasileiro” –, Curitiba foi vantajosamente financiada em seus projetos⁶⁰. Nem por isso, foram homoganeamente aceitas as transformações. No caso da implantação do calçadão da Rua das Flores, precisou ser executada às escondidas, em um final de semana, devido à resistência de alguns comerciantes do lugar, logo depois, “auto-convencidos” das vantagens da mudança.

Foi justamente buscando uma maior adesão da população a todo o conjunto de projetos para a cidade que Lerner propunha uma nova relação das pessoas com a própria cidade, até então “despersonalizada”. Para ele, fundamental para que isto se desfizesse era o início de um “processo de identificação” com a cidade, para o qual contribuiria o resgate da memória histórico-cultural. Neste sentido, a criação da FCC – Fundação Cultural de Curitiba – desempenhou importante papel, especialmente enquanto instrumento que dava vida cultural às

⁵⁹ Contudo, as primeiras preocupações efetivas com o controle do desenvolvimento caótico da RMC só vieram após 1978. Foi com o Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), que definia diretrizes para assegurar o planejamento metropolitano (MENEZES, 1994) (ver Mapa 02 com atual abrangência da RMC em Anexo A).

⁶⁰ Desde o golpe de Estado de 1964, percebe-se uma nova maneira de intervir sobre a cidade: a racionalidade tecnicista que ataca as conseqüências e não as causas, destacando-se a idéia do “bolo delphiniano”, onde a intenção é expandir a estrutura econômica para depois socializar os lucros, e também pela marcante centralização administrativa em órgãos federais (MENEZES, 1994).

obras físicas executadas (MENEZES, 1994). Para DELY (1991), “O IPPUC era o órgão de planejamento, a URBS o órgão executivo, o que construía, que contratava as obras. E a Fundação cultural dava vida à obra instituída. Para dar um exemplo: *todos os parques criados tiveram um projeto de animação, de ocupação*”.(p. 176).

A gestão Lerner optou, portanto, por um caminho oposto da tendência nacional. Com obras pequenas, exigindo menos recursos, mas com alto grau de eficiência, e em paralelo à resposta positiva da população, rumava-se para um “modelo próprio de desenvolvimento” (MENEZES, 1994). É com a gestão Lerner que a questão das áreas verdes na cidade começa a ser melhor estruturada através de um processo que deriva da institucionalização da própria questão ambiental na cidade. Em seu discurso de posse em 1971, fica bem clara a ênfase neste aspecto:

Dessa necessidade de assegurar conteúdo humano ao progresso, agora e amanhã, é que decorrem as obras que pretendemos realizar. Realce especial, por isso, será dado à recreação, que envolve não apenas a criação de uma estrutura de animação da cidade, do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água. (PMC, 1971).

Neste mesmo ano, o engenheiro Nelson B. Moreira, na primeira conferência da RMC, sugeria a institucionalização de um sistema de áreas verdes com finalidade higiênica, estética e recreativa. Para a institucionalização deste sistema, teve papel preponderante o Plano Diretor de Curitiba, enquanto “primeiro diploma legal” a dispor de forma sistematizada espaço para as áreas verdes, na ótica de sua conservação. Por seu intermédio, pode-se exigir destinação de áreas para este uso no processo de implantação de novos loteamentos, inclusive preferindo-se aquelas áreas que para os empreendedores eram de baixo valor: os fundos de vale. Assim, foi possível a introdução de novos equipamentos urbanos com a criação de parques públicos, tanto para o lazer quanto para a preservação das matas nativas, servindo ainda como mecanismos para a proteção de mananciais e de *controle de enchentes* (TRINDADE, 1997).

A partir daí, a arborização da cidade teve grande incremento. Em 1971, 60 mil árvores foram plantadas nas ruas e praças. Nesta iniciativa, ao nosso ver, pioneiramente se demonstra a

semente do processo de envolvimento da população nos programas municipais, bem como o instrumental ideológico capaz de mobilizar as pessoas para as iniciativas por parte do governo:

Por falta de dinheiro, o primeiro projeto foi uma convocação à cidade para o plantio de árvores. Já aí, manifestava-se o talento de escultores de frases, sabedores de que às vezes, uma boa idéia pode dar certo ou não, dependendo de encontrar ou engendrar a linguagem que lhe comunique o fogo da imaginação e da magia. “Nós entramos com a sombra, você com a água fresca” propôs a Prefeitura Municipal de Curitiba, pedindo que os habitantes da cidade assumissem a responsabilidade pelo desenvolvimento das milhares de mudas de árvores que a prefeitura começa a plantar. (PMC, 1992, p. 16).

A Diretoria de Parques e Praças veio a ganhar maior autonomia, e mais tarde, em 1974, cria-se a Assessoria Técnica de Parques e Praças, vinculada ao Gabinete do Prefeito, quando também é feito um primeiro mapeamento das áreas verdes da cidade para a criação do plano de arborização urbana.

Em 1972 surge o *Parque São Lourenço*, primeiro parque da cidade, considerando-se que só hoje o Passeio Público é incluído nesta categoria. Para RISCHBIETER (1989): “O São Lourenço aconteceu porque houve uma enxurrada, uma enchente, e a área alagou. Foi tudo, com as águas. Aí, em vez de se refazer tudo, desapropriou-se a fábrica de cola, a área total, e se fez o Parque São Lourenço”. (p. 7). De acordo com KLÜPPEL (1990): “O São Lourenço foi o primeiro parque linear de fundo de vale, com a preservação das florestas existentes e o lago dimensionado para regular a vazão do rio Belém. Ele foi a primeira experiência prática de todo aquele nosso projeto, concebido no IPPUC”. (p. 32).

KLÜPPEL referia-se aqui ao projeto que vinha sendo concebido dentro do IPPUC, no sentido de controle das cheias, problema que assolava a cidade desde longa data, e que visava os quatro principais cursos de água que cortam Curitiba, e que são afluentes do Rio Iguaçu: o Rio Atuba e um afluente seu importante, chamado Bacacheri, o Rio Belém e o Rio Barigüi. A idéia era de que tanques reguladores de vazão seriam construídos dentro de parques, por onde passassem estes cursos d’água (ver Mapa 06 com a hidrografia do município em Anexo A).

De forma até pitoresca, denunciando inclusive a persuasão das idéias de Jaime Lerner, KLÜPPEL (1990) descreve como se detonou este processo:

Lembro que uma vez o Jaime disse para mim: “Nicolau, o que falta nesta cidade é água”. Eu retruquei, ainda com mentalidade de engenheiro: “Mas tem, a cidade é bem servida”. E o Jaime explicou: “Não. Água que eu digo é mar, lagoa, rio”. Aí concordei com isso, realmente faltava. Ele quis saber se não tinha como fazer. “Tem, mas precisa ser com lagos, como o do antigo Bacacheri”, eu disse (...). Foi quando começamos a pensar no parque São Lourenço, no Parque Barigüi, no Parque Iguaçu, etc., onde criamos lagos e ao longo dos rios estabelecemos as faixas de preservação de fundo de vale, resolvendo o problema das enchentes e implantando áreas de lazer. (p. 30).

O que este projeto do IPPUC fazia era *innovar na forma de gerenciamento das cheias*, uma vez que, obras de canalização de concreto só desviavam o problema para outros pontos da cidade. Na verdade, desde 1965, a criação do Parque Iguaçu tinha o intuito de proteger as margens inundáveis daquele rio. Logo, a idéia de criação de outros parques por um mesmo motivo se fortaleceu, mas esbarrou na indisposição de recursos federais para construir parques. A aplicação dos recursos foi garantida, *“camuflando-se” os projetos de parques atrás de obras como a construção de pequenas barragens*, que originaram lagos em torno dos quais a lei e a fiscalização impediam construções, conforme afirmação de KLÜPPEL (1990):

O BNH não tinha recursos para fazer parque, mas nós conseguimos o dinheiro justificando que os lagos iriam regular a drenagem e, ao invés de fazermos obras, fizemos parques. O São Lourenço ficou com mais ou menos 360 mil metros quadrados de área verde e o Barigüi com 1,5 milhão de metros quadrados, porque o Jaime englobou nas desapropriações as florestas nativas do entorno. Para o problema de saneamento propriamente dito, não precisavam ser áreas tão grandes mas foi a sorte, porque hoje Curitiba tem a três quilômetros do centro dois grandes parques. (IPPUC, 1990, p. 33).

Assim, fica claro, ao nosso ver, que *a motivação primeira da implantação dos parques na cidade foi de saneamento*, no sentido de controle de enchentes, a começar pelo São Lourenço em 1972. Contudo, retomaremos adiante esta questão que ainda desperta polêmica.

Ainda na primeira gestão Lerner, merecem destaque as *leis 4557/73*, de proteção e conservação da vegetação de porte arbóreo; a *4857/74*, que concedia estímulos à preservação e proteção de áreas florestadas – uma vez que já se contava com um cadastro das áreas verdes do município, que tão logo foi insuficientemente preciso para a complexidade da legislação (TRINDADE, 1994); e a *667/74* que instituía a comissão de áreas verdes.

Na gestão Saul Raiz deu-se um prosseguimento das ações, uma “continuidade sem continuismo”, nas palavras de MENEZES (1994). Esta continuidade teve importante incremento

com a conquista de financiamento para os projetos. RAIZ (1990) comenta: “[...] eu fui ao Banco Mundial e ‘vendi’ o projeto. Foi a primeira vez em toda a história desse banco que se financiou um projeto urbanístico, porque nós mostramos que aquele projeto seria um modelo que depois transportaríamos para cidades de médio porte e que aquilo ajudaria a fixar as populações rurais e evitar o crescimento descontrolado das grandes cidades”. (p. 59). Conforme aprofundaremos no capítulo 3, é interessante percebermos aqui a idéia, mesmo que embrionária, de se colocar *Curitiba como modelo*, até mesmo para justificar a aprovação de seus financiamentos.

Durante sua gestão, foi aprovada a *Lei 5234/75*, que regulamentava o uso e zoneamento do solo (ou, o *Plano Diretor de 75*). Entre as zonas previstas estava o de Setores Especiais, e entre estes, *os Setores especiais de preservação de fundos de vale*, aonde se incluíam as áreas para os parques da cidade. Através do *Decreto 400/76*, regulamentava-se o uso nestes setores, delimitando especialmente as faixas de drenagem e, portanto, as áreas onde não se poderia edificar. Em 1977 a Diretoria de Parques e Praças foi transformada em departamento. Em 1978, através do *Decreto 226*, se estabelecia um plano de arborização urbana.

Com estas ações, o município já estava influenciando outros municípios, conforme MENEZES (1994): “Tanto a Lei de ‘zoneamento e uso do solo’ como o decreto para ‘preservação de fundo de vale’, pelo seu ineditismo, possibilitou que muitos municípios repensassem as suas ações em áreas sujeitas a degradação ambiental. Até então os aterros e a canalização eram as únicas soluções conhecidas e implantadas”. (p.108).

No entanto, as áreas de fundo de vale vinham sendo até então procuradas pelas populações mais empobrecidas para seus assentamentos, o que demandava que o governo também se responsabilizasse por uma solução no nível habitacional. A solução foi a relocação para conjuntos habitacionais no Sul da cidade. Embora criticada, a PMC falava que era uma “relocação diferente”, tanto por atender a “amplitude” da política de preservação do meio ambiente quanto por não se tratarem de populações há muito estabelecidas (MENEZES, 1994).

À demanda, enfim, somavam-se diversos problemas, que determinavam um tratamento em conjunto, levando a uma visão mais abrangente de planejamento urbano, que incluiria a preocupação com as áreas verdes:

[...] embora desde os anos 40, o saneamento urbano, a preservação e controle de áreas verdes e dos cursos d'água fizesse parte da agenda dos antigos administradores da cidade, foi somente no início da década de setenta que *tais preocupações passaram a ser equacionadas em uma visão global*. A partir daí, pode-se identificar a existência de uma política municipal de áreas verdes, relacionadas às áreas de proteção especial definidas no plano diretor, destinadas a garantir a preservação da paisagem natural de Curitiba ameaçada pelo inchaço urbano e oferecendo espaços livres para o lazer da população. (TRINDADE, 1997, p.74) [destaque nosso].

A segunda gestão de Jaime Lerner (1979-1982), foi marcada pela abertura democrática em nível nacional, num contexto mais flexível às críticas acerca da política ambiental da União, momento em que várias esferas de planejamento tiveram suas atribuições redesenhadas, abrindo caminho para uma maior autonomia municipal especialmente na questão ambiental, para a qual Curitiba encontrou espaço privilegiado (TRINDADE, 1994).

Mantida a filosofia de planejamento da primeira gestão, aprimorou-se instrumentos estratégicos na área social. A idéia era de uma “Curitiba para todos”, manifestada na descentralização dos equipamentos urbanos, estendendo-se aos bairros, numa reação às críticas ao tecnocratismo vigente no IPPUC (MENEZES, 1994).

Um decreto municipal, o 1092/79, desmembrava o Departamento de Parques e Praças em Departamento de Parques, Praças e Preservação ambiental, responsável pela manutenção, desenvolvimento e preservação das áreas verdes, pelo planejamento de atividades técnicas e pesquisa científica, bem como pela fiscalização da legislação.

Começou a *implantação das ciclovias* (ver Mapa 07 em Anexo A), como oferta de lazer e transporte barato. Implantou-se o *Parque iguaçu* em 1979, que já tinha projeto há algum tempo, e em 1980 o *Bosque do Papa*⁶¹, no qual ficava expressa mais uma nuance da política de implantação de áreas verdes no município – a cultural. Na linha do que poderia ser chamado de “preservação da eco-história da ocupação da cidade”, estabelecia-se um elo entre os atos de planejamento e resgate da memória cultural urbana (MENEZES, 1994).

Nas gestões peemedebistas subseqüentes, preservou-se a fluidez das políticas ambientais. Na gestão Maurício Fruet (1983-1985), a política ambiental teve como proposta

⁶¹ O Bosque do Papa (ou Bosque João Paulo II) foi uma homenagem dupla: pela vinda do pontífice à cidade e em memória da cultura de migração polonesa, bastante expressiva em Curitiba.

tratar integralmente a preservação ecológica, o saneamento (abastecimento de água, esgoto sanitário e controle de enchentes); e a coleta e tratamento de resíduos sólidos. Na gestão Roberto Requião, deu-se a criação da SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente –, em 1986, na qual além do Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental, foram anexados os de Limpeza Pública e de Cemitérios. Atribuições do governo do Estado, mediante um acordo, foram repassadas para o município como controle da poluição hídrica, sonora e atmosférica. A SMMA assumiu o controle ambiental na cidade e dois novos departamentos foram criados: o de fiscalização ambiental e o de pesquisa e projetos de controle ambiental (MENEZES, 1994).

Seus objetivos eram então: administrar, manter e conservar os cemitérios municipais; cuidar da limpeza pública e da iluminação pública; *implantar e conservar áreas de lazer, realizar o levantamento e cadastramento das áreas verdes, fazer o controle das reservas naturais urbanas e fiscalização das mesmas*; administrar, manter e preservar o zoológico. No campo da pesquisa, planejamento e controle, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente deveria *executar projetos paisagísticos*, desenvolver pesquisas científicas referentes à fauna e flora, fazer apreensão de animais e controlar e fiscalizar a poluição ambiental. A estrutura administrativa teve também que se adequar às novas formas de agressão ao ambiente e a outras exigências, se ampliando aos poucos (ver Ilustração 08 em Anexo A), o que fez com que seu corpo profissional fosse diversificado, indo do biólogo ao veterinário, do engenheiro florestal ao químico e ao geógrafo (TRINDADE, 1997).

Ainda em 1986, uma lei, a 6819, intensifica o controle sobre os terrenos com áreas verdes, tornando obrigatório o plantio de mudas em lotes residenciais ou não, e em contrapartida, dava estímulos seja na isenção ou redução parcial do IPTU, mediante preservação dos remanescentes de mata nativa.

Em 1987, realiza-se um novo mapeamento das áreas verdes da cidade, que permitiu a “descoberta” de novas áreas passíveis de controle, posteriormente cadastradas no Setor Especial de Áreas Verdes. Também se consolida a política de preservação de áreas verdes até então adotada, e dentre as ações, a da *combinação entre preservação de áreas verdes, contenção de enchentes e oferta de lazer através de parques urbanos*. Paralelamente inicia-se o

processo de formação da consciência conservacionista entre a população, manifestada na aceitação das normas, bem como na contrapartida através de denúncias, reclamações, sugestões que chegavam à Prefeitura (MENEZES, 1994).

Apesar das diferentes gestões pelas quais passou o processo de institucionalização da questão ambiental, para MENEZES (1994) “[...] houve o estabelecimento de um importante elo de coerência administrativa entre períodos de governo marcadamente opostos: ambos se suplementaram”. (p.129), finalizando a década de 80 com um significativo aparato jurídico-institucional no tocante a questão do meio ambiente⁶².

2.2 Planos de recreação: Uma plataforma teórica

Derivando do Plano Preliminar de Urbanismo, surgiram alguns esboços de políticas específicas, desenvolvidos pelo IPPUC, que norteariam ações em campos como a saúde, transporte, etc. Entre estes esboços, encontram-se os Planos de Recreação, constituindo-se em uma, senão na *única plataforma teórica para a política de implantação de áreas verdes para o lazer em Curitiba*, entendendo-se aqui como plataforma teórica, um conjunto de determinações com caráter normativo, cientificamente embasadas, alçadas previamente ao processo conceutivo destes espaços.

Uma das grandes surpresas ao proceder a análise dos planos, um de 1968, complementado por outros dois, de 1973 e de 1974, é a relativa atualidade de algumas conclusões e anseios, o que demonstra a vanguarda das idéias pesquisadas, como gestão do tempo livre, equilíbrio psíquico dos indivíduos através da oferta de espaços ao ar livre para o

⁶² Também há que se considerar que paralelamente ao processo curitibano de institucionalização das questões ambientais, acontecia a institucionalização nacional da política ambiental. Evoluíra a postura brasileira desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio ambiente em Estocolmo (1972) quando o tratamento de tal tema era visto como impedimento para o desenvolvimento econômico – até 1992, quando chegou a sediar a segunda conferência. Neste vácuo, nitidamente se percebe o posicionamento tecnicista do regime militar, onde predominaram ações do ponto de vista quantitativo e gerencialmente centralizador. A partir do estabelecimento da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, são criadas as agências estaduais de gerenciamento do meio ambiente, e em função da abertura democrática, os movimentos ambientalistas ganham um papel mais reconhecido. Em 1988 é promulgada a Constituição Brasileira, uma das mais inovadoras do mundo no campo ambiental, articulando União, Estados e Municípios, dando autonomia para estes últimos para legislar com relação ao meio ambiente. No entanto, poucas cidades agregaram preceitos ecológicos após a constituição no estilo de desenvolvimento urbano, trocando o perfil “curativo” e “corretivo” pela ótica preventiva baseada na conscientização e co-participação de diversos autores (MENEZES, 1994).

lazer, entre outras. Também surpreende a idéia de que as determinações destes planos dependeriam de sua inserção na problemática global da cidade com outros planos.

2.2.1 O Plano estrutural de recreação de 1968: Lazer para o “reequilíbrio” do homem

Elaborado por uma equipe do IPPUC, este plano (IPPUC, 1968) abordava o dilema contemporâneo da tecnologia que permite menor tempo de dedicação ao trabalho, mas ao mesmo tempo, com o desenvolvimento urbano aleatório e o caos da vida urbana, tem dificultado a satisfação humana, especialmente nos aspectos relacionados ao lazer.

Abordava também o valor do trabalho tradicional para o equilíbrio psíquico dos indivíduos, mas como as alterações nesta atividade “coisificam” o homem, o que o debilita na ação de buscar a completa satisfação na atividade recreativa, levando-o em última instância a uma frustração que o torna anti-social. O estado de desequilíbrio, por sua vez, deve-se à insatisfação profissional e ao não saber organizar seu tempo livre.

A justificativa para a implantação de áreas verdes e equipamentos de recreação se solidifica na tentativa de devolver este equilíbrio aos indivíduos, o que seria viável para os planejadores urbanos, através da integração conceitual destes espaços no planejamento através das normas de uso do solo, sistema viário e paisagem: “Somente a integração do plano de recreação na solução global dos problemas gerais de Curitiba poderá propiciar a máxima fluidez da vida urbana e eficiência das áreas, equipamentos e incentivos programados para a vida dos lazes”. (IPPUC, 1968, p. 3).

Portanto, em termos conceituais, falava-se aí de uma recreação para o desenvolvimento físico e mental que não se dá na escola nem no trabalho. Apontava-se para a necessidade de se fazer um Plano Estrutural de Recreação que levasse em consideração as demandas da população como um todo, dispondo os espaços de forma integrada à comunidade, devidamente equipados e dinamizados – contendo um *plano de animação* com programas culturais. Em nossa opinião, neste sentido, o Plano de Recreação de 1968 demonstrava uma preocupação distinta com a utilização destes espaços, que não poderiam tão somente ser oferecidos para a população ainda desacostumada com esta função, sem que houvesse um programa de incentivo

ao seu uso.

A estrutura de recreação urbana era concebida no plano como conjugação de um elemento estático (espaços e equipamentos) e outro elemento dinâmico (veículos de comunicação), este último como incentivo à utilização do outro. Sendo assim, o plano indicava a urgência de uma “política de desenvolvimento cultural”, para a qual o papel de “animadores qualificados” para as atividades de lazer seria imprescindível.

O plano também amealhava um diagnóstico preliminar da situação do lazer em Curitiba, apontando o índice de áreas verdes na cidade, que na época não chegava a 0,5 m² por habitante, sendo que predominavam áreas não-equipadas e pouco utilizadas. Também reconhecía a negligência da lei por parte dos loteadores no que se referia à disposição de áreas livres nos novos loteamentos, e sugeria para tanto, um maior rigor. Os espaços existentes na cidade além de mal equipados, tinham mais o caráter de jardim, servindo muitas vezes para terminais de ônibus e encontro de marginais. Na ausência ou deficiência de parques e praças, as ruas, de forma até perigosa, eram usadas para o lazer da população. Criticava, enfim, a inexistência de uma estrutura de animação, pois o que existiam eram manifestações restritas e aleatórias.

No âmbito de diretrizes, o Plano de Recreação de 1968 elencava as seguintes etapas:

a) Pesquisa e previsão:

- Inventário dos fatores positivos/negativos; a avaliação das condições existentes X possibilidades e da expectativa de demanda e detecção de zonas de: i) grande densidade de utilização, ii) naturais de utilização variada, iii) naturais, iv) selvagens, v) histórico-culturais.

b) Definição dos objetivos:

- Previsão de implantação das infra-estruturas; salvaguarda das áreas de interesses (através de uma política de aquisição); integração rural/urbano para usufruto dos equipamentos e coexistência entre tradicional e moderno, evitando ruptura cultural.

c) Ação:

- Avaliação da evolução da demanda; aquisição e reserva dos espaços; estabelecimento de uma política de equipamento com técnicos e com forças dinâmicas locais; criação de comissão de animação; execução de programas para parques e praças; execução de projetos paisagísticos para ruas; plano de prioridades para novos espaços (remodelados e complementação); estudos para novos espaços; estudos para pré-fabricação de elementos e contatos com órgãos extra-municipais (plano metropolitano).

Percebemos uma razoável distinção da forma com a qual se daria o planejamento no que se refere ao papel exercido pela *comissão de animação*, que depois do levantamento e avaliação das necessidades determinaria um plano global em consonância com o desenvolvimento da cidade. Esta comissão, que nunca existiu, seria composta por um comitê de animação do qual seriam membros: animadores, sociólogos, psicólogos, educadores, e especialistas em recreação e em comunicação. O plano ainda continha especificações de equipamentos e materiais, além de uma lista dos espaços existentes, os que se pretendiam desapropriar e os projetos a executar.

2.2.2 O Plano de recreação de 1973: Que lucro traz o lazer?

O Plano de 1973 (IPPUC, 1973) veio incrementado de algumas novas contribuições teóricas, tentando especificar também o que de muito geral ficara no plano de 1968, procurando reavaliar as recomendações e propostas daquele, detalhando melhor a função da comissão de animação – já citada no plano de 1968 – e oferecendo mais subsídios para a implantação de centro de recreação de bairros (no que se refere a possíveis equipamentos).

Do ponto de vista teórico, avaliava que a recreação em contexto brasileiro não gera riqueza econômica, pois é em grande parte gratuita além de exigir grandes investimentos, mas que “[...] a recreação, oferecendo opções para atenuar tensões da vida diária, propiciando oportunidades de desenvolvimento físico e mental e favorecendo os contatos sociais, será a balança do equilíbrio psíquico de sociedades urbanas, produzindo lucros consideráveis do ponto

de vista social”. (IPPUC, 1973, p.91).

Dizia estar nas mãos do poder público a manipulação das ofertas de lazer através de suas formas e sua qualidade dependeria de uma decisão moral de sua parte para que a recreação fosse um instrumento de conscientização ou de alienação. Era necessário neste sentido que não se ignorasse a necessidade de se preparar para esta demanda das cidades modernas, como Curitiba, oferecendo opções para o tempo livre da população mesmo que fosse para “contornar os perigos potenciais do ócio”.

O plano de 1973 também percebia dois empecilhos para a implantação de um sistema público de recreação urbana que fosse acessível a todos:

- 1) A negligência para com o lazer e a ecologia na forma física sob a qual a cidade se desenvolveu. (O Plano de 1973 critica a monotonia da paisagem urbana, resultado da negligência para com as superfícies e volumes, equipamentos e pessoas e aponta os espaços urbanos de uso recreativo como uma opção para revalorização da paisagem urbana).
- 2) A insuficiência do equipamento recreativo se não for acompanhado de medidas que levem à mudança de hábitos da população.

A vanguarda do plano fica demonstrada, ao nosso ver, nestas duas percepções. Na primeira, em se considerando a ainda incipiente discussão acerca dos malefícios da urbanização sobre o meio ambiente, e na segunda, reiterando o papel do que seria a comissão de animação, num entendimento que diverge da concepção modernista de urbanismo, onde se acreditava que a própria forma urbana por si só, ou no caso, a existência de um equipamento recreativo, levaria a uma mudança de hábitos, a uma adesão plena ao novo uso.

Preocupava ainda os elaboradores do plano a necessidade de uma difusão massiva deste novo uso⁶³, sob pena de elitizar seu acesso ou de cair no mesmo vazio já existente,

⁶³ “À ‘animação’, cabe [...] promover, utilizando-se de técnicas publicitárias, os equipamentos de recreação como um ‘produto’ em oferta, ou seja, utilizando-se da penetração dos meios de comunicação de massas em todas as camadas sociais e do condicionamento criado ao ‘consumo’, ‘vender’ recreação e os espaços urbanos”. (IPPUC, 1973, p. 101). Este aspecto da “divulgação publicitária da animação” será retomado no item 3.1.1.

criando mais um condicionamento alienante para a população⁶⁴.

O plano de 1973 vinha especificar as funções da comissão de animação:

- Promover uma política de desenvolvimento cultural junto à população.
- Planejar a animação dos espaços e equipamentos urbanos de recreação.
- Desenvolver o plano de turismo urbano e regional.
- Estimular o hábito da recreação e o uso de equipamentos.
- Pesquisar e atualizar a demanda por recreação da população.
- Coordenar com entidades públicas, privadas e órgãos de planejamento (IPPUC, PARANATUR, Secretaria da Educação) os trabalhos de planejamento de animação.
- Entrosar-se com as unidades de serviços de bairros as formas locais de animação.

Aqui se percebe a responsabilidade da comissão, que mais que uma fomentadora de animação, atuaria com o caráter multidisciplinar de seus membros, na integração de ações e instituições, desde o campo do diagnóstico até o da proposição, articulando-se intensamente com as populações.

O Plano propunha ainda a *criação de uma fundação* que se ocupasse do tratamento, manutenção e desenvolvimento de parques, que atuaria em conjunto com o IPPUC e com a comissão de animação. A proposta incluía a locação das áreas de recreação em pontos de acesso/passagem do bairro, presença de animadores nas áreas mais freqüentadas e criação de incentivos para iniciativa privada para a locação de equipamentos.

O sucesso do plano estrutural de lazer, em grande parte, depositava seu êxito no papel da comissão de animação, que seria um canal, pelo menos no aspecto da recreação, para a

⁶⁴ “No entanto, a oferta de recreação deve referir-se a equipamentos reais e acessíveis à totalidade das pessoas e não ser geradora de questões de ‘status’ ligados à sua qualidade sob pena de não atingir seus objetivos ou de ampliar o quadro de agentes frustrantes da população, na estrutura urbana”. (IPPUC, 1973, p. 101).

participação mais efetiva da população na demonstração de seus anseios e mesmo de intervenção (no aspecto propositivo) no que tangia aos seus espaços de lazer:

A organização, manutenção e sucesso na implantação de novos centros de animação de bairros, praças ou ruas de recreação, bem como as suas programações, depende de uma série de fatores, entre os quais o entrosamento entre a comissão de animação e as unidades funcionais ou de serviço em cada bairro (paróquias, associações, clubes sociais, esportivos ou de serviços) aos quais caberia participação na escolha, detalhamento, divulgação, execução e avaliação de programações no desenvolvimento de atividades recreativas próprias do bairro. (IPPUC, 1973, p. 109).

2.2.3 O Plano de recreação de 1974:

Validando as áreas verdes para o lazer

O Plano de 1974 (IPPUC, 1974) reavalia e especifica as definições e metas dos planos anteriores de 1968 e 1973. Estabelece uma hierarquia e classificação para os espaços de recreação, dividindo-os em:

- *Largos, jardinetes e praças*: Com arborização, atenderiam num âmbito de vizinhança, sendo dotados de algum equipamento.
- *Ruas de Recreio*: Em vias de circulação restrita e de uso residencial haveria alargamento das calçadas e estreitamento das pistas para veículos, favorecendo a lentidão do tráfego para utilização para o lazer.
- *Núcleos ambientais*: Na intersecção de duas ruas, residenciais, para utilização por crianças na idade escolar.
- *Pontos de encontro*: Espaços referenciais do bairro (igrejas, clubes, zonas de concentração de comércio vicinal).
- *Centros recreativos educacionais integrados*: Utilização da capacidade ociosa da estrutura recreativa das escolas.
- *Centros esportivos*: Proporcionariam educação física sistemática a todas as faixas de idade, contando com equipamentos infantis e adultos, aquáticos e terrestres, pavilhão de esportes e ginásios.

- *Convênio com clubes*: Através da contrapartida da prefeitura em obras de melhoria, clubes cederiam sua estrutura para a comunidade.
- *Áreas verdes*: Amparada na *lei 4857/74*, que dispunha sobre a proteção às áreas verdes, 93 áreas foram selecionadas, para que tivessem seus bosques e águas protegidos. A mesma lei traz benefícios fiscais e tributários aos proprietários de imóveis dentro destas áreas de interesse. Entre estas áreas estavam as que serviriam ao uso de parques, que além de cumprirem a função de recreação, viabilizariam também o controle das enchentes.

No que diz respeito às áreas verdes, especificamente os parques, o Plano de 1974 menciona 5 parques concebidos para o fim de controle de vazão dos rios: Parque da Barreirinha (1972), Barigüi (1972), São Lourenço (1972), Iguazu (1978) e da Criança⁶⁵.

Mesmo que não implementados em sua íntegra, a importância destes Planos de Recreação é fundamental no sentido da abordagem e polemização atual do tema *lazer em Curitiba*. Sua elaboração, somada a outros fatores influenciou a política de criação, planejamento e gestão de áreas verdes para o lazer no município. A *comissão de animação*, mesmo não tendo sido implantada representa uma importante proposta alternativa ao padrão consolidado de oferta de áreas de lazer “abandonadas ao uso” sem qualquer estratégia de promoção de vitalidade por parte do poder público. Mais adiante retornaremos a referenciar a contribuição destes planos ao submetermos o estado-da-arte do planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba à análise mediante os paradigmas emergentes.

A seguir, ainda rastreando um possível novo paradigma de planejamento e gestão urbana na cidade, contribui a descrição do processo de emergência da cidade no contexto da discussão global acerca de meio ambiente e cidade, um cenário no qual Curitiba vem tendo repercutida participação.

⁶⁵ Conforme dados da SMMA e OLIVEIRA (1996), o Parque Iguazu foi efetivamente inaugurado apenas em 1982 em sua área total, e o projeto do Parque da Criança não foi implementado.

2.3 Curitiba, “capital ecológica”: A emergência de um propagandeado modelo

A importância da história do planejamento urbano em Curitiba não pode ser desvinculada, sem dúvida, da evidente assimilação das questões ambientais, como o provam diversas ações, especialmente a preservação de áreas verdes e o rigor da legislação. Contudo, a evidência do meio ambiente tem até mesmo deixado o papel do planejamento urbano em segundo plano, e dentro de um contexto mundial no qual a ecologia virou indiscriminadamente paradigma difundido até para as mais anti-ecológicas ações humanas, cabe descrever como o propagandeado padrão ecológico de gestão urbana de Curitiba se manifesta, para que em seguida possamos avaliar sua sustentabilidade.

2.3.1 Década de 90: Meio ambiente e a projeção de Curitiba no cenário global

Tendo findado os anos 80 dentro de um quadro mais institucionalizado da questão ambiental e com uma política de implantação de áreas verdes, Curitiba entra na década de 90 com um certo *know-how*, o que a coloca dentro das discussões globais acerca da causa ambiental. Agora o foco volta-se do cenário natural para o construído: o da *urbanização*, cenário marcado nas últimas décadas por uma explosão demográfica, pela transferência das populações do campo, pelos problemas de emprego e moradia que somados acabam refletindo no meio ambiente. Para MENEZES (1994):

A tomada de consciência dos riscos e da degradação ambiental em nível global impactou sobremaneira a forma de se conceber as cidades. Na medida em que se constata que a maior parte dos problemas ambientais locais têm conseqüências globais, as cidades passam a ser vinculadas a um complexo sistema dialético que envolve os pólos local e global. Trata-se da perspectiva de que se geralmente são as populações urbanas as principais causadoras e as primeiras a sentir os efeitos da degradação ambiental global, conseqüentemente é a partir das cidades que pode e deve ocorrer muitas das mudanças necessárias rumo à um padrão de desenvolvimento sustentável. (p. 137).

Esta discussão ganha proporção com a elaboração do *Relatório Brundtland*⁶⁶(Nosso

⁶⁶ Criada em 1983 pelo Programa de Meio ambiente das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) objetivou reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta. Esta comissão foi presidida pelo então primeiro ministro norueguês Gro H. Brundtland. Em 1987 a comissão chega ao resultado final, o Relatório Brundtland, no qual já se reconhecia o termo “desenvolvimento sustentável” e declarava-se o meio ambiente como limite ao crescimento (FRANCO, 2000).

Futuro Comum), que expõe as interconexões entre economia e a ecologia e aponta para a necessidade de se buscar um novo horizonte no processo de desenvolvimento. Ele precisa e deve continuar acontecendo, mas deve ser sustentável. A aprovação desse relatório pela assembléia geral da ONU abriu um leque de discussões, a começar pelo interesse que despertou entre seus membros para a realização de uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento. Era a motivação embrionária do que veio a ser a Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92).

É num contexto anterior à CNUMAD-92 que Curitiba vai se projetar, pelas premiações recebidas e pelo destaque internacional na mídia devido aos seus programas no campo do meio ambiente e planejamento urbano que vinham sendo implementados desde a década de 70, e que começam a difundir as idéias da cidade *como modelo a ser experimentado por outras cidades*, num programa globalmente estimulado de troca de experiências exitosas.

2.3.1.1 Em destaque: As experiências curitibanas em meio ambiente

Os relatórios oficiais elaborados mais recentemente acerca da problemática ambiental global, vêm apelando pelo pragmatismo dos governantes locais. Neles, ressalta-se a necessidade de os "decision-makers" buscarem estratégias que resultem em uma nova forma de pensar a vida urbana – tendo como base a inclusão de políticas ambientais nos seus programas estratégicos de governo. Nessas políticas deve estar presente o incentivo à co-responsabilidade entre os governantes locais e os diversos setores da sociedade. O sucesso das políticas ambientais só poderá ocorrer num ambiente democrático e solidário. (MENEZES, 1994, p. 2).

É neste contexto que Curitiba vem despontar com suas experiências, implementadas ao longo das décadas passadas e agora reconhecidas. São ações de impacto, eficientes e simples, contando com a receptividade da população, e inseridas dentro do discurso da sustentabilidade inaugurado com o Relatório Brundtland. Foi assim que em 1990 o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – premiou Curitiba e mais 7 cidades de diferentes países (Prêmio Global 500). Curitiba recebeu esta premiação devido aos programas de gerenciamento de resíduos sólidos de lixo ("lixo que não é lixo" e "compra do lixo"). No mesmo ano o *Institute for Energy Conservation-award for Achievement in Global Energetic Efficiency* premiou o sistema de transporte coletivo da cidade, pela redução de consumo de combustível. Curitiba ainda foi premiada por suas ações nas áreas de habitação e meio ambiente pelo Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos e pela União Internacional para Conservação da Natureza

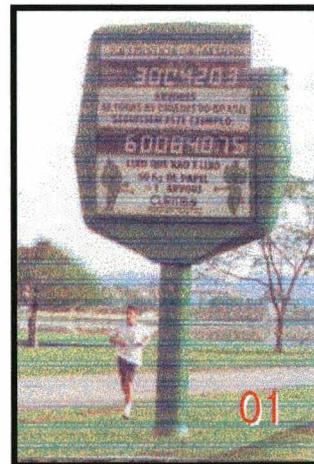
(UICN).

Apesar do aparente isolamento entre as ações premiadas, todas faziam parte de uma estratégia de administração municipal que orientou profundamente a gestão Lerner, que tanto visava o atendimento às necessidades básicas da população no seu cotidiano como buscava o aprimoramento daqueles serviços que determinam o nível de qualidade de vida do conjunto da população – lazer, educação, emprego, habitação, saúde, transporte coletivo (MENEZES, 1994).

Alguns dos destaques da política ambiental curitibana interferem especificamente sobre nosso objeto de estudo, ou ao menos nos ajudam a compreender o contexto em que se inserem enquanto política ambiental do município.

2.3.1.1.1 O “lixo que não é lixo”

Procurando convencer a população das vantagens na separação doméstica do lixo, a prefeitura realizou ampla campanha na divulgação dos benefícios da reciclagem do lixo, desde a economia de energia até problemas com aterro sanitário, lançando o programa “lixo que não é lixo” em outubro de 1989. A campanha contou com estratégias comuns de publicidade – com criação de *jingle* e de imagens-símbolo –, no caso, os personagens em desenho da *família folha*. Em panfletos e painéis digitais distribuídos pela cidade divulgava-se a campanha, insistindo-se na quantidade de árvores salvas mediante a proporção de 50 kg de papel reciclado = uma árvore (ver foto 01).



Em dias da semana marcados, um caminhão especial passava para fazer o recolhimento deste lixo nas casas, hoje estendido aos condomínios. O lixo que não era passível de reciclagem (sucata), mas também não era decomposto, poderia virar brinquedo para crianças carentes em uma oficina da prefeitura.

O programa “compra do lixo” ou “câmbio verde” veio no combate à insalubridade das áreas mais periferizadas, onde o transporte para o lixo era dificultoso ou havia o costume de jogá-lo em terrenos baldios e fundos de vale. Em parceria com instituições comunitárias, através

de medida de peso faz-se a troca de lixo recolhido pela população por vales-transporte ou por horti-granjeiros, em caminhões especiais. Conforme PUPO (2000), a campanha precisa ser reativada de tempos em tempos para que abranja os novos moradores que chegam a cidade e mesmo a população que se acomoda diante da adesão a estes programas. Em casos específicos, como o da campanha do lixo cortante⁶⁷, a SMCS faz uso de empresas de publicidade, mas geralmente o material de divulgação é elaborado na própria secretaria. Fica, no entanto, claro o papel da divulgação do programa para seu nível de adesão, e vale o questionamento de como vem se formando a consciência da população uma vez que precisa ser constantemente lembrada dos programas.

2.3.1.1.2 A legislação

Como vimos, o processo de consolidação da política ambiental aconteceu em paralelo com a evolução da legislação (ver Lista 09 com resumo das leis em Anexo A), que ia agregando novas demandas e já estava confusa. A partir da *lei 7440* de 1990, são reunidas as determinações em uma única lei, facilitando seu entendimento e cumprimento. Destacou-se:

- no incentivo às práticas sócio-econômicas não-prejudiciais ao meio;
- no provimento de infra-estrutura sanitária para dar salubridade à edificações e espaços públicos;
- na exigência de autorização prévia para instalação de atividades que apresentassem risco ao meio ambiente;
- no incentivo à educação ambiental escolar e comunitária.

A mesma lei propôs a criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente para estudo e proposição de diretrizes para a Prefeitura, bem como para deliberar sobre normas no que diz respeito ao meio ambiente. Quanto aos fundos financeiros para os projetos de interesse ambiental, além de dotações orçamentárias, previa também a arrecadação com multas. Em 1991, a *Lei 7833* substituiu a anterior, ajustando-a e acrescentando capítulos como o uso para

⁶⁷ A grande incidência de acidentes de trabalho com os funcionários da coleta do lixo motivou esta campanha que visava o cuidado com a embalagem dos rejeitos que representem perigo.

áreas regulamentadas e unidades de conservação⁶⁸ e para Setores Especiais de Fundo de Vale e Faixas de drenagem⁶⁹. A *Lei 8633*, de 1991, definia enfim uma política ambiental para o município:

- assegurando a participação da população nos processos, inclusive de planejamento;
- obrigando o município ao monitoramento e divulgação no que se refere ao meio ambiente;
- impondo a obrigatoriedade na recuperação do dano ambiental;
- exigindo licença prévia de instalação e/ou funcionamento para todas as atividades que pudessem interferir no meio ambiente;
- dando competência à SMMA para participar do planejamento do zoneamento e uso do solo, aprovar e fiscalizar obras e operações que se utilizem de recursos naturais, com o poder de polícia.

Esta mesma lei determina a solicitação da Prefeitura para a aprovação do corte de árvores, que se for aprovada, exige o plantio de outras duas, implicando, do contrário, em multa. Para KÜSTER (2000a), arquiteto do Departamento de Parques e Praças, a legislação sobre o corte de árvores acabou por desestimular o plantio, pelo receio futuro da necessidade de corte e, portanto, de transtornos legais, o que levou a se criar instrumentos de incentivo, como o da isenção ou redução parcial de IPTU para proprietários de áreas de interesse⁷⁰.

Apesar do rigor, a intenção da lei é de ser educativa e democrática, uma vez que as deliberações partem do colegiado de um conselho (Conselho Municipal de Meio Ambiente)

⁶⁸ Conforme esta lei, áreas de uso regulamentado e unidades de conservação são asseguradas como áreas especialmente protegidas, consideradas patrimônio cultural, e destinadas à proteção do ecossistema, à educação ambiental, à pesquisa científica e à recreação em contato com a natureza. Partindo desta determinação, assegurada em lei, novos bosques e parques públicos foram criados.

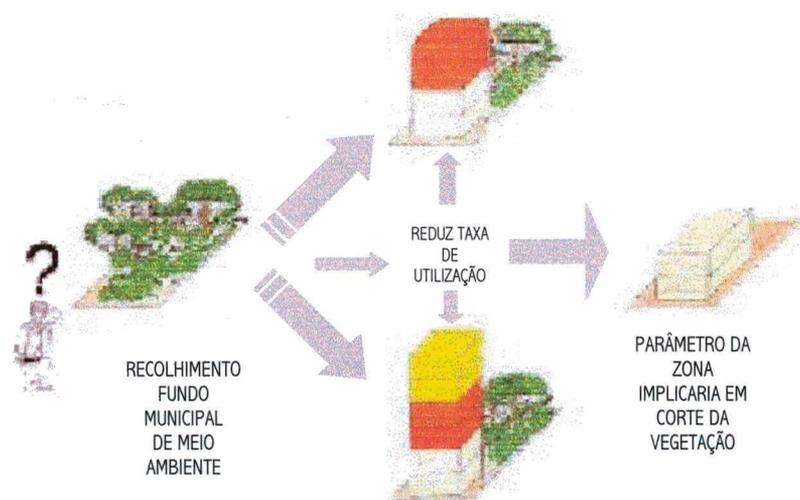
⁶⁹ Desde 1988 contava-se com critério especial de definição de áreas não-edificáveis nas faixas de drenagem, distinto do da União, porém, mais eficaz, levando em consideração a proporcionalidade da bacia hidrográfica e não o tamanho do curso d'água.

⁷⁰ Mais recentemente a Lei 9.805/2000 que institui o Código Florestal do município ratifica este incentivo (ver em Tabela 10 com as porcentagens de redução do imposto em Anexo A).

integrado por membros do executivo, legislativo e da sociedade civil (IPPUC, 1992). A existência deste Conselho abre possibilidades de negociação para casos omissos na lei.

Mais recentemente através da Lei 8353/93, a política ambiental se vale de um recurso até então utilizado semelhantemente pelo fundo municipal de habitação – o solo criado – no qual o proprietário de imóveis de interesse histórico poderia vender o potencial construtivo ou transferi-lo para outro lote. Nesta lei, *para edificações em áreas de preservação ambiental*, podem ocorrer variações nos parâmetros construtivos, taxa de ocupação e altura, compatibilizando preservação e uso do solo, conforme cada caso. Em áreas maiores com cobertura vegetal expressiva, essa ocupação pode ser ainda mais incentivada em altura, condicionada ao recolhimento de recursos aos fundos municipais de meio ambiente e de ação social ou à doação de parte da área verde ao município, para criação de novos parques quando necessário. Os incentivos são definidos em função da relação entre tamanho do lote e cobertura vegetal existente.

FIGURA 19 – Incentivos para preservação de áreas verdes – Esquema de funcionamento do incentivo



FONTE: IPPUC/IPEA (1997)

2.3.1.1.3 A Educação ambiental

Todo o resultado alcançado com as políticas ambientais em Curitiba teve fundamental contribuição da educação ambiental promovida pelo município. Conforme afirma TRINDADE

(1997), a população ignorava noções de ecologia, meio ambiente e paisagismo, enquanto um quadro técnico especializado vinha se formando no Departamento de Parques. Foi com os programas de educação ambiental que a população começou a dar sua contribuição na fiscalização das agressões ao meio ambiente, bem como passou a exigir mais equipamentos.

Para MENEZES (1994), a educação ambiental foi mais um ponto de sustentação na construção do cenário de “capital ecológica”, sendo incorporada à filosofia das atividades de planejamento ambiental da cidade, buscando uma conscientização popular a partir do problema local, do problema do dia-a-dia das pessoas.

O Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental, ao lado dos Departamentos de Desenvolvimento Social e de Educação, instituiu formalmente um “programa de educação ambiental” com palestras e cursos para alunos e professores do ensino básico sempre utilizando o corpo técnico da prefeitura.

Segundo MENEZES (1994), os “policy-makers” locais tinham o entendimento de que a educação ambiental deveria começar pelas crianças, que são disseminadoras de novos hábitos e conhecimentos para uma nova “ética ecológica”.

Grupos de escolares, em visitas orientadas aos parques e bosques, num projeto intitulado “Viva Curitiba”, em parceria com a UNILIVRE – Universidade Livre do Meio Ambiente – são levados a compreenderem o ambiente em que vivem⁷¹, e a função das áreas verdes para a cidade: saneamento, controle da vazão dos rios, preservação das matas ciliares e da fauna, manutenção do equilíbrio do clima, da quebra da artificialidade e monotonia das cidades, de espaços para o encontro das pessoas, de preservação da memória e da cultura de um povo (IPPUC, 1992).

MENEZES (1994) comenta ainda que, em se utilizando dos parques públicos para a educação ambiental, o que se queria é que a comunidade assumisse os espaços públicos da cidade. Assumir não num sentido de se engajar na manutenção – que continuaria como função da prefeitura – mas conhecer melhor os espaços de “encontro” disponíveis na cidade e suas

⁷¹ Segundo TONILOLO (2000), em Curitiba, a compreensão do meio em que se vive é feita a partir de uma *perspectiva eco-histórica* de sua cidade, ou seja, da evolução da relação homem e meio ambiente.

potencialidades para o lazer. Da integração da população com os espaços públicos esperava-se uma tomada de consciência com relação à sua importância como agente no processo de conservação do meio ambiente em que vive.

Com este intuito surgiu especificamente o programa “Amigos dos parques e das praças” implementado pela SMMA, hoje em dia desativado, e que pretendia estimular a comunidade a conhecer sua região. Sob orientação de equipes de educação ambiental da prefeitura, voluntários engajavam-se em uma pesquisa sócio-cultural que lhes subsidiava para uma proposta, que poderia variar de uma horta comunitária, até equipamento para prática esportiva. A proposta era então encaminhada pelo grupo de voluntários ao poder público. O canal continuava aberto para comunicação: em havendo novas demandas as soluções seriam mais imediatas. Assim cada bosque, cada parque, cada praça pública teria um grupo de amigos voluntários, que zelassem pela sua preservação (IPPUC, 1992).

Programas que continuam ainda em andamento e merecem destaque são o “PIÁ ambiental” e o “Olho d’Água”. O “PIÁ (Programa de Atendimento à Infância e Adolescência) ambiental” é para menores de 3 a 17 anos de áreas carentes que estejam sob condições ambientais precárias, no próprio assentamento. As crianças recebem duas refeições por período e instruções profissionalizantes ou não. Contam ainda com noções para uma convivência equilibrada com o meio e, a partir da dura realidade local, têm seu aprendizado. Alguns, a partir de um curso de jardinagem, passam a realizar atividades para a manutenção de parques e bosques mediante remuneração, sem, contudo, deixarem de estudar. Já o “Olho d’água” é um programa de monitoramento da qualidade dos cursos d’água, aplicado com escolares e visitantes dos parques, em uma estrutura oferecida por um *trailer*.

Desta forma podemos relevar o papel da educação ambiental no sentido de introdução do próprio hábito de visita aos parques e do esclarecimento de sua utilidade para a população, em combinação com toda a estratégia de animação promovida para o fomento de atração de usuários aos parques.

2.3.1.1.4 O Transporte

O destaque de Curitiba para a solução do transporte urbano vem desde as determinações do Plano Serete, prevendo os eixos estruturais que determinariam o crescimento da cidade. Eixos com comércio, serviços, e com adensamento populacional que contariam com uma canaleta de mão dupla no centro para escoamento do transporte coletivo e duas vias laterais de tráfego lento. Em duas ruas paralelas, de mão única em sentidos opostos estariam as vias de tráfego rápido (ver Figura 20 abaixo). Este sistema conhecido como trinário incrementa-se em 1979 com a RIT – Rede Integrada de Transporte, que conta com terminais de integração do transporte intra-urbano e metropolitano, promovendo economia de custo da passagem, e “estações tubo”, onde ônibus biarticulados agilizam sobremaneira o embarque e desembarque, reduzindo o tempo da viagem. Assim o transporte particular era preterido ao transporte coletivo e de qualidade, reduzindo o consumo de combustíveis fósseis.

FIGURA 20 – Sistema trinário de vias – Canaleta exclusiva para transporte coletivo



FONTE: IPPUC/IPEA (1997)

2.3.1.1.5 A UNILIVRE

Com um sentido de socialização do saber acerca das ações em urbanismo e meio ambiente, em 1991 foi criada a UNILIVRE, no ápice da política de educação ambiental de Curitiba. Inaugurada com a presença de Jacques Costeau, importante cientista, vem tendo seu renome projetado internacionalmente, recebendo pesquisadores do mundo todo para estágios e pesquisas em seus acervos. O objetivo da UNILIVRE é sistematizar as referências teóricas das ações ambientais em Curitiba. Serve, nas palavras de Sérgio G. Tocchio, então Secretário do Meio ambiente “Para pensar, para planejar, para compilar dados. Porque muitas vezes, como eu

disse, o projeto sai depois da ação”. (TRINDADE, 1997, p. 124).

Neste sentido compreende-se a relevância do papel da instituição até mesmo para a fundamentação teórica dos projetos da cidade, conforme retomaremos adiante. Para Lerner, a UNILIVRE vem ao encontro da política de “identificação” da população com a cidade: é necessário conhecer para se identificar. A UNILIVRE serve como difusora das idéias e experiências, mas também como receptora de idéias sobre qualidade de vida (MENEZES, 1994).

Inicialmente vinculada a SMMA, a UNILIVRE é hoje uma organização não-governamental, embora tenha muitos convênios com o município. Com isto se permitiu sua autonomia, independentemente das oscilações em gestões municipais.

Seus programas pioneiros de educação ambiental para professores do ensino básico se estenderam e hoje oferecem esta formação no curso “A cidade e o meio ambiente” que dá noções gerais sobre a história da cidade para líderes comunitários técnicos da prefeitura, agentes do sistema imobiliário, etc. Cursos de especialização e palestras também são oferecidos, com temas que vão desde arborização, paisagismo urbano, gestão ambiental, legislação até aperfeiçoamento para guardas-parque.

Com a criação do Centro Nacional de Referências em Gestão Ambiental Urbana, a UNILIVRE tem tido importante papel na divulgação de experiências exitosas criando um rico intercâmbio que atrai uma série de pesquisadores para seminários constantes em habitação, gestão urbana, etc.

Outra área de atuação da UNILIVRE é na consultoria e desenvolvimento de projetos na área ambiental, como por exemplo o caso das “indústrias ambientais” financiado pelo governo federal.

A importância da UNILIVRE tem aumentado como verdadeiro ponto de referência para a fundamentação dos programas da cidade, que agora passa a assimilar através dos canais criados por esta instituição, valores inovadores de experiências globais e que tem dado maior sustentação para a implementação e consolidação de sua política ambiental.

Adiante voltaremos a comentar sobre a relevância da UNILIVRE para o estado-da-arte no

planejamento e gestão de parques na cidade. Entraremos agora na dimensão analítica mais profunda neste trabalho que pretende identificar se por de traz da divulgada imagem ecológica da cidade há um novo paradigma norteando as ações curitibanas, de que forma se manifesta, o que traz de inovador e de que maneira implica numa configuração projetual e gerencial distinta para os parques em contraste com o já tão problematizado paradigma insustentável.



Este Capítulo 2 procurou brevemente descrever o panorama de planejamento e gestão urbana de Curitiba ao longo de sua história, especialmente a mais recente, evidenciando o foco das ações em meio ambiente. Fatores como a elaboração dos Planos de Recreação e a consolidação de uma legislação ambiental, além da imagem que começa a se criar em torno dos feitos da cidade são muito relevantes e compõem uma conjuntura que é de fundamental compreensão para os processos de planejamento e gestão de parques urbanos nesta cidade.

CAPÍTULO 3

Parques urbanos de Curitiba: Que sustentabilidade?



CAPÍTULO 3

Parques urbanos de Curitiba: Que sustentabilidade?

Marcada por intenso debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento urbano, a terceira gestão de Jaime Lerner, a primeira por eleição direta, mais que gerenciar os problemas ambientais, se comprometeria a mudar valores e práticas das pessoas com o meio ambiente:

Se no início da década de 70, durante a primeira gestão Lerner, se procurava envolver a população na partilha e co-responsabilidade pelo sucesso das transformações urbanísticas pretendidas para a cidade, durante sua terceira gestão esse envolvimento foi direcionado para o sucesso dos programas ambientais. Esses programas eram o núcleo central do novo cenário montado para a cidade: o de “capital ecológica”. (MENEZES, 1994, p. 153).

O mesmo autor aponta que, na intenção da criação do slogan “capital ecológica”, há uma busca por um imaginário da população, para que esta fosse capaz de se identificar com a cidade, orgulhando-se, mas responsabilizando-se por ela.

Para este processo de “identificação” vem colaborando a divulgação de um repertório de imagens simbólicas e rótulos associados aos mais diversos feitos do planejamento curitibano, que como vimos, têm logrado êxito e repercussão: transporte, saneamento, habitação, cultura, lazer, esporte, etc., em diversos veículos de comunicação, seja por iniciativa da prefeitura ou não. Entre estas imagens e rótulos, algumas remetem aos parques e demais áreas verdes de Curitiba, como por exemplo, “metrópole verde”⁷², o que coloca o conjunto destas áreas, especialmente as públicas – parques e bosques – no *portfólio* curitibano, apresentado junto com outras “soluções urbanas”⁷³ como um modelo carregado de adjetivos de peso como sustentável, ecológico, entre outros. Mas que ecologia, que sustentabilidade?

Uma das questões norteadoras de nossa pesquisa, esta pergunta nos impele a verificar, à luz das contribuições teóricas mais substanciais acerca de sustentabilidade que vimos até

⁷² Título de matéria na revista *Mares do Sul*. (CÔRREA, 1996).

⁷³ “Soluções urbanas” é como são referidas as experiências em transporte, planejamento urbano e meio ambiente, especificamente os parques, na página da cidade de Curitiba na Internet. (CURITIBA, 2001).

então trabalhando, até que ponto os parques de Curitiba configuram um modelo inovador que mereça a denominação de ecológico e sustentável.

Na primeira parte deste capítulo, portanto, tentaremos demonstrar como é construída a *imagem da cidade*, e que artifícios a municipalidade tem encontrado para promover este modelo de cidade ecológica, destacando a estratégia mista de *marketing* urbano, formação de identidade e participação de que a Prefeitura tem se servido. A partir daí seguiremos no questionamento do paradigma de “cidade ecológica” com que Curitiba se auto-denomina. Interessa-nos saber que teoria, se é que há uma, tem norteado as ações em planejamento urbano, quando e como surge, e sobre que bases o saber técnico tem se amparado para dar sustentação ao título de cidade ecológica, particularmente no caso dos parques urbanos, que como temos visto, são um dos principais estandartes associados à imagem da cidade.

Num segundo momento, destacaremos o *reflexo real da imagem construída*, desmistificando o que na prática não se “sustenta”, ao mesmo tempo em que tentaremos identificar algumas particularidades do contexto de criação das áreas verdes, como sua causa de criação, além do desenrolar dos processos de concepção, planejamento, implantação e gerência dos parques da cidade.

De forma conclusiva, remetendo-nos ao elenco das contribuições teóricas do capítulo 1 (acerca da abordagem urbana ecossistêmica) e às dimensões da sustentabilidade que motivaram a *Problemática*, destacaremos as deficiências, vantagens e potencialidades do caso curitibano com vistas a um modelo mais sustentável de planejamento e gestão de parques urbanos.

3.1 Curitiba-modelo: A cidade como uma imagem construída

Curitiba: cidade modelo
Curitiba: cidade planejada
Curitiba: capital brasileira da qualidade de vida
Curitiba: cidade moderna e humana
Curitiba: cidade ecológica
Curitiba: metrópole verde

Fica difícil distinguir atualmente um título exclusivo ou mesmo sintético para a cidade de Curitiba. Estes títulos, ora mencionados no lançamento de um programa municipal de secretaria, ora figurando como manchete de jornais, ora proclamados com orgulho por políticos, já fazem de Curitiba a “cidade dos títulos”. Trocadilhos à parte, parece verdade: Curitiba quer e se arroga do direito de um pioneirismo e ineditismo em quase todos os aspectos de gestão urbana!

HOSOUME (2000), ao ser perguntada sobre a possibilidade de se mudar o *slogan* que tem sido veiculado na maioria do material promocional e educativo da Prefeitura – “capital ecológica” – respondeu: “É muito difícil de isto acontecer, pois *cidade ecológica* engloba tudo”. Contudo, qual não foi nossa surpresa que três meses depois, já com a posse do prefeito reeleito, Cassio Taniguchi, o logotipo inicial do *site* na Internet viesse a expressar: “Curitiba, Capital Social” ao invés de “Curitiba, Capital ecológica” como dantes! Ou seja, de acordo com a conveniência, e sobretudo, dos interesses para a cidade que o chefe do executivo tenha, um título pode mudar⁷⁴.

Neste sentido, GARCIA (1994) fala em “processos técnicos de comunicação e as estratégias da política urbana local”, que ao nosso ver são responsáveis pela definição do perfil de atuação, das diretrizes de cada gestão. No âmbito de nosso trabalho isto tem muita relevância, uma vez que foi devido ao propagandeado modelo inovador de parques de Curitiba,

⁷⁴ Sem querer aprofundar este aspecto, mencionamos aqui que a mudança do título tem relação com o programa de “ênfase no social” que começou com a primeira gestão de C.Taniguchi e teve destaque maior com sua reeleição, conforme se verifica em seu discurso de posse (PMC, 2001). SERAPHIN (2000) mencionou que os prefeitos *tendem a serem reconhecidos por um determinado perfil*. Ela destacou Lerner como o “prefeito do ambiental”, Greca como o “prefeito do cultural” e Taniguchi em sua primeira gestão como o “prefeito do social”. Já para KÜSTER (2000b), Lerner teria mais um perfil de “projetista do urbano”, enquanto Cassio seria um planejador, no sentido do longo prazo. Por estes depoimentos e de acordo com a situação de mudança de títulos queremos ilustrar a capacidade de agência dos chefes do executivo em ditar o perfil que não é seu, senão de sua gestão e da cidade. Fazem-no com autoridade reconhecida e utilizam da máquina e instrumental estatal, especialmente da comunicação social para o alcance e divulgação destes perfis.

ecológicos e sustentáveis, colaboradores do nível da qualidade de vida, que nossa pesquisa começou:

Os aspectos selecionados pela mídia para assegurar a qualidade de vida tão elogiada, aspectos estes recorrentes em considerável número de artigos e que compõem as sínteses veiculadas sobre o lugar são: *área verde invejável, de 50 m² por habitante*, tráfego rápido, opções alternativas de tráfego, vias expressas para transporte coletivo e redes de ciclovias, [...], áreas para pedestres no centro urbano, *pluralidade de espaços de lazer e cultura*. (GARCIA, 1994, p. 192) [destaque nosso].

Na verificação da real existência de um modelo de parques em Curitiba, nos deparamos com uma discussão teórica que tem ganhado destaque acerca da imagem criada sobre a cidade, e nos interessa, deste ponto de vista, analisar a contribuição do *marketing* urbano para a configuração de um paradigma novo de planejamento e gestão de parques.

Em que medida o modelo veiculado adquire substância de paradigma com o potencial desempenhado pelas estratégias de divulgação? Em geral, as bases para análise da metodologia que uma cidade emprega para seu planejamento e gestão estão formalmente expressas em documentos que inclusive norteiem suas ações, como a legislação urbana, e em última instância, seu Plano Diretor. Contudo, nuances específicas são demonstradas através de outros canais, como publicações oficiais, discursos de técnicos e políticos, bem como pela justificativa para os projetos que emergem senão antes de sua implementação, pelo menos logo em seguida, seja através de vias oficiais ou da própria divulgação da mídia. O propagandeado modelo inovador curitibano de cidade ecológica, porém, nos inquieta, principalmente, ao utilizar um instrumento que era e continua sendo o principal artifício do paradigma modernista de ação sobre as cidades: o plano de uso e ocupação do solo.

Sendo assim, que fontes têm servido aos *policy-makers* e à população para que incorporem os propalados valores ecológicos em suas ações? O que denota a inovação nos processos de planejamento e gestão de parques urbanos? Que maneira encontra a cidade para veicular e difundir os valores deste novo paradigma? Há um modelo formalmente constituído de planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba, ou seja, sob o título de “cidade ecológica”, realmente se encontra um “novo fazer” – no sentido de um novo planejar contrastante com um modelo até então predominantemente “anti-ecológico”? É de indícios que nos levem a estas respostas que agora nos ocuparemos.

3.1.1 O *marketing* urbano dando a alma (depois) do negócio: Instrumento para a identidade e “participação” da população

Comentávamos acima que a motivação de pesquisa partiu do propagandeado modelo inovador em parques de Curitiba. Na tentativa de verificar sua existência e de caracterizar este novo paradigma, deparamo-nos com o papel desempenhado pela propaganda acerca da cidade, a princípio surgida com a função de tornar público os feitos do Executivo municipal e também para incentivar a população na adesão a programas e uso de equipamentos.

Contudo, mais que isto, o *marketing urbano* tem atuado como instrumento de legitimação de ações governamentais e, através da imagem criada de cidade ecológica, tem exercido um papel de direcionador de atitudes das pessoas, tornando-se imprescindível para o sucesso de opinião das mais diversas ações do Município. Aliás, a “participação” das pessoas nos processos tem sido outro valor agregado ao pretense modelo que, divulgado através de canais midiáticos, dá a impressão de que reflete um paradigma teórico pré-existente e inovador, que resulta em ações práticas igualmente inovadoras.

O *marketing urbano* vem também para dar conteúdo e substância ao paradigma propalado, senão até mesmo, forjando-o – “dando a alma (depois) do negócio” – imprimindo às obras e equipamentos um *sentido* após sua implantação, amparando estas em um discurso *post facto* ricamente justificado e “coerente” que se coaduna com as mais assimiladas e difundidas premissas do ideário de planejamento da cidade, sem, contudo, deixar evidente sua fonte de inspiração e meio de reprodução. Como veremos logo mais, a apropriação pelo planejamento urbano de valores acerca de Ecologia e Sustentabilidade não apresenta referências claras, parecendo por vezes “abeberar-se no senso comum”, além de não se manifestar sobre uma base documental explícita, como num memorial descritivo, que permita, dentro da estrutura municipal, sua reprodução. No entanto, embora estes fatos levem à negação da existência de um paradigma, por outro lado, surpreende-nos a homogeneidade e coerência interna das ações intra e inter-institucionais da prefeitura que, sem uma base explícita, reproduzem ações ideologicamente vinculadas entre si e que posteriormente são associadas ao modelo que melhor lhes convier. Sendo assim, aonde está a base em que os técnicos se apoiam para reproduzir suas ações?

Uma importante pesquisa feita por GARCIA (1994) demonstra as causas e conseqüências desta imagem criada acerca de Curitiba, cidade que para ela tem sido referenciada como “meca” para planejadores urbanos, ambientalistas e líderes municipais, que ao visitarem-na, buscam em suas soluções mais diversas a resolução para males urbanos considerados universais, como lixo, transporte e habitação. O exemplo de Curitiba surge no plano nacional e internacional dentro de uma perspectiva evolucionista – “se Curitiba pôde, qualquer cidade poderá fazê-lo”.

Vemos, neste sentido, que as experiências de Curitiba têm um “valor de exportação”: não que sejam vendidos os direitos sobre elas, mas se tornam importantes “produtos” de atração da cidade⁷⁵ que, no entendimento de alguns planejadores, podem ser amplamente difundidos e experimentados em outras realidades. MENEZES (1994) comenta que, para Lerner, Curitiba é parâmetro, e que todas as cidades podem atingir o mesmo nível de qualidade de vida curitibano, *independente do desenvolvimento urbano passado* em cada uma delas. É necessário apenas iniciar o processo de mudanças.

Este aspecto nos parece um dos mais contundentes para a confirmação ou não da existência de um paradigma. Se Curitiba se vangloria de sua história de planejamento urbano como preponderante para o alcance do estágio que hoje conquistou, como pode propor que

⁷⁵ Segundo Pesquisa da FIPE e EMBRATUR, Curitiba pulou da 11ª colocação para o 5º lugar em 1998, em visitação turística, e está à frente, inclusive, de cidades como Salvador e Porto Seguro, na Bahia. Para SCARDUELLI (1999), Curitiba vem vivendo um “boom” turístico desde 1994. Os indicadores mostram que o fluxo crescente de visitantes fez quadruplicar a arrecadação da cidade. O turismo já responde por 5,16% do PIB e é um dos setores que mais estimula o crescimento da área de serviços, responsável por quase 40% do PIB. Sem atrativos como praias, morros, geografia privilegiada ou aspectos históricos, *Curitiba tem atraído a atenção do turista por seu planejamento urbano*, soluções de vida para a população, sistema viário inovador e, mais ainda, pelas intervenções da Prefeitura Municipal em toda sua área verde. A transformação de pedreiras, fundos de vale, canais e rios em espaços inéditos com projetos arquitetônicos interessantes, são apenas um aspecto de uma proposta global que alia beleza, lazer e preservação da natureza. Curitiba tem recebido um contingente médio de 1,1 milhão de turistas por ano, sejam brasileiros ou estrangeiros, segundo dados da PARANATUR. Os turistas estrangeiros vêm não só para fazer turismo, como mostra a pesquisa, *mas também para efetuar negócios ou participar de eventos*. No ano passado, segundo o IPPUC e a URBS, as visitas técnicas chegaram a ser diárias, com delegações estrangeiras e também nacionais. Em 1998, o IPPUC agendou e acompanhou 1.250 pessoas em visitas específicas. São grupos de brasileiros ou estrangeiros interessados em conhecer as soluções urbanas, as experiências bem sucedidas na área de transporte e meio ambiente e os projetos em andamento. Para Maria do R. Quandt, arquiteta do IPPUC responsável pelo setor de informações, “A procura demonstra que Curitiba firmou-se como referência em todo o mundo na área de planejamento urbano. A continuidade de um processo de ordenamento de gestão urbana que já dura 34 anos é uma experiência conhecida do Brasil e isto tem atraído a atenção de outras cidades” (SMCS, 2000). Via URBS, foram agendadas 230 visitas nos últimos três anos. Foram quase 1.200 pessoas que vieram conhecer exclusivamente o sistema de transporte integrado da cidade. Ao contrário das visitas agendadas pelo IPPUC, nas quais há uma equivalência de brasileiros e estrangeiros, na URBS os visitantes são em grande maioria – 77,5% — estrangeiros. E a procedência mais variada possível: desde quase todos os países da América do Sul e América Central, passando pelos Estados Unidos e Europa, até África do Sul, Japão, China, Coréia do Sul, Paquistão, Índia, entre outros. (As informações cuja fonte não foi citada são de ABAV, 2000).

suas soluções sejam copiadas em realidades que diferem de seu peculiar padrão histórico, cultural, social e econômico? E, em sendo realmente um novo paradigma o que a cidade propaga, este não deveria passar, como vimos na Problemática da dissertação, pela mudança de consciência dos agentes? Sendo assim, a evolução temporal da consciência que leva ao convencimento acerca do novo paradigma é imprescindível. A impressão é de que, por vezes, quer se passar a idéia de que Curitiba oferece um modelo com “etapas queimadas” para que os outros possam começar sem passar por onde ela passou. Se Curitiba realmente apresenta um novo paradigma, e assim se mostra precoce em relação a outras realidades, nos cursos que oferece e visitas que proporciona costuma-se, no entanto, destacar o papel fundamental do planejamento para a conformação atual⁷⁶. Contudo, não são raras as vezes em que as soluções são propaladas de forma isolada desconsiderando inclusive seu efeito potencializado por outras ações.

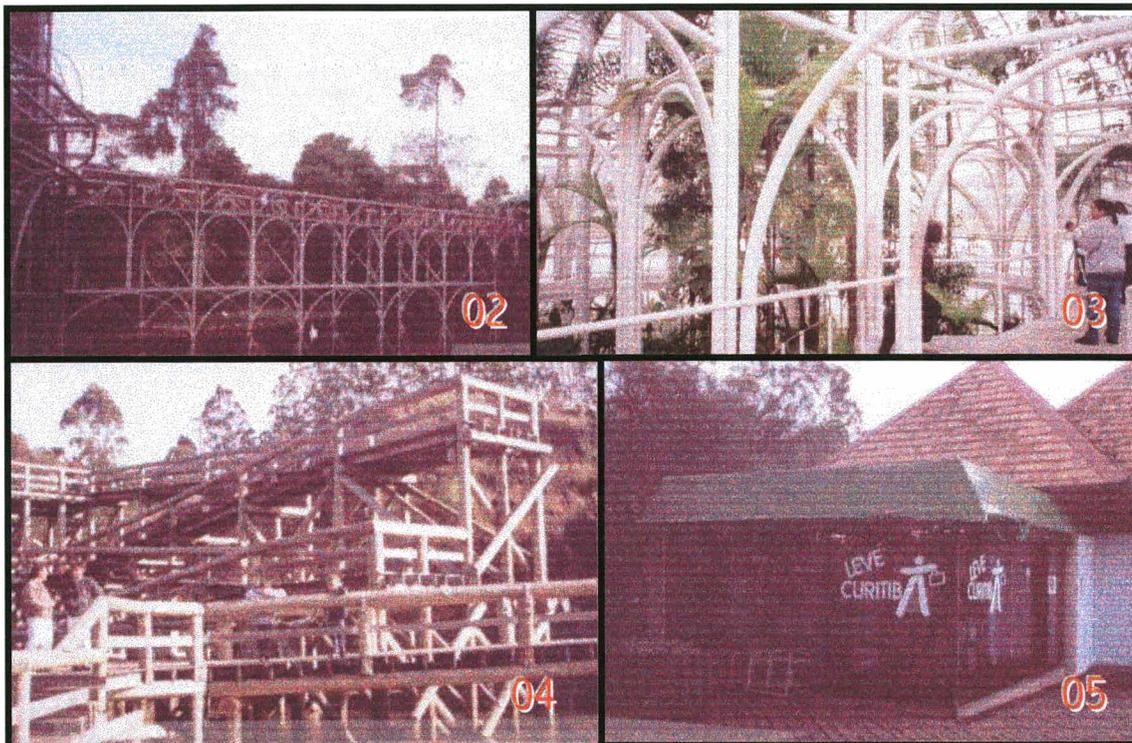
Mais do que um “produto para exportação”, Curitiba é um “produto de apreciação interna”. Para GARCIA (1994), as inovações urbanas são encaradas como produtos para um mercado consumidor, que aparentemente as aprova num misto de ansiedade e curiosidade pela próxima novidade. Isto permite o surgimento da “cidade enquanto espetáculo”, onde as grandes intervenções, já inauguradas de forma ostensiva⁷⁷, encontram nos processos de comunicação sua fórmula de sucesso. Cria-se uma *linguagem sintética*, isto é, aquela linguagem que consegue exprimir, de forma convincente, aspectos selecionados da vida urbana e da materialidade da cidade e disputar as condições para a sua penetração social, mediante articulação de diferentes processos técnicos de difusão desta imagem. Desta forma, gozar em plenitude do “estado-de-ser curitibano” é identificar-se com a imagem construída no interior do próprio discurso oficial, é estar em verdadeira sintonia com o projeto de metrópole moderna veiculado sobre a cidade

⁷⁶ Em oportunidade que tivemos de participar de curso promovido pela UNILIVRE (Política urbana de zoneamento e ocupação do solo – agosto de 2000) e em visita estudantil no IPPUC (em setembro de 1998), ficou claro tanto pelas apostilas, bem como pela fala dos técnicos a importância que a atual conjuntura da cidade deve ao processo histórico de planejamento. Outros meios também difundem a importância do planejamento urbano. Em fita VHS de divulgação da cidade CURITIBA TURISMO (?), é dito pelo narrador: “Porque Curitiba é modelo? A resposta esta na prancheta de urbanistas”. *No entanto, concordamos que o fato de haver um processo histórico de planejamento urbano na cidade não é o único fator contribuinte para o estágio atual da cidade, como veremos no item seguinte.* Para GARCIA (1994) a constante referência à criatividade dos urbanistas para qualificar cada nova intervenção acaba se tornando um “redundante artifício mitigador”, que acaba por ocultar uma gama de condicionantes políticas, institucionais, econômicas e culturais que, com efeito, tornam possível a realização destes projetos.

⁷⁷ A divulgação quando de uma inauguração acontece tanto através de panfletagem, como através de *releases* elaboradas pela SMCS e enviados para a imprensa.

(GARCIA, 1994).

A partir de recursos publicitários⁷⁸, imagens e signos (ver fotos 02 a 05), a população começa a reconhecer, usar, e até se sentir envolvida, no que o *marketing* alcança seu objetivo de mobilizar para a adesão e conquistar a opinião positiva da população. A recepção destas mensagens-síntese se dá de forma a-crítica e tem efeitos marcantes nos hábitos cotidianos da população, principalmente das camadas médias curitibanas.



◆ Um exemplo de imagens e signos, citado por GARCIA (1994), é a repetição de *arcos* metálicos como elemento arquitetônico presente na Ópera de Arame (Foto 02), na Rua 24 horas, na estufa do Jardim Botânico (Foto 03), e das toras brutas de madeira que são usadas em construções, equipamentos e mobiliário dos parques (Foto 04), que viraram como que “marca registrada” da cidade. PEREIRA (1999) se refere aos espaços *cartões postais* que oferecem um marketing completo, pois na Rua 24 horas, no Jardim botânico, na Ópera de Arame, no Memorial de Curitiba, além das Ruas de cidadania e no Aeroporto Afonso Penna, há lojinhas da *Leve Curitiba* (Foto 05), uma grife social (cujos lucros são revertidos para o Instituto Pró-Cidadania) com produtos especialmente feitos para serem vendidos como *souvenirs*, “sempre com a mensagem implícita, quando não explícita de *me apaixonei por Curitiba, amo Curitiba*”. (p. 34).◆

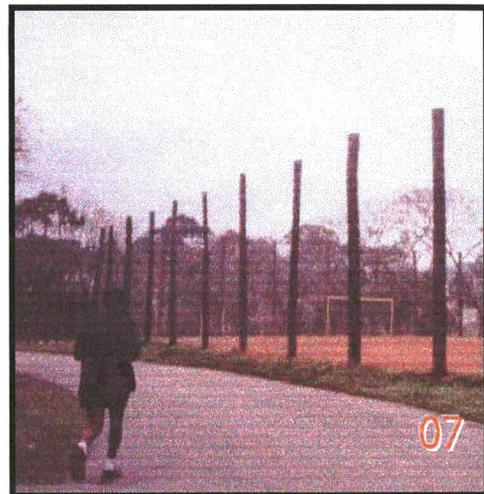
Contudo, *para grandes parcelas da população urbana*, o usufruto dos espaços – muitos deles associados ao lazer, como a Rua 24 horas, e o Jardim Botânico e a Ópera do Arame (Foto 06) – embora não-afetivo, opera-se no plano do imaginário, contribuindo também desta forma

⁷⁸ Todo o material publicitário acerca da cidade é produzido pela SMCS, e todas as fotos também vêm de seu acervo.

para a afirmação da cultura urbana dominante (GARCIA, 1994).



Neste aspecto, os parques urbanos têm sido apontados como uma opção de lazer buscada mais pela classe média, para quem os usos nele oferecidos – como a caminhada e o passeio de bicicleta –, são hábitos mais comumente apreciados (ver foto 07), enquanto os Centros de Esporte e Lazer, por sua localização mais próxima dos bairros densos e oferta de esportes coletivos, são preferidos pela clientela de mais baixos recursos.



Contudo, considere-se a “espontaneidade” do surgimento destes hábitos. Para GARCIA (1994), eles são em grande parte criados, e, uma vez cessando a promoção⁷⁹, alguns lugares perdem o intenso nível de frequência, como pudemos verificar *in loco* no caso da Rua 24 horas, com menos de 1/3 de seus estabelecimentos alugados e em funcionamento.

⁷⁹ Quando trabalhamos sobre os Planos de Recreação (item 2.2), em nota de rodapé (número 63, página 141) citamos que o Plano de 1973 (IPPUC, 1973, p. 101) previa a necessidade de promover, até mesmo com “técnicas publicitárias”, os equipamentos de recreação, que deveriam ser entendidos como “produto em oferta” para os “consumidores” de todas as camadas sociais. Assim, surpreende-nos que a noção de *marketing* no sentido de conquista de adesão às propostas municipais date da década de 70, antes mesmo da divulgação massiva da cidade como modelo e do sucesso de muitos dos seus empreendimentos.

Portanto, a política de comunicação social em Curitiba tem mais o caráter de informar posteriormente sobre planos e atividades da Prefeitura e de *apelar para que a população participe nos projetos locais*, do que conscientizar os cidadãos para serem agentes na política local e nos processos de decisão⁸⁰: “A participação da comunidade foi obtida com a disseminação sistemática de informações sobre a importância de preservação do meio ambiente como fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida de todos os curitibanos”. (TRINDADE, 1997, p. 104).

A propalada participação, pelo que pudemos perceber de maneira subliminar nas leituras e entrevistas, é entendida *como a capacidade da população aderir ou não aos projetos da municipalidade*. Se houve adesão, então houve participação, mesmo sem ter envolvido sequer um processo de parceria, co-gestão, etc.

Assim, a participação teria mais um caráter instrumental – de conquistar o público para a co-responsabilidade –, como depõe TOCCHIO (1996) acerca da política de ação da SMMA:

Quando eu disse que o departamento se tornou uma secretaria, e que ela teve que tratar da questão ambiental de fato, ela obedeceu a esse mesmo critério; quer dizer, nós temos como ponto principal, um dos alicerces de qualquer projeto da Secretaria o envolvimento da comunidade. Não adianta planejar, inventar, fazer isso para a cidade, para as pessoas, se elas não se envolvem. Se isso não ocorre, a tendência é acontecer como em outros locais, outras cidades. Não passa de um evento, aquela coisa eventual, consegue mobilizar por pouco tempo, só por um período, [...] esse contato do poder público, dos planejadores da cidade com a população tornou-se marca da administração pública dessa cidade, no meu modo de entender. É isso que diferencia, até hoje, Curitiba de qualquer outra cidade. (p. 121).

A atuação do cidadão se restringe a papéis como o de fiscal, denunciando corte de árvores⁸¹, avaliando a coleta de lixo. Parte-se, conforme FREY (1996), da idéia de que o “público” é “privado” e que se deve tratar a cidade como algo *seu* exercendo-se uma pressão moral e ética para a conservação da cidade.

⁸⁰ Segundo HOSOUME (2000), outra vantagem de se ter uma política desenvolvida de comunicação social é de que os êxitos curitibanos são amplamente divulgados, facilitando a aprovação de financiamentos pelas agências de fomento. Quando a solicitação é enviada à agência, são encaminhados os comprovantes de premiação e menção em imprensa, como uma “garantia” para o futuro empreendimento.

⁸¹ Um canal de uso freqüente pela população é o telefone 156 da prefeitura, uma espécie de ouvidoria na qual chegam reclamações, denúncias e solicitações que são posteriormente encaminhadas a SMMA e ao departamento de parques e praças.

Há, também, por parte da maioria dos técnicos entrevistados, uma confiança no saber técnico e na experiência, que inclusive os assegura do que pode ou não ser aceito pela população. Para Cassio TANIGUCHI (1989), então diretor do IPPUC e prefeito de Curitiba nas gestões (1994-2000 e 2001-2004[?]):

[...], esse negócio de dizer: “Não, vamos ouvir a comunidade”, é balela. Isto, de rigor científico tem muito pouco. Todo técnico tem que saber disto. Não se jogam fora 20 ou 25 anos de estudo em nome de uma população que tem conhecimento, mas não a ponto de opinar se na drenagem o tubo tem que ter um metro ou 0,40 m de diâmetro. Ora, este assunto depende de leis físicas, matemáticas e não apenas da vontade popular. O povo opina politicamente, tudo bem, mas não do ponto de vista técnico. (p. 58).

Revela-se ainda nestes procedimentos autocráticos uma tendência da gestão municipal manifestar-se pretensamente “apolítica”⁸². Partindo da idéia de que cada coletividade local tem um interesse comum, o qual uma boa administração, em princípio, sabe em que consiste (FREY, 1996), permite-se que se oculte outros fatores representativos no momento das decisões, como intenções partidárias, paternalistas, clientelistas, dando a entender que apenas o anseio da população – de antemão percebido pelo município – é quem define as prioridades e de que não há vínculos com os interesses particulares.

Para TOCCHIO (1996), o sucesso desta participação popular se deve justamente à experiência e à observação do comportamento das pessoas, e o êxito das ações depende da sensibilidade para perceber as reações dos cidadãos.

Concordamos com SOUZA (1999) que possa até haver uma competente capacidade de percepção dos técnicos dos níveis de aceitação e apropriação das propostas por parte da população, mas que não dá, porém, o direito de incluir o adjetivo “participativo” às propostas.

Os técnicos que atuaram no planejamento urbano de Curitiba revelaram uma certa sensibilidade diante do comportamento da população. Algumas das intervenções espaciais empreendidas foram alimentadas pela observação cuidadosa das atitudes dos indivíduos, seguida da sua

⁸² Esta tendência fica melhor ilustrada nesta fala de Rafael Greca de Macedo, que foi prefeito de Curitiba entre 1993 e 1997: “A dignidade de Curitiba, o que a diferencia das demais cidades brasileiras do mesmo porte, reside nesta mudança: *aqui a política de governar a Cidade esqueceu desta arte de apenas ganhar ou conservar o poder*, para se transformar num jogo interessado no futuro da humanidade. Cremos que a Cidade está no homem, assim como a árvore voa no pássaro que a deixa. E também sabemos que a cidade está nas árvores. Há esperança vegetal de renovada Primavera, no nosso urbanismo ecológico. Não basta ser moderna. Curitiba agora quer permanecer. Curitiba quer ser Eterna. Aqui se espera que o futuro venha untado de seiva vegetal. Nos de direito à vida verdadeira”. (MACEDO, 1991, p. 20) [destaque nosso].

classificação pelo cruzamento com as teorias do urbanismo modernista e com a leitura das chamadas vocações naturais da cidade. (p. 238).

Este mesmo autor pondera que o artifício de querer induzir atitudes a partir da forma oferecida de cidade *deriva da noção de racionalidade urbana* do paradigma modernista, onde as necessidades dos indivíduos são previstas e faz-se todos os cálculos para que os corpos possam efetivamente mudar seus hábitos e os comportamentos sejam adequados aos ganhos das inovações tecnológicas da modernidade⁸³.

Este ajuste entre os corpos e o espaço construído — a partir da observação do cotidiano dos indivíduos e pelo desenho bem elaborado do mobiliário e demais equipamentos urbanos —, permite, ao seu ver, a *incorporação da técnica pelos sujeitos*, que está presente em algumas frases propagandísticas da PMC, como “fazer de cada curitibano um urbanista”. Esta é para SOUZA a tônica do urbanismo curitibano sob o comando dos arquitetos urbanistas, e o segredo do seu sucesso desde o PPU⁸⁴.

A “cidade *high tech*”, da inovação tecnológica — mais um título da capital paranaense — faz com que o curitibano acredite na sua sorte privilegiada de viver numa cidade bem gerenciada e exclusiva. Este recurso psicológico parece essencial para explicar o amplo apoio que o governo tem alcançado, dispondo de alta liberdade na implantação de seu programa político (FREY, 1996). Embora não haja barreiras maiores para implementação dos planos, há, contudo, um

⁸³ Se, em termos de arquitetura urbana em Curitiba, permanecem tão nítidos os traços do antigo paradigma, convivem também sem antagonia, preceitos do que vem se reconhecendo em arquitetura como o *pós-modernismo*, que para HARVEY (1995) trata o tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras, e uma “colagem” de usos correntes, alguns dos quais efêmeros. O pós-modernismo no projeto urbano somente é sensível às “tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades, fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar dos espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional”. (p.69). No caso curitibano, esta perspectiva se desvela ao percebermos a recorrente busca por referências estilísticas do passado, como na remissão à Ópera de Paris no prédio da Ópera de Arame, nos portais, memoriais e praças de caráter étnico (em memória das culturas de imigrantes da cidade) bem como no porte espetacular das obras. Portanto, pela permanência de fatores tão contrastantes com os do modernismo e os do pós-modernismo, é bastante desafiador concluir qual paradigma tem norteado o planejamento em Curitiba, e em que fontes este paradigma tem ido buscar seus valores.

⁸⁴ Para OLIVEIRA (2000), esses arquitetos de inspiração Humanista desejavam criar uma nova postura do cidadão frente à sua cidade — ambição típica dos modernistas. Queriam a mudança de mentalidade do indivíduo frente a sua cidade. Mais do que dar determinada forma à malha urbana, queriam promover a integração do homem à cidade, fazer com que o cidadão tivesse orgulho de sua cidade, integrar o homem no projeto de revitalização dos valores tradicionais da cidade — fazer de “cada curitibano um urbanista” — e promover uma cidade humana. Neste sentido, a criação de um leque de oportunidades de cultura e lazer — entre elas as oferecidas na forma de parques urbanos —, foram instrumentos acionados recorrentemente pelos administradores para a consecução desses objetivos, utilizando ao máximo os equipamentos disponibilizados pela reforma urbana, além da política de preservação do patrimônio histórico.

esforço por mostrar resultados rápidos para conquistar o apoio popular, o que no âmbito da nossa pesquisa até de certa forma justifica a falta de documentos descritivos das fases que antecedem as obras. Quase todos os técnicos entrevistados referiram-se ao fator tempo como um impedimento para a consulta popular e para a elaboração de material teórico. Para FREY (1996), alternativas como o orçamento participativo são descartadas em Curitiba, pois se acredita que levariam a intermináveis discussões e a uma ineficiência do poder público. Portanto, no ideário curitibano de gestão, a participação popular, embora alardeada como fundamental para vários projetos – como o caso do programa de coleta de lixo⁸⁵ –, não abrange mecanismos de diagnóstico de necessidades e nem de definição de prioridades políticas:

No caso de Curitiba, a mobilização popular não se refere ao processo de decisão política. Pois o planejamento e a decisão referente às políticas públicas ficam na exclusiva competência da administração. A mobilização e a participação popular entram apenas na fase da implementação dos projetos. Essa estratégia tem em vista a participação contínua da população no dia-a-dia nos projetos da prefeitura, mas não no processo político [...]. O participante, o cidadão fica, porém, passivo. Ele não se envolve, ou não precisa envolver-se nas políticas locais, uma vez que o governo tem a reputação de ser competente e eficiente. (FREY, 1996, p.133).

Para este mesmo autor, de forma sintética, a eficiência técnica de Curitiba tem garantia nos seguintes fatores:

- *Valor meramente instrumental da participação popular*: Outras experiências distintas dependem mais do empenho particular de alguns técnicos.
- *Modelo de tradição weberiana*: Baseado na hierarquia administrativa, o prefeito tem a prerrogativa de definir as diretrizes políticas. Marcante papel desempenha o IPPUC na elaboração dos principais planos, bem como as secretarias setoriais (entre elas destacamos a SMMA). Embora a estrutura administrativa tenha se descentralizado em

⁸⁵ Boa parte das políticas desenvolvidas em Curitiba é da idéia ou do próprio prefeito ou do IPPUC, sem muitas possibilidades de influência por parte da sociedade civil. Mesmo na implementação dos programas não existe grande margem para a participação ou para influenciar nos detalhes, para adaptar o programa às peculiaridades de cada bairro ou de cada comunidade. No caso do programa “lixo que não é lixo” por exemplo, ou as associações de moradores aceitam as condições prescritas pelas autoridades, ou elas não participam dos programas (FREY, 1996). Este programa conta com severas críticas de que embora tenha tido grande repercussão, não alcançou parcela representativa da população, tendo mais um caráter educativo do que implicando consideravelmente na queda do volume de resíduos em aterro. *A concretização da Agenda 21 local em Curitiba*, por exemplo, encontra nesta centralização e burocratismo um grande impedimento, uma vez que concebe um outro plano de gerenciamento, o qual passa pela participação de todas as esferas da sociedade.

administrações regionais⁸⁶, estas mais servem para explicar as políticas às populações. O prefeito não consegue manter encontros regulares com os secretários todos, prevalecendo comunicação direta sua com cada um deles. Cada secretaria tem liberdade para execução de projetos contando com o aval do prefeito que confia na competência técnica de seu secretariado.

- *Valorização de idéias simples, inteligentes e baratas (se possível com a participação da iniciativa privada e colaboração da sociedade civil)*: É o caso dos parques que contam com a iniciativa privada para a manutenção, em troca da divulgação por parte do agente privado da colaboração prestada (como veremos adiante em 3.2.3)
- *Decretismo*: A Câmara de Vereadores abriu mão de seu poder de decidir sobre as zonas especiais de planejamento urbano, ficando o poder executivo com a autoridade neste âmbito. (ex.: a unidade de conservação ambiental da Passaúna que foi regulamentada por decreto).

Para OLIVEIRA (2000), outro fator que contribui para o êxito da gestão em Curitiba, se comparada com outras capitais, é o índice de pobreza, que em sendo menor, permite um direcionamento para demandas de menos emergência.

Procuramos aqui demonstrar a importância do *marketing* urbano como instrumento estratégico não só de divulgação, mas até mesmo de “criação” de um paradigma, no sentido de que se constrói um discurso a partir da imagem já existente, ao invés de anterior à ação pública que a ela corresponde: “No caso específico de Curitiba, a mídia não está reportando um fato que já está acontecendo e sim um que quer que aconteça. Curitiba fala dela mesma para seus

⁸⁶ Curitiba oferece nas Ruas da Cidadania serviços públicos do Município, do Estado e da União, além de comércio e lazer. A Rua da Cidadania é a filial da Prefeitura nos bairros, onde está a sede da Administração Regional (São 8 ao total – ver Mapa 11 em Anexo A), que tem como função a coordenação da atuação dos diversos órgãos públicos junto à comunidade. De forma a atuar dentro do princípio da descentralização da administração pública e garantir o acesso da população aos serviços ofertados, as Ruas da Cidadania estão sendo implantadas junto ou próximas a terminais de transporte. Tem como objetivos: (i) aproximar os cidadãos das ações e dos serviços públicos para melhor conhecer e atender às suas necessidades; (ii) adequar as ações e os serviços prestados pela PMC às características de cada região do município; (iii) facilitar o acesso aos serviços e às informações em geral da PMC; (iv) favorecer o exercício da cidadania na medida em que se ampliam os espaços de reivindicação e de participação comunitária; (v) estabelecer um pólo de “animação”, de manifestação cultural e de esporte da comunidade local; (vi) estabelecer um pólo de integração entre a administração regional e os núcleos urbanos; (vii) servir de apoio estratégico à descentralização da administração pública municipal; (viii) diminuir a pressão sobre o sistema de transporte.

próprios habitantes, esperando uma interação que forme uma corrente positiva para concretizar o que já foi divulgado como fato”.(PEREIRA, 1999, p. 40).

O papel do *marketing* urbano se estende à formação de uma identidade urbana que resulta num processo de adesão da população ao conteúdo das propostas, justificando as obras cuja utilização é estimulada pelos mais diversos recursos publicitários, de panfletos à campanhas televisivas. A pretensa participação que o planejamento alardeia é, como vimos, uma aceitação popular das ações efetivamente de “gabinete”, que não implicam em níveis mesmo que superficiais de consulta popular. Permanece, portanto, um planejamento autocrático, que, contudo, se renova através dos instrumentos que a moderna tecnologia oferece, perpetuando práticas que se apresentam inovadoras pelos artifícios contemporâneos de que usa. A seguir, ainda procurando indícios de uma base teórica para o propalado paradigma, tentaremos encontrar que outra “cartilha” tem servido, além do diversificado material publicitário, para nortear a gestão urbana curitibana.

3.1.2 O modelo de planejamento urbano⁸⁷ em Curitiba: Uma teoria que se escreve na prática

As publicações oficiais da PMC, do IPPUC ou da UNILIVRE hoje insistem que a questão ambiental estava presente desde os primórdios da história da cidade – com a regulação do corte de árvores e manutenção de rios já na vila dos séculos XVII e XVIII (ver item 2.1.1) – e que isto foi fundamental para alcançar-se o patamar de modelo hoje propalado. No entanto, interessa destacar o quão conscientemente se tinha noção da abrangência do tema ambiental nos mais remotos períodos, e o quanto este tema evoluiu até a proposição dos planos mais recentes para a cidade. Em nossa opinião, a insistência da cidade em querer dar um perfil histórico à assimilação da questão ambiental no planejamento – nitidamente percebida em algumas

⁸⁷ No processo de verificação de hipóteses, um dos caminhos tomados foi o de verificar o papel do IMAP (Instituto de Administração Municipal), órgão do município de Curitiba, na definição de metas e mesmo de um paradigma de gestão da cidade. Contudo, o trabalho deste órgão não interfere nas diretrizes do IPPUC nem da SMMA, que são os grandes atores na definição de políticas urbano-ambientais. O IMAP trabalha com a noção de Planejamento estratégico, propondo entre alguns itens, a descentralização, a parceria com setores da sociedade e a integração entre órgãos da prefeitura. Neste último aspecto, no ano de 2000 foram realizados seminários de comunicação interpessoal, integrando técnicos de diversos órgãos municipais, que ao ver de alguns entrevistados foi uma ótima possibilidade de fazer contatos para potencializar suas funções e ações.

publicações⁸⁸ –, inclusive, relacionando isto com a cultura de seus imigrantes, “responsáveis por bonitos jardins” (ver item 3.1.1), quer difundir a idéia da preponderância da questão ambiental para o sucesso de todas as suas ações. Contudo, em todo o processo de desenvolvimento urbano de Curitiba e de eficácia de programas e ações, foi o processo *de institucionalização do planejamento urbano* que desempenhou função ímpar na conquista do *status* alcançado atualmente por Curitiba, no que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Para FACHINI,

Sob o ponto de vista institucional, a história de Curitiba revela que, do “laissez-faire”, em termos de expansão urbana, passou-se para uma fase consciente e operante de planejamento. Nesse sentido, percebe-se nitidamente a passagem, inicialmente para um planejamento setorial, e ainda pouco sofisticado do Plano Agache, 1943, para uma tentativa bem sucedida de um planejamento integrado da cidade, caracterizado pelo atual plano diretor de Curitiba. (1975, p.46).

OLIVEIRA (2000) comenta que, na década de 70, o sucesso curitibano já intrigava o Governo Federal que encomendou ao Ministério do Interior um estudo sobre a cidade. Ou seja, *antes mesmo da evidência da questão ambiental*. Na época interessava o sistema de transporte e circulação, o início da implantação das áreas verdes, o sistema educacional e habitacional. A ênfase que sempre foi colocada na dimensão técnica foi logo desfeita, pois do contrário, não haveria explicação para outros centros, com igual ou superior capacidade estrutural, não terem seguido o mesmo caminho. A grande diferença foi que, em Curitiba, a reforma urbana prevista em plano – que sempre foi adiada em outros lugares –, senão conseguiu realizar-se integralmente, ao menos parcialmente o foi, graças, não só ao desempenho técnico, *mas a uma dimensão político-institucional favorável*. Este ambiente propício não se deu somente devido ao apoio popular, afinal, as estratégias de *marketing* urbano para conquistar “participação” se consolidaram na década de 90. Foi então primordial a disposição dos urbanistas em *agregar demandas específicas do interesse do capital privado*, que desta forma, conquistavam “autonomia” para seus planos. Para este autor, o projeto político se alicerça no êxito do planejamento urbano, um projeto de dominação que recorre à tecnocracia como legitimador e que esconde sob o trabalho dos técnicos um jogo poderoso de interesses do setor dominante.

⁸⁸ Como já comentávamos na Introdução da dissertação, algumas publicações devem ser avaliadas de um ponto de vista crítico, por transmitirem o ideário “oficial”, sendo publicações encomendadas por órgãos da prefeitura ou de alguma forma vinculadas a ela, por exemplo, sob autoria de pessoas do quadro técnico de seus órgãos.

Mesmo em se considerando a eficácia proporcionada por um Plano Diretor (aprovado em 1975) surgido em circunstâncias político-institucionais favoráveis, é o seu caráter de intervenção macro-estrutural (especialmente no que se refere às vias estruturais implementadas), que permitiu uma base sólida para o desenvolvimento ordenado da cidade na direção almejada por seus planejadores (e, diga-se de passagem, por outros agentes): “Se hoje em Curitiba o planejamento ou a ação do governo municipal se apoia no planejamento urbano, não significa que em 1964/1965 isso tenha sido consciente. Apesar dos aspectos sócio-econômicos inerentes ao Plano Preliminar de Urbanismo terem sido abordados, *o planejamento físico era a tônica de suas formulações*”.(FERNANDES, 1979, p. 32) [destaque nosso].

Contudo, FACHINI (1975) critica a visão fragmentada do plano, fruto da *ausência de um quadro teórico* para a abordagem da problemática urbana: “Sente-se que, pelo fato de *o planejamento urbano de Curitiba não se apoiar sobre uma teoria sociológica de desenvolvimento urbano (explícita)*, reduz a programação social a atividades para responder à demanda imediata, desprovida de conteúdos operacionais mais abrangentes”. (p. 165) [destaque nosso]. Este autor acrescenta que não há uma maior preocupação com o levantamento criterioso de variáveis econômicas e sociais, o que empobrece o modelo de desenvolvimento, sendo as metas sociais conseqüências das mudanças econômicas, resumindo-se a programas setoriais sem abordagem de conjunto:

Os planos abordam, por exemplo, os setores de educação, saúde, recreação, habitação como se fossem atividades independentes do contexto social real em que estão inseridas. Se a atividade de planejamento é uma intervenção, [...] é necessário, para a própria consecução dos objetivos visados, levar em consideração a constelação de problemas que circundam a área programada. (FACHINI, 1975, p. 166).

Neste sentido, lembramos o contexto no qual chegaram os Planos de Recreação: *para definição de uma política específica de lazer*, em paralelo com a elaboração de tantos outros planos específicos para transporte, saúde, educação, etc. Contudo, embora insistissem, como vimos, em uma articulação com a problemática global da cidade, os Planos de Recreação não conseguiram implementar o principal ator desta articulação, *a comissão de animação*. Podemos concluir então que a integração tão propagandeada de políticas em Curitiba tenha se dado, pelo menos no início da fase moderna de seu planejamento, mais pelas fertilizações cruzadas posteriores à implementação das ações e/ou até mesmo por facilidades circunstanciais, do que

necessariamente por algo previamente concebido na instância de planejamento.

No caso particular dos parques, como já comentado por alguns autores trabalhados, foi o problema das enchentes que motivou a instalação dos primeiros na cidade. Antes de tudo, os parques foram uma obra de saneamento, mais eficaz que a canalização até então feita. E, dar um uso para as áreas em torno dos lagos das pequenas represas convinha aos objetivos de se oferecer lazer em áreas abertas. Portanto, uma situação circunstancial, levando a uma ação que em dando certo como deu, consolidou-se como uma “ação integrada”.

A prática retroagindo sobre a teoria também é destacada por QUANDT (1995). Citando SAFIER, que defende a expansão e consolidação da abordagem “*learning by doing*”, ou “aprendendo fazendo”, como um estilo único no planejamento e gestão urbana, esta autora traz como ilustração o caso do IPPUC, que se alinharia a esta abordagem pela ausência de uma metodologia disciplinar, resultado da característica de seu corpo técnico, com especialistas de diversos campos⁸⁹, e pela diversidade dos problemas com que lidam: desde o uso do solo, *design* urbano, pesquisa, transporte, patrimônio.

A partir de RONDINELLI, QUANDT aponta que os *policy-makers* têm agido por *conexão intuitiva*, primeiro fazendo e depois inquirindo/avaliando o objetivo desejado. Neste contexto, os arquitetos por seu perfil de sintetizadores de informação têm desempenhado importante papel na formulação de políticas. Isso se deve à importância dos parâmetros físicos como ferramenta para o crescimento da cidade, no que estes profissionais dão sua contribuição.

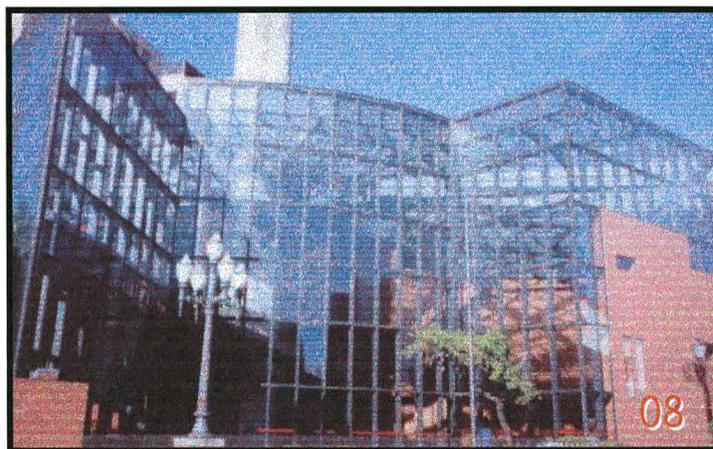
Para esta autora, *embora não haja na continuidade do processo de planejamento uma metodologia explícita*, há um alto nível de coordenação entre os diversos departamentos do IPPUC. Acredita que as críticas a uma falta de metodologia para o processo de planejamento derivem de visões profissionais relacionadas à “racionalidade” do planejamento, dentro de rígidos procedimentos metodológicos.

⁸⁹ De acordo com o depoimento de KLÜPPEL: “O grande pioneirismo do IPPUC foi que ele teve o poder de juntar em mesa redonda vários técnicos, de várias áreas, num mesmo instante, coisa que antigamente não se fazia. A grande virada do planejamento urbano, na minha opinião, aconteceu porque o IPPUC pôs na mesma sala economista, arquiteto, sociólogo, engenheiro de obras – a hoje chamada equipe multidisciplinar (...)”. (1990, p 30).

PEREIRA (1999) também concorda que não há explicitação de um modelo, descrito teoricamente, mas vê certas características de modelos já existentes sendo adaptadas, ou talvez, criando seu próprio modelo. Baseando-se em GARCEZ, esta autora destaca três grupos principais de modelos urbanísticos: o *progressista*, o *culturalista* e o *biotécnico*, e, em sua visão, Curitiba, apresenta traços dos três.

No *modelo progressista*, a moradia, o lazer e o trabalho são as funções humanas buscadas nos espaços da cidade, e conta-se com muitas áreas verdes com finalidade de higiene urbana, preocupando-se ainda com a estética. Ou seja, o “bom e velho Modernismo(!)”, do qual derivam as históricas locações de áreas verdes do Plano Agache, e posteriormente as áreas verdes para contenção de enchentes.

O *modelo culturalista* é percebido no destaque a espaços diferenciados para funções comunitárias e culturais, como os Faróis do Saber⁹⁰, o Teatro Paiol⁹¹, o Memorial de Curitiba (ver foto 08) e os diversos memoriais



alusivos às culturas das etnias (alguns inclusive presentes em bosques e parques, como veremos adiante), e a UNILIVRE.

⁹⁰ Numa estilização do Farol de Alexandria, em alusão à luz do saber que a biblioteca desta cidade da antigüidade representava, o *Farol do Saber* constitui-se em construções modulares, com estrutura metálica, com 17 metros de altura e 98 m² de área construída, situados em escolas ou logradouros públicos, com acervo referencial de cinco mil livros (técnico-didáticos e literatura). Sua divisão interna é simples: o andar térreo – onde estão os livros –, um mezanino e uma escada em caracol, que conduz ao topo da torre, onde fica uma guarita, coberta por abóbada metálica e em cima, um galo. O *Farol das Cidades*, único no seu gênero, diferencia-se dos demais pelo seu acervo, composto por vídeos e cd-rom, estando equipado com computadores e conectado à Internet e ao geoprocessamento da Prefeitura, com acesso livre e gratuito à população.

⁹¹ Símbolo da mudança cultural da Curitiba dos anos 70, o *Teatro Paiol* inaugurou o processo de reciclagem de uso das edificações de valor para a memória coletiva da cidade. Construído em 1906, o velho paiol de pólvora foi restaurado e reciclado transformando-se em teatro de arena.

O *modelo biotécnico* tenta a reintegração do problema urbano ao seu contexto global e multidisciplinar, percebido na cidade na forma como se lida com a percepção popular, no aspecto sociológico com que se influencia o comportamento das pessoas através da mídia ou projeto estético dos espaços.

Esta abordagem de PEREIRA, que vê uma junção de pressupostos de vários modelos paradigmáticos para o caso de Curitiba, nos dá uma das pistas mais fundamentais para resposta da nossa questão acerca de existência e caracterização do modelo curitibano de planejamento e gestão de parques. A diversidade, contraste e até oposição e incoerência entre os indícios que temos descoberto nos leva a crer que Curitiba tem se apropriado destes e de outros valores (como a sustentabilidade) da forma e no momento que mais lhe convém, o que tem nos confundido. Diferentemente do paradigma anterior, que guardava uma “pureza”, a princípio podemos verificar que o planejamento urbano em Curitiba vem configurando de uma maneira híbrida e heterogênea aquilo que, ainda não sabemos, constitui ou não um paradigma. A rigidez do modelo anterior expresso em uma metodologia explícita, “sacralizado” na Carta de Atenas e reproduzido nas leis de zoneamento do solo, pode agora estar relativizada em uma série de conceitos flexíveis e cuja compreensão, por exemplo, varie de técnico para técnico.

Em seguida apresentaremos uma das únicas bases difundidas acerca da gestão urbana e meio ambiente na cidade, cuja análise posterior nos permitirá inclusive identificar a que modelos se alinha.

3.1.3 *Escola de Urbanismo Ecológico:*

Uma possível base paradigmática para a gestão urbana em Curitiba

Adaptando-se porém aos novos tons da “modernidade urbana”, Curitiba é apresentada pela municipalidade, desde 1992, como uma verdadeira “capital ecológica”. Doravante, e definitivamente, o paradigma da modernidade urbana, que havia norteado o planejamento urbano até então, inclui a questão ambiental, conferindo novo colorido ao *imaginário da urbanização*. No interior de um ambicioso programa municipal denominado *Postulados da Escola de Urbanismo Ecológico*, o “urbanismo moderno” transforma-se em “urbanismo ecológico”. Seria lógico pensar assim que a implantação dos parques e bosques da cidade está relacionada com estes novos postulados municipais? Teriam sido eles a contrapartida fiel de uma nova política ecológica urbana? (OLIVEIRA, 1996b) (destaque no original).

Além dos Planos de Recreação (mencionados no item 2.2 e subsequentes), nenhuma outra plataforma teórica anterior ao surgimento dos parques dava embasamento à concepção,

planejamento e gestão destes espaços. Em 1992, uma publicação do IPPUC (1992), com o título *Memória da Curitiba Urbana*, em volume especial editado também em língua inglesa, divulga entre as diversas experiências curitibanas no campo ambiental, oito postulados de sua *EUE - Escola de Urbanismo Ecológico*. Embora sem qualquer menção ou referência a texto acadêmico ou corrente ideológica (embora nitidamente se percebam influências diversas neste texto, conforme comentaremos a seguir), pela primeira vez o IPPUC manifesta por escrito, em uma publicação oficial, que idéias norteiam sua conduta de ação, ou o que conformaria seu *modelo de gestão urbana*.

Influenciado pelas mais recentes noções acerca do homem e a natureza, os postulados da EUE são colocados com propalado pioneirismo e vanguarda, embora se refiram a ações que vêm sendo implementadas há 20 anos(!):

[...] é no ambiente imediato do homem que se precisa buscar o equilíbrio entre ele e a natureza, integração perfeita com todos os fatores ambientais, de modo a se garantir uma existência digna e saudável. Curitiba compreendeu esta verdade e começou a implantá-la há 20 anos. Talvez tenha sido a primeira a desenvolver o que se poderia chamar de uma *escola de urbanismo ecológico* – e sobretudo a dar-lhe lógica e conseqüência. (IPPUC, 1992, p. 3) [destaque no original].

O entendimento dado na publicação é de que, *embora não escritos*, os postulados norteavam as mais diversas ações da administração pública desde a institucionalização do planejamento urbano, porém, apenas nesta oportunidade (1992) foram textualmente expressos.

[...] muitas vezes até empiricamente, observando atentamente as relações causa e efeito, que começaram a ser *escritos* informalmente os grandes postulados do que hoje ousamos chamar, em letras maiúsculas, de Escola de Urbanismo Ecológico. Tais postulados compõem o conjunto de diretrizes que dão coerência à intervenção do Poder Municipal em todos os campos – do físico-estrutural ao cultural, atingindo também as entranhas do psicossocial. (IPPUC, 1992, p. 4) [destaque no original].

Desta forma, podemos compreender que a base dentro da qual tais princípios nasceram foi profundamente influenciada pela prática que vinha sendo experienciada nos diversos programas implementados ao longo das últimas duas décadas, de uma forma específica, as ações em meio ambiente, e particularmente, no que se refere às áreas verdes. Verifica-se assim, nestes postulados, uma justificativa teórica *a posteriori* para muitas destas ações. Na exposição de cada postulado, como ilustração, a publicação menciona a que ação prática corresponde a

disposição teórica, sem, no entanto, reafirmar que foi a própria ação que desencadeou a formulação teórica de cada um dos princípios, como veremos a seguir:

Conforme IPPUC (1992), os postulados da Escola de Urbanismo Ecológico de Curitiba são:

1) *“O homem não é mero espectador da Natureza, é parte dela. E como tal, é para ele que devem ser voltadas todas as ações de cunho ambiental”.*

- Ao nosso ver, apesar de ainda se perceber na afirmação uma postura antropocêntrica, a inovação consiste na não-diferenciação do homem de seu meio. No âmbito das áreas verdes de lazer, comenta-se na publicação que, ao se fomentar uma política de incremento destes espaços, além de propiciar os benefícios diretos ao ser humano – sombra, ar puro, frescor – estes espaços estão contribuindo para a recomposição do “equilíbrio da cadeia biológica vital para assegurar alta qualidade de vida”. Qualidade de vida de quem? Do próprio ser humano, que na visão do postulado, está no centro dos objetivos.

2) *“A cidade deve ter a escala do homem”.*

- Neste sentido, a publicação menciona que a necessidade de adaptação dos equipamentos, serviços e infra-estrutura urbanos ao homem – o que considera ecologicamente apropriado –, refletiu-se numa preocupação com o desenho de mobiliário urbano para o espaço público, no caso das áreas verdes, através das dimensões de luminárias, bancos, e lixeiras. Acrescentamos ainda o aspecto da comunicação visual acessível, associada a campanhas como a do “lixo que não é lixo” (ver ilustração). Em outras publicações oficiais, a opção por uma escala menor e menos agressiva ao homem é exemplificada com as intervenções em Curitiba derivadas do Plano Diretor de 1965 (num âmbito macro-estrutural), as quais primaram por menores “rasgos” urbanos possíveis, priorizando o pedestre e evitando a destruição da malha urbana central com viadutos que privilegiassem o automóvel particular, optando por uma opção de passagem tangente ao centro. A opção pelo sistema trinário também evitou a criação de

novas avenidas, aproveitando-se do leito ampliado das já existentes.

3) *“O meio ambiente deve servir ao homem e, assim sendo, deve ser colocado em regime de usufruto direto”.*

- A idéia de não-diferenciação entre Natureza e Homem expressa no postulado 1 é retomada aqui no sentido de dar acesso aos recursos naturais presentes em meio urbano de forma mais irrestrita possível, demonstrando para nós, um entendimento do conceito de *conservação* (diferente de *preservação*), que implica na manutenção, porém, com utilização: “[...] os parques da cidade não estão protegidos por redomas de arame farpado – pelo contrário, eles estão abertos à visita e ao uso pleno da população. Curitiba entendeu que não se conserva aquilo que não se usa”. (IPPUC, 1992, p. 6). Conforme abordávamos na Problemática, o grande problema encontrado dentro do paradigma modernista de planejamento urbano era de que, mesmo diante da necessidade humana por demandas realizáveis dentro de espaços verdes, não se conseguia a utilização mínima destes espaços, quando do contrário, não se resultava em espaços de abandono e marginalidade. No âmbito deste postulado, o texto coloca que, em Curitiba, a conscientização maciça da população é que atua como instrumento para fomento da adesão aos usos oferecidos nestes espaços, incrementada com uma estratégia de amplo acesso – demonstrado, ao nosso ver, na proximidade dos parques com áreas residenciais e populosas: “A população, que hoje já entendeu o papel que eles [os parques] representam no seu cotidiano de lazer e de elevação dos padrões de qualidade de vida, é hoje a primeira a defendê-lo [sic] da depredação. Isto foi alcançado, sem dúvida, pelo uso”.(IPPUC, 1992, p. 7).

4) *“A Cidade é um ente orgânico e como tal, imita a natureza. Por isso, deve ser respeitada e incentivada sua capacidade de se reciclar e de se auto-sustentar”.*

- Embora a publicação não mencione fonte qualquer, a idéia de reciclagem dos recursos em meio urbano e de auto-sustentabilidade deriva da abordagem ecossistêmica que trabalhávamos no capítulo 1 e que já se encontra

amplamente difundida (acerca de *ecossistema urbano* e regulação dos ciclos biológicos na cidade, ver item 1.2.2.1). A idéia de que a cidade é um ente orgânico também não difere muito de outras teorias, portanto, em si, não seria vanguardismo curitibano⁹². A publicação do IPPUC traz como práticas ilustradoras deste postulado as experiências com reciclagem de lixo (colocando como benefício a diminuição do volume despejado em aterro); e o seu sistema de transporte, mais eficiente – integrado – e desta forma menos poluente, portanto, mais “ecológico”.

5) *“A Cidade é um ente orgânico. A Administração pública compete entender isto e acompanhar sua evolução natural. Ou seja, a intervenção administrativa não pode violentar esta evolução, mas deixar que ela se expresse da maneira mais rica”.*

- Aqui neste postulado, o texto coloca que, se por um lado a cidade cresce e se desenvolve economicamente, não se pode prejudicar o bem comum, permitindo-se a interferência humana em desrespeito ao meio. Em nossa opinião, traduz-se aqui a idéia de defender a ação coibitiva da legislação, como no caso da proibição da ocupação de fundos de vale – sujeitas a inundações – dando legitimidade a atitudes como a da relocação de populações que ocupam estas áreas, sob a justificativa da proteção dela própria, em termos de insalubridade e exposição ao risco. E, a manutenção de áreas verdes nestes espaços, públicas ou privadas, garantiria ao “ente orgânico”, que é a cidade, o espaço de sua evolução natural.

6) *“O Homem é um ser gregário. E a Cidade deve facilitar a realização desta característica tornando-se cenário de encontro”.*

- No reconhecimento desta singularidade do relacionamento humano, da necessidade da vida em grupo – entendendo a cidade como motivadora destes relacionamentos de interação, bem como o papel dos parques, praças, e mesmo

⁹² Embora não tenhamos abordado no capítulo 2 acerca das contribuições teóricas para um novo paradigma, aqui percebemos a influência da *Hipótese Gaia*, uma visão sistêmica em escala planetária, que para seu autor, James Lovelock, entende a terra como um ser vivo inteligente, onde o ser humano é só mais um de seus componentes. Ver LOVELOCK (1989).

das ruas, como opções para o efetivo “encontro”, cruzamento e experiências da urbanidade –, percebemos um distanciamento do paradigma modernista. No lugar da *preocupação prioritária com o automóvel*, e da concepção de que as ruas seriam para a *circulação* e os clubes para o convívio social, Curitiba deu atenção para o pedestre, preservando ruelas e introduzindo áreas de convívio em meio urbano.

7) *“A Natureza é tanto mais rica quanto mais diversificada. A Natureza é contrária à massificação. O Homem, como parte da Natureza, se realiza como tal expressando sua individualidade”.*

- Fugindo da massificação da paisagem, e buscando algo como que uma harmonização com a paisagem natural, “naturalmente diversificada”, o texto aponta que a necessidade de criação de conjuntos habitacionais foi norteadada por uma preocupação com seu porte. Pequenos, estes conjuntos procuram não ser inserções monótonas na paisagem urbana. Da mesma forma se justifica a preservação do patrimônio arquitetônico, demonstrando a diversidade da memória histórica e cultural.

8) *“O zelo pelo patrimônio não é exclusivo do Poder Público. Pelo contrário, é tarefa para toda a comunidade”.*

- A idéia de participação ampliada no processo de gestão urbana fica expressa neste postulado, apelando para a criação de uma consciência de preservação para as gerações futuras⁹³: “[...] a Escola de Urbanismo Ecológico criada em Curitiba busca envolver toda a comunidade na tarefa de proteger e melhorar o ambiente em que vive e em que viverão as próximas gerações”. (IPPUC, 1992, p.11). Para tanto, aponta como principal instrumental a educação ambiental, principalmente no âmbito escolar, mas, como veremos mais adiante, importante papel desempenha o “marketing” sobre os programas para alcançar a adesão

⁹³ O senso de responsabilidade para com as gerações futuras é uma das premissas do Ecodesenvolvimento, que a denomina solidariedade diacrônica. Ver item 1.2.2

popular.

Conforme OLIVEIRA (1996b), nestes postulados, como vimos, Curitiba é apresentada como uma cidade com justiça social, "onde o homem é o centro de todas as atenções". Chama-se a atenção aqui tanto para "as condições ambientais de vida" quanto para "as exigências da natureza humana". Desta forma, tanto são ecológicos os parques e bosques quanto os ônibus expressos. A criação e preservação das áreas verdes urbanas teriam se dado, é claro, com base nestes postulados. Fechando o círculo, a cidade passou a ser lida e representada em função deste novo paradigma: Curitiba é uma "cidade ecológica" pois o é em função de um projeto ecológico urbano expresso nos postulados.

3.2 Do mito construído ao reflexo real: A face visível do modelo de planejamento e gestão de parques urbanos

Até agora vimos a forma com a qual Curitiba tem criado a imagem de um planejamento e de uma gestão inovadores, ecológicos e sustentáveis. Do *marketing* urbano à formação da identidade de seus cidadãos – perfeitamente “anteados” com as inovações tecnológicas (!) – passando pela preocupação com o meio ambiente, pela história de planejamento e pela teoria experimentada na prática, até chegar aos postulados da EUE, procuramos evidenciar como o difundido, mas ainda não-comprovado, paradigma, se apresenta. Usando as palavras de PEREIRA (1999, p. 22), “deixando de lado os clichês demagógicos e os mitos deles provenientes, sobra pouco conteúdo”. Para esta autora, é poderosa a ação da mídia e grande o campo que esta já tem alcançado. A imagem de uma Curitiba ecológica e de diversidade étnica (que vislumbraremos em seguida nos bosques de Curitiba), criada pelo marketing tem substituído a verdadeira Curitiba. A Curitiba que tem sido vivida é a da imagem. Não foram os eventos e as ações que construíram a imagem mitificada da cidade, mas o oposto. A mídia impôs sua leitura e persuadiu a todos que a imagem criada refletia o real.

Para nós, desmistificar sua imagem, então, é mostrar seu reflexo, evidenciando seus contra-sensos e perversidades, “maculando-a” para demonstrá-la. A “verdadeira realidade” acerca dos parques de Curitiba, pretendemos, ficará mais clara depois da “reflexão” acerca das

causas de criação destas áreas, seguida de uma descrição baseada inclusive em entrevistas aos técnicos envolvidos com os processos de planejamento e gestão destes espaços, bem como em artigos de periódicos, além de uma avaliação dos conteúdos teóricos que norteiam estes processos específicos.

3.2.1 Áreas verdes urbanas de Curitiba: O “verde nem tão verde” na cidade ecológica

Dentre os postulados da EUE que expúnhamos acima, alguns nitidamente se referiam às áreas verdes da cidade, justificando: (i) a oferta irrestrita de acesso aos parques; (ii) a busca através delas por um equilíbrio do ciclo vital e da qualidade de vida; (iii) o desenho de mobiliário urbano adaptado à escala do homem; (iv) a relocação das populações de fundos de vale para transformação destes em espaços de lazer; (v) a oportunização do “encontro” nestes espaços.

Desta forma, o conteúdo dos postulados marca profundamente o discurso público que se segue, expresso desde materiais turísticos, como *folders*, planos de campanha e de governo; além de serem assimilados pela mídia em seus mais diversos canais quando se manifestavam acerca da cidade insistindo sempre na dimensão ecológica, e recorrendo sempre que possível à imagem de suas áreas verdes:

Neles [nos discursos municipais] [...], as preocupações ecológicas e a qualidade de vida urbana estavam na origem da política de preservação de áreas verdes, na qual se inclui a criação dos parques e bosques. Desde o início dos anos 90, a municipalidade já se apoiava nesta visão para falar num projeto ecológico, que teria dado origem aos postulados da escola de urbanismo ecológico. (OLIVEIRA, 1996a, p.85).

Contudo, os postulados não só davam justificativa para o planejamento a partir de então, mas justificavam determinadas ações, e no caso, os parques e bosques, que há 20 anos vinham sendo implantados na cidade, sob o discurso ecológico agora divulgado! Para OLIVEIRA (1996), inquieta como tão precocemente a questão ambiental tenha sido assimilada no planejamento da cidade, se na década de 70 ainda era tão incipiente esta discussão em nível nacional.

Este autor empreendeu pesquisa, e concluiu que o grande incremento de áreas verdes do município, que inclusive “catapultou” seu índice por habitante, ocorreu mesmo no período anterior à divulgação de tais postulados (1972-1992) e, portanto, anterior também à

disseminação de conceitos que emergiram com a questão ecológica, como o de auto-sustentabilidade, ecossistema urbano, entre outros, embutidos nestes postulados.

Alertamos aqui que o índice divulgado constantemente pela PMC de 54 m² de áreas verdes por habitante na cidade (também citado em IPPUC, 1992), refere-se à *soma de áreas públicas e privadas*, ou seja, o verde propagandeado acerca da cidade muitas vezes está “escondido” em áreas de uso particular, ou ainda, é um “verde para fotos de satélite”, não necessariamente implicando em 54 m² acessíveis ao uso de cada habitante(!). Embora nem todos os benefícios das áreas verdes para a cidade e seus habitantes prescindam do acesso a elas, é claro que a utilização efetiva por parte da população de uma maior quantidade de áreas traz mais benefícios, embora o critério quantitativo não seja o único a garantir tal qualidade. Esta abordagem retomaremos mais adiante⁹⁴.

O quadro abaixo pode nos ilustrar as condições a que nos referíamos:

⁹⁴ Há importantes estudos que fazem avaliação do ponto de vista quantitativo-qualitativo das áreas verdes de Curitiba, entre eles os de MILANO & DISPERATI (1987) e HARDT (1994a), além de outros expoentes da Escola de Florestas da UFPR como Daniela Biondi e Dayse Lorusso.

QUADRO 08 - Parques e bosques públicos em Curitiba de 1972 à 1992

ANO	PARQUE/BOSQUE	ÁREA (m ²)	ÁREA (m ²) POR HAB
1972	Parque São Lourenço	203.918	0,198 *
1972	Parque Barigüi	1.400.000	1,365 *
1973	Bosque Boa Vista	11.682	0,011 *
1980	Bosque João Paulo II	48.000	0,046 *
1981	Bosque Capão da Imbuia	19.000	0,018 *
1982***	Parque Iguçu	8.264.316	8,062 *
1986	Bosque Gutierrez	18.000	0,0128**
1988	Parque Bacacheri	152.033	0,1082**
1989	Parque das Pedreiras	103.500	0,0643**
1989	Bosque Reinhard Maack	78.000	0,0736**
1991	Jardim Botânico	178.000	0,1267**
1991	Parque da Passaúna	6.500.000	4,6267**
1992	Bosque Zaninelli	37.065	0,0263**
Total		17.013.514	14,7426**

FONTE: adaptado de OLIVEIRA (1996).

* Cálculo para população de 1.024.975 em 1980.

** Cálculo para população de 1.404.875 em 1996.

*** Embora a primeira inauguração tenha acontecido em 1978, efetivamente o parque abriu em 1982.

De acordo com OLIVEIRA (1996a), destes parques, o São Lourenço, o Barigüi, o Iguçu, o Bacacheri e o Passaúna tiveram sua criação associada ao problema das enchentes, causa esta ausente na versão oficial, como vemos no Quadro 09.

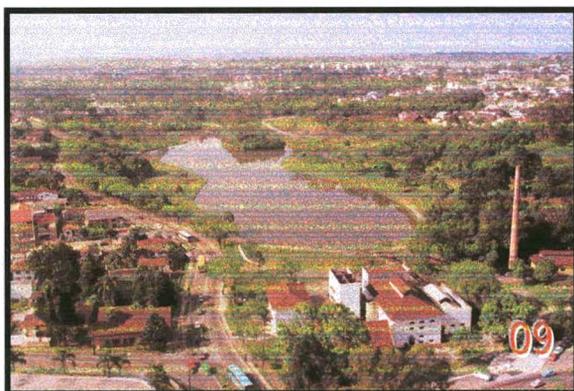
QUADRO 09 – Função oficial dos parques criados até 1992

TIPO	FUNÇÃO OFICIAL (SMMA)
Passeio Público	Lazer.
Parque da Barreirinha*	Lazer, preservação ambiental e local para aulas práticas de dendrologia (estudo científico das árvores).
Parque São Lourenço	Lazer, preservação ambiental e área cultural.
Parque Barigüi	Lazer, preservação ambiental e controle da qualidade do ar na região da cidade.
Parque Iguaçu	Lazer, preservação ambiental, esportes (parque náutico) e zoológico.
Parque Bacacheri	Lazer e preservação ambiental.
Parque das Pedreiras	Lazer, turismo e local para eventos artísticos ao ar livre.
Jardim Botânico	Lazer, turismo e pesquisa botânica.*
Parque do Passaúna	Preservar a qualidade da água do reservatório do Passaúna, proteger a mata ciliar e lazer compatível com o ambiente. Decretado APA.

FONTE: adaptado de OLIVEIRA (1996b)

* Embora elevado a parque em 1972, o autor não elencou o Parque da Barreirinha dentre os parques criados no período, pois levou em consideração a data de criação da área, (1959).

A função de controle de enchentes dependia, como já vimos anteriormente, da solução dada pelo lago represador e controlador de vazão⁹⁵, elemento este encontrado nos parques citados (ver Foto 09), e cuja representatividade em área fica expressa no Quadro 10.



◆ Foto 09 - Lago artificial construído com o represamento do Rio Belém no Parque São Lourenço (1972). ◆

⁹⁵ Carlos Tucci, ex-presidente da Associação Brasileira de Recurso Hídricos, aprova a solução curitibana: “É mais econômico deter o impacto das águas com os chamados ‘parques de amortecimento’. O quilômetro de um canal de concreto, que escoas as águas pluviais custa de R\$ 1,7 milhão a R\$ 5 milhões. Um parque custa cerca de R\$ 4 milhões”. Para Jerson Kelman, doutor em hidrologia pela Universidade do Colorado (EUA), Curitiba está no caminho certo: “A urbanização não pode avançar até o leito maior do rio, e os parques marginais, conjugados a outras medidas de saneamento, evitam os problemas, além de se tornar espaços para o lazer da população. É uma solução muito inteligente para evitar prejuízos não só econômicos, mas sociais”. (GAZETA DO POVO, 1998).

QUADRO 10: Área de lago nos parques em Curitiba

PARQUE	ÁREA TOTAL (m ²)	ÁREA DO LAGO (m ²)	ÁREA DO LAGO/ÁREA TOTAL EM %
Parque Barigüi	1.400.000	400.000	28,57
Parque São Lourenço	203.918	50.000*	26,51
Parque Iguaçu	8.264.316	2.741.578**	33,17
Parque do Passaúna	6.500.000	3.500.000	53,84
Parque Bacacheri	152.033	22.000	14,47
Total	16.520.267	6.713.578	

FONTE: adaptado de OLIVEIRA (1996b)

* Dado aproximativo.

** Dado obtido somando-se o Setor Náutico ao Setor de Pesca.

Para OLIVEIRA (1996a), portanto, o que surpreende, é que dos 17.013.514 m² (ver quadro 1) de parques e bosques criados até a divulgação dos postulados, 16.520.267 m² sejam referentes a parques cujo objetivo de criação foi em função do controle das cheias/saneamento. Além disto, mais de 1/3 da área destes parques (6.713.578 m²) correspondem aos lagos que represam os rios, e, portanto, revelam a imagem de uma Curitiba verde não tão verde assim!

Contudo, não é o fato de ter “lagos ao invés de árvores” que está em questão. A mais importante revelação destes dados está nas suas entrelinhas. Se a oferta de lazer, preservação ambiental, remoção de populações em invasões de áreas de fundos de vale, espaço de encontro para as pessoas são todos objetivos a serem atendidos com os parques e bosques, bem como o controle das cheias – conforme alardeiam os postulados da EUE –, como tal incremento de áreas verdes aconteceu de forma tão desproporcional no que se refere às motivações de sua criação? Revela-se de forma inequívoca nestes dados que a principal motivação dos maiores e mais antigos parques da cidade tenha sido quase tão somente de saneamento. Que outro objetivo exerceu tamanha força quanto este para a criação destas áreas no período de 1972 a 1992? Porque outros usos demandariam uma área tão grande? OLIVEIRA (1996a) responde:

[...] marketing, fins eleitorais, preocupação com a qualidade de vida dos habitantes, resolver o problema de invasões etc. – eram bons e contextualmente corretos mas insuficientes para explicar um aumento de mais de 50 vezes na área total de parques e bosques. Mas se não estava na origem, certamente estariam no destino. Em outras palavras, estes argumentos haviam provavelmente sido construídos *post facto*. eram fatores que intervieram no processo mas não o desencadearam! (p .82).

Mesmo que *a posteriori* outras funções tenham sido atribuídas aos parques e mencionadas como motivadoras de sua implantação, por que o saneamento – motivação primeira da criação dos parques pioneiros – não mereceu o devido destaque? É ainda OLIVEIRA (1996a) quem nos dá uma resposta:

Observou-se que, para além das preocupações com a ecologia e com a qualidade de vida, fartamente propagandeada nos postulados, a questão do saneamento urbano e das cheias nos rios da cidade (causas cruciais) ficaram ausentes dos discursos municipais. É notável que este fato tenha ocorrido sobretudo por duas razões: primeiro porque são fatores fundamentais para se compreender todo o processo e, segundo, porque poderiam (ainda podem) ser incorporados à larga definição municipal de urbanismo ecológico, até com certa facilidade. É curioso, portanto, que tenham sido omitidos. (p.81).

Para OLIVEIRA (1996a), afirmar, portanto, nos discursos oficiais, a motivação real e prioritária do surgimento dos parques – saneamento – daria, talvez, uma versão pouco conveniente ao intuito de se difundir a idéia de um urbanismo ecológico. Não que a ação de saneamento não se coadunasse com este ideário, embora quando tenha surgido no início dos anos 70, tais noções de ecologia/salubridade sequer emergiam. Mas, uma vez destacada como merecia, poderia apagar o fulgor das outras motivações que já foram citadas, e que tão bem compunham o retrato de uma cidade ecológica, com políticas integradas. Contudo, a mesma publicação que trouxe os postulados (IPPUC, 1992) não omite a causa referente ao saneamento quando fala dos parques. Digamos, no entanto, que não dá a relevância devida a tal motivação.

KÜSTER (2000a) expõe na seguinte ordem os motivos da concepção dos parques: 1^o) preservação ambiental, 2^o) pesquisa científica, 3^o) educação ambiental e 4^o) lazer. Na visão deste técnico, que começara *expondo em entrevista a problemática do saneamento como detonadora da implantação dos parques*, pelo menos atualmente, esta motivação está embutida dentro da gama “preservação ambiental”, elencada como primeira motivação⁹⁶.

Neste sentido, podemos concordar com OLIVEIRA (1996) que, de fato, a experiência

⁹⁶ Cassio Taniguchi, atual prefeito de Curitiba, também credita atualmente aos parques além do valor estético a eficiência técnica de controladores de enchentes: “Por trás da beleza de cada parque de Curitiba existe uma obra de saneamento equivalente a um canal de concreto com capacidade para escoar 470 milhões de litros de água numa chuva forte [...]. A arquitetura [...] é apenas uma consequência final da infra-estrutura que ninguém vê”.(GAZETA DO POVO, 1998,).

com parques até então servira para rescrever a história de seu surgimento conforme convinha que a partir de então se o fizesse, servindo de ilustração para os postulados expostos:

Em termos formais, portanto, é impossível que os parques e bosques tenham como fundamento algo que os sucedeu no tempo. É lícito pensar assim que os parques e bosques da cidade contribuíram para a formulação dos *postulados*, a história dos parques e bosques poderia ser readaptada, como de fato o foi. Da mesma forma, a política de criação de áreas verdes também foi rerepresentada, surgindo então como sendo *apenas mais uma face* da ecologia urbana curitibana. As múltiplas causas, o aspecto pontual e pragmático da criação, as enchentes e outros problemas que motivaram o surgimento dos primeiros parques foram esquecidos. Mas por que teria havido este esquecimento? Talvez porque estes aspectos pragmáticos e pontuais não se coadunasse com o abstrato *entendimento* que a PMC acabou por fazer das preocupações ecológicas. Ou talvez porque a dimensão ecológica funcionava mais como um modelo que permitia dar sentido às diversas ações municipais. (OLIVEIRA, 1996a, p.85).

OLIVEIRA (1996a) vai mais além, dizendo que a partir dos postulados a cidade passou a ser lida e representada em função deste novo paradigma de “cidade ecológica” em função de um projeto ecológico urbano, e que está tão difundido atualmente que se torna impossível negar que o seja ou que pelo menos se dirige neste sentido. Assim como os parques e bosques; que como vimos, não tiveram uma causa estritamente ecológica, embora o saneamento hoje possa ser incluído nesta dimensão; outras ações ganharam com a formulação dos postulados, nas palavras deste autor, “sentido e coerência, visibilidade e respeitabilidade social e científica”, estendendo-se então ao conjunto das ações municipais, e se tornando capaz de justificar todas e quaisquer ações municipais sejam elas diretamente ambientais ou não.

3.2.2 Os bosques e as praças (do mundo) em Curitiba

Fundamental para entendermos sob que perspectivas as áreas verdes do município de Curitiba têm sido criadas, planejadas e geridas é um breve enfoque sobre seus bosques e praças. Embora nossa intenção neste trabalho tenha se voltado mais para importância dos parques, por questões, sobretudo, de escala, no contexto curitibano, contudo, não há como se ignorar estes dois tipos de espaço que, como dissemos, são ambos vistos como áreas verdes.

Se os parques têm surgido dentro de um considerável apelo ecológico/ambiental, que justificativa apresentam os bosques para sua existência, uma vez que tão comumente são citados em conjunto com os parques nas referências à capital ecológica? De que maneira também os bosques e praças têm agregado funções distintas daquelas ligadas ao lazer,

tradicionalmente oferecidas nestes espaços e, portanto, coadunando-se com os propósitos explicitados nos postulados da EUE?

OLIVEIRA (1996a) atribui as seguintes causas para o surgimento dos bosques na cidade:

- a) Preservação de áreas nativas e nascentes no interior do tecido urbano.
- b) Saneamento.
- c) Cumprindo o roteiro das etnias (ver foto 10), tematizando algumas áreas.



◆ Expressão cunhada pela PMC a partir da gestão de Rafael Greca (1993-97) no intuito de reforçar seu projeto de reconstrução da identidade sócio-cultural de Curitiba, o “Roteiro das Etnias” inclui um calendário anual de eventos culturais e gastronômicos referentes aos diversos grupos de imigrantes. Estes eventos acontecem sempre associados ao espaço de um bosque étnico, memorial ou praça. Têm destaque especial as cerimônias de Páscoa no memorial ucraniano e o *Haru Matsuri* (ou Festa da Primavera), que celebra na Praça do Japão (foto 10) a cultura nipônica, com comidas típicas e espetáculos de música e artes marciais. ◆

No que se refere a esta última causa elencada, de acordo com MÜLLER (1999), cinco dos 23 parques e bosques de Curitiba têm elementos sógnicos que evocam a história de povos que migraram para o Paraná⁹⁷, e correspondem a 2,7 % do total de parques e bosques de Curitiba, ou o equivalente a 512.390 m². São eles: Bosque João Paulo II (evoca a cultura polonesa), Bosque de Portugal, Parque Tingüi (contém o Memorial Ucrâniano), Bosque Italiano, Bosque Alemão (ver Dossiê em Anexo B). Já as praças com este caráter são 14 dentre as 346 existentes⁹⁸

Para OLIVEIRA (1996), a função deste tipo de área verde tem sido invariavelmente um misto de lazer e preservação/educação ambiental. Portanto, como se comprova até mesmo pela versão oficial (Quadro 11), as causas da criação destas áreas, assim como dos parques, não foram estritamente ecológicas, embora estivessem atendendo ou respondendo posteriormente a problemas ambientais específicos, como a preservação de remanescentes de mata nativa. Assim, bosques e parques não são “fruto de um sentido ou de uma ação ecológica explícita”. Sua notoriedade e sentido só se destacaram a partir do momento em que foram incorporados ao ideário ambiental.

⁹⁷ Segundo KÜSTER (2000b), embora haja um fundamento na cultura homenageada em cada praça presente em simbologias diversas, ações “politiqueiras” que não estão livres de acontecer podem interferir. É o caso da Praça da França, totalmente abandonada atualmente. Seu projeto em pouco alude ao nome, não despertando interesse em possíveis imigrantes na adoção da área. Foi resultado da iniciativa de um vereador que queria cumprir uma promessa. Igualmente com o memorial da fundação de Curitiba, que para Küster é muito grave. O político chegou com o projeto pronto, de caráter estético duvidoso e que está sendo implantado num sítio de valor histórico, onde teria se dado a fundação da cidade. Por outro lado, outros projetos de praças étnicas primam pela perfeição que por vezes é imperfeição. Explica-se: no Memorial Árabe (Praça Gibran Khalil Gibran), em respeito à tradição deste povo, o painel tem um defeito proposital, em honra a Alá, que é o único perfeito.

⁹⁸ As praças de caráter étnico são: Largo da Galícia, Praça da Colonização Menonita, Praça da Espanha, Praça da França, Praça da Ucrânia, Praça do Japão, Praça Gibran Khalil Gibran (Memorial Árabe), Praça Itália, Praça Pedro Gasparello (Fonte de Jerusalém), Praça da Polônia, Praça Portugal, Praça Suíça, Praça Zumbi dos Palmares, Praça 29 de Março.

QUADRO 11 - Bosques segundo a função oficial

TIPO	FUNÇÃO OFICIAL (SMMA)
Bosque Boa Vista	Lazer e preservação ambiental.
Bosque João Paulo II	Lazer, preservação ambiental e cultura (Museu ao ar livre de preservação cultural, também denominado "Memorial Polonês").
Bosque Capão da Imbuia	Educação ambiental e abrigar o Museu de História Natural (destinado à comunidade científica).
Bosque Gutierrez	Lazer e preservação ambiental das fontes de água mineral do local.
Bosque R. Maack	Lazer, educação ambiental e manutenção e regulação do equilíbrio climático.
Bosque Italiano	Oferecer estrutura para as festas típicas da colônia italiana.
Bosque Zaninelli	Lazer e abrigar a sede da Universidade Livre do Meio Ambiente.
Bosque de Portugal	Lazer, preservação ambiental e urbanização estética.
Bosque da Fazendinha	Lazer, preservação ambiental e de patrimônio histórico.
Bosque Alemão	Lazer, preservação ambiental e atividade cultural.

Fonte: OLIVEIRA (1996b)

Se não levarmos em conta os 380.000 m² do Parque Tingüi, que só em uma parte abriga o memorial ucraniano, e ainda que somemos a área dos bosques que não têm caráter étnico, os bosques em geral não alcançariam 2,6% do equivalente ao total de áreas verdes públicas da cidade, o que *demonstra em termos quantitativos* que a representatividade de bosques para o quadro de preservação e mesmo para a composição de uma imagem ecológica da cidade é quase que insignificante⁹⁹.

3.2.3 Simplicidade e “tecnologia tupiniquim”:

O desempenho do Departamento de Parques e Praças da SMMA

Nossa abordagem até agora neste capítulo foi de procurar demonstrar sobre que bases se apóia o prolapado título de modelo ecológico para os parques da cidade, sobretudo a partir das referências de alguns autores que têm trabalhado no tema planejamento urbano de Curitiba e sobre suas áreas verdes. Também procuramos evidenciar as verdadeiras causas do surgimento dos primeiros parques, bem como dos bosques e parques mais recentes. Contudo, não nos detivemos até então numa descrição mais aproximada dos processos de planejamento e gestão destas áreas – principalmente a partir das informações alcançadas via entrevista – que

⁹⁹ A tabela com metragem quadrada de parques e bosques até 1996 já foi exposta na Problemática.

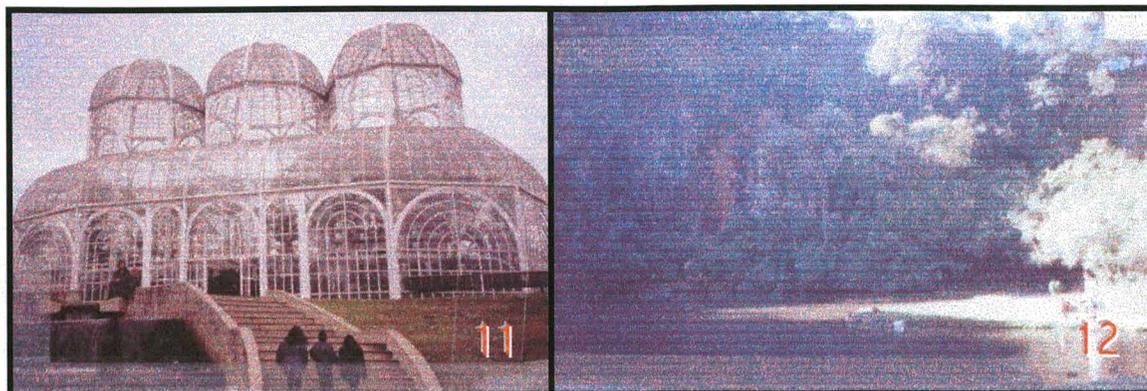
por fim nos darão condições de os avaliarmos à luz do referencial teórico que trabalhamos no capítulo 2.

Embora a intenção das entrevistas em nossa pesquisa tenha sido mais de nortear a pesquisa teórica, foi através da indagação pessoal feita aos técnicos particularmente envolvidos com o projeto destas áreas¹⁰⁰ que obtivemos contribuições essenciais para o entendimento dos processos de planejamento e gestão dos parques. Variáveis como critérios de concepção e planejamento, formas de integração intra-institucional, recursos teórico-práticos recorrentes, entre outras, ficaram mais evidentes para nós através das entrevistas.

KÜSTER (2000a e 2000b), revelou-nos que muitas pessoas e delegações do país e do exterior têm procurado o Departamento de Praças e Parques da SMMA no anseio de saber o motivo do sucesso dos parques na cidade. De acordo com ele, o que mais tem atraído os visitantes é a preservação e o incremento da quantidade de áreas verdes no município, além de seu êxito em implantá-las e gerí-las com baixo custo. De maneira objetiva, a nosso pedido, o arquiteto descreveu os itens que para ele sintetizam o “modelo” curitibano de parques, e que costuma igualmente elencar para os visitantes.

- *Respaldo de uma política de recursos hídricos:* Graças à legislação de preservação de fundos de vale – que os considera *áreas não-edificáveis* –, consegue-se reservar estes espaços para uma posterior negociação com seus proprietários privados com vistas à transformação em parques.
- *Projetos simples e baratos:* Embora conte com alguns equipamentos sofisticados como é o caso do Parque das Pedreiras (Ópera de Arame), do Jardim Botânico (estufa de plantas) (ver foto 11) e do Parque Barigüi (Centro de Exposições), os parques e bosques, em sua maioria, se ocupam de lugares que já contam com belezas naturais, tirando partido de cenários até então marginais, como o caso de pedreiras desativadas (ex.: Bosque Zaninelli – ver foto 12).

¹⁰⁰ A maior parte dos parques de Curitiba teve seu projeto desenvolvido dentro da SMMA ou então pelo antigo Departamento de Praças e Parques, antes de existir a Secretaria. O IPPUC por vezes faz detalhamento de alguns equipamentos, além, é claro, de definir as macro-diretrizes para a cidade no que se refere ao uso e ocupação do solo.



O aproveitamento das condições naturais do sítio, evitando movimentos de terra, já barateia em grande parque o custo total do parque, que sai até por R\$ 4 o metro quadrado no caso do Parque Tingüi. A manutenção dos equipamentos que evita substituição, a padronização do mobiliário (lixeiros, bancos, luminárias), a disposição do mínimo necessário de equipamentos¹⁰¹ (canchas, pistas de caminhada e bicicleta) e a utilização de elenco de profissionais da prefeitura para o projeto (em grande parte das vezes), são ainda fatores que barateiam os custos e viabilizam a agilidade de implantação destes espaços.

- *Controle administrativo:* A estrutura da qual a SMMA dispõe atualmente, tanto em capital humano como em instrumental, viabiliza uma gestão racionalizada que inclui a manutenção e limpeza, a preservação, a fiscalização, bem como a permissão de atividades quaisquer dentro dos limites das áreas.
- *Participação da população:* No sentido de convocação de associações de representação popular para participação nos processos¹⁰².

¹⁰¹ Nas palavras de KÜSTER (2000b), “a natureza contempla tudo”, e portando se coloca o mínimo nos parques e se deixa surgirem as demandas.

¹⁰² Neste sentido KÜSTER (2000b) explicita que é uma participação mais no âmbito da co-responsabilidade em atividades do que propriamente no planejamento e nas decisões, experiência frustrada em sua opinião pelo teor partidário e auto-promocional que as lideranças de comunidade dão ao fato de se associar em atividades para o bem da coletividade. TRINDADE (1997) destaca que a partir de 1983 as Associações de Bairro tiveram um papel destacado *nas solicitações referentes ao meio ambiente*, entre elas, as por áreas de lazer.

- *Integração de políticas:* Nas palavras de KÜSTER (2000b), “há detalhes que comprometem o todo” o que obriga que o projeto de parques esteja atento às determinações do planejamento urbano, transporte, meio ambiente, cultura e lazer, etc.

Agora, a partir da referência que vimos fazendo desde o início às distintas fases do projeto de parques, – concepção, planejamento, implantação e gerência –, que foram explicitadas no capítulo 2, procuraremos descrever o caso de Curitiba dentro destes processos, a partir das informações obtidas com KÜSTER (2000a e 2000b) SERAPHIM (2000), *dando destaque ao estado-da-arte atual dos parques* e, se necessário, remetendo às ações mais históricas.

Na fase da *concepção* podemos destacar os seguintes fatores constituintes do caso curitibano:

- *Os atores:* São essencialmente do âmbito estatal – técnicos –, e por sinal, “poucos” técnicos, conforme afirmou Küster. Predomina a equipe de arquitetos do departamento, sem muita interface com o Setor de Administração e Controle de Unidades de Conservação, nem com outros setores da SMMA. A interdisciplinariedade do corpo técnico da SMMA pouco influencia o caráter conceutivo do parque. Neste sentido, SERAPHIM (2000) que trabalha há 12 na SMMA, diz que há 7 anos tenta mudar a visão de seus colegas quanto à necessidade de se abrir o departamento para a participação de outros profissionais da secretaria no planejamento. A dita participação da população ocorre em canais bem informais, verificando-se, por exemplo, junto à vizinhança da área pretendida para parque algumas opiniões do tipo: “há tempo nós estávamos sonhando com um parque para aquele brejo” ou ainda “bem melhor com um parque, pois hoje isso aqui é um abrigo para marginais”. Estes casos se refletiram, por exemplo, na implantação do parque Tanguá, área freqüentada por arruaceiros e usada como depósito de entulho. Neste sentido, basta que um técnico ou político mencione este tipo de frase na imprensa para que se passe a idéia de que a vontade da população está sendo feita. São artifícios frágeis, mas que têm convencido.

- *Os fundos financeiros:* A SMMA dispõe de fundos apenas para gestão de seus programas, vindos, sobretudo, da aplicação de multas, e a origem de verbas para implantação de parques quase sempre depende de prioridades do executivo municipal, que através do prefeito, acaba ditando as principais diretrizes dos futuros espaços. Embora não mencionado acima, o *prefeito aparece como ator-chave na concepção das áreas verdes públicas da cidade*, fato este favorecido também pela já comentada prática do “decretismo”. (FREY, 1996). Contudo, o processo de concepção e planejamento não depende da existência prévia de fundos. Muitas vezes há idéias “meio desenvolvidas”, referentes a lugares que estão a espera de negociação e só aguardam a resolução fundiária para a retomada do desenho¹⁰³.
- *Base teórica:* KÜSTER (2000) cita apenas os Planos de Recreação do IPPUC (que trabalhávamos no capítulo 2). Ao seu ver, estes foram apenas um “start” para o processo dos parques, que depois “seguiu no embalo”. As determinações previstas naqueles planos não foram implementadas na íntegra e suas idéias acabaram sendo agregadas por outras secretarias. Contudo, conforme veremos adiante, a “filosofia de ação” do departamento não difere muito da SMMA como um todo¹⁰⁴.
- *Os critérios de locação* têm seguido atualmente a ordem: área de interesse da SMMA e disponibilidade para negociação. Com exceção do Parque Tingüi (1994), todos os parques mais recentes têm sua criação dissociada do evento das enchentes. Portanto, este critério que interferiu preponderantemente no passado não interfere

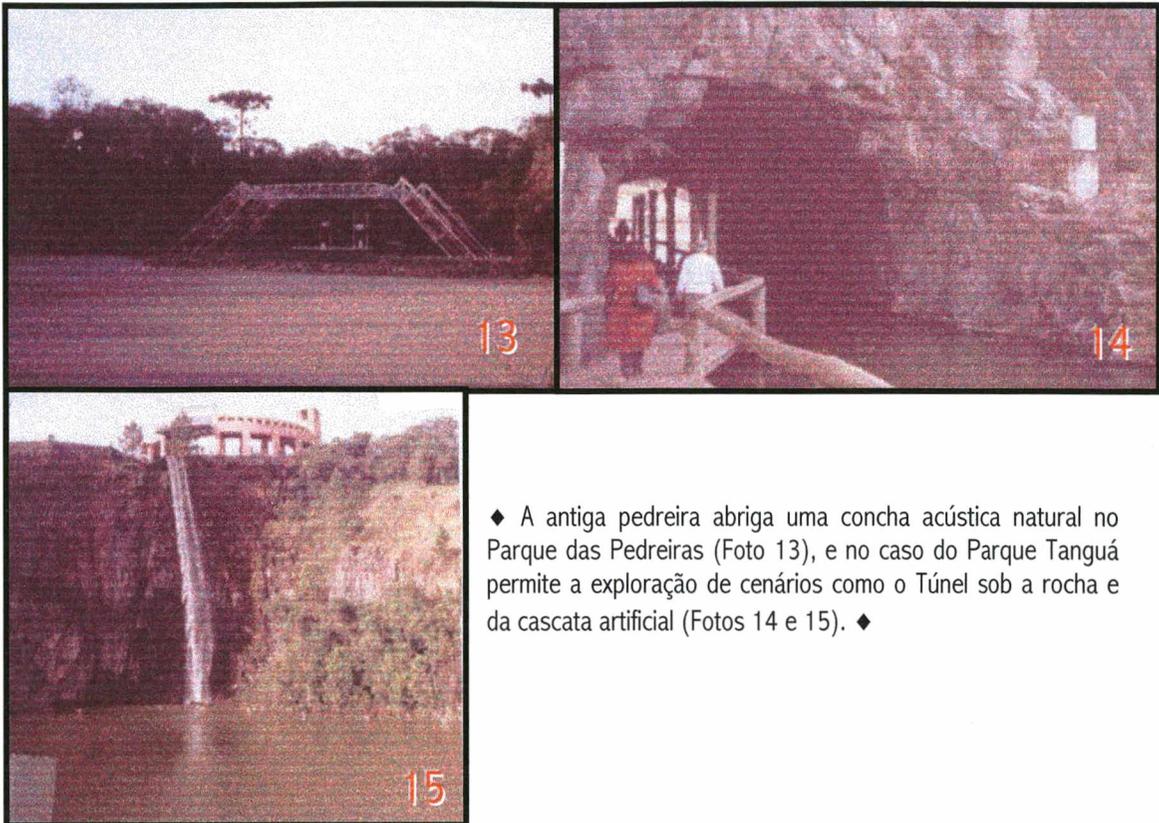
¹⁰³ Uma forma de arrecadação que *não vem sendo* repassada à SMMA é o aluguel de espaços comerciais nos parques, como restaurantes e lanchonetes, cuja gestão fica sob supervisão da URBS. Quanto ao ICMS ecológico do Estado do Paraná, que reverte uma porcentagem para as cidades que preservam áreas verdes e mananciais, é um dinheiro que segundo SERAPHIM (2000) vem para a PMC e não diretamente para a SMMA.

¹⁰⁴ Tanto KÜSTER (2000b) quanto SERAPHIM (2000) foram indagados acerca de que outra base – excetuando documentos municipais – lhes serviam de parâmetro de ação. Apenas SERAPHIM citou que “aprecia e admira” os trabalhos de M. S. Milano, renomado professor da Escola de Florestas da UFPR, orientador de L. Hardt (uma das autoras que mais contribui para o elenco de nossas referências teóricas). Nenhum destes dois profissionais da SMMA possui pós-graduação e, portanto, não trazem mais recentemente do âmbito acadêmico algum tipo de inovação paradigmática. Aliás, o quadro da SMMA, bem como o de outras instituições visitadas como a SMEL, a SMCS e a FCC e mesmo o IPPUC, contam com poucos profissionais pós-graduados, sendo que muitos reclamam da falta de incentivo e do muito trabalho que os impede de se dedicar a este plano de carreira. Esta questão nos parece pertinente, pois o âmbito acadêmico tem notadamente grande influência na transmissão de inovações teóricas com base em pesquisas que renovam o campo pragmático. Se esta influência acontece na PMC, é de forma bastante diluída. As novidades acabam no máximo chegando através da participação de técnicos em eventos como congressos e seminários, estes sim amplamente apoiados pela estrutura da PMC. Principalmente em se tratando de divulgar a “imagem” da cidade. SERAPHIM é uma das profissionais que participou de congressos no exterior levando o caso de Curitiba para apresentar.

mais na locação dos atuais parques. Quando os parques com este intuito foram criados, algumas situações fundiárias foram resolvidas à força de recursos jurídicos pouco democráticos sob a justificativa do bem-estar geral, a ponto de ainda hoje, áreas de parques tão consolidados como o Barigüi não estarem legalmente resolvidas! Atualmente as *áreas de interesse se devem ao seu potencial de vegetação* (ver adiante sobre nova legislação vigente). Embora tenhamos evidenciado *o critério de saneamento* para locação dos primeiros parques, através do mapa de localização (ver Mapa 12 em Anexo A) das áreas verdes do município, pode-se verificar uma predominância ao norte da cidade tanto das áreas verdes públicas, como dos bosques de preservação particulares. Se compararmos este mapa com o da renda média familiar (ver Mapa 13 em Anexo A), podemos averiguar que a concentração dos mais ricos na cidade igualmente se dá na região central e norte, as mais privilegiadas em número de áreas verdes. (Contudo se levarmos em conta o tamanho das áreas e não o número, o Parque Iguaçu no sul da cidade faria a compensação). Sem maiores análises que requereriam tempo e pesquisa de outras variáveis como custo da terra, apenas fazemos aqui a consideração de que a localização das áreas verdes tanto pode sofrer influências do capital imobiliário, quanto influenciar a valorização de outras áreas.

- *Os usos e equipamentos*¹⁰⁵: Seguem o padrão do mínimo possível, esperando-se surgir outras demandas. Alguma coisa mais extraordinária pode ser agregada se houver uma idéia do prefeito. Às vezes o sítio dá o “partido” da obra¹⁰⁶: a exemplo das pedreiras que abrigam uma concha acústica natural no Parque das Pedreiras (ver Foto 26) e do túnel e cascata artificiais do Parque Tanguá (ver Foto 27 e 28).

¹⁰⁵ Uma descrição melhor detalhada a partir deste item pode ser verificada no Anexo B:



◆ A antiga pedreira abriga uma concha acústica natural no Parque das Pedreiras (Foto 13), e no caso do Parque Tanguá permite a exploração de cenários como o Túnel sob a rocha e da cascata artificial (Fotos 14 e 15). ◆

Agregam-se atualmente equipamentos a partir de motivações culturais e étnicas, como é o caso do recente Bosque São Nicolau (recuperando as tradições natalinas) e dos diversos memoriais étnicos com exposições permanentes ou não de artigos típicos. De um modo geral, a diversidade de usos ocorre sempre dentro dos níveis cultural e ecológico. Destacando uma ou duas atrações distintas¹⁰⁷ em cada parque ou bosque, além de uma estrutura mais ou menos semelhante (pistas de caminhada, ciclovias, quiosques e recreação infantil e adulta¹⁰⁸ - ver Fotos de 16 a 18), os equipamentos vão

¹⁰⁶ De acordo com KÜSTER (2000a), a implantação de equipamentos ocorre sempre em áreas onde não haja vegetação arbórea, ou seja, em clareiras.

¹⁰⁷ Parques como o Iguçu, o Barigüi, e o São Lourenço têm uma gama maior de atrações, devido ao seu tamanho maior. O Iguçu tem setores diversos de uso, como o náutico, o esportivo, o zoológico.

¹⁰⁸ Guardando a proporção distinta entre parques e bosques, a presença deste tipo de equipamento é comum em todos. A diferença está no caso do Passeio Público e do Jardim Botânico, onde não são permitidos bicicletas nem animais.

desde um Centro de Criatividade¹⁰⁹ (uma espécie de Escola de arte e ofícios) (ver Fotos 19 a 23), passando por museus¹¹⁰ (ver fotos 24 a 27), bibliotecas¹¹¹, até camping e canchas de rodeio¹¹², trilhas ecológicas¹¹³, oferta de algumas modalidades de esportes náuticos¹¹⁴ e zoológico¹¹⁵ (ver Foto 28) além de uma universidade, a UNILIVRE¹¹⁶ (ver Foto 29).



◆ A recreação nos parques se dá através de equipamentos simples como as pistas de caminhada (Foto 16), os quiosques com churrasqueira (foto 17) e as canchas esportivas (Foto 18). Fotos de equipamentos do parque Barigüi. ◆

¹⁰⁹ No Bosque Gutierrez e no Parque São Lourenço. Este último oferece, sob gerência da FCC, oficinas de marchetaria, xilogravura, litogravura, artesanato em palha e vidro, escultura em resina e cerâmica, além de biblioteca e sala de projeções.

¹¹⁰ Casa do Seringueiro, em homenagem a Chico Mendes (Bosque Gutierrez); Museu de História Natural (Bosque Capão da Imbuia), Museu do Automóvel (Parque Barigüi) e Casa do escultor Erbo Stenzel (Parque São Lourenço), Museu botânico (Jardim Botânico), Memorial dos 500 anos de Brasil (Parque Tingüi) entre outros.

¹¹¹ No Bosque Alemão e no Bosque Zaninelli.

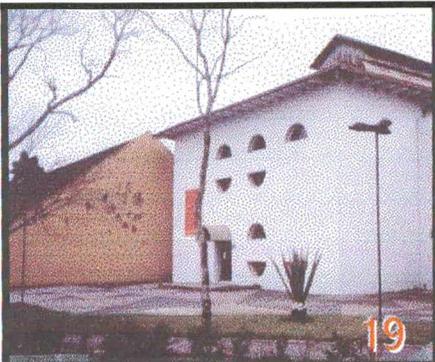
¹¹² No Parque dos Tropeiros.

¹¹³ Em diversos parques.

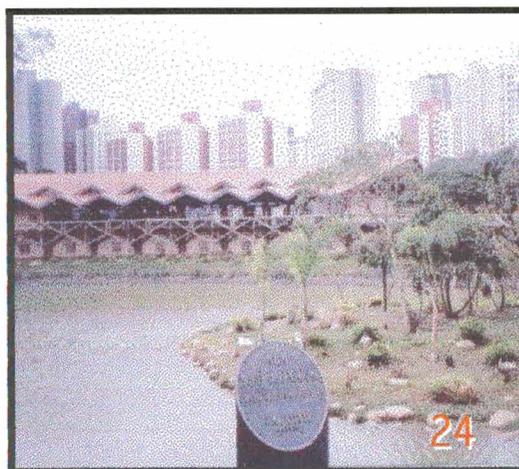
¹¹⁴ No Parque Iguaçu e no Parque do Passaúna.

¹¹⁵ No Parque Iguaçu e no Passeio Público.

¹¹⁶ No Bosque Zaninelli.



◆ O Centro de Criatividade do Parque São Lourenço (Foto 19), gerenciado pela FCC, oferece além de biblioteca comunitária (Foto 20), oficinas de marchetaria (Foto 21), artesanato em palha (Foto 22), litogravura (Foto 23) entre outras. ◆



◆ O Jardim Botânico abriga também o Museu Botânico Estadual (Foto 24), e no Parque Tingüi foi construído no ano 2000 o memorial do Brasil 500 anos (Foto 25). ◆



◆ A Casa do Escultor Erbo Stenzel guarda parte do acervo do artista e se localiza no Parque São Lourenço (Foto 26). Já o museu do automóvel fica no Parque Barigüi (Foto 27) ◆



◆ O Passeio Público (Foto 28) abriga um mini-zôo e o Bosque Zaninelli é sede da UNILIVRE, Universidade Livre do Meio Ambiente (Foto 29). ◆

- *As funções:* Na fase conceitual não ficam tão claras as funções do parque, além da de preservação e lazer que, em geral, motiva inclusive a escolha do local. Costumeiramente, depois do parque pronto, é que se recorre à gama de funções difundidas nos postulados da EUE, com destaque para algo diferente em algum parque específico, como preservação histórica (caso do Bosque da Fazendinha no qual está a Casa dos Klemtz, em estilo neoclássico), ou oferta de espaços de lazer para grupos habitacionais densos (caso dos conjuntos Diadema e Caiuá, vizinhos dos parques de mesmo nome).

Na fase de *planejamento* destacam-se:

- *Metodologia:* Apesar da falta de integração com o setor mais especializado na gestão de recursos naturais, o Departamento de Parques se vangloria de saber o que não pode ser feito em termos de planejamento para as áreas. “O técnico tem

anos de estudo, não vai fazer algo absurdamente errado”. Ilustrativas, estas palavras de KÜSTER (2000a) servem inclusive para “desmoralizar” o saber leigo e a possibilidade de participação das comunidades. Desmistificando o processo, este técnico mostrou que a maior parte dos projetos não chega a um nível de detalhamento preciso, uma vez que já existe o *know-how* de execução, que nada mais faz do que repetir o procedimento já executado em outro parque¹¹⁷. Embora no início a prefeitura contasse com uma equipe de renome, atualmente o quadro de arquitetos no departamento está deficiente devido às aposentadorias e falta de novos concursos. A equipe que lá trabalha é de um escritório contratado e, para se adequar à circunstância de falta de pessoal, o departamento vem buscando simplicidade nos projetos¹¹⁸. Em casos específicos, recorre-se à licitação para detalhamento de partes do projeto, como foi o caso do mirante do Parque Tanguá. Outras vezes é o IPPUC que projeta os equipamentos específicos, como é o caso da Ópera de Arame e da estufa do Jardim Botânico. Como já mencionado por Küster, busca-se um projeto que requeira pouco nível de intervenção, aproveitando-se das condições topográficas do sítio. Não existe o requinte de um projeto paisagístico, por exemplo. A definição de espécies tem como condicionante a disponibilidade do horto municipal, que por sua vez, trabalha com espécies nativas, resistentes e que não exijam cuidados especiais. Os projetos, em sua simplicidade, não contam com o memorial descritivo, artifício textual de justificação do desenho, que lhes daria substância. As idéias ficam, disse KÜSTER (2000b), na “cabeça dos técnicos/projetistas” envolvidos, que após o projeto costumam ser consultados pelos assessores de comunicação da prefeitura ou mesmo pela mídia em geral, e a partir daí se constituem os discursos de justificação das áreas, seja em material publicitário/informativo oficial, seja nos canais da mídia convencional. Uma das razões apresentadas por Küster para a não-elaboração prévia de documentos ou

¹¹⁷ Assim, este tipo de material (desenhos, cartas topográficas, levantamentos aéreos) não apresentou importância para a nossa análise, por sua falta de expressividade para a resposta de nossas questões norteadoras.

¹¹⁸ A simplificação, aliás, é uma das “ordens da casa” desde a primeira gestão Lerner, quando a implementação dos parques ainda ficava por conta da Secretaria de Obras, que enfrentou dificuldades com a sofisticação de projetos dos técnicos do IPPUC que, como vimos no capítulo 2, “incubaram” suas idéias antes da ascensão de Lerner. A partir daí, o Departamento de Parques e Praças passou a simplificar os projetos, de acordo com KÜSTER (2000a).

atas da fase de concepção nem de um memorial que acompanhe os projetos é a necessária agilidade dos processos. Como mencionamos anteriormente, a eficácia das ações em Curitiba se deve a uma agilidade de implementação das ações. SERAPHIM (2000) tem uma auto-crítica, apontando que falta à SMMA uma “cultura da sistematização”, uma vez que nem do material produzido após as obras (*folders*, matérias) se tem um acervo.

- *Recursos técnicos e materiais*. Mais recentemente, como subsídio anterior ao detalhamento, tem servido o avanço tecnológico que a PMC vem implementando no que se refere ao mapeamento digital da cidade, com diversas informações que podem ser intercruzadas. No entanto, é um instrumento ainda incipientemente utilizado neste departamento. Uma das “matrizes”¹¹⁹ da primeira gestão de Taniguchi, o *Relatório de Monitoração da Gestão Urbana*, também é outro instrumento que começa a ser utilizado, incluindo diversas informações, como indicadores sociais, ambientais, econômicos, entre outros. Atualmente, não há requinte técnico de projeto. No que se refere aos materiais, como vimos, já tem sido um signo de identificação da população as construções rústicas com toras de madeira tratada, utilizadas em pontilhões e quiosques.

Na fase de *implantação* são importantes os fatores:

- *Etapas de implantação e negociação*: Estes dois fatores não se dissociam na implantação. Atualmente, enquanto se aguarda a injeção de novas verbas ou a negociação com proprietários de áreas de interesse¹²⁰, se dá a implantação em etapas dos parques, como aconteceu com o Tanguá e o Tingüi¹²¹. Em geral, até

¹¹⁹ Matrizes, Matriciais ou Idéias-força são como se denominam os projetos estratégicos na gestão de Taniguchi de 1996-2000. Entre elas estava a elaboração deste relatório, bem como do *Plano de Zoneamento e Uso do Solo*. A inovação metodológica destes projetos vinha de sua elaboração por equipes de profissionais de diversas secretarias e órgãos em conjunto.

¹²⁰ A negociação tem sido o meio mais eficaz de aquisição de áreas de interesse. O Parque Tingüi é resultado da doação de 40% de uma gleba cuja localização restringia seu uso (zona agrícola e sem vias de acesso). A partir da criação do parque, e com a necessária estrutura viária para se dar acesso, a área restante valorizou e deu lugar a três condôminos horizontais.

¹²¹ Há uma idéia de um parque linear – o maior parque linear urbano do país, ao longo do Rio Barigüi – que unificaria o Tanguá, o Tingüi e o Barigüi e outros futuros parques em 42 quilômetros de áreas verdes, com mais de 2 milhões de m². Este projeto de ampliação ganha importante incentivo com a lei 9.805 de 2000, com a Criação do Anel de Conservação Sanitário-Ambiental. Este novo instrumento legal pretende antes que coibir, dar incentivos aos proprietários das áreas do anel para preservação e não-ocupação, aumentando as áreas de permeabilidade de águas pluviais (ver Mapa 14 em Anexo A).

mesmo pela simplicidade dos projetos e pelo aproveitamento dos recursos paisagísticos já existentes, esta fase não costuma ser muito demorada.

Na fase pós-implantação, referente à gestão das áreas verdes, destacam-se:

- *Atores e ações de outras secretarias no parque*¹²²: Demonstrando inclusive a capacidade da estrutura assimilar novos valores, alguns atores têm sido incorporados ao longo da existência dos parques. Entre eles está a parceria com a Fundação Boticário para comunicação visual, especialmente no Parque Barigüi, divulgando em painéis a história do lugar e as principais espécies presentes naquele ecossistema (ver Foto 30).



◆ Foto 30 - Painele informativo no Parque Barigüi (patrocínio da Fund. O Boticário) ◆

Contudo, o logotipo da fundação é bem pequeno, pois, segundo KÜSTER (2000a), as pessoas não vêm ao parque para verem uma reprodução da poluição visual da cidade. As parcerias com a iniciativa privada se estendem através de outras secretarias, como por exemplo, no Programa “Curitiba Ativa” (ver *Folders* 15 e 16 deste programa em Anexo A) para a promoção de atividades físicas nos parques,

¹²² Preferimos aqui dizer “ações de outras secretarias” do que “ações integradas”, pois como se verificará, há mais um uso do parque como plataforma de ações particulares de cada secretaria do que necessariamente uma integração. Afinal, são funções agregadas aos parques após à fase de projeto, que exigem estruturas adaptadas para determinados usos não previstos numa possível fase integrada de projeto. De modo geral, não é a SMMA nem o seu Departamento de Parques e Praças que atua como articulador nem fomentador de atividades no parque, embora seja ele quem dê autorização para sua realização. A iniciativa parte da secretaria ou órgão interessado no evento. Caso particular foi o *Reveillón* de 2000, realizado no Barigüi, que antes do seu sucesso, causou grande polêmica. Justificando ser uma data isolada, a PMC montou uma grande estrutura atraindo milhares de pessoas ao parque numa ação gigantescamente integrada de secretarias, além da polícia.

através de equipamentos como hastes, traves e tanques com areia, oferecendo condições aos usuários de fazer exercícios de alongamento¹²³ (ver Foto 31).



◆ Foto 31 - Equipamentos no Parque Barigüi para os exercícios de alongamento ◆

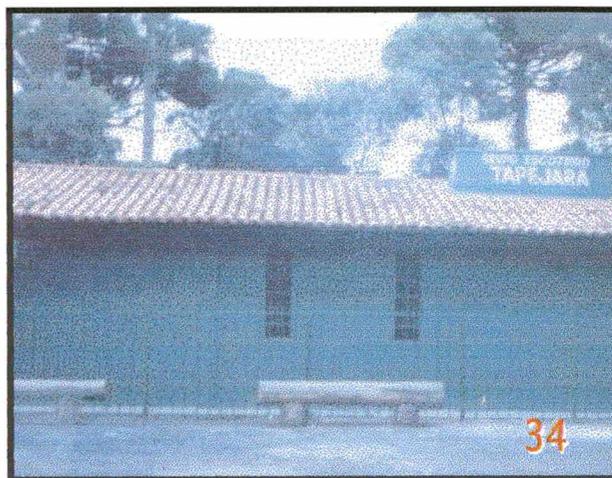
Orientadas por *folders* e painéis (ver Foto 32) e ou em promoções agendadas e divulgadas (contando com a presença de profissionais de educação física), este programa da SMEL estabelece parcerias com academias de ginástica, lojas e marcas de produtos esportivos (ver Foto 33), bem como outras instituições em vínculo direto que entram com outras contrapartidas, como o caso do Banco Itaú.



◆ Painel explicativo para atividades de alongamento ao ar livre (Foto 32) e palco para apresentação de aulas profissionais de exercícios físicos com patrocínios diversos (Foto 33). ◆

¹²³ Atualmente a SMEL investiga a possibilidade de se introduzir equipamentos para exercícios de resistência e força (TOSIN, 2000). Existem ainda outros projetos, como o do médico fisiologista Eugênio Mussak (Projeto Caminhante) que pretende acoplar à academia de musculação do Barigüi uma clínica que pudesse prestar avaliação física gratuita aos usuários do parque, aproveitando-se, por exemplo, da pista de cooper. O projeto pleiteia patrocínio da Reebok, fabricante de tênis esportivos (INDÚSTRIA & COMÉRCIO, 28/02/94, p. 8).

A Fundação Rexona é uma das patrocinadoras da Maratona Ecológica de Curitiba, que anualmente atrai dezenas de atletas para percorrerem pelos parques um trajeto¹²⁴. A SMEL também estaciona o seu “*Linha do Lazer*” em parques e bosques, um ônibus com equipamentos de recreação que, de forma agendada e divulgada, permanece durante alguns dias nestes espaços oferecendo-lhes um incremento de uso. Há ainda o programa “Dança Curitiba” que há mais de 15 anos promove competições de dança em circuito de abril a dezembro utilizando-se de palcos em alguns parques e praças da cidade. Conforme depoimento de C. A. OLIVEIRA (2000) há parcerias também com os grupos de escoteiros que têm no Barigüi sua sede (ver Foto 34) para atividades de educação ambiental, e outras atividades como plantio de mudas e mutirão de limpeza. A própria SMMA utiliza os parques como plataforma para seus programas, como o “Olho d’Água” de monitoramento da qualidade da água (ver item 2.3.1.1.3).



- Manutenção: Há mais de 5 anos a SMMA terceirizou parte da manutenção das áreas verdes, tendo assim se tornado mais eficiente e reduzindo custos em até 50% (GAZETA DO POVO, 28/08/95, p. 01). Com exceção dos parques, as praças, bosques e jardinetes são de responsabilidade das administrações regionais. Outro recurso de manutenção tem sido combinar o programa Piá ambiental da SMMA que dá educação e formação profissional para meninos carentes. Em troca de um salário, eles aprendem o ofício da jardinagem e são os principais responsáveis pela reposição de mudas nos parques (ver Foto 35).

¹²⁴ De acordo com Cassio Taniguchi em depoimento em abril de 1989 quando Lerner ainda era prefeito: “A atual administração terá que contar com um componente muito importante: a iniciativa privada. Não sou ingênuo a ponto de admitir que a iniciativa privada vá resolver todos os problemas. Mas acho que existem mecanismos institucionais que, através de incentivos, estímulos, podem criar recursos que não existem hoje. As parcerias, como diz o Jaime, compõem o único mecanismo viável para se montar uma série de programas”. (IPPUC, 1990, p. 62). Portanto, de acordo com FREY (1996), embora não se defenda uma privatização total, o governo inclui a iniciativa privada na prestação de alguns serviços e parcerias com contrapartida promocional da empresa.



◆ Foto 35 - Meninos do programa Piá Ambiental em serviço de manutenção de mudas no Jardim botânico. ◆

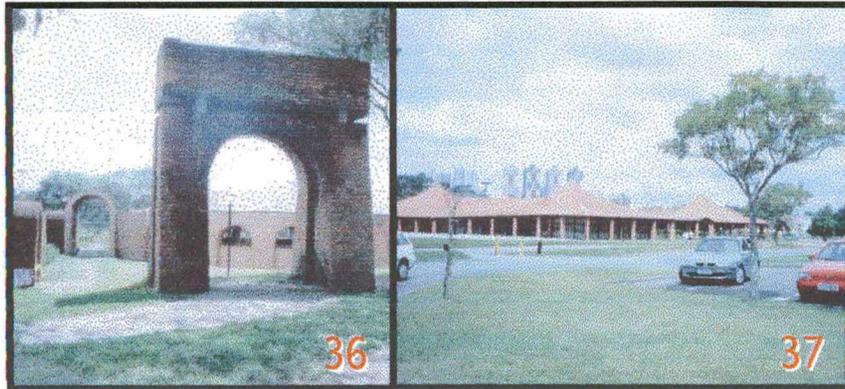
Averiguando novas formas de arrecadação, a SMMA promoveu pesquisa recentemente sobre a viabilidade de se “cobrar entrada” para os parques. Segundo o resultado, 90 % dos entrevistados se dispõem a pagar até um real por pessoa. Contudo, somente no Jardim Botânico, no Passeio Público e no zoológico do Parque Iguazu seria possível, pois oferecem condições de controle de entrada, o que em outros parques ficaria difícil.

- *Usos acrescentados.* Comentávamos sobre o caráter cultural e o ecológico, senão misto, dos usos nas áreas verdes em Curitiba. Contudo, conforme a demanda, outros usos vão sendo acrescentados, ou mesmo certos equipamentos são reciclados ou revitalizados. Tem se percebido uma ênfase para o cultural-gastronômico com o sucesso do *bistrô* no Parque Tanguá, agora também no Barigüi, bem como para o turístico, com a oferta de *souvenirs* da grife *Leve Curitiba*¹²⁵. O bistrô do Barigüi ocupa uma antiga casa de arquitetura pitoresca que dava lugar a uma Associação de Criadores de Canários. Alguns usos já consolidados passam por reciclagem, como a academia de ginástica do parque Barigüi (ver Foto 36) que, pretende-se, seja ampliada para o espaço do atual Centro de Exposições¹²⁶, possibilitando sua utilização do parque em dias de chuva. Alguns outros usos também sofreram adaptações ao longo do tempo, como o Centro gastronômico¹²⁷ do Parque Barigüi, cuja proposta não prosperou e cedeu lugar a um grande restaurante (ver Foto 37).

¹²⁵ Arrendados a terceiros, estes bistrôs e as lojinhas do *Leve Curitiba* reverterem fundos para o instituto Pró-Cidadania que é uma ONG associada ao Fundo Municipal de Ação Social o qual promove diversas ações sociais no município.

¹²⁶ Este espaço foi cedido em comodato pela prefeitura, e o tempo está se encerrando, portanto se pensa numa reciclagem de uso.

¹²⁷ A proposta do centro gastronômico era de se colocar em *boxes*, por período restrito, pequenos empresários do setor que divulgassem a diversidade da cultura culinária paranaense.



Outro uso que já se tornou freqüente nos parques é o da educação ambiental, que vem implementando programas diferenciados em cada parque¹²⁸. Contudo, SERAPHIM (2000) faz uma crítica à falta de um centro de visitantes nos parques mais freqüentados, que com a presença de profissionais bem informados, poderia dar noções valiosas sobre o meio ambiente e fazer destes espaços uma opção não só de lazer, mas também de instrução.

Contudo, após a caracterização destes processos, é necessária uma ponderação acerca de sua coerência, viabilidade e sentido além de se destacar alguns efeitos perversos destas ações. Portanto, o faremos de forma breve e, no que se referem aos aspectos acima citados, deixando para a avaliação posterior em paralelo com as contribuições teóricas do capítulo 1.

No aspecto da manutenção, por exemplo: responsável pelo grande crédito dado aos parques, este serviço embora bem aparelhado, custa caro. Mesmo insistindo-se tanto no papel da educação ambiental, a consciência dos cidadãos não tem correspondido a um nível

¹²⁸ O Zoológico de Curitiba (Parque Iguazu), vem desenvolvendo o Programa de Educação Ambiental que por meio de atividades educativas e recreativas, dá informações sobre as inter-relações que se estabelecem entre a fauna, a flora, o meio biótico e os componentes abióticos que compõe o meio ambiente. O Programa se realiza no Centro de Exposições onde o visitante tem a oportunidade de conhecer exemplares da fauna brasileira conservados. O Centro de Exposições é o local onde o visitante conhece as atividades desenvolvidas através de exposição fotográfica, participa também de diversas atividades lúdico – informativas, tem acesso a *folders* e fichas de bichos, pode consultar a bibliografia disponível. No Centro de Exposições inicia a *Visita Orientada*, programa que atende aos alunos das redes de ensino, a partir da quarta série, em grupos de 40 alunos divididos em duas equipes. Faz parte também deste Programa a *Zooterapia*, que visa atender crianças que não têm acesso ao Zoo: em tratamento nos hospitais ou crianças portadoras de deficiência física e/ou mental. Este ano este programa foi ampliado para crianças portadoras de HIV, e para um grupo de terceira idade. Há ainda o Acontamento Ecológico que atende a rede municipal de ensino principalmente, em programa de atividades que acontecem aos sábados e domingos, envolvendo palestras, horta, pomar, mini-zoo (animais domésticos), cerimonial do fogo, trilha noturna, visita ao Zoo à noite e durante o dia, compostagem e diversas atividades recreativas sempre com temas ligados ao meio ambiente.

satisfatório de conservação das áreas. Um dos fatores apresentados para este comportamento, de acordo com PEREIRA (1999), é que, no caso de bosques e praças étnicas, prevalece uma idéia de “guetização”, a ponto de não gerar identificação para alguns grupos. Para MÜLLER (1999) isto também se deve à falta de consciência do sentido de patrimônio público:

Como centro urbano, Curitiba apresenta também efeitos dos abusos por parte de sua população, quaisquer que sejam seus motivos. Os parques, praças e bosques étnicos da cidade, algumas de suas maiores atrações, não são excluídos das áreas onde podem ser encontrados exemplos de vandalismo [...]. Evidenciando a idéia da existência de uma cultura de desprezo do público, dados da guarda municipal indicam que a maioria dos atos de vandalismo são realizados por estudantes de segundo grau ou ainda universitários de uma parcela da população de boas condições financeiras.” (p. 40).

Mesmo com a terceirização e descentralização da manutenção citada acima, há muitas reclamações com relação à manutenção nos parques. KÜSTER (2000b) inclusive acredita que seria necessária uma propaganda que incentivasse o uso menos intensivo dos parques, pois em finais de domingos de sol, parques como o Barigüi juntam cerca de 1400 quilos de lixo, alguns destes no chão e nos lagos. A ocorrência de feiras e outros eventos agrava o problema (FOLHA DE LONDRINA, 1995).

Além do vandalismo e do descuido com o lixo, a própria função que cumprem alguns parques, no sentido de controle das cheias, apresenta um revés. Com chuvas intensas os lagos acabam lotando com entulho e lodo, que demoram a ser retirados, causando transtornos para os usuários dos parques, como o mau cheiro. Serviços de dragagem custam cerca de 350 mil reais e são poucos os homens para a realização destes serviços. No caso do Parque Barigüi, recentemente foi criado um canal paralelo para que haja escoamento sem ficar água parada. A renovação da água em tanques fechados, como dos Parques Bacacheri e Tingüi será feita por poços artesianos (ESTADO DO PARANÁ, 1995 e DIÁRIO POPULAR, 1995).

Se, por um lado, tem-se visto a valorização dos terrenos próximos aos parques devido a sua estrutura de drenagem natural e saneamento, seu embelezamento, seus equipamentos de lazer e acessos viários para estes, por outro, a criação de parques atua como política indireta da prefeitura, indicando direções da evolução urbana para a classe média-alta (MÜLLER, 1999), o

que implica em rearranjos sócio-espaciais que contribuem para a periferização da população de menores recursos.

Além destes aspectos, KÜSTER (2000a) citou a confluência de ações entre secretarias, que, por falta de integração, interferem no trabalho uma da outra, como é o caso da SMMA e da Secretaria de Obras, que para SAMEK (2000) deveriam ter suas funções aglutinadas numa só.

Uma das inquietações dentro de nossa pesquisa, à medida que íamos percebendo a falta de material que comprovasse a existência de um paradigma, era como se dava a integração intra-institucional, que no caso dos parques implica em atividades de diversas secretarias e órgãos neles realizadas. Embora sejam, como vimos, mais fruto de iniciativa isolada das secretarias e órgãos, é interessante que ações em cultura, educação, meio ambiente, lazer, esporte, promoção social entre outras, encontrem meios de se desenvolver no espaço dos parques sem a presença de uma gerência de caráter centralizador ou sequer de um plano de ações. É mais intrigante ainda quando no discurso municipal se divulga o resultado destas ações como obra de um planejamento integrado e que elas logrem tanto êxito. Como ações isoladas alcançam tanto sucesso sem uma base que lhes dê diretrizes?

Para KÜSTER (2000b) há uma espécie de “consenso imaterial” entre os técnicos da prefeitura, do que “pode e o que não pode ser feito” (num sentido do que é coerente com a “cara” de Curitiba ou não), o que ele denomina de “inconsciente coletivo dos técnicos”.

Em nossas entrevistas com agentes-chave do processo de planejamento e gestão de áreas verdes¹²⁹ pudemos perceber um grande grau de conhecimento e de aprovação das políticas curitibanas como um todo, bem como um empenho até mesmo pessoal de alguns em facilitar essas ações intra-institucionais, não se detendo em sua área específica de conhecimento e ação. Para KÜSTER (2000b), houve uma “absorção da forma de atuar por parte de cada secretaria”. Ao nosso ver, um dos fatores que determina este perfil dos técnicos e, portanto, das instituições, é que grande parte do corpo técnico, especialmente o escalão mais alto (superintendentes, gerentes, diretores), está há aproximadamente 25 anos na prefeitura, tendo um “conhecimento da casa” e tendo crescido com a estrutura. Outro fator é o envolvimento pessoal e até de amizade entre alguns, que se conhecem por estarem há tanto tempo na

prefeitura e ultrapassam facilmente a impessoalidade de relacionamentos numa “empresa” de 30.000 funcionários como é a PMC. Assim, um determinado diretor sabe para quem telefonar na hora de fazer tal solicitação (como, por exemplo, a permissão para realização de eventos culturais no parque). Assim como se sabe de antemão aquilo que não contaria com a aprovação... E desta forma, muitas ações de outras secretarias encontram no espaço dos parques um lugar propício para sua realização, como vimos acima em atividades da SMEL, do Instituto Pró-Cidadania, entre outros.

O papel do IPPUC como definidor de políticas através da estrutura física de desenvolvimento da cidade, como vimos no capítulo 2, e a crescente hierarquização e especialização de órgãos são outros determinantes desta integração intra-institucional.

Na verdade, a “filosofia de ação” do Departamento de Parques e Praças não difere da de toda a Secretaria do Meio ambiente, cujo êxito é creditado a uma coesão interna e externa (intra-institucional). Para TOCCHIO (1996), a filosofia da secretaria está na ação prática:

[...] então, a nossa teoria nasceu da prática, na grande maioria dos projetos. Formou-se esse conceito. Hoje, temos condições de legislar, de propor normas, de teorizar, de criar métodos, porque temos um respaldo de anos de prática, de conhecimento da cidade, palmo a palmo. Somos capazes até de saber se uma legislação vai funcionar ou se não vai.[...] Os nossos projetos não são extremamente complicados, com tecnologias muito avançadas. Muitas vezes, desenvolvemos tecnologia *tupiniquim* mesmo. É a tecnologia de Curitiba. (p. 121).

Portanto, o “modelo” curitibano de gestão do meio ambiente, se assim o podemos chamar, não provém de uma base paradigmática previamente escolhida, senão daquilo que foi em paralelo às circunstâncias se firmando como “bom e conveniente”, e assim, foi e continua sendo assimilado nas políticas de gestão. A Ecologia ou mesmo a sustentabilidade não foram fruto de uma escolha antecipada às atitudes, e no caso dos parques, foi um discurso que se revelou oportuno, como vimos, do ponto de vista político-ideológico, para sustentar/justificar as ações neste aspecto. De modo algum se falou: “Vamos fazer parques, então façamos de forma sustentável, que sejam parques ecológicos”. Todo o sucesso das experiências curitibanas vem de uma série de experimentações que foram recebendo *insights* constantes de influências que chegavam ora pela mídia, ora pela formação reciclada de técnicos, e até mesmo pelo papel singular de Jaime Lerner como planejador. Em Curitiba, a ecologia é como o “paradigma do

¹²⁹ Na introdução já mencionamos os entrevistados e o motivo da escolha por eles.

paradigma”. Primeiro, Curitiba experimenta a viabilidade do novo postulado, depois divulga como prática exitosa sustentada por uma teoria que emerge e se combina com a experiência, e como num circuito de retroalimentação, já não se percebe se a teoria vem mesmo antes.

Na busca por referenciais teóricos que norteassem as ações em meio ambiente e no planejamento e gestão de parques urbanos, duas instâncias se revelaram igualmente fundamentais para a difusão de novos valores no que diz respeito a sustentabilidade urbana. Uma já citada é a UNILIVRE (ver item 2.3.1.1.5). Se inicialmente ela atuava como difusora das idéias de planejamento e meio ambiente na cidade, (sendo a partir de sua inauguração em 1991 que o título de “Cidade Ecológica” se consolidou e que foram publicados os postulados da EUE), hoje em dia ela é também receptora das mais recentes teorias sobre o tema, através de seus intercâmbios, dos eventos que promove, do acervo de sua biblioteca e do seu centro de referência. Atuando na formação dos técnicos da prefeitura com os cursos que promove, ou mesmo formando outros profissionais, e sendo um ponto de encontro de pesquisadores, tem trazido grande vantagem para a cidade, a qual tem estado na ponta das principais discussões acerca de sustentabilidade urbana. Assim, a UNILIVRE atua como poderosa “injetora de novidades”, e tem fomentado a teoria que hoje, mesmo que incipiente e até equivocada, se traduz em ações do município.

Outra instância relevante, dentro da estrutura da SMMA, é a Gerência de Educação Ambiental. Pelas informações obtidas em entrevistas com sua gerente (TONIOLO, 2000), avaliamos que este é praticamente o “único setor em que se lê” dentro da SMMA, ou seja, que vai buscar nas fontes primárias os referenciais teóricos de sua ação. A entrevistada citou alguns autores dentro do pensamento sistêmico e do Ecodesenvolvimento que vem norteando as práticas da gerência que, de uma forma ou de outra, influenciam a postura da SMMA como um todo e a coloca na vanguarda da discussão acerca da sustentabilidade urbana. Inclusive, foi este setor que permitiu, ao nosso ver, uma virada do tratamento da questão ambiental pela SMMA, que como coloca TRINDADE (1997), foi inicialmente marcada por uma “visão preservacionista, que contrapunha a noção de paisagem natural ao processo de urbanização das cidades”.¹³⁰

¹³⁰ A noção mais holística e menos antagonica com relação à natureza não é unânime entre os técnicos, pois, mesmo que inconscientemente, parecem reproduzir pensamentos que derivam desta concepção. Para Küster, por exemplo, os espaços verdes da cidade são um “refúgio onde as pessoas reestabelecem seu equilíbrio psicossomático”. Neste sentido, ele rejeita veementemente opções como a da publicidade ostensiva em mobiliário do parque, bem como na inclusão de usos que

O que se sabe é que não se pode tirar a legitimidade do discurso construído, ao sustentar tantas ações como a da própria SMMA, que tem respaldo hoje como o IPPUC tinha no passado. Este órgão, até a emergência da questão ambiental, vem ditando as regras do “como deve ser” na cidade, amparado no modernismo de modelação cartesiana que acreditava na mudança de valores de acordo com a imposição da forma. Seu poder foi fortalecido desde a ascensão de Lerner à prefeitura pela primeira vez. Como vimos no capítulo 2, foi quando o primeiro escalão do seu governo formou-se a partir dos técnicos com quem trabalhara no IPPUC e que estiveram desenvolvendo o detalhamento dos projetos para o Plano Diretor de 75, agilizando sobremaneira a implementação das idéias. Assim o IPPUC ocupou o ápice da pirâmide municipal de administração. Com isso, conseguiu-se uma maior dotação orçamentária para esta fundação, bem como o alcance de um perfil de ação que ia na contramão da tradição brasileira: a de se planejar e executar e gerir através de uma mesma instância, como foi o caso da gestão, até pouco tempo, por parte do IPPUC, do sistema de transporte coletivo por eles desenvolvido (depois repassado para a URBS). Da mesma forma, tendo já enfraquecido o papel do IPPUC em função das administrações peemedebistas que remanejaram seu corpo técnico para diversos órgãos, a SMMA passa a se destacar no planejamento urbano, também assumindo funções que extrapolavam seu objetivo inicial (OLIVEIRA, 2000). A SMMA divide hoje, junto com o IPPUC, importância na definição de diretrizes na cidade e poderia ser considerado o novo implementador do possível “paradigma” de gestão urbana. Para TOCCHIO (1996):

[...] o que acontece é que, como parceiros, fornecemos todo o subsídio ambiental para o planejamento macro da cidade [...]. Hoje, quando o IPPUC vai estabelecer uma diretriz, uma estrutural, ou alguma coisa na área de transporte, chama a Secretaria de Meio Ambiente para ouvir quais as condições ambientais que envolvem várias secretarias, e o Meio ambiente é sempre ouvido na questão ambiental [...]. (p. 122).

Na opinião de TRINDADE (1997), a importância da questão ambiental para o processo de planejamento urbano coloca a SMMA como responsável pela postura ambiental da cidade e

se relacionem ao espaço urbano nos parques. Ele disse que “chovem solicitações” diversas para permissão nos parques dos mais diversos usos e atividades. Pessoas que querem colocar auto-falantes com o som gravado de pássaros silvestres para imitar a natureza, empresas privadas querendo fazer propagandas em balões e aviões, bancos que querem guichês eletrônicos, além de um sem-número de vendedores ambulantes. Já na visão de Dâmaris, ao ser perguntada sobre que parque para ela representa um modelo mais próximo do ideal em Curitiba, ela apontou o da Barreirinha, um dos menos frequentados, com menos usos e com mais características naturais preservadas. Assim, denota uma visão ainda um tanto quanto preservacionista e preconceituosa quanto ao acesso às áreas verdes.

como grande aglutinadora de ações integradas entre instituições municipais. Para TOCCHIO (1996):

Hoje, a Prefeitura de Curitiba faz seus projetos sempre com conotação ambiental, qualquer que seja a secretaria. [...] as últimas administrações municipais deram para essa secretaria, e sei que continuarão dando, força política e estrutural, porque sabem que toda ação, hoje, já não envolve apenas uma secretaria, exige a participação de várias. Fui à inauguração de um projeto de hortas de fitoterapia, farmácia alternativa caseira, no qual estavam envolvidas as secretarias de Saúde, Meio ambiente, abastecimento e Fundação de Ação social; quer dizer, um projeto de quatro secretarias.(p. 121).

O papel da SMMA se tornou mais evidente na recente Lei de Zoneamento do uso e ocupação do solo, com sua participação nesta Matricial da gestão de Taniguchi que foi elaborada com a participação de vários órgãos. Assim, esta secretaria conseguiu “imprimir” à lei que dirige o planejamento da cidade suas diretrizes para a preservação de unidades de conservação. “Uma oportunidade imperdível”, segundo SERAPHIM (2000). Acompanhando esta lei, graças à intervenção da SMMA, vieram as leis 9804 (que cria o Sistema de Unidades de Conservação), a 9805 (que Cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário-ambiental), e a 9806 (que institui o Código Florestal).

Assim, agora, de acordo com a lei 9804 (ver o Texto 17 em Anexo A com esta Lei), quando um determinado proprietário de lote for proceder à consulta legal sobre sua propriedade, se esta ficar em área de interesse da PMC, ele será alertado¹³¹ (ver Mapa 12 em Anexo A - hachuras amarelas referentes à área de interesse) e um processo de negociação que envolve procedimentos, entre os quais, o da troca de potencial construtivo, (podendo construir em outro terreno para além das determinações permitidas naquele local) será iniciado para a aquisição da área incremento do “banco verde” do município, aos moldes do que acontece com o patrimônio histórico e ambiental ¹³²(item 2.3.1.1.2).

¹³¹ Esta precisão tanto no levantamento das áreas de interesse como da informação através da consulta legal são possibilidades oferecidas pelo moderno sistema de mapeamento digital da PMC/IPPUC que suplementou o trabalho de campo. Neste sentido, lembramos da noção de Giddens de interação estrutura e agência sob esta nova ordem tecnológica, onde novos procedimentos dos agentes são subsidiados pela própria estrutura que lhes exige uma adequação (ver item 1.1.1).

¹³² De acordo com KÜSTER (2000b), que participou também da definição de áreas de interesse para as futuras unidades de conservação, procurou-se ser extremamente imparcial na escolha, também para não banalizar o instrumento ao destacar muitas áreas de interesse. Segundo SERAPHIM, o fato de haverem mais áreas de interesse no sul da cidade, até então pouco privilegiado na locação de parques (com a compensação do maior deles – o Iguazu – ficar na região) se deve à região ser menos intensamente povoada, o que preservou mais áreas.

Esta mesma lei se alia neste intuito a 9805, que incentiva os proprietários da área do anel sanitário-ambiental a semelhante negociação. A insistência dos técnicos é que a “lei do anel” não pretende ser elemento coibitivo, mas de incentivo à preservação através de diversos incentivos ao proprietário (ver Mapa 14 em Anexo A). A lei 9804 ainda traz uma classificação que pretendia ser definitiva para as áreas verdes públicas e privadas do município, mas que segundo SERAPHIM (2000), ainda será revista à luz de conhecimentos adquiridos em recente congresso sobre Unidades de Conservação (ver Texto 17 em Anexo A). Por fim, a lei 9806, que traz o novo Código Florestal, redefine as multas e os incentivos para a preservação de espécies, bem como as multas pela sua eliminação.

Portanto, se há um paradigma de gestão urbana, um novo jeito de se fazer parques, um papel crucial no processo desempenha a SMMA, respaldada também por estes instrumentos legais.

Contudo, Curitiba não estagnou em suas metas no que se refere a suas áreas verdes. Novas demandas têm surgido e obrigado a novos arranjos. Uma delas é o crescente aumento populacional, resultado da imagem positiva tão bem divulgada acerca da cidade. Outra é a crescente problemática dos municípios de sua região metropolitana, que vem já desde há alguns anos obrigando a PMC a tratar alguns assuntos em conjunto. OLIVEIRA (2000) atribui à sustentação destes municípios à positividade da imagem e situação de Curitiba, que é como uma ilha que se serve dos municípios vizinhos para a manutenção de seu status. A negligência para com este aspecto de administração metropolitana, porém, pode ser um mau indício da internalização de um paradigma ecológico e sustentável.

Algumas medidas vêm sendo tomadas através de sua coordenadoria metropolitana e, no caso das áreas verdes nos limites entre municípios, há ainda o desafio da escala de domínio estadual, que segundo SERAPHIM (2000), tem dificultado a gestão de parques como o da Passaúna.

Isso não impede que alguns parques venham sendo pensados numa escala regional, avançando na noção de rede de parques, que se aproxime daquela que trouxemos no capítulo 2. Tanto SERAPHIM (2000) quanto KÜSTER (2000a e 2000b), embora tenham pouco claro para si

o conceito de rede, crêem que os parques curitibanos ainda não configurem uma, que se pretende, em alguns anos, seja alcançada através do projeto do anel sanitário-ambiental. Há para 2001, previsão de 5 parques, entre eles a conclusão do Tingüi e a sua unificação com o Barigüi. Além destes, o Parque do Atuba, o das Nascentes do Rio Belém e o da Vista Alegre, que ocupará uma antiga pedreira. Todos eles na região norte da cidade. Um mega-projeto, fruto de uma matricial não concluída na primeira gestão de Taniguchi pode se tornar um exemplo dos mais importantes dentro de uma perspectiva ecossistêmica, em todas as dimensões da sustentabilidade: trata-se da *Vila Olímpica*, na região leste da cidade (se estende do Parque Iguazu ao Cajuru), prevendo ações em esporte, lazer, educação, meio ambiente, emprego revitalizando conjuntos urbanos e construindo novos prédios.

SERAPHIM (2000) também aguarda o resultado do pré-plano de manejo do parque Tanguá encomendado à Fundação de Pesquisas Florestais da UFPR. Através de um projeto contemplado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, este pré-plano elaborado com o respaldo de uma instituição de renome e com a imparcialidade acadêmica, diz SERAPHIM, será aplicado ao Tanguá, e aí se tornará um exemplo que deva ser seguido pelos outros parques. *Um plano de manejo, ao seu ver, seria essencial para cada área.* Até hoje só o Iguazu teve algo parecido, e que não foi implementado. Ela acredita que, uma vez se provando o valor deste instrumento e seus frutos, fique mais fácil convencer o Departamento de Parques e Praças a adotar o procedimento, que daria margem, a nosso ver, para uma transformação paradigmática nos processos de planejamento e gestão. Embora as intervenções atuais, na opinião de SERAPHIM, não cheguem a prejudicar o ecossistema, a desvantagem está no que se deixa de otimizar pela ausência de um plano de manejo, exatamente como a visão anti-ecológica e insustentável deixava de relevar. Se Curitiba demonstra hoje ações que se revelaram modelo e que têm demonstrado êxito, como vemos, não é por um rigor científico que o alcançam.

Até então nos ocupamos de uma descrição que melhor retratasse o estado-da-arte no planejamento e gestão de parques urbanos. Agora, de forma sintética, reunindo as informações que obtivemos das diversas fontes, e acrescentando algumas outras que tornaram nossa análise mais ilustrativa, recorreremos às noções que o capítulo 1 nos deu acerca da noção ecossistêmica de cidade. Somando-se a contribuição que o Ecodesenvolvimento nos trouxe para a explicitação da problemática e outras variáveis que melhor caracterizam um modelo sustentável de parques,

procederemos a uma análise do caso curitibano, buscando mostrar o que há de sustentável e insustentável neste prolapado paradigma, além de apontar algumas propostas de incremento e melhoria do estado atual.

3.3 Dos limites e impasses às propostas para um novo modelo mais sustentável de planejamento e gestão de parques urbanos

A densidade de informações tanto do capítulo 1, sob a forma de contribuições teóricas, quanto dos capítulos 2 e 3, no esforço de descrição e análise em si dos processos de planejamento e gestão da cidade e dos parques em Curitiba, nos condiciona a uma breve síntese antes que propriamente submetamos à análise que nos propúnhamos do caso curitibano, à luz da sustentabilidade apontada pelo Ecodesenvolvimento.

A partir da crítica ao modelo atual de cidade, encontramos na noção ecossistêmica de cidade um importante refinamento do entendimento das dimensões da sustentabilidade ao nível mais aplicado dos parques urbanos. O estudo dos processos interacionais do homem e seu ambiente leva a uma visão muito mais abrangente de sustentabilidade do que a que nos apontam, muitas vezes, alguns discursos proeminentes, que, no entanto, mal atendem a dimensão ecológica a que se propõem. A compreensão da interação destes sistemas abriu caminho para que também pensássemos em novas conformações também nos âmbitos político-gerenciais (participação ampliada da sociedade nos processos, fomento da ação inter e intra-institucional), cultural (de um lazer mais holístico que transcenda a idéia de contemplação), espacial (da diversidade de usos urbanos conectados a distâncias curtas e usos atrativos nos parques), econômico/social (da viabilidade de uma auto-sustentação financeira das áreas verdes, através de parcerias, convênios; da acessibilidade irrestrita a todos os segmentos da população).

Embora ainda se precise avançar, as contribuições oferecidas pela noção ecossistêmica de cidade já em muito colaboram para uma revisão dos procedimentos, fruto do paradigma cartesiano, que ignorava a existência das inter-relações dos sistemas antrópico e natural. Contudo, como Curitiba tem demonstrado assimilar novos valores a partir desta noção?

3.3.1 Ecossistemismo urbano:

A assimilação de um paradigma ecológico no planejamento e gestão de áreas verdes em Curitiba

O resultado positivo e até sinérgico entre algumas ações no município tem dado credibilidade ao propalado modelo ecológico/ ecossistêmico de gestão urbana:

Em meados da década de oitenta, consoante às idéias do ambientalismo urbano, a cidade passou a ser concebida como um meio ambiente, estreita e irremediavelmente ligado a outros ecossistemas. A partir daí, a preocupação com a preservação da paisagem urbana, da diversidade da flora e da fauna, dos recursos hídricos e com a saúde da população passaram a conviver com outras necessidades. (TRINDADE, 1997, p. 119).

Este reconhecimento já é digno de mérito se compararmos com outras cidades que ainda vêm de forma tão dicotômica os sistemas natural e humano. Contudo, do reconhecimento de que a cidade é um ecossistema à sua gestão como um ecossistema, há uma lacuna, que na nossa opinião, apenas começa a ser preenchida.

A gestão da cidade dentro deste paradigma deve se purificar de versões equivocadas e ingênuas, que só desmoralizam suas ações, como esta presente numa publicação da PMC (1992, p. 8): “Se Curitiba, hoje, antecipa-se às demais cidades brasileiras no exercício de um modelo de desenvolvimento sustentado, é porque produz o suficiente para sustentar sua população sem incorrer nas tentações da atividade predatória.”, o que obviamente não é verdade e nem nunca será.

Contudo, um mérito que não se pode deixar de atribuir à Curitiba é o da experimentação que ousa e depois avalia seus prós e contras. Há com certeza ações que são “acessórias” e que, se tomadas num contexto geral, pouco contribuem para o equilíbrio do ecossistema urbano, como é o caso das ovelhas soltas em alguns parques para que mantenham o tamanho dos gramados e ainda fertilizem o solo (ver Foto 38).



Outros aspectos, contudo, já são mais visíveis e contundentes como o do retorno de espécies de aves para o meio urbano e do aumento de peixes nos rios, que inclusive contribuem para a despoluição ao consumirem matéria orgânica (TRINDADE, 1997). No entanto, ainda não existem estudos profundos dos benefícios e malefícios ao equilíbrio sistêmico causados com a implantação dos parques em Curitiba.

Como já podíamos apreender dos processos descritos, o propagandeado modelo ecológico de Curitiba (que se auto-denomina também ecossistêmico) não encontra uma base científica de constituição, uma vez que a assimilação de conceitos se faz em fontes secundárias e terciárias, não havendo formação específica de profissionais do corpo técnico da prefeitura, nem a adoção de autores e obras referenciais. Embora, ao nosso ver, a existência de uma base teórica nova formalmente constituída fosse condição para a confirmação da existência de um paradigma, concordamos que realmente existam novos valores despontando no que se refere à gestão da cidade, que indicam uma *fase pré-paradigmática*, aonde persistem lado a lado tanto fatores inovadores com os do antigo paradigma.

Entre os fatores inovadores podemos listar alguns como a utilização dos parques e lagos para o controle de cheias e como plataforma para os programas de educação ambiental; na diversidade de usos oferecidos; a proximidade com as áreas habitacionais; o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para gestão; a racionalidade de processos que levam ao barateamento, na oferta de opções específicas de acessibilidade. Neste sentido, embora não se tenha mencionado anteriormente, alguns parques de Curitiba estão associados, além da rede de transporte convencional, a duas linhas específicas. A *Linha Turismo*, onde numa espécie de *city-tour* o passageiro cumpre um roteiro de atrações turísticas podendo embarcar três vezes pelo bilhete adquirido. São ônibus adaptados (as Jardineiras), com janelas grandes, um sistema de som que em inglês, espanhol e português anuncia as paradas e um pouco da história de cada lugar (ver Foto 39). Esta linha funciona todos os dias, exceto nas segundas. Nos



finais de semana há a opção do *Pró-Parque*, uma outra linha que integra os diversos parques e bosques da cidade com uma única opção de embarque.

Porém, apesar destes fatores positivos, há outros que ainda estão “atrasados”, como a introdução de uma nova *práxis* política que dê maior poder à população (*empowerment*) e que reverta em projetos adequados às suas necessidades reais (e não como hoje acontece, com necessidades e hábitos criados); na incipiente integração de atividades intra-institucionais, na irrelevância das interações entre os sistemas naturais e antrópicos pela falta de diagnósticos apurados; na ausência de um quadro teórico que dê coerência às ações e permita reavaliações e rearranjos, entre outros.

Alertamos que, tanto pela limitação acadêmica e disciplinar, quanto pelo teor e propósito desta dissertação, não cabe aqui uma avaliação rigorosa do resultado da aplicação dos valores ecológicos na cidade e mesmo dos parques. Nossa intenção foi de verificar no nível teórico a assimilação do paradigma ecológico pela cidade de Curitiba e não temos subsídio para conclusões pessoais específicas e técnicas como, por exemplo, acerca do impacto da não-existência de um plano de manejo para os parques.

Diante das contribuições teóricas que elencamos no Capítulo 1 pretendemos agora traçar paralelos com o caso curitibano de parques urbanos, apontando suas insuficiências e possíveis caminhos, no que será complementado posteriormente pela avaliação à luz das dimensões da sustentabilidade. Não faremos, contudo, uma reprodução de *todas* as referências trabalhadas, selecionando apenas as mais importantes e sintéticas. Afinal, o intuito do capítulo 1 não foi somente de subsidiar a nossa análise do caso curitibano, mas teve um objetivo em si: o de levantar as teorias emergentes acerca de sustentabilidade urbana que possam contribuir para outros trabalhos de análise de políticas urbanas.

a) Os parques de Curitiba como “*solution multiplier*”

Retomando a noção de MÅNSSON (1992), a compreensão de que a cidade é um ecossistema tem levado Curitiba a ações que, embora não tenham muito conteúdo teórico, têm resultado positivamente no sentido de aproximar a gestão da cidade dos ecossistemas naturais, como é o caso dos programas de coleta de lixo,

transporte e, no caso das áreas verdes, no controle das cheias, na disposição de habitat seguro para espécies da avifauna urbana, e possivelmente em outros fatores que ainda carecem de estudos específicos, como a redução da temperatura, regulação da umidade, entre outros. Os parques enquanto *solution multiplier* também trazem toda a gama de vantagens para seus usuários em uso mais direto como o lazer, o descanso, o convívio e o encontro. No entanto, a não-consolidação ainda de uma rede em Curitiba, especialmente ligando as zonas não-parque fora do perímetro urbano às áreas verdes urbanas impede que sejam otimizados os efeitos da conclusão do ciclo integral. Com a consolidação do Anel Sanitário-Ambiental e o avanço das negociações em nível metropolitano para criação de áreas verdes que protejam os mananciais há possibilidade de poderosos incrementos na qualidade de vida da população.

b) Das áreas degradadas às novas funções para os parques

De acordo principalmente com as contribuições de HARDT (1994a e 1994b), a maior parte das áreas de Curitiba pode ser incluída na transição do estado de *degradação do meio ambiente para a noção de recuperação ambiental* que esta autora nos explicitou. Das áreas que estavam sujeitas às enchentes com ou sem invasões, passando pelos bosques abandonados, pelas pedreiras desativadas e pelos terrenos baldios da periferia¹³³ e até mesmo, construções desocupadas¹³⁴, temos exemplo de como Curitiba tem se aproveitado das circunstâncias de degradação espacial/ambiental para a implantação de suas áreas verdes. Como vimos, projetos de paisagismo no sentido de acréscimo de espécies arbóreas são raros, e o paisagismo se restringe a canteiros e arbustos. (As demais funções selecionadas para as áreas verdes dentre outros autores em campos como o ecológico, o social, o econômico, serão avaliadas em conjunto com as dimensões de sustentabilidade).

c) As premissas para parques na perspectiva ecossistêmica.

¹³³ Curitiba tem, através de acordos e aquisições, transformado estas áreas insalubres onde se acumula lixo em praças, principalmente na periferia.

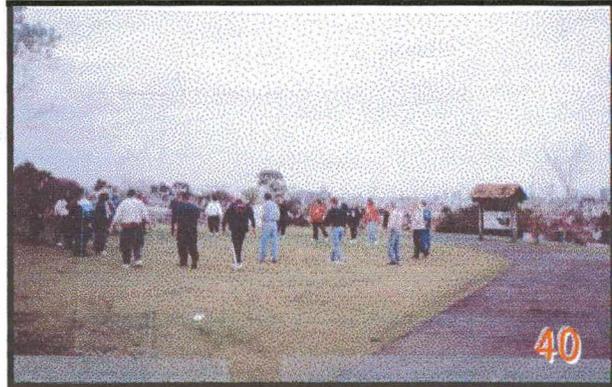
¹³⁴ Como é o caso da antiga fábrica de cola que hoje abriga o Centro de Criatividade do Parque São Lourenço.

Remetendo aqui ao elenco de premissas de HARDT (1994a) e GRIFFITH & SILVA (1987), percebemos no caso curitibano:

- *Prioridade por aquisição de áreas menos periféricas e mais próximas das regiões habitadas:* Como recomendavam os autores citados, não há em Curitiba uma preocupação por adquirir áreas na transição cidade/campo. O controle das enchentes interveio como o critério de locação dos primeiros parques, seguido posteriormente pelas áreas de interesse de preservação. Dois dos maiores parques da cidade estão nos seus limites, o Iguaçu e o Passaúna, mas em termos numéricos, há, conforme verificamos nos Mapas 03 e 12 (em Anexo A), predominância de parques dentro da malha urbana.
- Da prioridade por parques inseridos na malha urbana *decorrem projetos que não estão tão associados ao bucolismo do campo*, sentido este visto pelos autores como prejudicial para a apropriação destes espaços. Há, pela diversidade de atrações, um fluxo natural que move, para distintos parques, usuários com interesses igualmente distintos. De um parque bem urbano como o Barigüi, aonde carros chegam aos domingos ainda antes do sol nascer para pegar vaga nas churrasqueiras e onde diariamente há freqüentadores assíduos fazendo sua caminhada, passando pelo Jardim Botânico com suas levas de turistas, até parques como o da Barreirinha, utilizado para aulas de Botânica da UFPR. Embora haja uma linguagem que os unifique, cada parque tem um apelo especial. Embora alguns parques tenham atividades e usos sob restrição, este rigor decorre dos requisitos de preservação bem como da salubridade das regiões vizinhas. É o caso do Barigüi, parque que constantemente recebe reclamações, pois sua conformação espacial funciona como uma concha acústica natural que conforme a intensidade sonora da atividade, incomoda os vizinhos.
- A nova disposição legal do zoneamento do uso e ocupação do solo na cidade em nada altera os procedimentos para parques em Curitiba, que ao nosso ver, *nunca se concretizaram sobre uma base matemática*. Com exceção do Plano Agache, que previa cinturões verdes e uma disposição mais precisa para as áreas verdes,

- o planejamento destas áreas ao longo dos anos foi se adequando a critérios associados à preservação dos remanescentes de mata existente, como recomendavam os autores. Mesmo com a “lei do anel” e a intenção de se estruturar uma rede de parques, o critério que norteia o pretendido sistema é o de preservação de fundos de vale, e não uma disposição de acordo com a estrutura espacial da cidade, como centro/periferia. Contudo, uma variável colocada pelos autores pouco interveio no processo de definição destas áreas; a participação do público, revelando ainda uma gestão autocrática.
- *A racionalidade da gestão* veio se consolidando a medida que a SMMA incrementava sua estrutura, inclusive mais tarde *descentralizando* incumbências de manutenção para com as Administrações Regionais. *O emprego de materiais simples e resistentes*, especialmente a madeira, enquanto recurso renovável, dá importantes demonstrações de uma arquitetura bonita e sustentável, como é o caso do prédio da própria SMMA dentro do Parque Barigüi e da UNILIVRE. Também a *implantação menos impactante*, que leva em conta os potenciais paisagísticos (especialmente a topografia e a vegetação), colabora para uma vitalização das áreas com um mínimo de intervenção.
 - Embora tenhamos remetido a outros autores que melhor têm trabalhado acerca dos critérios quantitativos dos parques em Curitiba, nossa avaliação permitiu perceber que a forma dos parques tem sido definida pelas áreas disponíveis. Sendo a maior parte delas em fundos de vale, dispõem de uma forma mais linear na cidade, o que para os autores é mais vantajoso do ponto de vista do aproveitamento pelos usuários. Com suas bordas livres, em contato com ruas que as limitam, os parques de Curitiba em sua maioria têm sua “face aproveitável” bastante otimizada.
- d) O lazer dentro de uma visão mais holística
- Aqui destacamos as diversas contribuições acerca do entendimento do lazer, especialmente em áreas verdes. Mais que um novo lazer, vê-se em Curitiba um novo entendimento de “para que serve o parque”. Associado a usos até então

mais relacionados ao lazer tradicional, como o esporte e o descanso, o espaço dos parques tem agregado cada vez mais atividades do espaço público urbano em geral, como atividades culturais¹³⁵, gastronômicas, pontos de encontro (o Barigüi consagrou-se como “namoródromo”). Grupos de idosos têm atividades programadas neste tipo de espaço (ver Foto 40), sendo um espaço que lhes é mais convidativo pela necessária sombra que ali é oferecida, coisa que no centro urbano é



mais rara. Oferta de atividades educativas, lúdicas e artísticas trazem para o parque fluxos diversificados de interesse, vitalizam os parques e os afastam da obsolescência e da depredação. É o caso das oficinas de artesanato e artes, das bibliotecas, dos museus, e outros equipamentos que se encontram em diversos parques e bosques em Curitiba. Contudo, muitas outras atividades que poderiam estar potencializando parques, praças e bosques deixam de acontecer pela falta de uma espécie de comissão, como previam os Planos de Recreação do IPPUC na década de 70. Um agente integrador inter-institucional no âmbito da gestão de atividades que contasse com a participação dos usuários poderia estar verificando áreas com maiores demandas, buscando inclusive formas de articulação com ONGs, escolas, ateliês, além da iniciativa privada (que poderia arcar com alguns ônus) num interessante e fértil campo de contribuições conjuntas cujo fruto seria uma opção de lazer mais holístico (completo, para o crescimento do Corpo e da Mente) e menos excludente. Atualmente, algumas atividades requerem pagamento de mensalidades e material que inviabilizam sua participação por camadas mais carentes, embora haja além dos parques outras

¹³⁵ Alguns espaços se consolidaram neste uso, como a Pedreira Paulo Leminsky no Parque das Pedreiras, importante arena de *shows*, bem como o Barigüi, com seus amplos gramados sempre servindo a uma apresentação ou outra. Na ocasião da visita pudemos verificar a realização de um campeonato de vôlei de areia em arena montada e de uma feira de produtos típicos paranaenses no Centro de Exposições.

estruturas municipais como os Centros de Esporte e Lazer que oferecem opções mais acessíveis.

e) O “novo” desenho dos parques:

Dentro dos novos conceitos de desenho, como o Ecodesenho e o Desenho Ambiental, há destaque para uma *prática interdisciplinar*. Contudo, pelo que vimos, o “traço” que faz os parques da cidade é dividido entre arquitetos e burocratas, e mesmo a equipe diversificada de profissionais da SMMA não interfere no projeto destas áreas, predominando a monodisciplinariedade, embora tantas ações posteriores à execução dêem o entendimento do contrário. Outro destaque trazido pelas novas teorias e que o Ecodesenvolvimento também menciona – a *criação de cenários* –, sequer é meta do Departamento de Parques e Praças. Duas variáveis são fundamentais para a utilização deste instrumento. Uma é a ampliação da participação de várias instâncias no projeto, o que em Curitiba encontra o impedimento de anos de autocracia disfarçada sob o rótulo de uma participação que divide responsabilidades, mas não decisões. Outra variável é a diversidade de informações, cujo aporte tecnológico em Curitiba começa a ser oferecido através do mapeamento digital, do Monitoramento da Gestão Urbana e do primeiro plano de manejo para um parque (pré-plano para o Tanguá). Assim, o maior obstáculo para a adoção deste procedimento de criação de cenários em Curitiba é ainda a visão limitada do poder público e a inércia das organizações populares, que não têm alcançado um status de agência. Contudo, outros obstáculos podem surgir à medida que a idéia de uma participação popular efetiva aparecer, como a influência do poder econômico que em muito determina as ações do poder público.

f) Participação

Também foram vários os autores que trouxeram contribuições quanto ao tema. Contudo, já de início verificamos que os parques de Curitiba, alçados ao título de sustentáveis e ecológicos, desconsideram uma das variáveis-chave para um modelo realmente contrastante com o do paradigma anterior, que é a participação num nível mais amplo, que dê autonomia aos atores da sociedade civil, que implique em

arranjos valiosos com a iniciativa privada e o Estado, resultando numa nova *práxis* política. O nível de participação atual de Curitiba está, de acordo com o quadro de HODGE (1995) citado no capítulo 2, no degrau da *Persuasão*. É quando o poder público se utiliza de instrumentos variados para conquistar o envolvimento da população em seus programas, como é o caso do *marketing* urbano em Curitiba. A conclusão mais contundente deste processo é que a também propalada consciência ambiental do cidadão é uma ilusão, pois depende de instrumentos de coação que fazem as pessoas aderirem por receio, temendo a perda de algum status, ou por facilidades que amenizam o desconforto de se aderir a algum programa; mas não por mudança paradigmática pessoal, que leve a novas práticas a partir do próprio indivíduo. As práticas convenientes são sempre divulgadas na mídia, está tudo “prontinho”, do caminhão que apita no dia certo de se recolher a sucata até a lixeirinha para o carro. Assim na ausência da lixeirinha, o lixo vai mesmo é janela afora! Curitiba continua perpetuando em seus métodos artifícios de caráter autocrático, e mesmo que inove no projeto, repete um modelo arcaico de gestão, não só ao não adotar uma participação mais ampla como ao propagandear um nível de participação muito pouco evoluído do tecnoburocratismo. Num outro nível, contudo, Curitiba tem correspondido à política nacional de descentralização, e se alinhado ao princípio da subsidiariedade (RIBEIRO, 1998). Desde a década de 70 a gestão de áreas verdes que era responsabilidade federal passou para Curitiba, o que trouxe grandes vantagens para a conformação do quadro atual. Em outros aspectos do meio ambiente, a cidade tem agregado funções estaduais como na fiscalização da poluição atmosférica e sonora.

3.3.2 As dimensões da sustentabilidade:

Das deficiências às potencialidades de um modelo

Embora as dimensões da sustentabilidade possam ser destacadas, ao elencarmos dentro delas elementos que se denunciam sustentáveis ou insustentáveis dentro do planejamento e gestão de parques de Curitiba, uma adequação às categorias fica difícil, pois na prática uma dimensão interfere sobre a outra.

Correndo o risco de se repetir o item anterior já exposto, a intenção ao se avaliar o caso curitibano à luz das dimensões da sustentabilidade é mais para verificar a *hipótese de pesquisa* que presumia a inexistência de um modelo de parques em Curitiba. Contrariando o propagandeado, o que haveria seriam tentativas fragmentadas de compor um paradigma, que equivocadamente tratava a dimensão ambiental, negligenciando as outras dimensões. De forma a tornar mais clara a análise, embora este recurso diminua a visibilidade do todo, recorreremos a quadros.

QUADRO 12 – Análise da Sustentabilidade Social no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
Monofuncionalidade dos parques, que em sua feição ornamental para o lazer contemplativo, mais isolam do que integram o homem à natureza, deixando de promover atividades fomentadoras das relações de troca entre os sujeitos e o meio.	A história em Curitiba tem mostrado uma evolução na assimilação de usos diversos nos parques, que se complementam com outros equipamentos, como os Centros de Esporte e Lazer.
Imposição de ônus para o exercício de atividades que excluem os segmentos mais empobrecidos da população.	A entrada franca é um dos “atrativos” dos parques. Contudo, algumas atividades têm ônus, como as oficinas de arte. Via parcerias, até estes custos podem diminuir ou serem eliminados.
Falta de socialização do conhecimento dos técnicos do poder estatal bem como de participação de outras instâncias (população usuária, setor privado, ONGs) no planejamento e gestão destes espaços.	De uma forma ainda autocrática, a população não encontra canais de participação nas decisões com relação aos parques.
Prevalência dos critérios quantitativos para o estabelecimento de áreas verdes de lazer, que desconsideram as demandas específicas, especialmente das populações periféricas.	Embora se busque a conquista de índices quantitativos, há uma preocupação com a qualidade do espaço, seja na diversidade de usos, seja na manutenção periódica dos parques.

QUADRO 13 – Análise da Sustentabilidade Econômica no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
<p>Concepção paisagística meramente ornamental destes espaços, que negligenciam elementos já existentes de patrimônio ambiental em meio urbano, optando pela construção artificializada de eventos de vegetação (ex.: com importação de espécies exóticas) e de equipamentos requintados, fatores que somados oneram a implantação.</p>	<p>A simplicidade dos projetos conta em Curitiba com um forte aliado; o cenário natural que exige o projeto de maiores incrementos. Mesmo com a monumentalidade de alguns equipamentos, predomina um espaço agradável e na escala humana.</p>
<p>Concepção gerencial de dependência com que se planejam estes espaços, que não são capazes de custear autonomamente sua manutenção e funcionamento sem a injeção de recursos exteriores.</p>	<p>Apesar dos recursos com que Curitiba tem contado para a manutenção, como o Piá Ambiental e a terceirização, este é ainda um dos itens mais caros no custeio de parques e requer uma investigação de novas formas de parceria para esta contínua etapa.</p>
<p>Preponderância do papel do Estado na implantação e manutenção das áreas, bem como na falta de parcerias com outros setores, o que em geral, aliado às grandes dimensões destes espaços, se não leva ao descaso e omissão deste ator, faz com que outras demandas fiquem em detrimento.</p>	<p>O Município tem buscado lentamente alguns parceiros. A manutenção é uma preocupação prioritária na cidade que “vende” sua imagem. Em havendo parcerias mais elaboradas para a manutenção, este custo hoje dispensado poderia estar sendo repassado para outras prioridades da cidade.</p>

QUADRO 14 – Análise da Sustentabilidade Ecológica/Ambiental no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
Negligência do patrimônio ambiental urbano existente como espaço potencial para os parques, optando-se pela radicalidade conservacionista de isolamento da natureza em meio urbano, pouco educativa.	O patrimônio ambiental natural tem sido o grande chamariz dos parques, responsável pela introdução de novos hábitos na coletividade (como as caminhadas ao ar livre).
Falta de integração de programas de educação ambiental com o espaço dos parques.	Tendo começado pelos parques, os programas de educação ambiental hoje se difundiram para outros espaços (ex. condomínios residenciais).
Desvinculação entre as políticas de preservação de recursos naturais urbanos, saneamento e as de lazer.	Embora as políticas apresentem resultados sinérgicos, não há uma maior teorização e articulação inter-institucional para o planejamento da cidade. O caso do controle das enchentes demonstra isto. Neste aspecto deve-se considerar o revés que implica em manutenção dos lagos de contenção quando ocorrem as cheias.
Monodisciplinariedade do corpo técnico que projeta estes espaços, fechando-se para as variáveis interdisciplinares que a dimensão ecológica aponta.	Ainda há predominância da monodisciplinariedade no corpo de técnicos responsáveis pelos projetos, formado por engenheiros e arquitetos.
Falta de um planejamento regional que compreendesse as áreas verdes enquanto sistemas para regulação cíclica dos sistemas naturais.	A preocupação com a RMC é mais recente e, em termos de projeto de áreas verdes, encontra barreiras de comunicação pela diversidade de interesses envolvidos.
No emprego de materiais cujas fontes energéticas não são renováveis para a construção de equipamentos e mobiliário dos parques, bem como de equipamentos e usos incompatíveis com as exigências de preservação das áreas silvestres urbanas.	A compatibilidade de materiais e usos é uma das condicionantes principais de projeto, recorrendo-se principalmente à madeira.
Nas distâncias a serem percorridas para se chegar aos parques, implicando na dependência de meios poluentes de transporte.	A presença dos parques em áreas residenciais e populosas facilita a introdução inclusive do hábito saudável do passeio a pé. Contudo, parques como o Barigüi, nos finais de semana, atraem pessoas de todas as regiões, que vêm de carro.

QUADRO 14 (Continuação) – Análise da Sustentabilidade Ecológica/Ambiental no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
<p>Na falta de legislação específica de proteção e manejo de áreas silvestres em meio urbano que viabilizasse a utilização destas para atividades de lazer sem conflitos com a necessária preservação da biodiversidade urbana.</p>	<p>Embora não haja uma lei que legisle sobre o uso dos parques, há uma legislação primorosa no que se refere às áreas verdes como um todo. As leis ambientais específicas acabam dando o “ponto” de projeto dos parques, como as legislações acerca de publicidade em lugares públicos, poluição sonora, arborização e desmatamento. As leis em nível mais geral têm dado a possibilidade de incremento das áreas verdes através de incentivos como a “lei do anel”, a de Unidades de Conservação, além de incentivos estaduais como o da lei do ICMS ecológico.</p>

QUADRO 15 – Análise da Sustentabilidade Espacial no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
<p>Manutenção do padrão de planejamento que utiliza o zoneamento funcional como instrumento de regulação, isolando os espaços de moradia, trabalho e lazer, dificultando o deslocamento intra-urbano.</p>	<p>Embora o artifício do zoneamento funcional continue regendo a cidade, os parques são alocados atualmente conforme critérios de preservação de áreas de vegetação e fundos de vale.</p>
<p>Na concepção desintegrada destes espaços que acabam por não gerar atratividades/usos diversos e complementares, resultando em espaços monótonos, de pouca utilidade ou de usos semelhantes a uma distância muito próxima.</p>	<p>Apesar de requerer um estudo mais aprofundado, podemos concluir que as diferentes “atrações” dos parques, aliada a uma estrutura mínima comum, é uma correta fórmula que Curitiba encontra e que se combina com a idéia de complementaridade entre as áreas.</p>
<p>Na distribuição sem critérios qualitativos (ex.: demanda, aproveitamento de potenciais naturais) destes espaços na cidade.</p>	<p>Como o principal critério de distribuição das áreas é o de preservação, dependendo ainda da negociação para aquisição, corre-se o risco de algumas regiões da cidade estarem distantes de opções de lazer. Outro revés neste critério é que pode haver um descontrole da especulação imobiliária nas áreas vizinhas aos parques.</p>

QUADRO 16 – Análise da Sustentabilidade Cultural no planejamento e gestão de parques em Curitiba

A CONDIÇÃO INSUSTENTÁVEL	A REALIDADE CURITIBANA
Na exclusão da opinião e demanda das populações usuárias no que se refere aos usos nestes espaços.	A participação da população é meramente instrumental, não influi em decisão qualquer.
Na dissociação entre as políticas de promoção cultural, esportiva, educacional e meio ambiente, cujo espaço dos parques seria potencial para realização de ações integradas. (ex.: aulas escolares extraordinárias, escolinhas de esporte, oficinas de artes e reciclagem, etc.).	A falta de um agente promotor de atividades deixa de potencializar muitas atividades inter-institucionais (públicas e da sociedade civil), que poderiam ter no parque seu lugar de realização.
Na concepção artística do projeto alheia à realidade cultural da população do entorno, gerando abandono e repúdio, além de promover uma imagem equivocada das tradições para os visitantes exteriores.	Embora faltem estudos mais precisos, os espaços étnicos (parques, praças e bosques) têm alcançado bastante interesse, principalmente de turistas. Contudo, percebe-se no caso de prédios como o da estufa do Jardim Botânico e da Ópera de Arame no Parque das Pedreiras, uma tentativa de buscar um estilo estrangeiro e de época, sem se recorrer a uma linguagem mais local, que, contudo, acaba sendo assimilada graças ao poder da mídia.

De uma maneira sintética, percebe-se através destes quadros comparativos que, embora haja uma consideração de aspectos dentro das cinco dimensões, não ocorre uma ação planejada de integração¹³⁶. Alguns efeitos casualmente contribuem para um resultado potencializado (“*solution multiplier*”).

Embora a dimensão ambiental esteja mais assimilada, há grandes barreiras a se derrubar como a da ação disciplinar e da necessária articulação intra e inter-institucional que poderia culminar com a criação de uma instância – um conselho, uma comissão – que atuasse na animação dos parques existentes e nos projetos das futuras áreas. A forma restrita de participação da população prevalece em todas as dimensões, com nuances diversas, e revela-se a mais destacada “insustentabilidade” dos processos de planejamento e gestão de parques na cidade. Ao nosso ver, não é apenas um item não contemplado, mas um dos mais importantes, que têm implicações sérias no aspecto da cidadania, da conscientização e do desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, o setor privado tem se evidenciado na participação, em parcerias

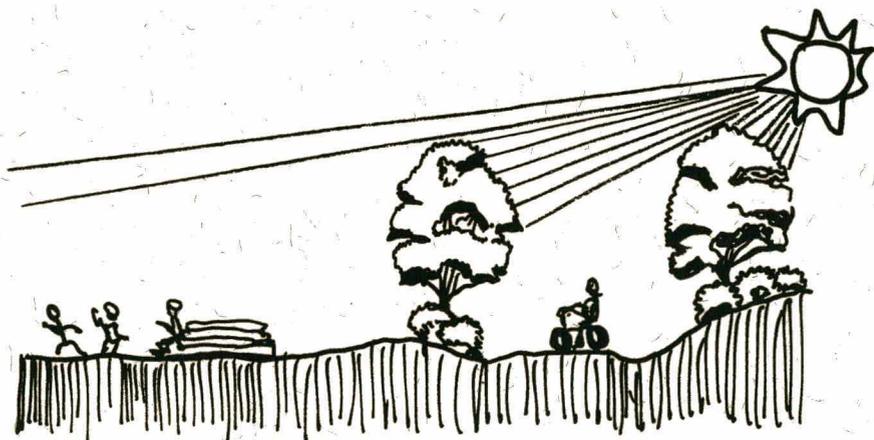
¹³⁶ No discurso político, contudo, muitas ações são englobadas sob a dimensão ambiental, como comentou HOSOUME (2000) com relação ao rótulo de “ecológico”. (ver item 3.1).

diversas, e em uma conjuntura na qual o Município vem perdendo seu poder para este agente. , o que agrava o risco da não-entrada da população na esfera das decisões. Ao nosso ver, a participação popular deve acontecer como resultado de uma conquista de sua parte e não de uma iniciativa das estruturas políticas do governo, reticentes neste aspecto como pudemos perceber.



Assim, embora Curitiba tenha forjado uma imagem positiva que não condiz com muitos aspectos da realidade, este Capítulo mostra que a cidade tem se revelado como uma proposta notável dentro do contexto da crise paradigmática do urbanismo, onde se buscam inovações para os problemas da cidade que se agigantam e põem em risco a qualidade de vida. A experimentação curitibana tem nisto sua validade, mas, ao nosso ver, ao querer “exportar” seu modelo, Curitiba cai no mesmo erro que o paradigma anterior. Uma nova conjuntura rumo à sustentabilidade, a partir da crise paradigmática atual, não pode se basear em soluções exógenas. Curitiba contribui sim para mostrar a viabilidade de uma ação renovada, que começa a se imbuir de valores derivados de uma concepção mais integrada do homem e da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação das pessoas com estes lugares é tão intensa que transcende o simples lazer. É nos parques que o curitibano namora, faz exercícios, cultua as tradições, aprende mais sobre sua própria história, e é claro, toma sol, já que praia é para isso mesmo”. (CORRÊA, 1996, p. 23).

Este artigo de uma revista de viagens, num tom propagandístico, procura sintetizar a diversidade de usos a que se prestam os parques e bosques de Curitiba. De um modo interessante, o “curitibano” aparece aqui como representante de uma “pretensa homogeneidade da população”, e as áreas verdes, como o lugar de suas *ações*, seja para o usufruto do lazer, da natureza, da história ou da cultura. O “modelo” curitibano difunde-se a partir de alguns valores propalados como inovadores, justapondo fragmentos de emergentes tendências e iniciativas que pretendem ser alternativas. Assim, o parque aparece como o lugar do humanismo e da sensibilidade (onde o curitibano namora), o lugar da saúde e do lazer (onde o curitibano se exercita), o lugar da cultura e da memória (onde o curitibano contempla e cultiva suas raízes étnicas), o lugar da Natureza e da Ecologia (onde o curitibano toma sol). Nesta proposta curitibana tão diversificada para o parque urbano, vemos a face de uma sociedade contemporânea que busca emergir de sua crise paradigmática através dos mais amplos e até controvertidos valores, uma crise que atinge também o planejamento e gestão de cidades.

O modelo de urbanismo profundamente arraigado nos valores do racionalismo-cartesiano, que veio influenciando desde a formação até a ação de planejadores, vem sendo alvo de intensas críticas. Assim como a ciência e o desenvolvimento, também o planejamento e a gestão de cidades, a partir de uma monodisciplinariedade acadêmica, via o avanço da sociedade urbana e a Natureza de um modo antagônico, tomando esta apenas como pano de fundo para o ambiente construído. A negligência desta dimensão nas cidades permitiu o agravamento da crise ambiental, levando seus planejadores a rever seus paradigmas e apostar em novas soluções, principalmente na tentativa de internalizar o meio ambiente na sua teoria e prática. Em Curitiba, de modo pioneiro no Brasil, a questão ambiental veio tomando evidência e hoje norteia grande parte de suas ações, rendendo-lhe o título de “cidade ecológica”.

A sustentabilidade do modelo de planejamento e gestão das cidades exige uma preocupação não só com o meio ambiente ou com a variável ecológica. Requer uma visão global

que considere as dimensões econômica, social, espacial, cultural bem como a ambiental, dimensões que interagem entre si e cujos efeitos conjuntos potencializados implicam num modelo mais sustentável. No caso dos parques urbanos, um novo modelo deve não só contrastar com a tradicional negligência do ambiente natural nos projetos, mas também propor, por exemplo, uma viabilidade *econômica* para sua implantação e gestão, oferecer uma concepção *espacial* urbana mais arrojada em diversidade de usos, integrando-os ao espaço da habitação (ao contrário de um zoneamento funcional segregador de funções urbanas), e propiciar um espaço da coletividade, para exercício da cidadania, oportunizando o encontro *social* com qualidade. Estas e outras características contribuem igualmente para um modelo mais sustentável de parques urbanos.

Contudo, embora seja apenas uma das dimensões a serem consideradas, é a dimensão ambiental que dá o “tom” para que as outras sejam atendidas, no momento em que se esforça para garantir a qualidade de vida urbana, ameaçada pela forma perniciosa de ação sobre a Natureza. Como vimos, o modelo de cidade consumidora já tem em muitos casos demonstrado seu esgotamento, o que obriga a romper com a visão linear de entendimento das interações do meio antrópico com o natural e, a partir de um cenário de degradação, propor um cenário de recuperação, onde as áreas verdes urbanas se apropriam de novas funções além do tradicional lazer. Dentro desta perspectiva ecossistêmica de cidade, a sinergia entre as ações públicas através das diversas políticas deve ser uma meta para a otimização das potencialidades urbanas, especialmente o patrimônio ambiental.

As áreas verdes urbanas oferecem uma oportunidade ímpar de demonstração destas sinergias, e no caso curitibano têm sido um verdadeiro mini-laboratório de experiências que, se pretende, sejam integradas. Além de novas funções, no entanto, os parques devem agregar critérios diferenciados no que se refere a métodos e técnicas de planejamento e gestão, bem como critérios de locação, forma, distribuição e tamanho na cidade. Um novo modelo de parques reflete ainda na forma mais abrangente de tratamento do “conteúdo” lazer, na renovação da prática do desenho da cidade e no fomento da participação ampliada da sociedade em todos os processos.

Estas e outras contribuições contidas no Capítulo 1 nos permitiram não só uma base para a avaliação do caso curitibano, mas um importante mapeamento das tendências e teorias em planejamento e gestão de cidades que recentemente têm surgido e se contrapõem ao estado-da-arte vigente, contribuindo desta maneira para outras análises e fomentando novos modelos para uma sustentabilidade urbana. Embora reconheçamos o importante avanço de crítica e teorização, acreditamos que o âmbito propositivo ainda precise ser melhor aperfeiçoado. Muito se sabe do que está errado, mas pouco se experimentou das novas teorias, e as experiências que vêm surgindo não estão sistematizadas. Aí reside a importância de nosso estudo acerca da experiência curitibana, que procura apontar seus limites e potencialidades. Da mesma forma, outros estudos que venham a ser feitos a partir de análises de casos práticos contribuem para que se visualize de que forma a crítica e a teoria emergentes têm sido assimiladas, proporcionando inclusive uma saudável retroalimentação destes processos a partir da realidade experimentada.

Estas análises não podem e nem devem desconsiderar o contexto de inserção das experiências. Nesta dissertação, antes da avaliação propriamente dita, foi necessário contextualizar o surgimento dos parques a partir dos processos de conformação urbana, mais especificamente, de institucionalização do planejamento urbano e da questão ambiental, dos quais deriva a política de criação de áreas verdes do município. De fundamental importância para o entendimento do processo, embora breve, a descrição do processo de planejamento de Curitiba feita no Capítulo 2 nos revelou aspectos interessantes, como o da elaboração dos Planos de Recreação. Já nas décadas de 60-70, aqueles planos demonstravam uma preocupação da municipalidade em pensar políticas de lazer para a cidade, e mesmo não tendo sido implementados, serviram para um alerta que acabou sendo internalizado por outras instâncias. Os parques urbanos, especialmente na década de 90, são melhor entendidos dentro da conjuntura explicitada no mesmo capítulo, onde a consolidação das práticas de Curitiba nas mais diversas áreas de políticas urbanas alcança evidência nacional e internacional, fomentando novas ações, principalmente no que se refere ao meio ambiente, e solidificando sua imagem de cidade ecológica. É esta “imagem” que, associada ao histórico de tratamento da questão ambiental, passando principalmente pela sua legislação, nos deu o contraponto para a verificação da

existência do modelo sustentável para a cidade, do qual os parques são seu principal exemplo alardeado.

O papel desempenhado pelo *marketing* urbano, que divulga esta imagem de cidade ecológica e sustentável, revelou-se fundamental para o sucesso de muitas ações da municipalidade curitibana, principalmente para o alcance da adesão da população aos seus programas. No caso dos parques urbanos não foi diferente. O *marketing* teve importante influência na criação de hábitos, como o das caminhadas e passeios de bicicleta em áreas verdes, considerados saudáveis, e que hoje foram assimilados no cotidiano da classe média curitibana. Os parques são a “praia” do curitibano, e enquanto opção de lazer ao ar livre, gratuito, e com atrações diversificadas, também acabam alcançando uma adesão intensa.

A proximidade da residência faz com que, além dos freqüentadores eventuais e dos turistas, as áreas verdes tenham sempre durante a semana os freqüentadores assíduos, pessoas que tiveram sua qualidade de vida elevada pela proximidade de suas moradias com alguns parques, onde fazem a caminhada diária. Pistas, trilhas e ciclovias são um equipamento comum, barato e pouco impactante, que estão em quase todos os parques da cidade, e que oferecem uma opção de lazer mais simples de se aderir que um esporte coletivo, por exemplo. Desta forma, Curitiba se afasta da concepção segregadora de funções derivada do Modernismo que fazia depender do automóvel para se ir da habitação ao lazer, diminuindo, com o conjunto de suas áreas verdes pela cidade, a necessidade de deslocamentos de automóvel.

Contudo, ainda com relação ao poder da mídia, há que se relevar sua função de ocultar e omitir algumas imagens menos interessantes como a do vandalismo e da falta de manutenção das áreas verdes, como pudemos ver no caso do assoreamento dos lagos de alguns parques. No caso específico do projeto para as áreas verdes, a preocupação com elementos arquitetônicos melhor elaborados, seja no mobiliário ou nos equipamentos, também colabora para a formação de uma imagem positiva, que leva à adesão, não só atuando no imaginário da população local, como no dos turistas. Este tem sido um recurso constante dos projetistas para dar um diferencial ao projeto simplificado de áreas verdes, como é o caso, por exemplo, da Ópera de Arame no Parque das Pedreiras, da estufa do Jardim Botânico e do potencial cênico evidenciado por alguns cuidados paisagísticos e de iluminação no Parque Tanguá, o qual conta

com um mirante e queda d'água que, mesmo sendo monumentais, integram-se à paisagem. Assim, o caráter ornamental demonstra ainda ser relevante na concepção de parques na cidade, baseando-se não só na elaboração primorosa de alguns elementos, mas, sobretudo, numa manutenção cuidadosa.

No entanto, apesar do caráter ornamental para lazer contemplativo, usos diversificados, que inclusive atraem públicos distintos, dão o contraponto que fazem dos parques um lugar intensamente freqüentado. No espaço dos parques, usos tradicionais como o lazer contemplativo e o esporte coexistem com atrações menos convencionais como, por exemplo, os *bistrôs*, as atividades ecológicas de educação ambiental, as oficinas de arte e ofícios e a realização de eventos culturais (feiras, *shows*). De tudo um pouco, os parques parecem agregar as funções do espaço público do centro urbano, das ruas, das calçadas e das praças.

Esta tendência do tratamento das áreas verdes, que inclusive vem lhes agregando novos usos, é crescente. Tem causas que não são tributáveis apenas à política ambiental do município, que exigiu uma diversificação hierárquica da SMMA e exige atualização constante da legislação ambiental. Outros fatores contribuem para esta evolução. Por exemplo, a relativa continuidade de gestão que tem existido, embora entremeada por outros partidos e diferindo de perfil mesmo entre os prefeitos do mesmo partido (Lerner, Greca e Taniguchi), não causou maiores impedimentos ao avanço da política de áreas verdes. Uma série de condições político-institucionais interveio no processo, como a institucionalização do planejamento urbano, bem como a política de divulgação da cidade que se apóia e também depende da imagem que os parques transmitem (e por isso o zelo com a manutenção, a preocupação com a educação ambiental e a política de incremento de áreas verdes), o que beneficia até o investidor privado na cidade, outro importante agente na política local. Além da repercutida positividade de sua imagem criada, a autonomia conquistada na gestão ambiental por Curitiba, que assumiu papéis do Governo Federal e Estadual, é também um fator contribuinte para o quadro atual das áreas verdes, facilitando o alcance de financiamentos. Outro ponto positivo deste “poder conquistado” é que, servindo-se desta autonomia e da legislação (com suas sanções e compensações), o município tem grande capacidade de policiar e coibir as ações danosas ao meio, bem como de influenciar os proprietários privados nas negociações por áreas de interesse para parques. O

investidor privado ainda sai lucrando por ter o nome da empresa associado a uma ação ambiental, no caso de doações.

Contudo, apesar desta evolução da política de criação de áreas verdes, Curitiba ainda está longe de se confirmar enquanto um modelo inovador de sustentabilidade, pelo menos no aspecto dos parques urbanos. A não-veracidade deste modelo ficou explicitada em nossa pesquisa na ausência de uma base teórica pretérita às ações. Mesmo os postulados da EUE (IPPUC, 1992), que foi textualizada na década de 90, não contém um caráter paradigmático científico. Naquela publicação foram demonstradas idéias que não eram inéditas e que, no entanto, procuravam aglutinar as novidades mais recentes acerca de Ecologia, Ecosistemismo e Sustentabilidade sem citar fontes ou autores, numa possível intencional parcialidade — procurando não se vincular a nenhuma corrente específica —, ou mesmo por não haver um conhecimento aprofundado a partir da fonte primária de nenhuma vertente. Tal publicação sequer continha referências bibliográficas! É interessante que os outros sete volumes anteriores da coleção Memória Urbana de Curitiba, da qual esta publicação era o volume 8, contavam, através de depoimentos pessoais, vários aspectos da história curitibana, através da fala de importantes atores, entre os quais, alguns citados em nosso trabalho. No entanto, esta publicação que encerra a série conta com uma equipe de redatores não-nominados e dá a impressão de que representa o pensamento hegemônico, não só da esfera estatal, mas da população também, no que ali se textualiza. Nem o discurso político mais recente tem feito referências claras de sua “inspiração”. Determinações como as da Agenda 21, com as quais estes discursos se associam muitas vezes, parecem, desta forma, já serem do senso comum!

Para PEREIRA (1999), como vimos, há um modelo para a cidade, que mescla valores dos modelos progressista, culturalista e biotécnico (ver 3.1.2). No entanto, para nós, com essa “mescla”, não surge um novo modelo, senão um apanhado destes e de outros fragmentos que inclusive perpetua valores do modelo anterior. Nesta incoerência fica explícita para nós a inexistência de um novo paradigma, que pela concepção kuhniana implicaria na ruptura total com o antigo. Concepções arrojadas como a de utilizar os parques como grandes obras de engenharia de controle das águas — até pouco tempo uma função omitida no discurso ambiental —, de preservar a vegetação existente, de oferecer lazer e atividades diversas para o usufruto e desenvolvimento humano, coexistem com práticas de gestão autocráticas, monodisciplinares,

sem integração intra e inter-institucional. Nitidamente, esta incoerência se expressa na equivocada utilização do rótulo da “participação”, que está num grau de “persuasão” (HODGE, 1995), exercida através da imagem criada de cidade que busca o envolvimento de seus moradores¹³⁷. Neste sentido, põe-se em risco o avanço da democracia, alinhando-se com o neoliberalismo emergente, forjando cidadãos alienados de seu poder e papel de agentes mais efetivos na causa dos parques. Em nossa opinião, *Curitiba vive uma fase pré-paradigmática*, ou seja, já começa a dar uma resposta à crise do paradigma anterior. Contudo, um grande balizador nesta transição seria o papel crescente da participação da população, que vem sendo deixada de lado nas decisões, e isto pode estar comprometendo a consolidação de um novo paradigma.

A proposta explícita do Ecodesenvolvimento, de criação de cenários, envolvendo as comunidades, é visivelmente contrastante com a prática curitibana, que não só desconsidera as populações na esfera de planejamento, como “pula” etapas de diagnóstico e simulação prévias, logo concretizando o desenho feito nas pranchetas. A “eficácia” do “modelo” atual, difundida através de uma potente estrutura de divulgação dá a ilusão de sucesso total, que ao ver dos planejadores, independe de instrumentos como o “orçamento participativo”, pois em Curitiba “também há participação, mas de outra forma” e “se está dando certo, por que mudar?”.

O caso de Curitiba é apresentado por seus governantes como *mais uma via alternativa* a tantas outras¹³⁸. Concordamos que não se “queimam estágios” e que se evolui gradualmente para uma participação mais efetiva. Contudo, em Curitiba, sequer há uma tentativa de transição de um estado mais autocrático para um mais democrático, pois persiste por um lado uma inércia das instituições populares, ao menos no aspecto da gestão de parques, e por outro, um poder político consolidado que se usa de artifícios para o controle da massa, como o do *marketing*.

¹³⁷ Como vimos no capítulo 2, desde o Plano Serete há uma preocupação com a “participação”. Através do seminário aberto feito na época para este plano quis-se legitimar suas determinações.

¹³⁸ Um debate interessante, o qual não aprofundamos aqui, é de que há uma “guerra fria” velada entre as Prefeituras de Curitiba e Porto Alegre visualizada na imprensa e em outros meios pelo “troféu de vanguarda” em *práxis* política, ação social e meio ambiente (Porto Alegre foi a primeira municipalidade no Brasil a ter uma secretaria de meio ambiente e tem uma área verde bastante representativa, embora expressa em menos e maiores parques do que Curitiba). A defesa de Porto Alegre (cidade que se assemelha à Curitiba na continuidade de gestão) vem de seu orçamento participativo que inclui as populações na decisão acerca dos investimentos públicos. Há por parte das duas prefeituras uma nítida intenção de associar seus feitos à vanguarda, sediando e promovendo congressos internacionais cujos temas se alinhem a suas políticas, como é o caso da Ecocity (2000) em Curitiba e do Fórum Global Social (2001) em Porto Alegre. Uma análise comparativa entre Curitiba e Porto Alegre no que se refere à suas áreas verdes seria um importante campo de pesquisa que se abre, procurando perceber como cada municipalidade gerencia problemas semelhantes sob um viés político distinto.

Embora nesta dissertação tenhamos evidenciado algumas contradições do caso curitibano, acreditamos que só uma análise mais rigorosa possa confirmar algumas hipóteses. Faz-se urgente tanto uma análise mais técnica (ambiental) acerca dos benefícios reais das áreas verdes em Curitiba (bem como de seus impactos), como uma análise mais social, que demonstre através de recursos estatísticos o grau de adesão ao uso destas áreas – especialmente das parcelas mais pobres –, que destaque os impedimentos para uma consolidação do papel da população nas decisões e também que aponte que outras influências têm causado a maneira de locação dos parques, como por exemplo, no aspecto da valorização fundiária. É interessante também que se avaliem os hábitos de lazer da população, aos moldes do que os Planos de Recreação do IPPUC fizeram na década de 70, e que se julgue a capacidade da estrutura de lazer atual (incluindo os Centros de Esporte e Lazer e outros equipamentos urbanos). Assim, a partir de dados mais visíveis poderá se ter uma visão mais crítica da situação global e lançar diretrizes para os processos de planejamento e gestão. Para estas avaliações contribuiriam as universidades locais, especialmente o Programa Interdisciplinar de Doutorado em Meio Ambiente da UFPR (justamente pelo seu caráter interdisciplinar) e o avançado nível da Escola de Florestas da UFPR que oferece atualmente até pós-doutoramento, com a participação de pesquisadores internacionais.

Independentemente destas avaliações, a otimização de ações inter-institucionais poderia já estar acontecendo através de uma *comissão* que, com a participação popular, decida efetivamente sobre aspectos do projeto e gestão: locação, usos, parcerias e atividades, fomentando a utilização ativa de todas as parcelas da população num dos poucos lugares da cidade que pode, por seu caráter público, ser democrático. O perfil não-governamental desta comissão seria preferível, e contribuiria fundamentalmente para a descentralização do poder estatal no que tange à gestão de áreas verdes, dando inclusive garantias de continuidade sem oscilações de acordo com a política dos prefeitos. Contudo, não se trata de eximir o Município de suas funções. A estrutura existente continuaria servindo, embora necessite de um saneamento: a SMMA deve aproximar as atuações dos seus diversos setores e tirar partido de seu corpo interdisciplinar de técnicos, o que em muito colaboraria para uma gestão mais ecossistêmica das áreas verdes. A formação mais ampla e contínua dos técnicos da prefeitura e outros envolvidos

com os processos dentro da visão ecossistêmica, bem como uma mudança curricular dos cursos – que abra possibilidades para a integração inter-departamental já nas universidades – são caminhos necessários para uma mudança de paradigma, que passa necessariamente por uma mudança de postura profissional e de cidadão.

De um modo sintético LEFF (1998) comenta o que Curitiba e outras cidades devem estar fazendo para que trilhem o caminho de uma verdadeira sustentabilidade, que de ações “curativas” passem a ações preventivas, ou seja, ações de transformação radical, baseadas num novo saber:

Experiências recentes de gestão ambiental urbana (como a da cidade de Curitiba no Brasil), mostram possibilidades de reajuste ambiental frente aos processos de degradação que geram aglomeração e a cultura do desperdício. No entanto, a relocação do processo de urbanização na perspectiva da sustentabilidade implica passar da ecologia urbana como instrumento de caixa-preta e de análise das ondas ecológicas que se estendem sobre a cidade e sobre o território para ações transformadoras do espaço urbano. As ações curativas do urbanismo ecológico não revertem a antropização do fenômeno urbano: as tecnologias limpas e a reciclagem de dejetos reajustam, detém, e diminuem a curto prazo as tendências acumulativas de deterioração do meio ambiente; racionalizam, mas não revertem a lei de entropia nos processos de produção e de consumo. Esta só poderá ser contestada com a construção de uma nova racionalidade produtiva, aonde transformações urbanas e tecnológicas sejam balanceadas por uma produtividade nega-antrópica no meio rural. Neste sentido, o saber ambiental questiona o processo de urbanização como símbolo do progresso, como via inelutável do processo civilizatório. Como construção social sustentável, o progresso implicará em passar do habitat como território-suporte para habitat como potencial produtivo, suporte de significados culturais e valores estéticos. (p.250) [tradução nossa].

Este novo saber se quer construído sobre bases distintas das tradicionais. Portanto, um novo paradigma pode não emergir; contudo, uma situação bastante propícia começa a se desenhar a partir da crítica ao antigo modelo e das novas contribuições da teoria e prática, o que ao nosso ver, é o que de mais inovador se oferece ao campo científico, do desenvolvimento e do planejamento e gestão das cidades na atualidade.

Diferentemente de teorias acabadas, impostas de cima para baixo em todas as realidades, como quis, por exemplo, ser o Urbanismo Modernista, o que se visualiza é um campo fértil de contribuições que se interrelacionam, como o Ecodesenvolvimento e a noção ecossistêmica da cidade – abertas a novas “entradas” (abordagens não hermeticamente fechadas como as teorias derivadas do cartesianismo). Também a intensa e crescente

conscientização popular manifestada em formas mais amplas de participação (sinergia entre sociedade civil organizada, setor privado, além de instâncias públicas), e ainda o papel renovado das universidades dentro de uma visão mais interdisciplinar colaboram para um arranjo mais apropriado às realidades locais, contrastando com a universalidade perseguida no paradigma anterior. De cada contexto de cidade surgiriam soluções próprias. Flexível, porém, coerente, este novo arranjo, uma vez norteado pelas premissas de uma maior equidade social, de busca pela prudência ecológica, relevando a viabilidade econômica e incentivando a auto-gestão dos processos, estaria se alinhando ao que as conferências de cúpula e relatórios internacionais têm apontado para o desenvolvimento sustentável. A “experimentação curitibana”, guardando-se seus efeitos perniciosos como o do marketing que forja uma imagem nem tão real assim, além de outros limitantes aqui apontados, com certeza vem no bojo destas tentativas de um novo arranjo, mas cuja sustentabilidade só se verificará num esforço mais decidido de auto-crítica e de mudança consciente de valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 001 ALMEIDA, Josimar R. de et al. *Planejamento ambiental: Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio.* Rio de Janeiro, Thex, 1999.
- 002 ALVA, Eduardo. N. *Ecodesenho urbano.* In: VIEIRA, Paulo. F. et al. (Org.). *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: A contribuição de Ignacy Sachs.* Porto Alegre : Palotti; Florianópolis : APED, 1998. p.205-218.
- 003 AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade.* Campinas : Papirus, 1994.
- 004 AZEVEDO, Sérgio de. *Planejamento, cidade e democracia: Reflexões sobre o papel dos governos locais nos anos 90.* In : DINIZ, Eli et al. *O Brasil no rastro da crise.* São Paulo : HUCITEC/ ANPOCS/IPEA, 1994.
- 005 BATTY, Michael. *Cities and complexity. Implications for modelling sustainability.* In: BROTHIE, John; BATTY, Michael et al. (Ed.) *Cities in competition.* (?) : Longman Australia, 1995. p. 469-486.
- 006 BECK, Ulrich. *A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva.* In : BECK, U. ; GIDDENS, A.; LASCH, S. *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna.* São Paulo : Ed. Da UNESP, 1995. p. 11-71.
- 007 BEER, Anne R. *Urban Greenspace and sustainability: Developing a more effective urban environmental methodology by identifying local level actions towards greater environmental sustainability.* In: VEGT, Henri van der et al. *Sustainable urban development: Research and Experiments. Proceedings of PRO/ECE.* Dordrecht : Delf University Press, november, 1993. p.69-85.
- 008 BERKES, Fikret. et al. *The benefits of the commons.* *Nature*, v. 340, 1989. p. 91-93.
- 009 BOYDEN, Stephen et al. *The ecology of a city and its people: The case of Hong Kong.* Camberra/London/Miami : ANUP, 1981.
- 010 BRASIL. *Constituição: República federativa do Brasil.* Brasília : Senado Federal, Centro gráfico, 1988.
- 011 BRUNET, Norman. *Santos, Montreal: dois mundos, uma abordagem.* In: VIEIRA, Paulo F.; RIBEIRO, Maurício A. (Org.). *Ecologia Humana, ética e educação: A mensagem de Pierre Dansereau.* Porto Alegre : Palotti; Florianópolis: APED, 1999. p. 603-615.
- 012 BRÜSEKE, Franz. J. *A lógica da decadência: Desestruturação sócio-econômica, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável.* Belém : CEIUP, 1996.

- 013 CARVALHO, I.; SCOTTO, G. Conflitos sócio-ambientais no Rio de Janeiro. In: Conflitos sócio-ambientais no Brasil. Vol. II. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. p 13-18.
- 014 CORREA, José Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORREA, José Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998. p. (?)
- 015 COSGROVE, Denis. A geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, José Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1998. p. (?)
- 016 CUPANI, Alberto. A teoria de Thomas S. Kuhn e o positivismo. In: _____. A crítica do positivismo e o futuro da filosofia. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1985. p.57-74.
- 017 DANIELSKI, Marcelo. Áreas esportivas: novos rumos para a cidade degradada. In: *Dynamis*. Blumenau : Ed. Da FURB, jan/mar, 20, vol. 8, nº 30, p. 26-42.
- 018 DIAS, Genebaldo F. Educação ambiental. Princípios e práticas. São Paulo : Gaia, 1992.
- 019 DIAS, Genebaldo F. Populações marginais em ecossistemas urbanos. Brasília : IBMARNR, 1989.
- 020 FACHINI, Justino. A significação social do planejamento urbano: Estudo de caso de Curitiba. Dissertação de mestrado. PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 1975.
- 021 FERNANDES, Almir. Planejamento urbano de Curitiba: A institucionalização de um processo. Dissertação de mestrado. COPPE/UFRI. Rio de Janeiro, 1979.
- 022 FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. As cidades ilegíveis: Percepção ambiental e cidadania. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. (Org.). Percepção ambiental: A experiência brasileira. São Paulo : Estúdio Nobel, São Carlos : UFSCar, 1996.
- 023 FERRARI, Célson. Curso de planejamento municipal integrado. São Paulo: Editora Pioneira, 1982.
- 024 FLANAGAN, William. Contemporary urban sociology. New York : Cambridge University Press, 1993.
- 025 FRANCO, Maria da A. R. Planejamento Ambiental para a cidade sustentável. São Paulo : Annablume/FAPESP, 2000.
- 026 FRANCO, Maria. de A. R. Desenho Ambiental: Uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo : Annablume, 1997.
- 027 FREY, Klaus. Crise do Estado e estilos de gestão municipal. In: *Lua Nova*, nº 37, 1996, p. 107-138.

- 028 GARCIA, Fernanda E. S. Curitiba, imagem e mito: Por onde andam nossas idéias? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (5 : 1994 : Curitiba). Anais. Curitiba, 1994. p. 141-205.
- 029 GIST, Noel P.; HALBERT, L. A. A cidade e o homem: A sociedade urbana. Rio de Janeiro : Ed. Fundo da Cultura, 1961.
- 030 GOITIA, Fernando C. Breve história do urbanismo. Lisboa : Ed. Presença, 1996.
- 031 GREY, Gene W.; DENEKE, Frederick J. Urban Forestry. New York : John Wiley and Sons, 1978.
- 032 GRIFFITH, James J.; SILVA, Sebastião M. F. da. (1987). Mitos e métodos no planejamento de sistemas de áreas verdes. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (2 : 1987 : Maringá). Anais. Maringá, 1987. p.34-42.
- 033 GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo : Ed. da UNESP, 1991.
- 034 GUIA DO CICLISTA: Trilhas & ciclovias: Curitiba. M & J Comunicação e marketing.
- 035 GUIDUCCI, Roberto. A cidade dos cidadãos. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- 036 GUIVANT, Júlia S. Trajetórias das análises de risco: Da periferia ao centro da teoria social. Revista de informações bibliográficas - ANPOCS, nº 46, 1998. p. 3-38.
- 037 HARDT, Leticia P. A. Subsídios ao planejamento de sistemas de áreas verdes baseado em princípios de ecologia urbana: Aplicação à Curitiba – PR. Dissertação de mestrado (Ciências Florestais). UFPR, Curitiba, 1994a.
- 038 HARDT, Leticia P. A. Áreas verdes como meio de recuperação de áreas degradadas urbanas. In: BALENSIEFER, Maurício. et al. (Ed.). SIMPÓSIO SUL-AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (1 : 1994 : Foz do Iguaçu). SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (2 : 1994 : Foz do Iguaçu). Anais. Curitiba : FUPEF, 1994b.
- 039 HARVEY, David. Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo : Loyola, 1996.
- 040 HODGE, Simon J. Creating and managing woodlands around towns. London: The Forestry Authority, Forestry Commission, 1995. (Forestry Commission handbook, 11).
- 041 IDB - INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK. Good practices for urban greening. Washington : Social programs and sustainable development department division ,1997.
- 042 IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. Memória da Curitiba urbana. Curitiba, Jan. 1992, v. 8.
- 043 IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. Memória da Curitiba urbana. Curitiba, Set. 1991, v.7.

- 044 IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, Dez. 1990, v.5.
- 045 IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, Mai. 1990, v.3.
- 046 JELLICOE, Geoffrey; JELLICOE; Susan. *El paisaje del hombre: La conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días*: Barcelona : Gustavo Gilli, 1995.
- 047 LE CORBUSIER. *Os três estabelecimentos humanos*. São Paulo : Ed. Perspectiva, 1979.
- 048 LEFF, Enrique. *Saber ambiental, sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. Madrid, Siglo XXI, 1998.
- 049 LEITE, Maria. A. F. P. *Destrução ou desconstrução? Questões da paisagem e tendências de regionalização*. São Paulo : HUCITEC, 1994.
- 050 LIMA, Ana M. L. P. et al. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA (2 : 1994 : São Luís). ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA (5 : 1994 : São Luís). *Anais*. São Luís : Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, 1994.
- 051 LORUSSO, Dayse C. S. Gestão de áreas verdes urbanas. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (1 : 1992 : Vitória). Encontro Nacional sobre Arborização Urbana. (4 : 1992 : Vitória). *Anais*. Vitória, 1992. v. 1. p. (?).
- 052 LOVELOCK, J. *As eras de Gaia, uma biografia de nosso planeta vivo*. Portugal : Publicações Europa América, 1989.
- 053 MACEDO, Rafael Greca de. Curitiba, a verde. In: RAVAZZANI, Carlos; WIEDERKEHR FILHO, Hilário; FAGNANI, José P. *Curitiba: Capital ecológica*. Curitiba : EDIBRAN, 1991. p. 20-21.
- 054 MÅNSSON, Tommy (Ed.). *Ecocycles: The basis of sustainable urban development*. Stockholm : ENVIRONMENTAL ADVISORY COUNCIL/SOU (Statens offentliga utredningar), nº 43, 1992.
- 055 MARCELLINO, Nelson. C. *Estudos de lazer: Uma introdução*. Campinas : Ed. Associados, 1996.
- 056 MATIELLO, Alexandre M. *O parque e a cidadania: Um roteiro para o planejamento e gestão do espaço público de lazer*. Trabalho de Graduação em Arquitetura e Urbanismo/Planejamento Arquitetônico X. UFSC. Florianópolis, 1998.
- 057 MENEZES, Claudino L. G. *A política ambiental em Curitiba: Um estudo sobre suas condições de emergência e evolução*. Dissertação de mestrado (Sociologia Política). UFSC/ CFH. Florianópolis, 1994.

- 058 MILANO, Miguel S. A cidade, os espaços abertos e a vegetação. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (1 : 1992 : Vitória). ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (4 : 1992 : Vitória). Anais. Vitória, 1992. v. 1, p (?).
- 059 MILANO, Miguel S.; DISPERATI, Attilio A. Análise da quantidade e distribuição das áreas verdes no município de Curitiba – PR. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. (2. : 1987 : Maringá). Anais. Maringá, 1987. p.165-173.
- 060 MIOTTO, Luciana. B. A construção de uma nova realidade: Do desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável. In : RODRIGUES, A. M. (Org.). Desenvolvimento sustentável: Teorias, Debates, aplicabilidades. Textos didáticos, nº23, 1996. p. 73-90.
- 061 MONTIBELLER FILHO, Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável. Tese de doutorado (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas). UFSC/CFH, Florianópolis, 1999.
- 062 MORAN, Emílio. Adaptabilidade humana: Uma introdução à antropologia ecológica. São Paulo : Ed. da USP, 1994.
- 063 MOTA, Suetônio. Urbanização e meio ambiente. Rio de Janeiro : ABES, 1999.
- 064 MOTA, Suetônio. Planejamento urbano e preservação ambiental. Fortaleza : Ed. UFC, 1981.
- 065 MÜLLER, Juliane. Parques, praças e bosques étnicos de Curitiba: Lazer e semiotização. Monografia de conclusão de curso (geografia). UFPR/ Setor de Ciências da Terra. Curitiba, 1999.
- 066 OLÉIAS, Valmir J. O lazer no aterro da Baía-sul em Florianópolis: O abandono de um grande projeto. Dissertação de mestrado (Sociologia Política). UFSC, Florianópolis, 1994.
- 067 OLIVEIRA, Dennison de. Curitiba e o mito da cidade modelo. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.
- 068 OLIVEIRA, Marcio de. Meio ambiente e cidade: Áreas verdes públicas de Curitiba. In: Cadernos de Desenvolvimento e Meio ambiente. Curitiba : Ed. Da UFPR, nº 3, 1996. p. 77-87.
- 069 PELLEGRIN, Ana de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: O papel das prefeituras. Campinas : Autores Associados, 1996.
- 070 PEREIRA, Elson Manoel. Histoire d'un outil d'aménagement: Le zonage: L' exemple d'une ville brésilienne. Tese de doutorado. IUG, Grenoble, 1999.
- 071 PEREIRA, Luciana C. Cartões postais de Curitiba: Imagens de exportação. Monografia de especialização (Gestão técnica do meio urbano). PUC-PR/UTC-FR, Curitiba, 1999.

- 072 PINTO, Leila M. S. M. A construção da interdisciplinariedade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte – MG. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas : Autores Associados, 1996.
- 073 PMC. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba: A revolução ecológica. Curitiba : Lagarto Editores, 1992.
- 074 QUANDT, Maria do R. Urban planning practice. A social process, a technical exercise or a political action?_Evidences from the Curitiba case study in the context of the brazilian urban politics. Dissertação de mestrado. University College London/ Bartlett School of Architecture and Urban Planning / Development Planning Unit. London, 1995.
- 075 REDCLIFT, M. ; WOODGATE, G. Sociology and the environment: Discordant discourse? In: REDCLIFT, M. ; BENTON, T. Social theory and the global environment. London/New York : Routledge, 1997.
- 076 RIBEIRO, Maurício Andrés. Ecologizar: Pensando o ambiente humano. Belo Horizonte : Rona, 1998.
- 077 RIZZARDO, Sérgio R. M. Espaços verdes de lazer próximo às edificações. Monografia de especialização (Gestão técnica do meio urbano). PUC/PR, UTC-FR Curitiba, 1996.
- 078 ROLIM, Liz Cintra. Educação e lazer: a aprendizagem permanente. São Paulo : Atica, 1989.
- 079 RUANO, Miguel. Ecurbanismo: Entornos humanos sostenibles: 60 proyectos. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999.
- 080 SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro : Garamond, 2000.
- 081 _____. Estratégias de transição para o séc. XXI. In: BURSZTYN, Marcel. (Org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo : Brasiliense, 1993. p 29-56.
- 082 _____. Elements of urban ecodevelopment. In: *Trialog* (Zeitschrift für das Planen und Bauen in der Dritten Welt) nº 28, 1991. p. 21- 29.
- 083 _____. Pluralité des développements brésiliens. Vingtième Siècle. Revue d'Histoire. Paris, jan./mar. 1990. p. 5-12.
- 084 _____. Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir. São Paulo. Vértice, 1986.
- 085 _____. Development planning and environment: The case of the countries of the Third World. In : TSURU, S. Proceedings of the International Symposium "Environmental Disruption". Tóquio : ISSC, 1970. p. 275-292.
- 086 SACHS, Ignacy et. al. Initiation à l'écodéveloppement. Toulouse, Privat, 1981.

- 087 SANTINI, Rita de Cássia G. Dimensões do lazer e da recreação: Questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo : Angelotti ,1993.
- 088 SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro : Graal, 1989.
- 089 SCHNEINER, Graciela; VINAVER, Krystyna. Ecodevelopment and habitat. In: Ecodevelopment Study. Paris, CIRED, 1980. p. 5-55.
- 090 SILVA, Lauro L. da. Ecologia: Manejo de áreas silvestres. Santa Maria: UFSM/ CEPEF, FATEC, 1992.
- 091 SILVA, Ricardo S.; MAGALHÃES, Horus. Ecotécnicas urbanas. In: Ciência e Ambiente, ano IV, nº 7, jul/dez, 1993.
- 092 SIRKIS, Alfredo. Ecologia urbana e poder local. Rio de Janeiro : Fundação Onda azul, 1999.
- 093 SITTE, Camillo. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo : Ática, 1992.
- 094 SOUZA, Marcelo L. de. Desenvolvimento urbano: A problemática renovação de um "conceito"-problema. In: Território, ano III, nº 5, jul./dez., 1998. p. 5-29.
- 095 SOUZA, Nelson R. de. Planejamento urbano, saber e poder: O governo do espaço e da população em Curitiba. Tese de doutorado. FFLCH/USP. São Paulo, 1999.
- 096 SPIRN, Anne W. O jardim de granito: A natureza no desenho da cidade. São Paulo : EDUSP, 1995.
- 097 STUCCHI, Sérgio. Espaços e equipamentos de recreação e lazer. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). Introdução aos estudos do lazer. Campinas. Ed. da UNICAMP, 1997.
- 098 TAKAHASHI, Leide Y. Recreação em áreas verdes urbanas. Curso sobre arborização urbana. UNILIVRE, Curitiba, 1994.
- 099 _____. Recreação em áreas verdes. Curso sobre arborização urbana. Curitiba, UNILIVRE, 1992.
- 100 TRINDADE, Etelvina. M. de C. (Coord.). Cidade, homem e natureza. Uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba : UNILIVRE, 1997.
- 101 VIEIRA, Paulo. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In : VIOLA, E. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania. São Paulo/Florianópolis : Cortez/UFSC,1995.

- 102 VIEIRA, Paulo. F. ; WEBER, Jacques. Introdução geral: Sociedades, naturezas e desenvolvimento viável. In: _____. (Orgs.). *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo : Cortez/UFSC,1997.
- 103 WILLIAMS, Stephan. *Outdoor recreation and the urban environment*. New York :Routledge, 1995.
- 104 YURGEL , Marlene. *Urbanismo e lazer*. São Paulo : Nobel, 1983.

OUTRAS REFERÊNCIAS

Documentos e planos

- 01 IPPUC/IPEA. **Monitoração da Gestão urbana.** Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano da região metropolitana de Curitiba. Junho, 1997.
- 02 PMC. Prefeitura Municipal de Curitiba. **Uma experiência de planejamento.** Curitiba. Maio, 1996.
- 03 PMC. **Discurso de posse (Prefeito Cássio Taniguchi).** 2001
- 04 PMC. **Discurso de posse (Prefeito Jaime Lerner).** 1971.
- 05 IPPUC. **Plano de recreação.** 1974.
- 06 IPPUC. **A recreação em Curitiba.** Pesquisa, diagnóstico e propostas. 1973.
- 07 IPPUC. **Plano estrutural de recreação de Curitiba.** 1968.
- 08 SMMA. **Parques e bosques de Curitiba**

Referências hemerográficas (jornais e revistas)

- 01 A PREFEITURA TERCEIRIZA A RECUPERAÇÃO DAS PRAÇAS. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 28/08/95, p.01.
- 02 CORRÊA, Maria Celeste. **Metrópole verde: Curitiba, cidade dos parques.** *Mares do Sul*, outono 96, nº 8, ano 3, p. 22-29.
- 03 LERNER, Jaime. **Ação local, sobrevivência global.** *Ecologia e Desenvolvimento*. Ano 2, nº 14. Abril 92, p.20.
- 04 PARQUES ASSEGURAM À CIDADE A PROTEÇÃO CONTRA ENCHENTES. *Gazeta do Povo*, Curitiba 21/06/98.
- 05 PARQUES GANHAM IMAGEM DO ABANDONO. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 05/03/95, p.18
- 06 PARQUES SÃO RECUPERADOS. *Diário Popular*, Curitiba 12/03/95, p.2.
- 07 PARQUES VIRAM MAR DE LIXO NO DOMINGO. *Folha de Londrina*, 05/12/95.
- 08 SAÚDE: PROJETO CRIA UMA CLÍNICA DENTRO DO PARQUE BARIGÜI. *Indústria & Comércio*, Curitiba, 28/02/94, p. 8.

- 09 SCARDUELLI, Paulo. Curitiba recebe o evento do milênio. *Mares do Sul*, out/nov 99, ano 6, p. 27.
- 10 URBANISMO: CURITIBA RECEBE 162 VISITAS TÉCNICAS DE 33 PAÍSES. Releases da SMCS Secretaria Municipal de Comunicação Social, agosto de 2000.

Referências Eletrônicas

Vídeo

CURITIBA TURISMO. Curitiba: Um passeio turístico na cidade ecológica. Fita VHS, 11 min.

Disquetes 3 ½

OLIVEIRA, Márcio de. Imaginário da urbanização brasileira, um estudo de caso: Curitiba, seus parques e bosques. Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. ANPOCS (20 : 1996: Caxambu). Anais. [título do arquivo: 96gt0713.doc em *Word for Windows/76 Kb*]. (1996b)

Páginas da Internet

- 01 ABAV <<http://www.curitiba.pr.gov.br/abav/saladeimprensa/noticias/not1.html>> Capturado em 19/01/2001. (2000).
- 02CASA DA MEMÓRIA <http://www.casadamemoria.org.br/index_historiadecuritiba.html> Capturado em 19/01/2001. (2001).
- 03 CURITIBA (2001) <<http://www.curitiba.gov.br/solucoes.index.html>> Capturado em 19/01/2001. (2001a).
- 04 CURITIBA. <<http://www.curitiba.pr.gov.br/agencia/especiais/exame.html>> Capturado em 23/11/2000. (2000a).
- 05 FORTES, Otávio F. Gestão ambiental urbana: Conceituação básica. <<http://www.bsi.com.br/unilivre>>. Capturado na rede em 2000.
- 06 MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21-Cidades sustentáveis. Brasília, IBAM/ISER/REDEH. <<http://www.mma.gov.br>>. Capturado em 2000. (2000a)
- 08 MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECEX- SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. Agenda 21 – metodologia e roteiro de trabalho. <<http://www.mma.gov.br>> Capturado em 2000. (2000b)
- 09 MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECEX- SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. (2000). A caminho

da agenda 21 brasileira – princípios e ações 1992/97.<<http://www.mma.gov.br>>. Capturado em 2000. (2000c)

10 SAMEK (2001). <<http://www.samek.com.br>>. Página do vereador curitibano Jorge Samek do PT. Capturado em 09/01/2001.

Entrevistas realizadas

01 HOSOUME, Célia. Entrevista concedida pela Jornalista e Diretora de Relações Públicas da Secretaria Municipal de Comunicação Social (SMCS). Curitiba, 30 de setembro de 2000.

02 KÜSTER, Mario. Entrevista concedida pelo Arquiteto do Departamento de Parques e Praças (SMMA). Curitiba, 24 de março de 2000 (2000a).

03 KÜSTER, Mario. Entrevista concedida pelo Arquiteto do Departamento de Parques e Praças (SMMA). Curitiba 20 de dezembro de 2000.(2000b).

04 OLIVEIRA, Carlos Alberto de Pedagogo. Entrevista concedida pelo Coordenador de Programas em Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Curitiba, 30 de setembro de 2000.

05 PUPO, Guilherme. Entrevista concedida pelo Jornalista responsável pela pasta de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Comunicação Social (SMCS). Curitiba, 30 de setembro de 2000.

06 SERAPHIM, Damaris da Silva. Entrevista concedida pela Engenheira florestal, Chefe de Administração e Controle de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Curitiba, 20 de dezembro de 2000.

07 TONIOLO, Leni. Entrevista concedida pela Gerente de Educação ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) Curitiba, 20 de dezembro de 2000.

08 TOSIN, Denise. Entrevista concedida pela Gerente de Educação para o Lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Curitiba, 01 de novembro de 2000.

Consulta a entrevistas publicadas

01 DELY, Lídia M. (Bibliotecária da FCC) Entrevista concedida em (?) in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, Set. 1991, v.7.

02 KLÜPPEL, Nicolau. (Engenheiro de obras e assessor técnico em saneamento nos governos de Jaime Lerner e Saul Raiz). Entrevista concedida em maio de 1990 in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, v.3.

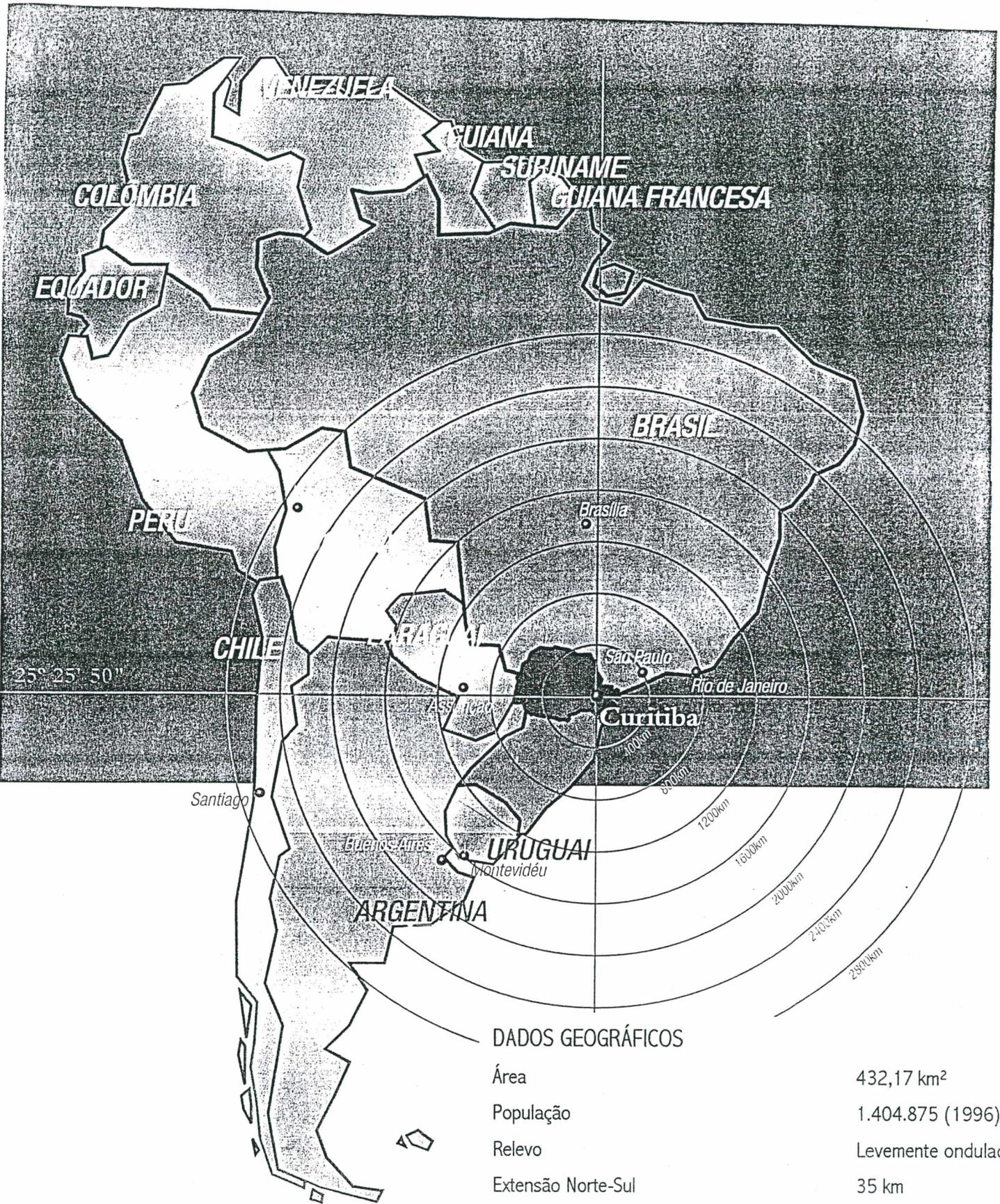
03 MONTEIRO, Gabriel G. (Arquiteto e Assistente de gabinete do prefeito em 1953 e membro do Instituto de Engenharia do Paraná que fez parte da COPLAN – Comissão de

- planejamento de Curitiba). Entrevista concedida em junho de 1989 in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, Set. 1991, v.7.
- 04 RAÍZ, Saul. (Ex-prefeito da cidade). Entrevista concedida pelo em agosto de 1990 in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Dezembro 1990, v. 5.
- 05 RISCHBIETER, Francisca M. G. (Ex- diretora do Departamento de Urbanismo em 1963 e membro da Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – APPUC –, além de ser assessora de Jaime Lerner desde 1971) Entrevista concedida em (?) in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, Mai. 1990, v.3.
- 06 RISCHBIETER, Karlos (Chefe do setor de Projetos da CODEPAR no período em que foi financiada a elaboração do Plano Serete). Entrevista concedida em julho de 1990 in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, Dez. 1990, v.5.
- 07 TANIGUCHI, Cassio. Ex-diretor da URBS e do IPPUC e atual prefeito da cidade). Entrevista concedida em abril de 1989 in: IPPUC. Instituto de pesquisa e planejamento urbano de Curitiba. *Memória da Curitiba urbana*. Curitiba, v.3..
- 08 TOCCHIO, Sérgio G. (Secretário Municipal do Meio Ambiente). Entrevista concedida em agosto de 1996 in: TRINDADE, Etelvina. M. de C. (Coord.). *Cidade, homem e natureza. Uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba : UNILIVRE, 1997.

ANEXOS

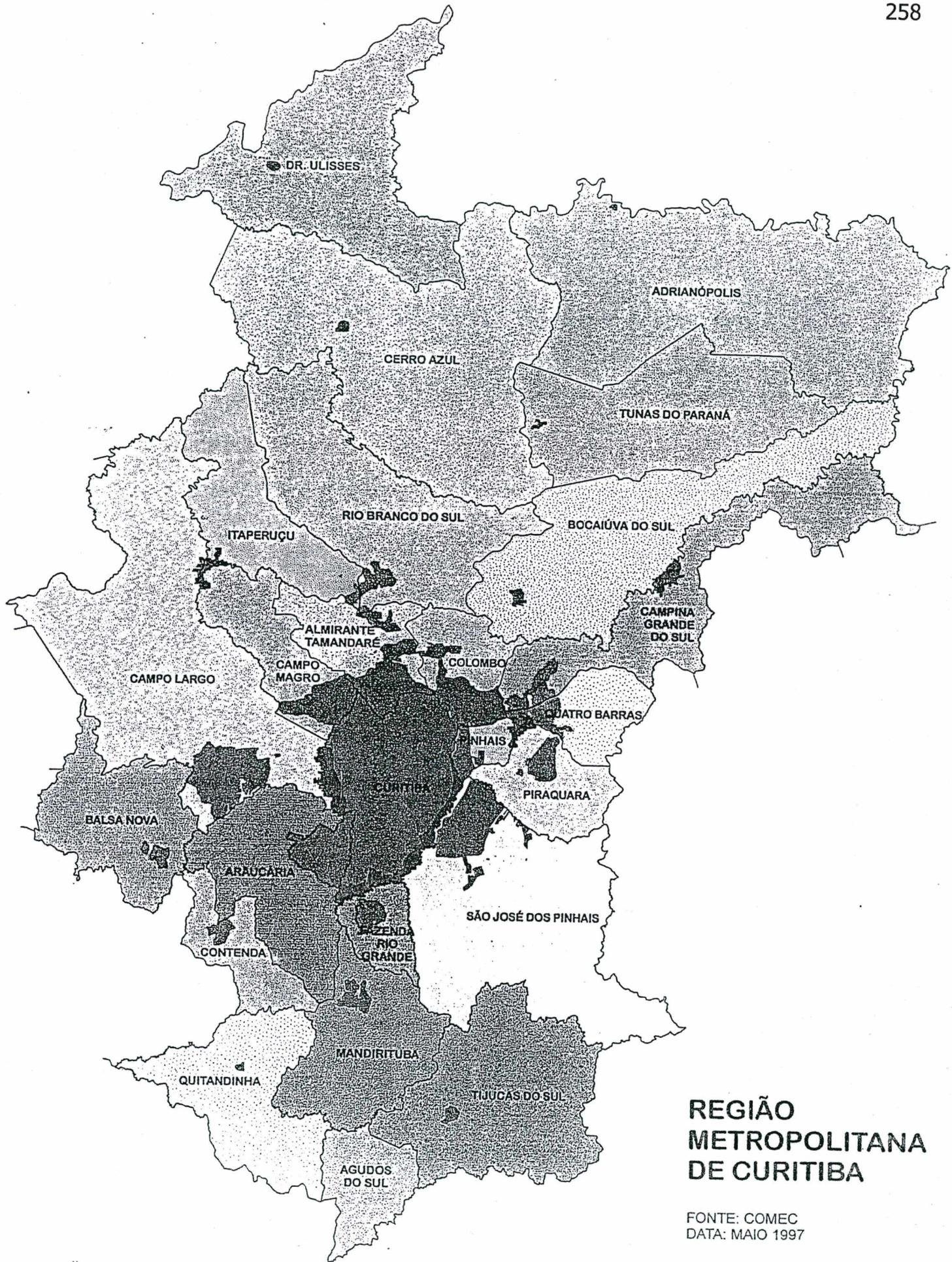
ANEXO A

01 – Mapa de localização de Curitiba	257
02 – Mapa da Região Metropolitana de Curitiba	258
03 – Mapa de localização de parques e bosques de Curitiba	259
04 – Mapa do crescimento demográfico	260
05 – Mapa-esboço do Plano Agache	261
06 – Mapa da hidrografia do município	262
07 – Mapa da rede de ciclovias na cidade	263
08 – Ilustração da estrutura de funcionamento da SMMA	264
09 – Resumo das leis	265
10 – Tabela com redução do imposto (lei 9806)	266
11 – Mapa das Administrações Regionais	267
12 – Mapa das Áreas verdes do município	268
13 – Mapa da Renda média familiar	269
14 – Mapa do Anel Sanitário Ambiental	270
15 – Folders do Programa Curitiba Ativa (I)	271
16 – Folders do Programa Curitiba Ativa (II)	272
17 – Lei 9804/200 que cria o Sistema de conservação	273



DADOS GEOGRÁFICOS

Área	432,17 km ²
População	1.404.875 (1996)
Relevo	Levemente ondulado
Extensão Norte-Sul	35 km
Extensão Leste-Oeste	20 km
Altitude média	908 m
Latitude	25°25'48" Sul
Longitude	49°16'15" Oeste
Clima	Temperado



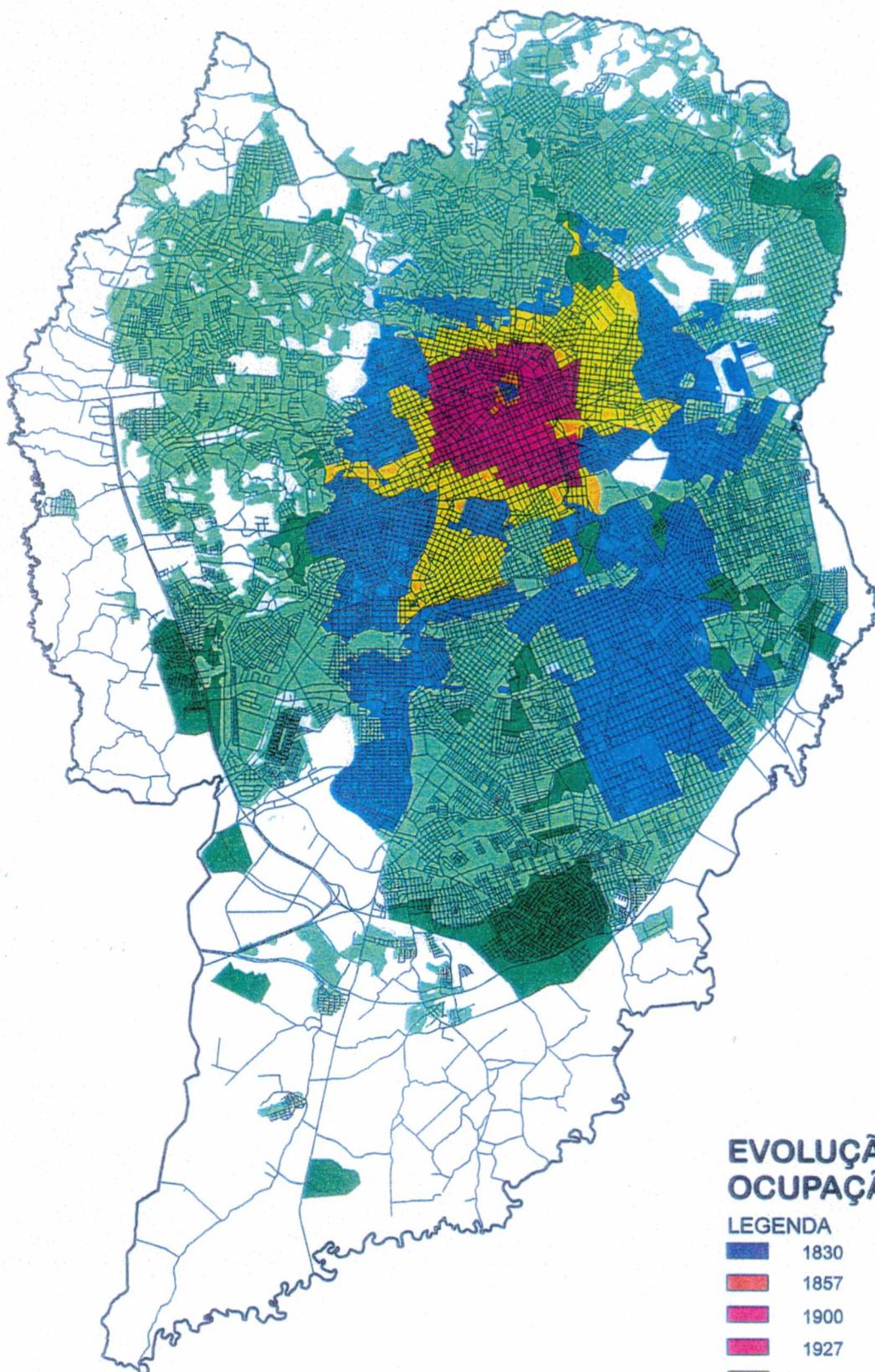
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FONTE: COMEC
DATA: MAIO 1997



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 Fone (041) 352-1414 - Fax (041) 252-6679



EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

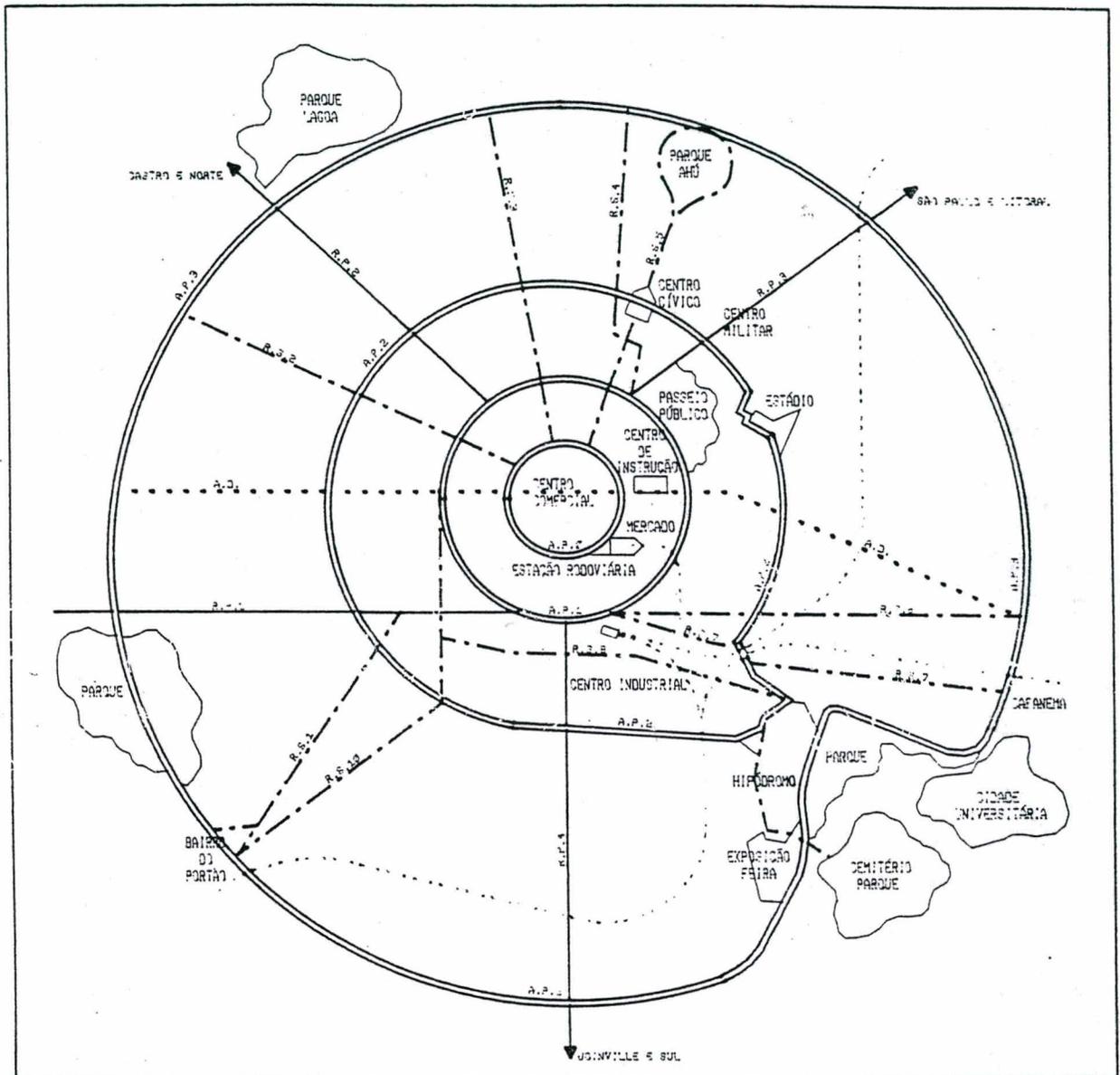
LEGENDA

	1830
	1857
	1900
	1927
	1938
	1966
	1985
	1997

FONTE: IPPUC
 DATA: ABRIL 1997
 ESCALA: 1:150.000



MAPA 1: PLANO AGACHE

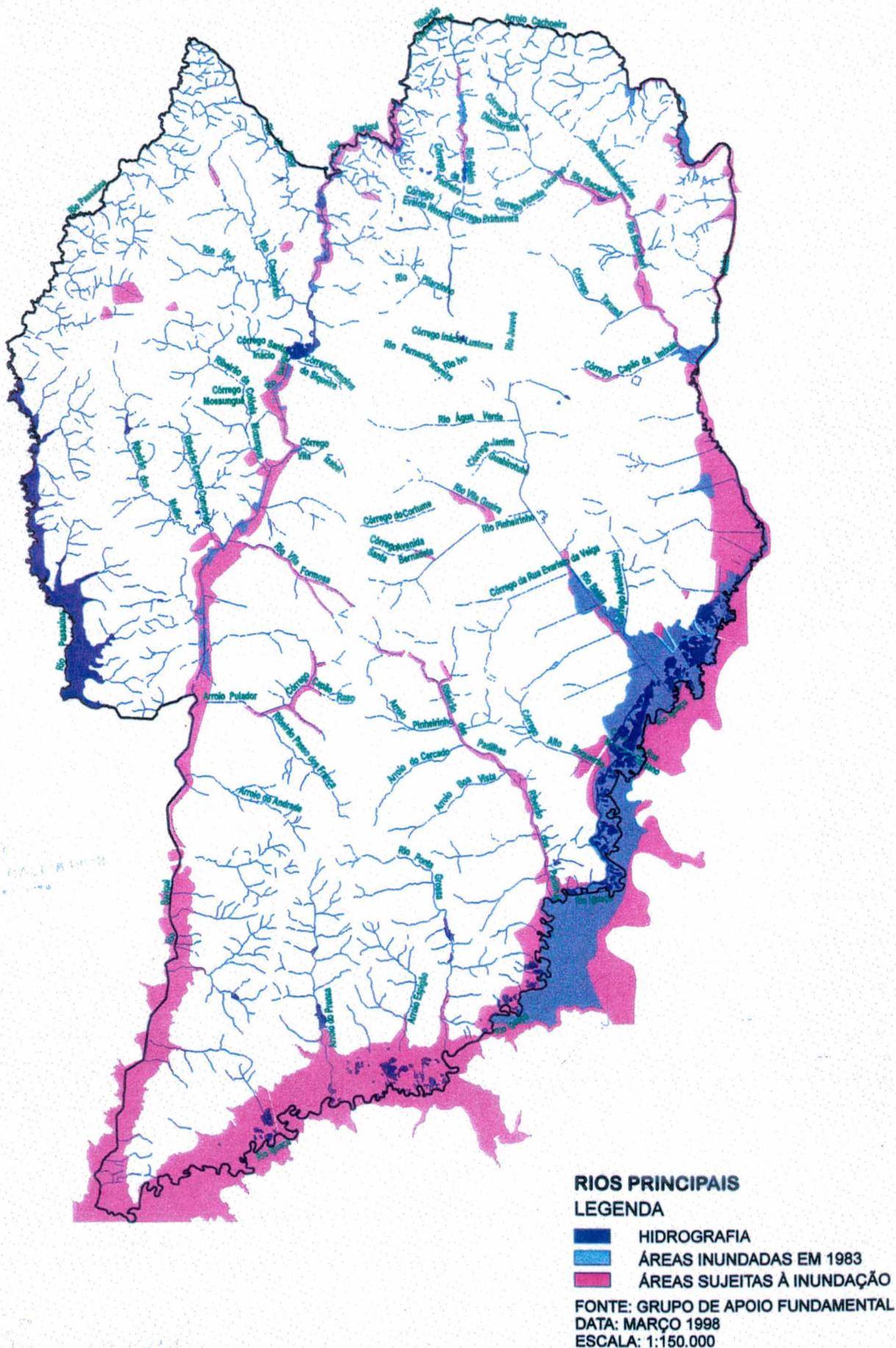


CURITIBA

ESQUEMA DO PLANO DIRETOR, MOSTRANDO:
 A) O PLANO DE AVENIDAS;
 B) OS CENTROS FUNCIONAIS.

— — — — —	AV. PERIMETRAL
.....	AV. DIAMETRAL
— — — — —	RADIAL PRINCIPAL
- - - - -	RADIAL SECUNDÁRIA

FONTE: BOLETIM PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.
 PLANO DE URBANIZAÇÃO: PLANO AGACHE, ANO II, N.º 13, 1943.



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

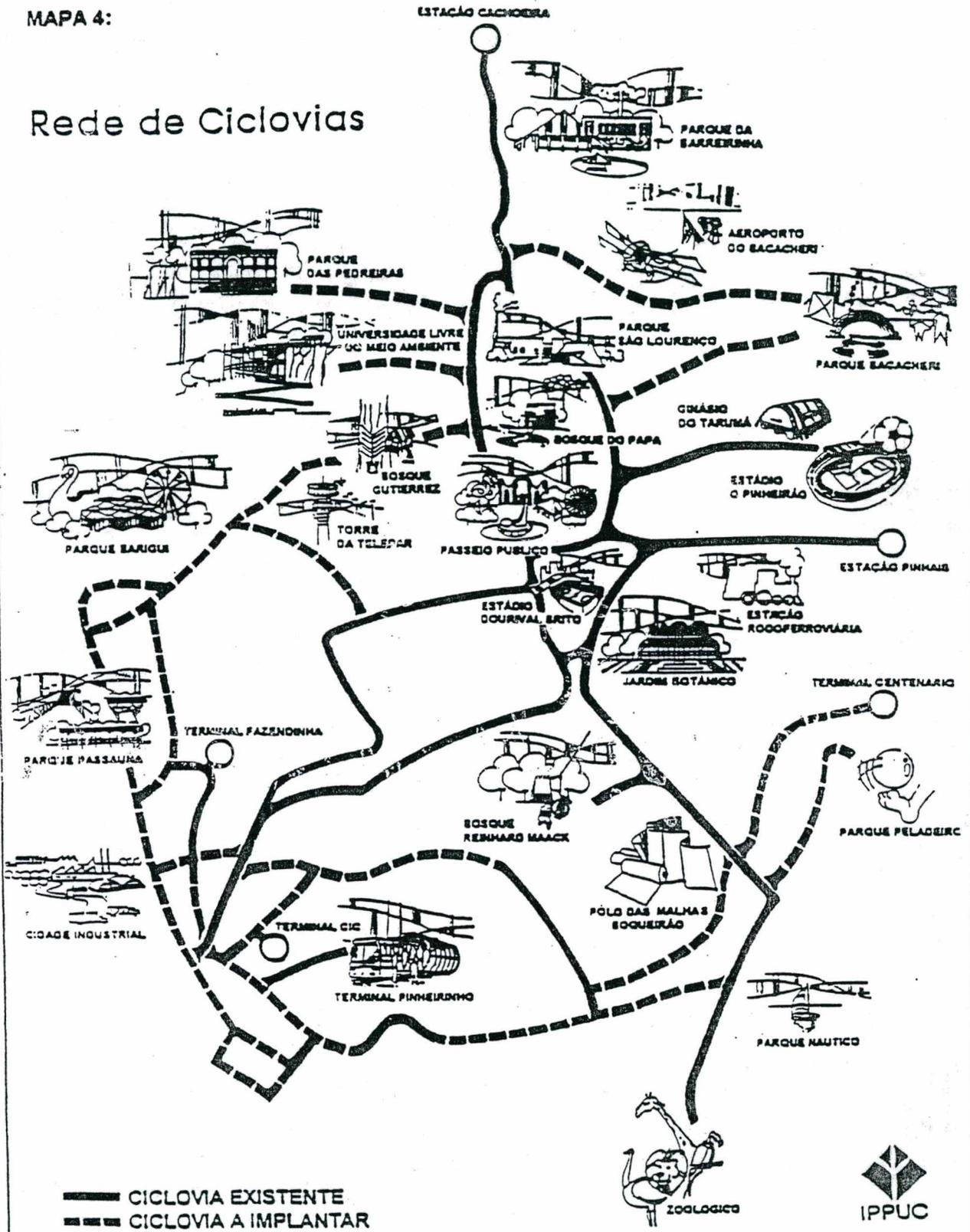
SUPERVISÃO DE INFORMAÇÕES

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

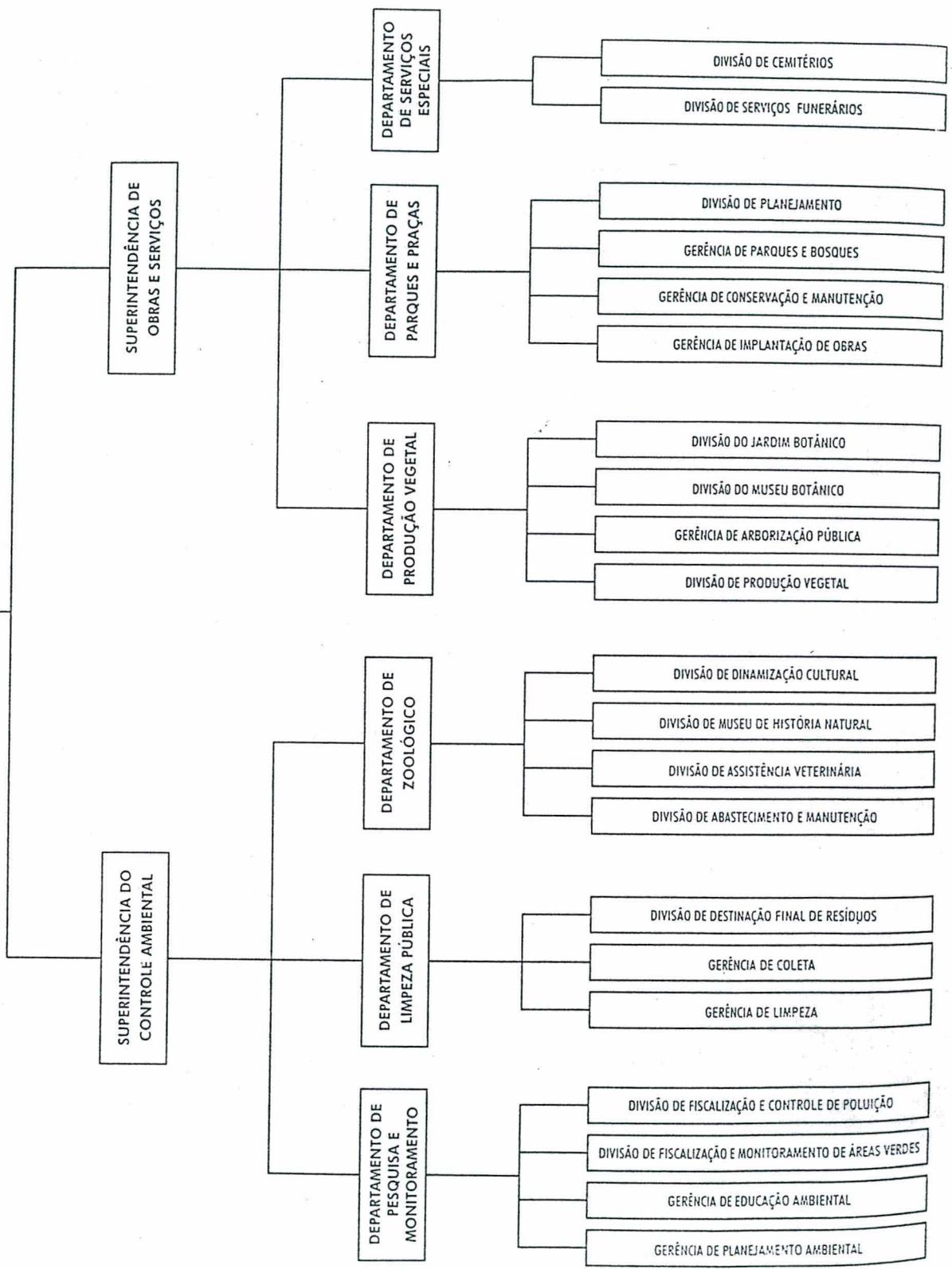
Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 Fone (041) 352-1414 - Fax (041) 252-6679 INTERNET: E-MAIL= ipoucdoc@curitiba.arau.br

MAPA 4:

Rede de Ciclovias



SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE



Leis

- Lei 699/53: dispendo sobre o zoneamento na cidade, a partir das determinações do Plano Agache.
- Lei 2828/66: aprova o PPU.
- Lei 4557/73: de proteção e conservação da vegetação de porte arbóreo.
- Lei 4857/74: de concessão de estímulos à preservação e proteção de áreas florestadas,
- Lei 667/74: institui a comissão de áreas verdes.
- Lei 5234/75: conhecida como a Lei de Zoneamento e Uso do Solo, subdivide o Município em diferentes zonas, limitando a ocupação e o adensamento das áreas residenciais e periféricas , propiciando a continuidade da integração do processo de desenvolvimento urbano concebido para a Cidade. A preocupação com a qualidade do meio ambiente urbano está refletida na criação de Setores Especiais (Áreas Verdes, Fundos de Vale, e Cidade Industrial)
- Decreto 400/76: trata da questão da Preservação de Fundos de Vale, estabelecendo faixas não edificáveis que disciplinam a ocupação e usos inadequados, assegurando o escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas do Município.
- Decreto 226/78: estabelecia um plano de arborização urbana.
- Decreto 1092/79: desmembra-se o Departamento de Parques e praças em Departamento de Parques, praças e preservação
- Decreto 161/1981: Isenção de impostos territorial e imobiliário
- Lei 6819/86: intensifica o controle sobre os terrenos com áreas verdes, tornando obrigatório o plantio de mudas em lotes residenciais ou não, e em contrapartida, dava estímulos seja na isenção ou redução parcial do IPTU, mediante preservação dos remanescentes de mata nativa.
- Lei 7440/90: reúne em uma 'so as leis ambientais do município.
- Lei 7833/91: substitui a Lei 7440/90, acrescentando regras para o uso das Unidades de conservação e dos Setores especiais de fundo de vale e de faixas de drenagem.
- Lei 8633/91: define a política ambiental do município
- Lei 8353/93: que estabelece novos parâmetros para o uso e ocupação dos terrenos integrantes do Setor Especial de Áreas Verdes, revogando os dispositivos legais instituídos anteriormente, incluindo a transferência ou aumento do potencial construtivo do lote.
- Lei 9804/2000: Lei das Unidades de Conservação, estabelecendo critérios de implantação para novas áreas.
- Lei 6805/2000: Cria o Setor Especial do Anel de Conservação Sanitário-Ambiental
- Lei 9806/2000: Institui o Código Florestal do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

ANEXO II

ÁREAS ATINGIDAS POR BOSQUE NATIVO RELEVANTE.

Cobertura florestada	% de redução
70% acima	100
50 a 69%	80
30 a 49%	70
20 a 29%	50
10 a 19%	40
Até 09%	30

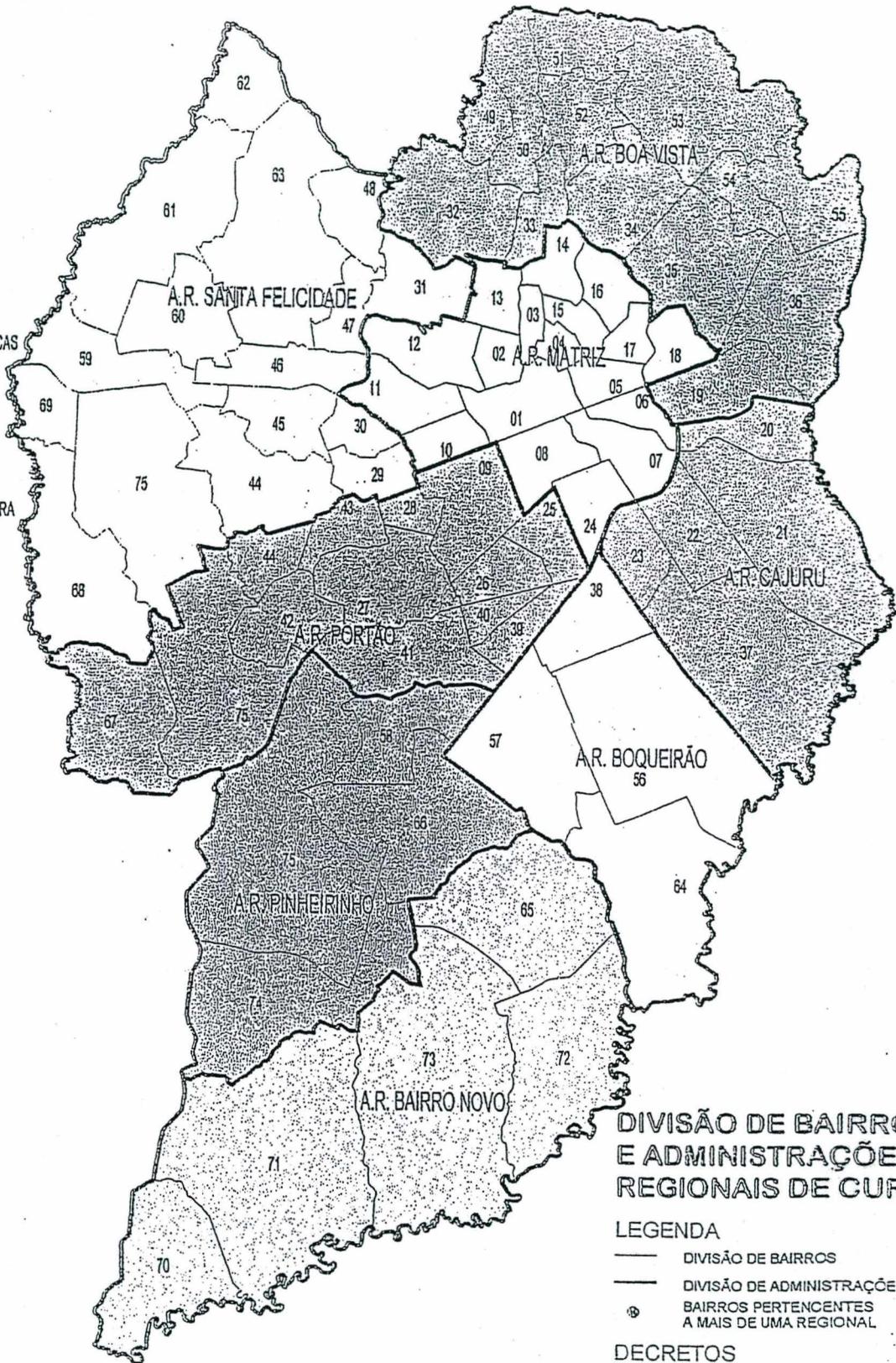
BOSQUE NATIVO

Cobertura florestada	% de redução
Acima de 80%	60
50 a 79%	40
30 a 49%	30
Acima de 10 a 29%	20

- Árvore isolada cuja projeção da copada perfaça uma área mínima de 40% (quarenta por cento) da área total do imóvel: redução de 50% (cinquenta por cento) .
- Árvore imune de corte: redução de 10% (dez por cento) , por árvore, até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento), mesmo que hajam mais de 05 (cinco) árvores imunes de corte no imóvel.
- As árvores da espécie Araucaria angustifolia, (Bert O. Kuntze), que se encontrem isoladas no imóvel, com diâmetro superior a 0,50m (cinquenta centímetros), à altura do peito, receberá redução de 10% (dez por cento) por árvore até um máximo de 50% (cinquenta por cento) mesmo que no imóvel haja um número superior a 05 (cinco) árvores.
- benefício de que trata o ítem acima não será concedido quando as Araucarias estiverem dentro de Bosques Nativos Relevantes ou de Bosques Nativos

BAIRROS

- 01 - CENTRO
- 02 - SÃO FRANCISCO
- 03 - CENTRO CÍVICO
- 04 - ALTO DA GLÓRIA
- 05 - ALTO DA RUA XV
- 06 - CRISTO REI
- 07 - JARDIM BOTÂNICO
- 08 - REBOUÇAS
- 09 - ÁGUA VERDE
- 10 - BATEL
- 11 - BIGORRILHO
- 12 - MERCÊS
- 13 - BOM RETIRO
- 14 - AHÚ
- 15 - JUVENÉ
- 16 - CABRAL
- 17 - HUGO LANGE
- 18 - JARDIM SOCIAL
- 19 - TARUMÁ
- 20 - CAPÃO DA IMBUÍDA
- 21 - CAJURU
- 22 - JARDIM DAS AMÉRICAS
- 23 - GUABIROTUBA
- 24 - PRADO VELHO
- 25 - PAROLIN
- 26 - GUAÍRA
- 27 - PORTÃO
- 28 - VILA IZABEL
- 29 - SEMINÁRIO
- 30 - CAMPINA DO SIQUEIRA
- 31 - VISTA ALEGRE
- 32 - PILARZINHO
- 33 - SÃO LOURENÇO
- 34 - BOA VISTA
- 35 - BACACHERI
- 36 - BAIRRO ALTO
- 37 - UBERABA
- 38 - HAUER
- 39 - FANNY
- 40 - LINDÓIA
- 41 - NOVO MUNDO
- 42 - FAZENDINHA
- 43 - SANTA QUITÉRIA
- 44 - CAMPO COMPRIDO
- 45 - MOSSUNGUÊ
- 46 - SANTO INÁCIO
- 47 - CASCATINHA
- 48 - SÃO JOÃO
- 49 - TABOÃO
- 50 - ABRANCHES
- 51 - CACHOEIRA
- 52 - BARREIRINHA
- 53 - SANTA CÂNDIDA
- 54 - TINGUI
- 55 - ATUBA
- 56 - BOQUEIRÃO
- 57 - XAXIM
- 58 - CAPÃO RASO
- 59 - ORLEANS
- 60 - SÃO BRAZ
- 61 - BUTIATUVINHA
- 62 - LAMENHA PEQUENA
- 63 - SANTA FELICIDADE
- 64 - ALTO BOQUEIRÃO
- 65 - SÍTIO CERCADO
- 66 - PINHEIRINHO
- 67 - SÃO MIGUEL
- 68 - AUGUSTA
- 69 - RIVIERA
- 70 - CAXIMBA
- 71 - CAMPO DE SANTANA
- 72 - GANCHINHO
- 73 - UMBARÁ
- 74 - TATUQUARA
- 75 - CIDADE INDUSTRIAL



DIVISÃO DE BAIRROS E ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS DE CURITIBA

LEGENDA

- DIVISÃO DE BAIRROS
- DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
- BAIRROS PERTENCENTES A MAIS DE UMA REGIONAL

DECRETOS

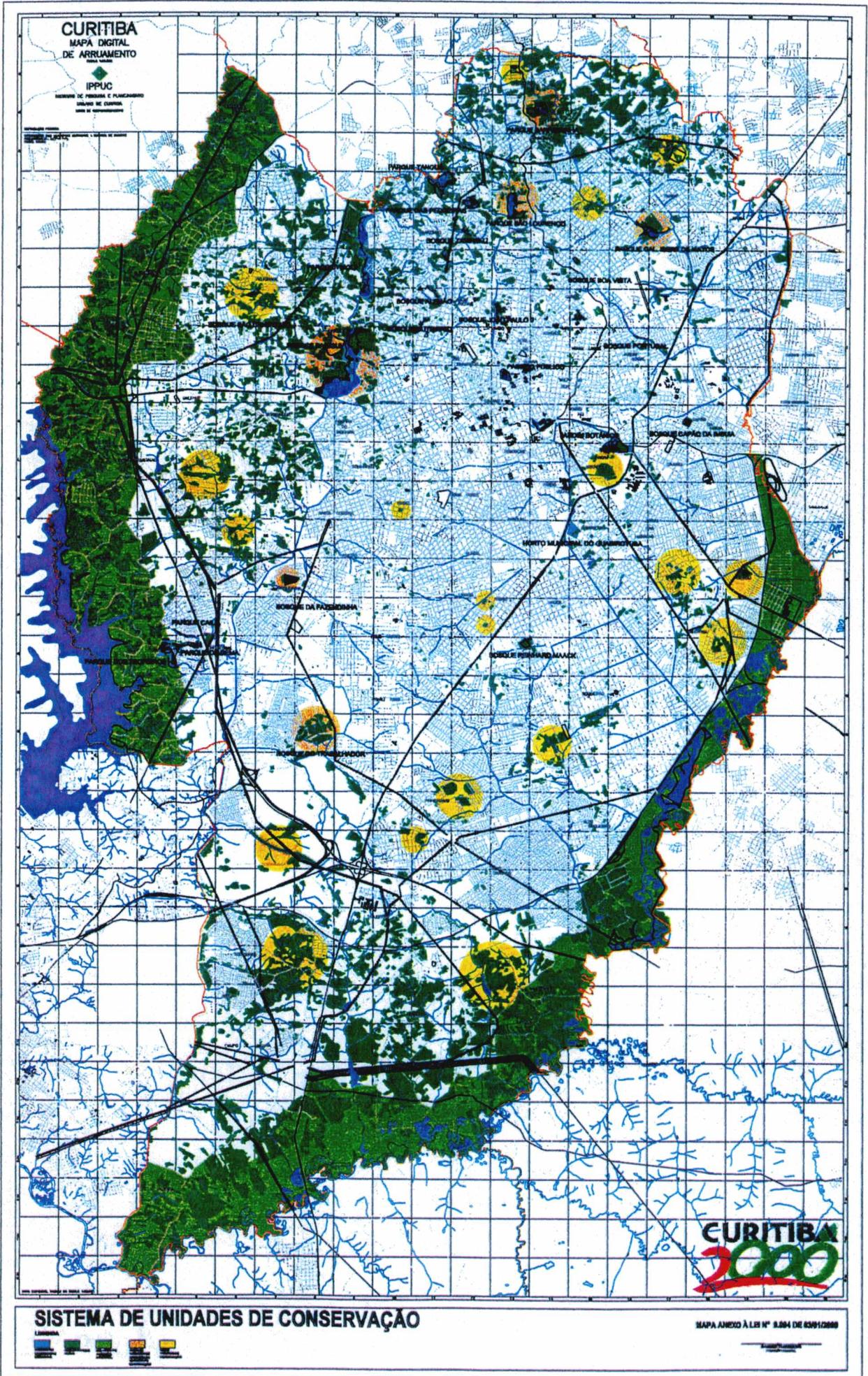
DIVISÃO DE BAIRROS:
DECRETO Nº 774/75
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS:
DECRETO Nº 336/97

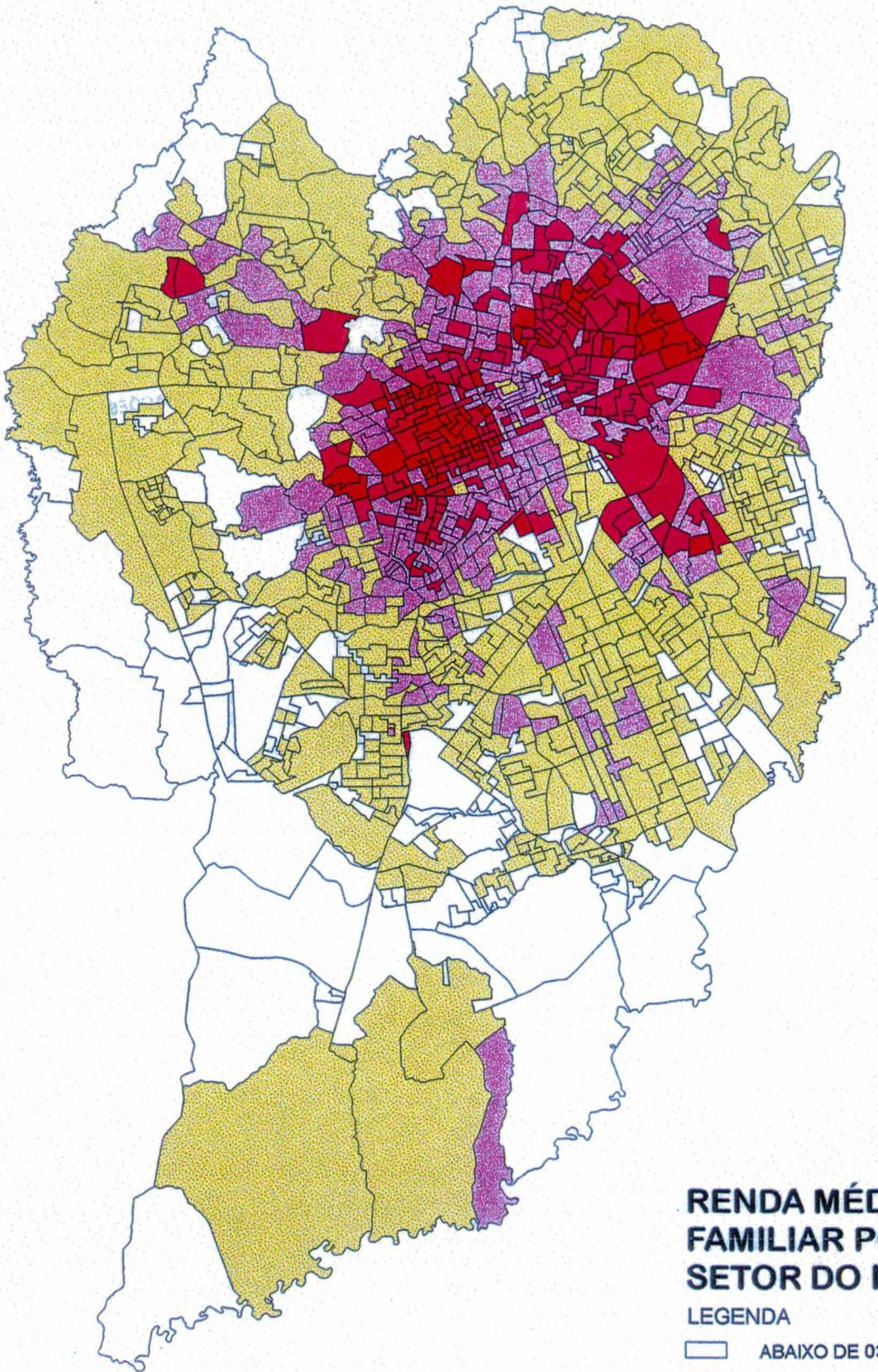
FONTE: IPPUC
DATA: JULHO 1996
ESCALA: 1:150.000



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 Fone (041) 352-1414 - Fax (041) 252-6679





RENDA MÉDIA FAMILIAR POR SETOR DO IBGE

LEGENDA

- ABAIXO DE 03 SM
- DE 03 A 06 SM
- DE 06 A 10 SM
- DE 10 A 15 SM
- MAIOR QUE 15 SM

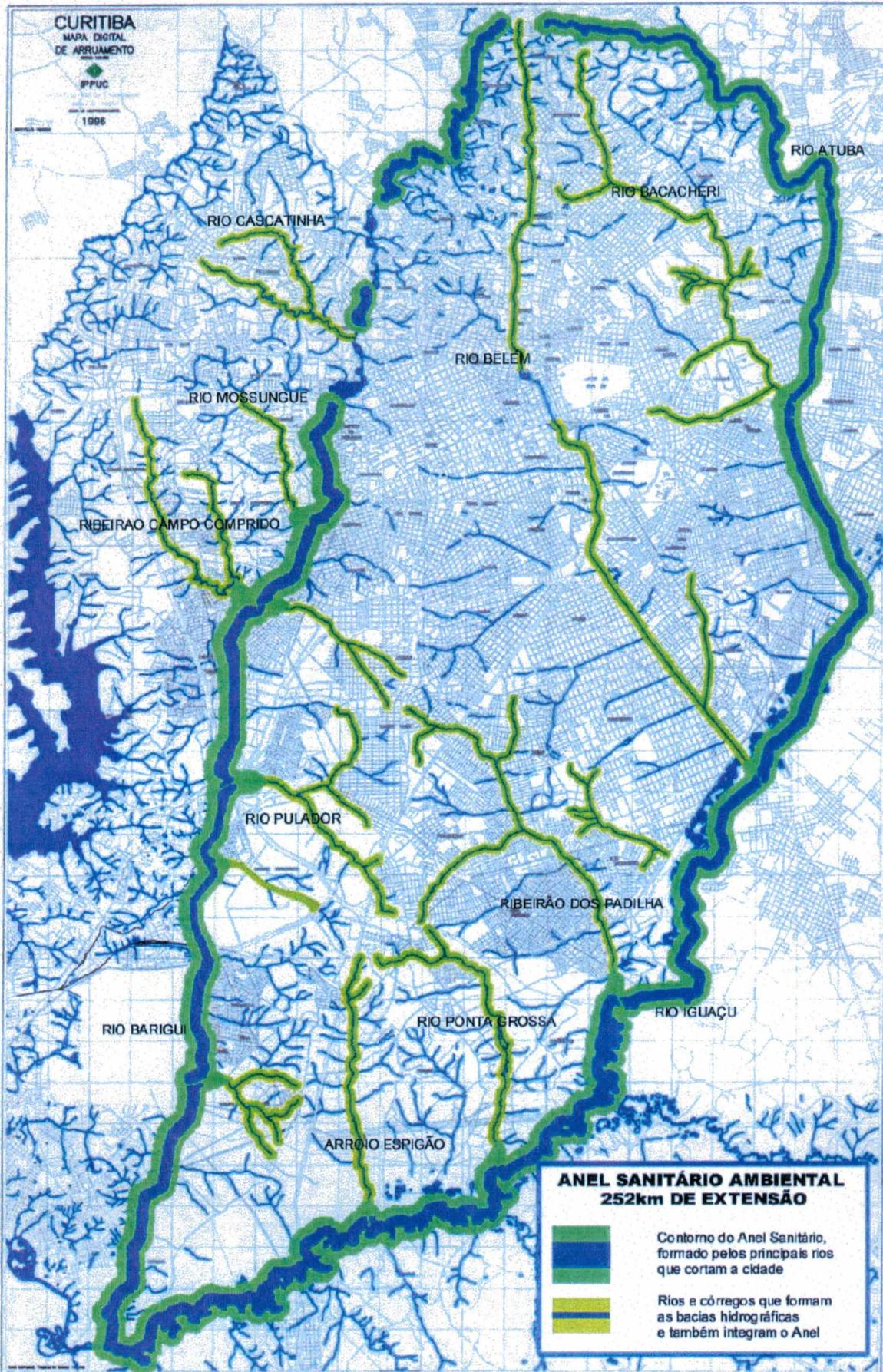
FONTE: SME - IPPUC - PMC
COPEL - IBGE
DATA: AGOSTO 1997
ESCALA: 1:150.000



IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SETOR DE GEOPROCESSAMENTO

Rua Bom Jesus, 669 - Cabral - Curitiba - Paraná - Brasil - CEP 80.035-010 Fone (041) 352-1414 - Fax (041) 252-6679



SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER

SEDENTARISMO

Não praticar atividade física tem um peso enorme na incidência de doenças cardiovasculares, porque interfere em todos os outros fatores de risco.

PROBLEMAS DA VIDA SEDENTÁRIA

- Obesidade
- Perda da massa muscular
- Dores articulares
- Pressão alta
- Doenças cardíacas
- Encurtamento muscular
- Má postura
- Cansaço
- Baixa resistência orgânica
- Dores musculares após esforço
- Alto nível de estresse



NÃO COMETA EXCESSOS ALIMENTARES

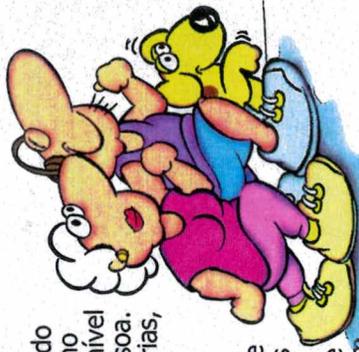
BENEFÍCIOS DA VIDA ATIVA

- Maior produtividade no trabalho
- Ameniza o estresse
- Fortalece os músculos
- Aumenta o volume sanguíneo
- Melhora a auto-imagem
- Auxilia no controle da obesidade
- Diminui ansiedade e depressão
- Maior eficiência do coração e vias circulatorias
- Aumenta a resistência a doenças
- Maior capacidade respiratória
- Relaxa e diminui a tensão
- Melhora a qualidade do sono
- Aumenta: a flexibilidade a força a coordenação o ritmo a velocidade a agilidade a resistência



ANDAROU CORRER?

Faz parte da natureza do homem tanto andar como correr, isto depende do nível de aptidão física da pessoa. Para as pessoas sedentárias, correr é uma atividade totalmente inadequada, mas para as treinadas, correr com orientação de profissionais é bem mais eficiente. O que você precisa saber é quanto e como correr: procure um professor de educação física. É importante consultar um médico.



MINUTOS MODIFICAM HISTÓRIAS E PRECISO ANDAR PARA CORRER!

VAMOS COMEÇAR

- O importante é "determinação"; estabelecer os horários em que vai acontecer a prática da atividade física (pode ser a caminho do trabalho).
- O mínimo recomendado é três vezes por semana, sendo o ideal todos os dias.

Quanto mais, melhor.

- Para sua atividade física regular e moderada, escolha um calçado macio e apropriado e roupas confortáveis

Quanto mais quente, menos roupa

CADA PESSOA POSSUI RITMO E VELOCIDADE DIFERENTES

OBSERVE A SUA POSTURA

- Contraia levemente o abdômen para alinhar a coluna e elevar o peito
- Os ombros devem ficar para trás e relaxados (para baixo)
- A cabeça, em posição neutra, bem equilibrada sobre a coluna
- Os braços devem executar seu balanço natural próximo ao corpo.
- Conforme o aumento da velocidade da caminhada, deve-se aumentar a elevação dos braços.

VELOCIDADE/RITMO/INTENSIDADE

Cada pessoa tem estatura e medidas diferentes, por isto, no mesmo ritmo a velocidade é diferente. Observe o "ritmo respiratório": você vai perceber - isto é importante - que a partir do 3º minuto a respiração aumenta; o que você não deve atingir é um ritmo muito acelerado, que você não consiga falar.

TÉCNICA DA CAMINHADA

NÍVEL 1 Definida como passeio, indicada para pessoas sedentárias, deve ter ritmo de 90 a 110 passos por minuto. Característica: caminhada em ritmo normal e agradável, atingindo a **MOTIVAÇÃO PARA INICIAR**

NÍVEL 2 Definida como condicionamento, indicada para pessoas pouco ativas, deve ter ritmo de 110 a 130 passos por minuto. Característica: caminhada com ritmo moderado, atingindo aumento da capacidade cardio-respiratória e gasto calórico.

NÍVEL 3 Definida como aperfeiçoamento e desafio físico, indicada para pessoas bem condicionadas, deve ter ritmo de 130 a 170 passos por minuto. Característica: caminhada com ritmo elevado, atingindo alto nível de gasto calórico.

É IMPORTANTE PARA TODOS OS NÍVEIS DA CAMINHADA:

- Postura correta
- Passada com seqüência: calcanhar, planta e dedos (utilizando todo o pé)
- Hidratação antes, durante e depois da caminhada
- Atenção à freqüência cardíaca
- Faça pelo menos 30 min diários sem parar; se não houver tempo, 15min+15min já são interessantes.



**NÃO FUME,
VIVA MELHOR**

CURITIBATIVA

ÃO ENDUREÇA, COMECE JÁ A SE **ALONGAR**

1 5 VEZES EM CADA DIREÇÃO

2 15 SEGUNDOS

3 15 SEGUNDOS

4 15 SEGUNDOS

5 15 SEGUNDOS CADA LADO

6 15 SEGUNDOS CADA DIREÇÃO

7 15 SEGUNDOS

8 15 SEGUNDOS

9 15 SEGUNDOS

10 15 SEGUNDOS CADA LADO

11 15 SEGUNDOS CADA PERNA

12 15 SEGUNDOS

13 15 SEGUNDOS CADA PERNA

14 15 SEGUNDOS CADA LADO

15 15 SEGUNDOS CADA PERNA

16 15 SEGUNDOS CADA PERNA

17 15 SEGUNDOS

18 15 SEGUNDOS

19 15 SEGUNDOS CADA LADO

20 15 SEGUNDOS CADA PERNA

21 15 SEGUNDOS CADA PERNA

22 15 SEGUNDOS CADA PERNA

23 15 SEGUNDOS



ESCOLHA PELO MENOS 5 EXERCÍCIOS POR DIA E EXECUTE MAIS DE 3 VEZES. O IDEAL É FAZER TODOS OS EXERCÍCIOS EM DIFERENTES HORAS DO DIA, TRABALHANDO TODO O CORPO.



LEI Nº 9.804
de 03 de janeiro de 2000.

“Cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para implantação de novas Unidades de Conservação.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Para efeitos desta lei, entende-se por Sistema de Unidades de Conservação o conjunto de Unidades de Conservação instituídas pelo Poder Público e classificadas de acordo com esta lei.

Art. 2º. Para efeitos desta lei, entende-se por Unidades de Conservação áreas no Município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental e destinadas ao uso público, legalmente instituídas, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração e uso, as quais aplicam-se garantias de conservação, proteção ou utilização pública.

Art. 3º. As Unidades de Conservação se classificam em:

I - ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA): são áreas de propriedade pública ou privada, sobre as quais se impõe restrições às atividades ou uso da terra, visando a proteção de recursos d'água, vegetação ou qualquer outro bem de valor ambiental definido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente – MMA;

II - PARQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam uma área mínima de 10ha (dez hectares) e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

III - PARQUES LINEARES: são áreas de propriedade pública ou privada, ao longo dos corpos d'água, em toda a sua extensão ou não, que visam garantir a qualidade ambiental dos corpos de vale, podendo conter outras Unidades de Conservação dentro de sua área de abrangência;

IV - PARQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município, que possuam uma área mínima de 10ha (dez hectares) que se destinem ao lazer da população, comportando equipamentos para a recreação, e com características naturais de interesse à proteção;

V - RESERVAS BIOLÓGICAS: são áreas de propriedade pública ou privada, que possuam características representativas do ambiente natural do Município, com dimensão variável e que se destinem à preservação e à pesquisa científica;

VI - BOSQUES NATIVOS RELEVANTES: são os bosques de mata nativa representativos da flora do Município de Curitiba, em áreas de propriedade particular, que visem a preservação de águas existentes, do habitat da fauna, daabilidade dos solos, da proteção paisagística e manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais, onde o Município impõe restrições à ocupação do solo;

VII - BOSQUES DE CONSERVAÇÃO: são áreas de propriedade do Município, destinadas à proteção dos recursos naturais existentes, que possuam área menor que 10ha (dez

hectares), e que se destinem à manutenção da qualidade de vida e proteção do interesse comum de todos os habitantes;

VIII - BOSQUES DE LAZER: são áreas de propriedade do Município com área inferior a 10(dez hectares), destinadas à proteção de recursos naturais com predominância de uso público ou lazer;

IX - ESPECÍFICAS: são unidades de conservação criadas para fins e objetivos específicos, tais como: Jardim Botânico, Pomar Público, Jardim Zoológico e Nascentes.

§ 1º. As Unidades de Conservação serão estabelecidas e terão suas características objetivas e peculiaridades definidas através de ato do Executivo Municipal.

§ 2º. O enquadramento e a definição de Praças, Jardinetes, Jardins Ambientais, Largos, Eixos de Animação, Núcleos Ambientais, como Unidades de Conservação será objeto de regulamentação específica.

Art. 4º. Poderá o Poder Executivo, ampliar a área das Unidades de Conservação existentes, anexando propriedades inteiras ou frações, as quais pelas suas características físicas ou biológicas, venham a ampliar os benefícios já proporcionados pela Unidade de Conservação, através de compra, desapropriação, permuta por outro imóvel, transferência de potencial construtivo ou condições especiais de ocupação para a área remanescente, no caso de cessão de parte deste imóvel.

Parágrafo único. A transferência de potencial construtivo ou as condições especiais de ocupação dos imóveis remanescentes serão objeto de regulamentação específica.

Art. 5º. A implantação de novas Unidades de Conservação, seguirá a distribuição estratégica constante em mapa anexo parte integrante desta lei.

Art. 6º. Para ampliação do Sistema de Unidades de Conservação, poderá o Poder Público valer-se dos instrumentos estabelecidos no “caput” do art. 4º.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA desenvolverá Plano de Manejo específico para cada Unidade de Conservação existente ou para cada nova Unidade de Conservação que venha a ser criada.

Art. 8º. Esta lei será regulamentada, no prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 03 de janeiro de 2000.

Cassio Taniguchi
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXOS

**ANEXO B: Parques e bosques urbanos de Curitiba:
Um pequeno dossiê**

QUADRO 17 - Área de parques e bosques em Curitiba até 1996

PARQUE OU BOSQUE	ANO	ÁREA (m ²)
Passeio Público	1886**	69.285
Parque da Barreirinha	1959***	275.380
Parque São Lourenço	1972	203.918
Parque Barigui	1972	1.400.000
Bosque Boa Vista	1974	11.682
Bosque João Paulo II	1980****	48.000
Bosque Capão da Imbuia	1981	19.000
Parque Iguacú	1982*****	8.264.316
Bosque Gutierrez	1986*****	18.000
Parque Bacacheri	1988	152.033
Parque das Pedreiras	1989	103.500
Bosque Reinhard Maack	1989	78.000
Jardim Botânico	1991	178.000
Parque do Passaúna	1991	6.500.000
Bosque Zaninelli	1992	37.065
Bosque Italiano	1993	23.540
Parque dos Tropeiros	1994	173.474
Bosque de Portugal	1994	20.850
Parque Tingui	1994	380.000
Bosque da Fazendinha	1994	72.851
Parque Caiuá	1994	46.000
Parque Diadema	1994	112.000
Bosque Alemão	1996	40.000
Parque Tanguá	1996	450.000
TOTAL		18.676.894

FONTE: adaptado de OLIVEIRA (1996b) e SMMA

* Contabilidade feita de acordo com a população em cada período.

** Única área verde criada até o final do século XIX (considerada parque atualmente).

*** Criado em 1959, entregue à população em 1966 e transformado em parque municipal em 1972.

**** Houve uma segunda inauguração em julho de 1981 por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Curitiba.

***** A primeira inauguração se deu em 1978. Contudo, a área em questão só foi alcançada em 1982. Foi finalmente instituído oficialmente em 22/07/91.

***** Implantado e entregue ao público em 1987. Foi reinaugurado em 1989 por ocasião do lançamento do MEMORIAL CHICO MENDES.

BOSQUES

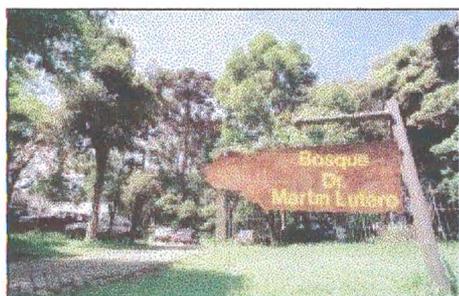


BOSQUE ALEMÃO

Inaugurado em 1996, o bosque possui vários equipamentos que celebram e divulgam as tradições alemãs. A principal atração é o "Oratório de Bach", uma sala de concertos, cuja construção em madeira é réplica de uma antiga igreja presbiteriana do bairro Seminário. Descendo a torre, os visitantes encontram o Caminho dos Contos de Grimm, uma trilha que recupera a história de João e Maria em forma de versos gravados em azulejos. No interior do bosque, está a Casa de Contos, uma biblioteca de histórias infantis.

Localização:

Jardim Schaffer (Bom Retiro), entre as ruas Francisco Schaffer, Nicolo Paganini e Franz Schubert



BOSQUE BOA VISTA

Implantado em 1974, tem uma área de 11.682 metros quadrados. Está equipado com churrasqueiras e parque infantil.

Localização:

Entre as ruas Holanda e Vicente Ciccarino, no Bairro da Boa Vista



BOSQUE DA FAZENDINHA

Inaugurado em 1995, possui 73 mil metros quadrados de área verde. Oferece completa infraestrutura de recreação, com palco ao ar livre, canchas esportivas, playground, churrasqueiras, mirante e trilhas ecológicas. Também conserva a casa em estilo neoclássico, construída em 1896, que serviu durante décadas como residência da tradicional família Klemtz.

Localização:

Rua Carlos Klemtz, no Bairro da Fazendinha

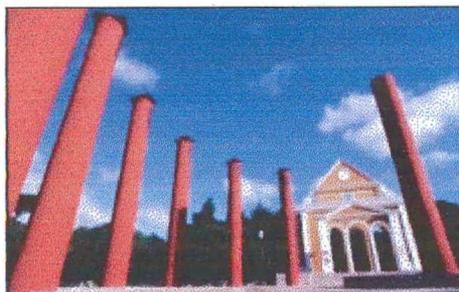


BOSQUE JOÃO CARLOS HARTLEY GUTIERREZ

No ponto mais alto da cidade, foi inaugurado em 1989 com uma área total de 36 mil metros quadrados. O bosque, preservado por João Carlos Gutierrez, abriga o memorial ao ecologista Chico Mendes. A réplica da carta enviada por Mendes ao juiz de Xapuri foi gravada em pedra, permanentemente envolvida por uma cortina de água mineral, que nasce no próprio bosque. Possui ainda dois pequenos lagos, trilhas de observação, Casa do Seringueiro, Escola Amazônica e um Centro de Criatividade

Localização:

Junto aos bairros Vista Alegre e Mercês, com acesso pela Rua Jacarezinho



BOSQUE ITALIANO

O antigo Bosque São Cristóvão hoje é um importante ponto de confraternização para a comunidade de Santa Felicidade. Sob as arcadas neo-românticas do Memorial Italiano, que lembram as antigas construções romanas, são realizadas festas típicas desde 1993. A infra-estrutura do bosque conta com um palco coberto com camarins, uma polenteira com chaminé, quiosques para a venda de uvas e vinhos, churrasqueiras e um pavilhão que serve como restaurante.

Localização:

Bairro de Santa Felicidade, com acesso pelas ruas Calisto Cumin, Domingos Strapasson e Margarida Miranda



BOSQUE JOÃO PAULO II

Criado logo após a visita do Papa a Curitiba, em 1980, caracteriza-se como Memorial da Imigração Polonesa no Paraná. Compreende uma área de 40 mil metros quadrados da antiga fábrica Estearina. O bosque possui um conjunto de edificações em troncos de madeira, típicas da arquitetura polonesa, que se constitui num museu ao ar livre. A casa principal, construída em 1983, foi transformada na Capela João Paulo II e guarda em seu interior a imagem de Nossa Senhora de Czestochowa, padroeira da Polônia.

Localização:

Centro Cívico, com acesso pela Rua Mateus Leme

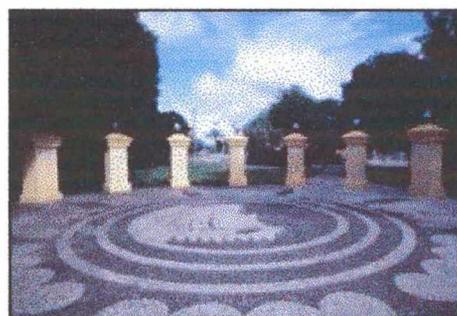


BOSQUE REINHARD MAACK

Criado em 1989, o bosque é uma homenagem ao engenheiro e aventureiro alemão que em 1923 chegou ao Paraná e contribuiu para a preservação do meio ambiente. Possui uma área com 78 mil metros quadrados de mata remanescente de araucárias, com espécies únicas na região. Abriga ainda uma trilha de aventuras com brinquedos educativos e ecológicos para crianças, equipamentos para recreação, casa de educação ambiental, portal, sanitários e estacionamento.

Localização:

Rua Chanceler Oswaldo Aranha, na Vila Hauer



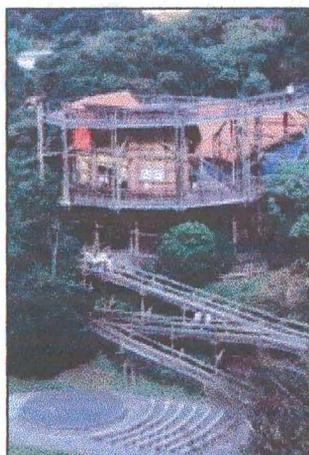
BOSQUE DE PORTUGAL

Inaugurado em 1994, conta com 20,8 mil metros quadrados de área. Abriga a sede dos escoteiros e um conjunto de mata nativa. Possui um painel decorativo, o marco da poesia e a praça de eventos. Uma pista de cooper faz o elo de ligação entre as atrações, contornando todo o bosque e passando por três pontes cobertas que lembram a arquitetura portuguesa. Vinte pilares foram erguidos para servir de base a azulejos pintados à mão, com

trechos de poesias de autores brasileiros e lusitanos.

Localização:

Jardim Social, com acesso pela Rua Fagundes Varela



BOSQUE ZANINELLI

Possui uma área de 37 mil metros quadrados de mata nativa, onde existia desde 1947 uma das maiores pedreiras de Curitiba. Em meio à mata está instalada a Universidade Livre do Meio Ambiente, inaugurada em 1992 com a presença do oceanógrafo Jacques Cousteau, com o objetivo de ser um centro de educação ambiental. Edificado em eucalipto e rodeado por pedras naturais, o prédio de 874 metros quadrados possui uma rampa em espiral com 22 metros que permite uma vista panorâmica de toda a área verde.

Localização:

Rua Victor Benato, no Pilarzinho



BOSQUE CAPÃO DA IMBUIA

Doado à Prefeitura pela família Reginato em 1955, possui uma área de 19 mil metros quadrados, onde são conservados pinheiros centenários, com

troncos de quase um metro de diâmetro, imbuias e canelas. O bosque também abriga o Museu de História Natural, onde estão expostos animais empalhados, incluindo ema, onça-pintada e tamanduá-bandeira. O horário de visitas do museu é das 9 horas às 17 horas, de terça-feira a domingo.

Localização:

Esquina das ruas Professor Nivaldo Braga e Benedito Conceição

PARQUES



PARQUE GENERAL IBERÊ DE MATTOS (BACACHERI)

Inaugurado em 1988, ocupa uma área de 152.033 metros quadrados. Oferece aos frequentadores várias opções de lazer e recreação, canchas de futebol e vôlei de areia, churrasqueiras, playground, lago artificial e bosque com espécies nativas.

Localização:

Entre a Rua Canadá e a Avenida Erasto Gaertner, no bairro do Bacacheri.



PARQUE BARIGÜI

No idioma dos índios que habitavam a região antes mesmo da fundação de Curitiba, Barigüi significava "Rio do Fruto Espinhoso. Hoje, com 1,4 milhão de metros quadrados de área, é um dos maiores parques da cidade e, seguramente, o mais

freqüentado. A antiga "sesmaria" pertencente ao desbravador Mateus Martins Leme foi transformada em parque em 1972. Não são apenas os moradores da cidade e os turistas que procuram descanso no parque. Preás, socós, garças brancas, gambás, tico-ticos, sabiás e dezenas de outros animais nativos fazem do Barigüi a sua morada. Dentre os equipamentos que o Parque possui constam: churrasqueiras, quiosques, pistas de bicross e aerodelismo, canchas poliesportivas, equipamentos para ginástica, estacionamento, restaurante, parque de diversões, Museu do Automóvel, Parque de Exposições e Centro de Convenções, Estação Maria Fumaça e a Sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Localização:

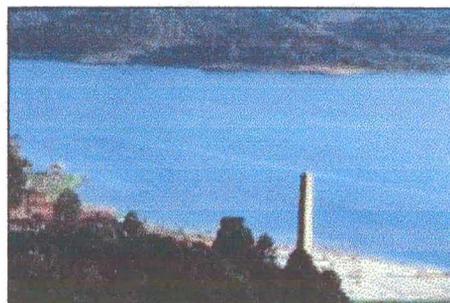
Bairros Bigorriho e Cascatinha, entre a BR-277 (Rodovia do Café) e a Avenida Manoel Ribas. Pode ser acessado também pela Avenida Cândido Hartmann



PARQUE DA BARREIRINHA

Criado em 1959 mas transformado em parque e entregue à população apenas em 1972, tem 275.380 metros quadrados de área. Considerado o mais belo parque da cidade, lá se pode apreciar araucárias, aroeiras, canelas, bracingas, pés de erva-mate e outras espécies nativas. Sua área verde, que serve como importante regulador da qualidade do ar da região, é utilizada por estudantes e professores universitários em aulas práticas de Botânica. O Horto Municipal, anexo ao parque, desempenha função científica e educativa - é responsável pela pesquisa e produção de espécimes vegetais. Entre seus equipamentos estão os bosques com mais de 200 mil metros quadrados de vegetação típica, biblioteca infantil, playground, cabana rústica, lanchonete, churrasqueiras e estacionamento.

Localização: Avenida Anita Garibaldi, no bairro da Barreirinha



PARQUE MUNICIPAL DO PASSAÚNA

Inaugurado em 1991, possui uma área de 6,5 milhões de metros quadrados margeando a represa do Rio Passaúna, responsável por parte do abastecimento de água de Curitiba. No Passaúna é possível encontrar mais de 100 espécies de aves, entre as quais o beija-flor de topete, o verdinho coroadado, o canário da terra e o João-de-Barro. À beira da água vivem jaçanãs e saracuras. A mata esconde capivaras, graxains, mãos peladas, gambás, preás e até jaguatiricas.

Equipamentos: trilha ecológica com 3,5 quilômetros no meio da mata, ancoradouro de barcos, choupanas e um mirante com 46 metros de altura.

Localização:

Final da Rua Eduardo Sprada, no bairro Augusta, no limite entre Curitiba e Campo Largo, Almirante Tamandaré e Araucária

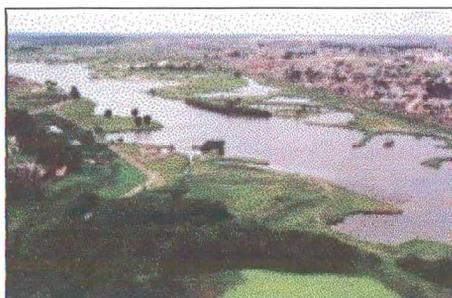


PARQUE DAS PEDREIRAS

O parque é um espaço cultural formado pela Pedreira Paulo Leminski e pela Ópera de Arame. Com excelente acústica, muito verde e um pequeno lago, a Pedreira Paulo Leminski tem sido cenário para espetáculos de grande porte. A Ópera de Arame, inaugurada em 1992, é um espaço fechado também destinado a apresentações artísticas. A estrutura em ferro tubular, revestida em tela aramada, é semelhante à Ópera de Paris. Cercada por um lago com cascata, tem 2.400 lugares, distribuídos entre a platéia e os 46 camarotes.

Localização:

Rua João Gava, no bairro do Pilarzinho



PARQUE REGIONAL DO IGUAÇU

Criado em 1976, é considerado o maior parque urbano do Brasil, com uma área aproximada de 8.264.316 metros quadrados. Oferece várias atrações, divididas em sete setores diferentes: esportivo, náutico, pesqueiro, bosques naturais, pomares públicos, santuários ecológicos e zoológico. Lá estão mais de mil animais de 80 espécies. O parque está equipado com estacionamentos, quiosques, bar e lanchonete.

Localização:

Região Sul/Sudeste da cidade, com acesso pelo Jardim Paranaense ou pela Via Intercavas, que começa no final da Avenida Marechal Floriano



PARQUE DO TRABALHADOR

Localizado na principal zona industrial da cidade, o Parque do Trabalhador oferece um bosque de mata nativa com 192 mil metros quadrados, playground, estacionamento, churrasqueiras e canchas esportivas aos moradores e trabalhadores da Cidade Industrial de Curitiba. Inaugurado em 1996, o parque é uma obra estratégica na manutenção da qualidade de vida e no equilíbrio das relações com o meio ambiente.

Localização:

Rua Manoel Waldomiro de Macedo, próximo à Vila Nossa Senhora da Luz

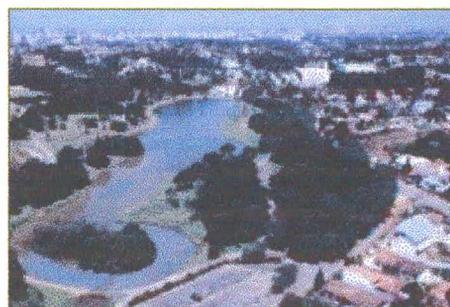


PARQUE DOS TROPEIROS

Inaugurado em 1994, o parque tem uma área de 174 mil metros quadrados. Criado para homenagear o ciclo histórico do tropeirismo, o parque possui equipamentos especiais como cancha de rodeios de 10 mil metros quadrados, espaço para camping, salão de danças, salão de apresentações com palco, capril, museu e churrasqueira. O salão de dança sedia, durante a semana, um Piá Ambiental.

Localização:

Bairro da Fazendinha, com acesso pela Rua Raul Pompéia

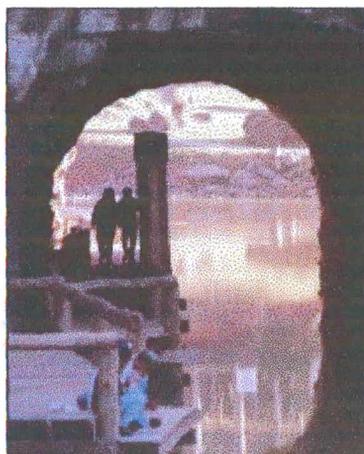


PARQUE SÃO LOURENÇO

Inaugurado oficialmente em 1972, o parque tem 203.918 metros quadrados e ocupa o local onde funcionava uma antiga fábrica de cola. Possui ampla área de recreação, contando com pista para carrinhos de rolimã. Seu principal equipamento é o Centro de Criatividade, administrado pela Fundação Cultural de Curitiba, que realiza atividades ligadas às artes plásticas. Conta ainda com biblioteca, local para exposições, auditório e sala de projeção.

Localização:

Rua Mateus Leme, esquina com Nilo Brandão, no bairro São Lourenço

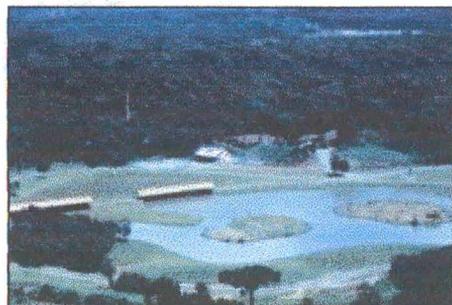


PARQUE TANGUÁ

Ocupa uma área de 235 mil metros quadrados de um antigo conjunto de pedreiras desativadas. Inaugurado em 1996, o parque garante a preservação da bacia Norte do Rio Barigüi, bem próximo à sua nascente, no município de Almirante Tamandaré. Possui dois lagos e um túnel artificial, pelo qual os visitantes podem passar de barco. É dotado ainda de ancoradouro, ciclovia, pista de cooper, lanchonete e dois estacionamentos para carros.

Localização:

Rua Dr. Bemben, no Pilarzinho



PARQUE TINGÜI

Inaugurado em 1994, possui 380 mil metros quadrados de área. Entre suas atrações estão lagos, pontes de madeira, recantos, parque infantil, pista de cooper e ciclovias. Na entrada, vê-se a estátua do cacique Tindiquêra, líder da tribo Tingüi, que indicou aos colonizadores o local onde deveria ser instalada a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje Curitiba.

O parque também abriga o Memorial Ucraniano, inaugurado em 26 de outubro de 1995 para marcar o centenário da imigração ucraniana no Brasil. Possui capela, campanário, uma casa típica, palco ao ar livre e portal. Todas as edificações foram feitas com madeira de lei encaixada, inclusive as coberturas. A capela é uma réplica da Igreja de São Miguel Arcanjo, construída no final do século passado na localidade de Serra do Tigre, município de Marechal Mallet.

Localização:

Entre as ruas José Valle e Fredolin Wolf, no lado direito do Rio Barigüi.

Parque CAIUÁ

Situa-se junto ao conjunto habitacional de mesmo nome, na CIC. Foi aproveitado para sua implantação um fundo de vale, saneando a área que se tinha se tornado um depósito de lixo. Inaugurado em 1994, possui 46.000 m² onde estão 4 canchas de futebol de areia, 1 campo de futebol de grama, 2 canchas de vôlei de areia e 2 playgrounds. Fica próximo ao Parque dos Tropeiros e ao Parque Diadema.

Localização:

Entre a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Rua Maria Locher de Athaide.

PARQUE DIADEMA

Junto ao conjunto habitacional de mesmo nome, criado para o saneamento de um córrego, foi inaugurado em 1994. Nos seus 112.000 m² tem 3 canchas de futebol de areia, 6 canchas de vôlei de areia e 1 playground. Fica próximo ao Parque dos Tropeiros e do Parque Caiuá.

Localização:

Entre a Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira e Rua BP-5

MEMORIAIS



MEMORIAL ÁRABE

Construção inspirada na arquitetura dos povos do deserto, o memorial é uma homenagem à colônia árabe, integrada à cidade desde o início deste século, com expressiva contribuição ao desenvolvimento do comércio. Localizado na Praça Gibran Khalil Gibran, em frente ao Passeio Público, o Memorial Árabe abriga uma biblioteca pública com significativo acervo universal e específico da cultura árabe, de onde também é possível acessar a Internet.

Localização

Rua Luiz Leão esquina com rua João Gualberto – Centro



MEMORIAL DA IMIGRAÇÃO POLONESA

Verdadeiro museu ao ar livre, é composto de sete casas de troncos encaixados, sem pregos, transplantados das antigas colônias de poloneses do entorno de Curitiba. Fala das lutas e da fé dos pioneiros da etnia, aqui estabelecida desde 1871. Inaugurado em 1980, logo após a visita do Papa João Paulo II a Curitiba.

Localização

Centro Cívico, com acesso pela Rua Mateus Leme



MEMORIAL JAPONÊS

Em 1993, a Praça do Japão foi revitalizada e ganhou a Casa da Cultura, um memorial de integração. Neste pagode é possível conhecer as minúcias das dobraduras de papel (origami), da arte floral (ikebana) e dos poemas de três versos (hai-kais). O Buda no centro do lago marca a irmandade entre Curitiba e Himeji e transmite toda a paciência e arte dos japoneses, no Brasil desde 1908.

Localização

Avenida Sete de Setembro esquina com Francisco Rocha – Batel



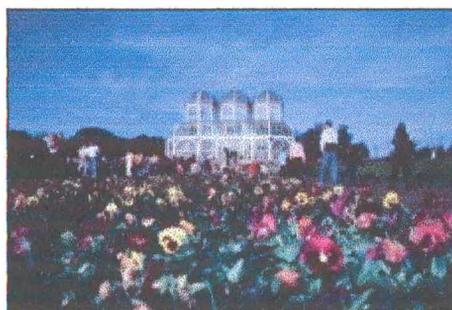
MEMORIAL UCRANIANO

É uma homenagem ao centenário da chegada dos primeiros ucranianos à Curitiba. Implantado no Parque Tingüi em 1995, o memorial expõe uma réplica da mais antiga igreja ucraniana do Brasil, a de São Miguel da Serra do Tigre, em Mallet, interior do Paraná. As telhas de pinho e a cúpula de bronze hoje abrigam um museu. No palco ao ar livre acontecem apresentações de danças típicas desse país do leste europeu.

Localização

Entre as ruas José Valle e Fredolin Wolf, no lado direito do Rio Barigüi

JARDIM BOTÂNICO E PASSEIO PÚBLICO



O parque mais central da cidade foi inaugurado em 1886, com uma área de 69.285 metros quadrados. Seus portões principais são cópia fiel do Portão do Cemitério de Cães de Paris. Conta com 35 pontos de atração, que vão desde as ilhas dos Macacos, das Garças, dos Amores e da Ilusão até o aquário, o viveiro da cascata, a Gruta dos Amores, a ponte pênsil, o palco flutuante e as gaiolas com pássaros das mais variadas espécies.

Localização:

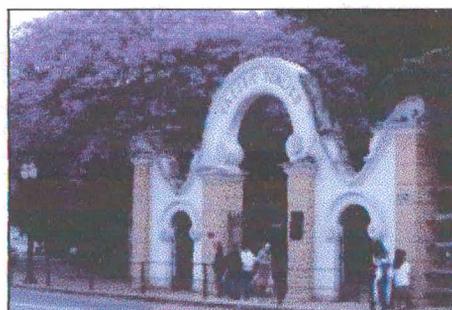
Entre a Avenida João Gualberto e as ruas Presidente Faria, Carlos Cavalcanti e Luiz Leão

JARDIM BOTÂNICO FANCHETTE RISCHBIETER

O complexo botânico de Curitiba, um dos melhores do país, foi implantado em 1992 e ocupa uma área de aproximadamente 245 mil metros quadrados, na região Leste da cidade. É formado pelo Jardim Botânico, uma estufa e o Museu Botânico. Conhecido cartão de visitas da cidade, conta com um jardim formado por canteiros geométricos. A estufa de 500 metros quadrados, em ferro e vidro, inspirada nos palácios de cristal ingleses do século passado, expõe exemplares da flora brasileira. No Jardim Botânico, hoje uma referência nacional e internacional, são cultivadas plantas destinadas ao estudo científico. O Museu Botânico Municipal possui amplo espaço para exposições, pesquisa botânica, biblioteca e auditório.

Localização:

Rua Ostoja Roguski, no bairro Jardim Botânico (antigo Capanema)



PASSEIO PÚBLICO